

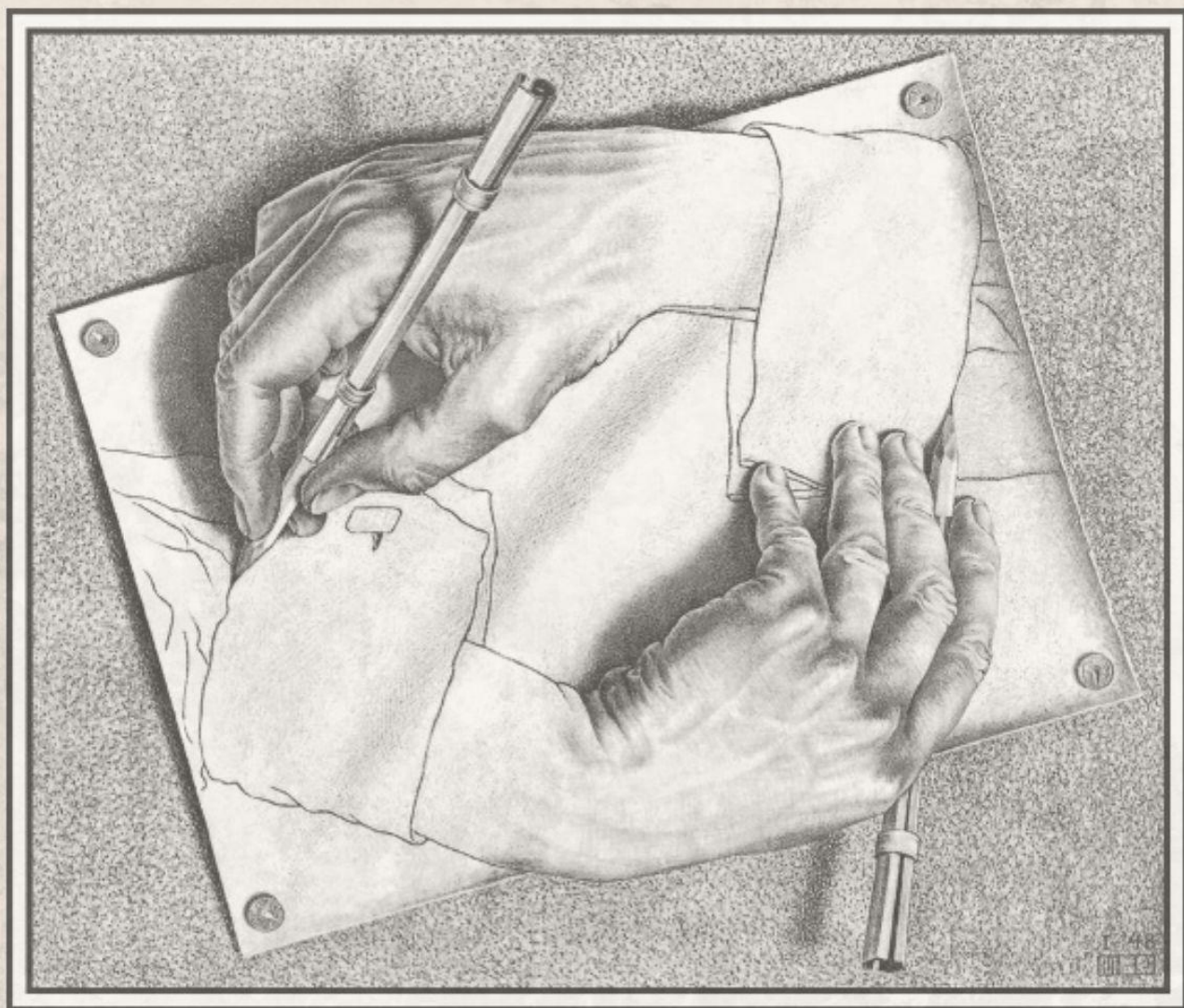
---

# PERGAMINHO

---



VOLUME 13, DEZ./2022



DRAWING HANDS (1948), DE MAURITS CORNELIS ESCHER

REVISTA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO  
DE PATOS DE MINAS

ISSN 2178-7654

# PERGAMINHO

---

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

UNIPAM | Centro Universitário de Patos de Minas

**Reitor**

*Henrique Carivaldo de Miranda Neto*

**Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão**

*Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues*

**Pró-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças**

*Pablo Fonseca da Cunha*

**Coordenadora de Extensão**

*Adriana de Lanna Malta Tredezini*

**Diretora de Graduação**

*Mônica Soares de Araújo Guimarães*

**Coordenador do Núcleo de Editoria e Publicações**

*Geovane Fernandes Caixeta*

A Revista **Pergaminho** é um periódico editado anualmente, aberto a acadêmicos das áreas de História e de Pedagogia ou de áreas afins (Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas), de qualquer instituição.

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Central do UNIPAM

---

P439 Pergaminho [recurso eletrônico] / Centro Universitário de Patos de Minas. – Dados eletrônicos. – Ano 1, n. 1 (set. 2010)-. – Patos de Minas : UNIPAM, 2010-

Anual

Disponível em: <<https://revistas.unipam.edu.br>>

ISSN 2178-7654

1. História – periódicos. 2. Pedagogia. 3. Práticas educacionais.  
I. Centro Universitário de Patos Minas. II. Título.

CDD 981.05

---

# PERGAMINHO

---

Revista do Centro Universitário de Patos de Minas

ISSN 2178-7654

Volume 13, 2022

Patos de Minas: Pergaminho, UNIPAM, v. 13, 2022: 1-247



Centro Universitário de Patos de Minas



Núcleo de Editoria e Publicações

Pergaminho © Revista do Centro Universitário de Patos de Minas  
<https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho>  
E-mail: [pergaminho@unipam.edu.br](mailto:pergaminho@unipam.edu.br)

**Editor**

Marcos Antônio Caixeta Rassi

**Conselho Editorial**

Altamir Fernandes de Sousa  
Carlos Roberto da Silva  
Carolina da Cunha Reedijk  
Cátia Aparecida Silveira Caixeta  
Edite da Glória Amorim Guimarães  
Elizene Sebastiana de Oliveira Nunes  
Eunice Aparecida Caixeta  
Maria de Fátima Silva Porto  
Maria Marta do Couto Pereira Rodrigues  
Monaliza Angélica Santana

**Conselho Consultivo**

Adalberto Paranhos (UFU)  
João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior (UFV)  
José Roberto Zan (UNICAMP)  
Kátia Paranhos (UFU)  
Luís André Nepomuceno (UFV)  
Luzia Márcia Resende Silva (UFCAT)

**Revisão**

Geovane Fernandes Caixeta  
Gisele Carvalho Araújo Caixeta  
Rejane Maria Magalhães Melo

**Diagramação e Formatação**

Lorrany Lima Silva

## EDITORIAL

Nesta edição da Revista *Pergaminho*, contemplamos exclusivamente os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos alunos formandos em 2022, do curso de História, do Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam).

Trata-se de dez trabalhos selecionados na referida turma, em que os futuros historiadores e professores de História puderam expor parte de suas pesquisas, disseminando a polissemia e a diversidade de temas que compõem as linhas de estudo desenvolvidas no curso de História do Unipam.

Um dos desafios mais palpantes à História apresentado, atualmente, é exatamente a possibilidade de se transitar entre variados campos das Ciências Humanas, e esta edição procura materializar essa multiplicidade. Começa com o trabalho da Amanda Miranda, que aborda o teatro na perspectiva do desenvolvimento crítico do espectador. Bruno Damaceno enreda sobre a Gripe Espanhola em Patos de Minas, tema absolutamente interessante, em função da pandemia que ora vivenciamos.

A dimensão da extensão da cidadania no Brasil, país marcado decisivamente pela força da escravidão, é o tema do trabalho do Charles Arvelos, buscando o substrato teórico em José Murilo de Carvalho. Gustavo Bhering pesquisa sobre a “heroica” do Dragão do Mar e seu papel na abolição da escravatura no Ceará, recuperando rico acervo de fontes escritas – imprensa e abolicionistas. Indyara Lacerda nos apresenta uma pesquisa de reflexão historiográfica sobre a atuação e os desfechos das mulheres brasileiras, durante a ditadura civil militar de 1964.

Jaíne Oliveira discute o padrão de beleza da mulher brasileira nos últimos 70 anos, alertando para a necessidade de compreensão acerca da subjugação feminina pelo patriarcalismo, salientando a dominação masculina sobre as mulheres e, conseqüentemente, sobre seus corpos. João Vitor traça uma instigante análise acerca da repressão às sexualidades desviantes durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Juciara Cruz ousa e pesquisa sobre o anime “Shingeki No Kyojin” e suas possibilidades historiográficas e paradidáticas no ensino de História, destacando abordagem de temas como o totalitarismo e seus reflexos dentro de uma sociedade, mostrando-se como um objeto de estudo categórico a ser utilizado como recurso em sala de aula. Lorenna Mariano aborda a Primeira Revolução Industrial e a miserabilidade da condição humana na Inglaterra, a partir de uma análise da obra “Tempos difíceis”, de Charles Dickens. Finalizando, Wallisson Oliveira aposta na História Local, tematizando um olhar sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos nas denominações das Escolas Estaduais de Patos de Minas e alhures.

Enfim, o leitor terá a faculdade de viajar pelo caleidoscópio das produções dessa juventude de historiadores interessados em ampliar o arco dimensional de História.

Prof. Me. Marcos Antônio Caixeta Rassi  
Editor da Revista *Pergaminho*

## SUMÁRIO

<b>Teatro: atuando no desenvolvimento da criticidade do espectador.....</b>	<b>09</b>
Amanda Rodrigues de Miranda	
Moacir Manoel Felisbino	
<b>A gripe espanhola em Patos de Minas (MG).....</b>	<b>36</b>
Bruno Soares Damaceno	
Altamir Fernandes de Sousa	
<b>A construção da cidadania ao longo da história do Brasil: impasses e objeções provocados pela escravização.....</b>	<b>59</b>
Charles Arvelos Rocha	
Marcos Antônio Caixeta Rassi	
<b>Redenção ou liberdade: o herói Dragão do Mar e o seu papel na abolição do Ceará (1881-1884).....</b>	<b>76</b>
Gustavo Bhering Bittencourt Machado de Resende	
Altamir Fernandes de Sousa	
<b>Um grito silenciado: mulheres na Ditadura Civil-Militar do Brasil.....</b>	<b>107</b>
Indyara Lacerda Santos	
Marcos Antônio Caixeta Rassi	
<b>“Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça”: o padrão de beleza da mulher brasileira nos últimos 70 anos.....</b>	<b>121</b>
Jaíne Geralda Oliveira	
Eunice Aparecida Caixeta	
<b>Entre a subversão e o prazer: uma análise da repressão às sexualidades desviantes durante a Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985).....</b>	<b>147</b>
João Vitor Soares Pereira de Faria	
Eunice Aparecida Caixeta	
<b>Shingeki no Kyojin: possibilidades historiográficas e paradidáticas no ensino de História.....</b>	<b>166</b>
Juciara Teles Cruz	
Elizene Sebastiana Nunes de Oliveira	
<b>A Primeira Revolução Industrial e a miserabilidade da condição humana na Inglaterra: uma análise a partir da obra “Tempos difíceis”, de Charles Dickens.....</b>	<b>189</b>
Lorena Mariano Ribeiro	
Carlos Roberto da Silva	

**Um olhar sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos nas denominações das escolas estaduais de Patos de Minas (MG) e alhures..... 213**

Wallisson Oliveira

Altamir Fernandes de Sousa



# Teatro: atuando no desenvolvimento da criticidade do espectador

*Theater: acting in the development of the spectator's criticality*

AMANDA RODRIGUES DE MIRANDA

Discente do curso de História (UNIPAM)  
E-mail: amandamiranda@unipam.edu.br

MOACIR MANOEL FELISBINO

Professor orientador (UNIPAM)  
E-mail: moacir@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O teatro, apesar de ainda pouco, vêm sendo cada vez mais utilizado em salas de aulas. Porém, esse uso não alcança o verdadeiro potencial e poder de transformação que ele possui. Para além do campo estético, o teatro compreende uma gama de benefícios ao indivíduo, sendo um deles o desenvolvimento da criticidade. Entretanto, sua aplicação na educação brasileira ainda é pouco aproveitada e, para muitos alunos, desconhecida. O fomento da arte e do teatro não têm sido suficientes para afastar o sentimento de não pertencimento das classes mais baixas da sociedade. A presença mais intensa e eloquente dessa forma de arte nas escolas seria ideal para afastar esse sentimento e aproximar os alunos do real sentido da arte: transmitir ideias e emoções. Através do teatro, o espectador é capaz de sentir e pensar coisas nunca antes imaginadas por ele mesmo, expandindo sua visão de mundo e transformando-o em um sujeito com potencial de causar mudança em sua realidade. O presente trabalho busca comprovar essa transformação através de uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, realizando entrevistas e análises bibliográficas. Nesse sentido, a pesquisa irá abordar as origens do surgimento do teatro, analisar o papel do ator e do espectador em uma peça, compreender a relação entre Arte, Educação e Teatro e observar o desenvolvimento de criticidade do espectador através do Teatro, numa tentativa de compreender como isso ocorre.

**Palavras-chave:** Teatro. Educação. Criticidade. Espectador.

**Abstract:** The theater has been increasingly used in classrooms; however, this use does not reach the true potential and power of transformation that it possesses. Beyond the aesthetic field, the theater comprises a range of benefits to the individual, one of them being the development of critical thinking. However, its application in Brazilian education is still underused and, for many students, unknown. The promotion of art and theater has not been enough to dispel the feeling of not belonging among the lower classes of society. The more intense and eloquent presence of this art form in schools would be ideal to dispel this feeling to bring students closer to the real meaning of art: to transmit ideas and emotions. Through theater, the spectator is able to feel and think things never before imagined by himself, expanding his worldview and transforming him into a subject with the potential to cause change in his reality. The present study seeks to prove this transformation through a qualitative, descriptive and exploratory methodology, carrying out interviews and bibliographic analysis. For that matter, this research will address the origins of the emergence of theater, analyze the role of the actor and the spectator in a play, understand the

relationship between Art, Education, and Theater, and observe the spectator's development of criticality through theater in an attempt to understand how this occurs.

**Keywords:** Theater. Education. Criticality. Spectator.

---

“Tal como no teatro o mistério da vida não termina quando se abrem as cortinas, ele apenas inicia...” (Augusto Branco).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A visão de mundo de um indivíduo parte de uma percepção inerente a ele. Viver como um cidadão de fato exige consciência da realidade que o cerca e politização, e moldar essa percepção, a fim de que se amplie e se torne mais clara, política e consciente, não é uma tarefa fácil. A Arte, além de bela aos sentidos e de atingir o emocional, pode muitas vezes auxiliar nessa ampliação.

A música, as artes plásticas e a literatura, por diversos momentos, apresentam mensagens que trazem à tona a criticidade do receptor; e com o Teatro não é diferente. A eficiência com que uma peça transmite uma ideia possibilita uma crítica social, apresenta um fato histórico ou outra informação importante ao espectador, não é segredo para ninguém. Por possuir esse papel, o Teatro é, frequentemente, utilizado no dia a dia, em salas de aula e em projetos conscientizadores.

Falar sobre fábulas, Dia da Água, economia de água e energia, corpo humano, família, trabalho em equipe, alimentação saudável, abuso doméstico e infantil, colonização, revoluções, guerras e outros fatos históricos se faz mais simples ao realizar um teatrinho para ou com os alunos. Para mais, a prática teatral é capaz de desenvolver e aprimorar a oratória, a linguagem corporal, a inteligência emocional inter e intrapessoal, a leitura, a interpretação, entre outros. E é sabido que muitos veem no Teatro um grande aliado didático na Educação. Mas em que grau o Teatro é capaz de influenciar o desenvolvimento da criticidade de um indivíduo?

Por meio de uma abordagem qualitativa e descritiva, de cunho exploratório, com coletas de dados por meio de pesquisa de campo e entrevistas realizadas com profissionais da área e análises bibliográficas e documentais da literatura que envolve o tema, o presente trabalho procura responder a essa pergunta.

Nesse intuito, a pesquisa tem como objetivos: discorrer brevemente sobre o surgimento do teatro e sua função na linha do tempo; analisar e compreender de forma sucinta o papel de cada indivíduo como componente em uma peça teatral; compreender como Arte, Teatro e Educação podem ser relacionados; observar, por fim, como o teatro pode desenvolver a criticidade do espectador.

Ademais, o trabalho se justifica pela necessidade de reconhecer o Teatro como um objeto de transformação social na vida do espectador, no que tange ao reconhecimento de sua realidade e em seu olhar crítico para com ela, e conseqüentemente compreender a importância da democratização do teatro, tendo em vista que esse é pouco ou nada acessível às camadas menos abastadas da sociedade.

## 2 BOAL, DESGRANGES E FREIRE

Desde os anos de 1962, Augusto Boal (1931-2009), diretor, ensaísta e dramaturgo brasileiro, descreve o teatro como sendo um instrumento de politização e de desenvolvimento de olhar crítico. Segundo ele, em sua explanação ao escrever *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*, “todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas” (BOAL, 1991, p. 13).

Ao observar o “Sistema Trágico Coercitivo de Aristóteles”, Boal percebe que o espectador é “criado” como um coro, um elemento passivo ao teatro, enquanto os atores no palco são protagonistas e detêm o privilégio de impor suas ideologias às massas, perpetuando o discurso da classe dominante.

Para Augusto Boal, o que faltava no teatro era

[...] a destruição das barreiras, criadas pelas classes dominantes [...] entre atores e espectadores: todos devem representar, todos devem protagonizar as necessárias transformações da sociedade. [...] Depois, destrói-se a barreira entre os protagonistas e o Coro: todos devem ser, ao mesmo tempo, coro e protagonistas – é o “Sistema Coringa” (BOAL, 1991, p. 14).

Segundo ele, a destruição dessas barreiras é o foco dessa nova espécie de teatro, em que o espectador não apenas é um receptor passivo, mas também, assim como o ator, é construtor daquela narrativa. Entretanto, para que o espectador possa participar dessa construção em conjunto com o ator, é necessário que ele reconheça aquela narrativa e reconheça a realidade à qual está sujeito.

O professor (UDESC) e colaborador (USP) do departamento de Artes Cênicas, Flavio Desgranges, em *A Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo*, escreve que nas décadas de 1960 muitos artistas e intelectuais acreditavam que, uma vez relacionada a lutas políticas, “a experiência artística [...] poderia despertar o sujeito para lançar um novo olhar para si e para o entorno”. Esse despertar para si mesmo e para seu redor seria essencial para uma “mudança autêntica na sociedade e no mundo” (DESGRANGES, 2006, p. 55).

Ao analisar o *Teatro do Oprimido*, Desgranges observa que “cada espectador é considerado um ator em potencial” – potencialidade essa que precisa antes ser preparada – e questiona a que tipo de espectador se dirige esse tipo de teatro e qual tema deverá ser retratado nele para que haja a interação do público (DESGRANGES, 2006, p. 69).

Tanto para Boal quanto para Desgranges, fica claro que esse teatro deve se ater à realidade daqueles que estão ali, para que o espectador se identifique com o que está sendo colocado para ele no palco. Dessa forma, o *Teatro do Oprimido* dialoga com a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1921-1997).

Para Freire, educador, filósofo e Patrono da Educação Brasileira, “o diálogo é uma exigência existencial [que] não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas

pelos permutantes”. E educar de forma conscientizadora requer um conteúdo dialógico no qual o educando reconheça a si mesmo no outro. Afinal, como ele mesmo escreve em *Pedagogia do Oprimido*: “Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros ‘isto’, em quem não reconheço outros eu?” (FREIRE, 1970, p. 51).

Segundo Freire, para educar criticamente é imprescindível que o conteúdo programático esteja atrelado ao que o indivíduo vivencia em seu dia a dia e que a prática pedagógica seja desafiadora e não somente uma doação ou imposição de ideias, levando a um diálogo sobre as várias visões de mundo, incluindo a sua. “Desta forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem” (FREIRE, 1970, p. 55).

A clara relação entre Educação e Teatro fica evidenciada nas falas desses autores e não é uma tendência nova apontar e abusar dos benefícios do teatro na vida escolar. Porém, essa relação é utilizada de forma superficial e focada na passagem de conteúdo didático e de valores morais, como na tragédia grega observada por Aristóteles. Conforme Desgranges (2006, p. 21):

Tornou-se bastante comum o teatro ser apontado como valioso aliado da educação, a freqüentação a espetáculos ser indicada, recomendada como relevante experiência pedagógica. Esse valor educacional intrínseco ao ato de assistir a uma encenação teatral, contudo, tem sido definido, por vezes, de maneira um tanto vaga, apoiada em chavões do tipo: teatro é cultura. Outras vezes, percebido de maneira reducionista, enfatizando somente suas possibilidades didáticas de transmissão de informações e conteúdos disciplinares, ou de afirmação de uma determinada conduta moral.

Nesse raciocínio, faz-se necessário observar e compreender outras formas de utilizar o Teatro como um elemento importante na construção de criticidade e ampliação da visão de mundo do espectador como um sujeito político inserido em sua realidade.

### 3 O TEATRO

Segundo o dramaturgo e professor de História do Teatro, Literatura Dramática, Leitura Dramática e Estética Teatral, Edson Tadeu Ortolan (2020, p. 9), há três teses que, juntas ou separadas, podem explicar o surgimento do Teatro.

A primeira – com base nos escritos de Artaud, Meyerhold, Chaiki, Barba e outros – é a Tese do Ritual (Festa Religiosa):

Através de uma atividade comum, as pessoas se congregam para cultuar a natureza, glorificar divindades e heróis, influenciar o comportamento de todos, lembrar

o passado, preparar-se espiritualmente para uma caçada ou uma guerra, entre outras coisas. O ritual ou a festa é uma manifestação simbólica da realidade, simplificando-a, e, com o decorrer do tempo, transforma-se em uma religião complexa. Durante esta transformação são incorporados vários elementos: máscaras, músicas, danças, figurinos, cenários, textos etc.

A segunda – com base nas ideias de Brecht, Boal, Grotowski e outros – é a Tese do Contador de História. Nela,

O ser humano, com seu intuito narrativo, cria histórias (lendas, descrições de caçadas ou guerra, vida de heróis, etc.) para servir de modelo de conduta às pessoas. Num primeiro momento, o narrador, talvez, suprisse todas as necessidades expressivas, utilizando-se de atuação, máscaras, figurinos, músicas, entre outros elementos e, com o decorrer do tempo, isto se aprimorou, necessitando de vários auxiliares.

A terceira – com base nas obras de Aristóteles, Antoine e Stanislavski – é a Tese da Imitação:

Ao copiar os acontecimentos da natureza (chuva, terremoto, queimada etc.), os movimentos de animais (fuga, alimentação, procriação etc.) e as atividades cotidianas (colheita, guerra etc.), o ser humano desenvolveu habilidades que, junto com figurinos, maquiagem, cenário e outros elementos, enriqueceram a sua expressão, justificando e explicando a sua própria colocação no universo.

Apesar de as três teses apontarem o surgimento do Teatro nos primórdios da história do homem, como uma manifestação sociocultural, didática e política, observa-se que, com passar do tempo, ocorreu alguma mudança, e essas manifestações se tornaram estéticas e desvinculadas de sua função inicial. Para Ortolan, essa mudança só ocorre a partir dos gregos.

Ortolan discorda que tenha existido um Teatro antes dos gregos devido ao fato de essas atividades serem exclusivamente sociais ou religiosas, e não estéticas. O professor acredita que tais manifestações eram utilizadas a fim de contribuir para a manutenção da ideologia dominante. Analisando os teatros grego e medieval, Boal (1991, p. 73) concebe a mesma máxima de que esses teatros são controlados, pela aristocracia e pela Igreja e nobreza, respectivamente. As peças deveriam contribuir para a manutenção do sistema vigente, sem dar espaço e destaque a novos pensamentos, conservando os ideais das elites.

De acordo com o autor:

O teatro, de um modo particular, é determinado pela sociedade muito mais severamente que as demais artes, dado o seu contato imediato com a plateia, e o seu maior poder de convencimento. Essa determinação atinge tanto a apresentação exterior do espetáculo, quanto o próprio conteúdo da ideia do texto escrito (BOAL, 1991, p. 72).

Nesse sentido, é importante se atentar ao papel exercido por cada componente de uma peça teatral. Para que um espetáculo aconteça, são necessários dois elementos básicos: o ator e o espectador. O cenário, o figurino, a maquiagem, a iluminação e a sonoplastia são imprescindíveis para uma melhor imersão do espectador na peça, mas, ao observar os teatros de rua, é possível perceber como todos esses elementos podem ser descartados sem que o espetáculo seja completamente prejudicado. Todavia, sem o ator para interpretar a cena e o espectador para observar a cena, não há espetáculo teatral.

Como indicado por Boal (1991, p. 13), a função do espectador e do ator mudam com o passar do tempo. No início, o ator era incumbido de propagar a ideologia dominante nos palcos e o espectador apenas a recebia como verdade. Essa propagação, como visto também por Aristóteles, parte de uma escolha de quem detém o teatro como um meio de transmissão de ideologia. Nos dias atuais, as peças deixaram de possuir esse valor exclusivamente ideológico, porém muitas ainda trazem uma ideologia intrínseca, a depender da escolha do autor ao escrever tal peça. Segundo Marx (*apud* BOAL, 1991, p. 71):

Esses conhecimentos [transmitidos pelo teatro] são revelados de acordo com a perspectiva do artista e do setor ao qual está radicado, e que o patrocina, paga e consome a sua obra. Sobretudo, daquele setor da sociedade que detém o poder econômico, e com ele controla os demais poderes, estabelecendo as diretrizes de toda criação, seja artística, científica, filosófica, ou outra. A este setor, evidentemente, interessa transmitir aquele conhecimento que o ajude a manter o poder, se é que já o detém de forma absoluta, ou que o ajude a conquistá-lo, caso contrário. Isso não impede, porém, que outros setores ou classes patrocinem também a sua própria arte, que venha a traduzir os conhecimentos que lhe são necessários e que ao fazê-lo utilize a sua própria perspectiva. A arte dominante, no entanto, será sempre a da classe dominante, eis que esta é a única possuidora dos meios de difundi-la preponderantemente.

Depois, com o surgimento de outras espécies de teatro como o Teatro Épico de Brecht e o Teatro do Oprimido de Boal, esse espectador abandona a passividade e se torna ativo intelectualmente, assumindo uma postura crítica diante do que lhe é apresentado e se tornando um potencial sujeito de sua história.

Contudo, apoiado no método freiriano, Boal compreende que para isso acontecer é necessário que a temática do teatro esteja ligada à realidade desse espectador

e/ou que ele possa se preparar antes da peça, para que, ao esprectar, ele esteja preparado para assimilar e reconhecer o que está sendo dito.

### 3.1 O TEATRO NA EDUCAÇÃO

A Arte, na Educação do Ensino Fundamental, se faz presente como componente curricular por meio das linguagens: *Artes visuais, Dança, Música e Teatro*. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) explica que elas possuem funções possibilitadoras do desenvolvimento cognitivo, emocional e motricial dos alunos que as praticam.

Essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte. O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas (BRASIL, 2018, p. 193).

Observando o quanto essas linguagens agregam na formação do estudante, a arte na escola precisa ser produção do próprio aluno, para que ele experiencie e vivencie a arte como prática social, se tornando protagonista e criador. Boal (1991, p. 71) descreve que “segundo Aristóteles, Hegel ou Marx, a arte [...] constitui-se sempre numa forma sensorial de transmitir determinados conhecimentos, subjetivos ou objetivos, individuais ou sociais, particulares ou gerais, abstratos ou concretos, super ou infra-estruturais”.

Pensando nisso, a abordagem das linguagens artísticas deve articular seis dimensões: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão.

#### A criação

refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações (BRASIL, 2018, p. 194).

#### A crítica

refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais (BRASIL, 2018, p. 194).

#### A estesia

refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência (BRASIL, 2018, p. 194).

#### A expressão

refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades (BRASIL, 2018, p. 194).

#### A fruição

refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais (BRASIL, 2018, p. 195).

#### A reflexão

refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruições, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas



e culturais, seja como criador, seja como leitor (BRASIL, 2018, p. 195).

Segundo a BNCC (BRASIL, 2018, p. 196), o Teatro se baseia em uma “experiência artística multissensorial de encontro com o outro em *performance*” que “possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção”, perpassando assim as seis dimensões.

Ao se pensar no ator e no espectador e nas suas funções, seria lógico dividir tais dimensões sob a responsabilidade de um ou de outro. Todavia, o fazer teatral se trata de uma troca. Não uma troca limitante e permanente, mas sim um constante diálogo. Desse modo, o espectador cria ao se inquietar e entrar em conflito consigo mesmo perante um novo pensamento; critica tendo como ponto de vista as suas vivências; se estesia ao se sensibilizar, perceber e conhecer a si mesmo e ao outro; se expressa rindo ou chorando com a cena; frui ao estranhar ou se deleitar com a cena; e reflete ao analisar e interpretar a peça.

Conforme a professora e doutora em artes cênicas, Michele Soares,

O teatro [...], pra mim, ele tem um diferencial das outras linguagens no campo da educação básica na escola, que é o seguinte: no caso da música, no caso da poesia, no caso das artes visuais, você como artista tem na sua frente o instrumento. A poesia, o texto, as artes visuais a produção que você faz, mesmo a música, o músico ou o cantor estão ali, mas tem uma exposição primeira da voz, do instrumento. Agora o teatro ele vai solicitar a exposição do artista. A obra do teatro ela só existe com o ator ou a atriz ali na cena, então solicita essa exposição. E eu acho que isso na educação básica é muito importante, é um grande diferencial porque é o meio dessa criança e desse adolescente experimentar a si mesmo, não só experimentar a arte, experimentar a linguagem artística, mas se experimentar. Fora da rotina, [...] fora do comum, [...] fora do habitual, [...] sendo outra pessoa, uma personagem, [...] falando, se movimentando diferente, e reconhecendo quem ele é e quem ele pode vir a ser, já que a gente está em permanente construção (SOARES, 2022).

A fala anterior, proveniente de entrevista realizada, deixa clara a importância da experimentação no teatro e sua função, não apenas didática, mas também social e intrapessoal, incidindo na construção do aluno como sujeito. Entretanto, uma das grandes problemáticas em relação ao ensino de artes nas escolas, além do conteúdo programático, está na docência, ou mais especificamente, no docente. Muitas vezes o professor de artes não tem formação na área e ocupa esse cargo apenas para cumprir a grade e completar suas horas.

O artista plástico e fundador do *Primeiro Ato*, Marcos Nepomuceno Luiz, e a coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do Centro Universitário de Patos de

Minas (UNIPAM), Me. Consuelo Nepomuceno, deixam claro seu descontentamento com a falta de profissionais adequados ao cargo.

Postula Marcos,

[...] geralmente quem trabalha com artes hoje, os professores não são qualificados para isso. Eles não são formados em artes plásticas, nem teatro. São professores que às vezes dão aula de português, de inglês, de matemática. Então eles não têm essa qualificação. Seria importante ter professores adequados, com conhecimento específico e com vontade de transmitir [...] essa ideia de teatro (LUIZ, 2022).

Já Consuelo Nepomuceno aponta que,

No Brasil, é um problema, porque quem pega aula de artes normalmente não sabe nada. Nem teatro, nem fotografia, nem cinema, nem nada. Ele é formado, sei lá, em letras, em sei lá o quê. E aí para [...] completar a grade [...], eles acabam pegando a aula de artes (NEPOMUCENO, 2022).

Essa falta de professores se dá não somente pela escassez de profissionais na área, mas também pelo sistema educacional. Há um grande número de formandos desinteressados na docência pelas dificuldades de seu exercício, pelos baixos salários e, principalmente, pelo descaso das pessoas que os cercam para com a profissão. Outro ponto é o desinteresse da própria escola em buscar e contratar profissionais qualificados. Assim, faltam melhores profissionais e, conseqüentemente, melhores experiências para os discentes.

A insatisfação não se restringe aos profissionais da área. Como um reflexo desse contexto, muitos alunos e ex-alunos reconhecem a aula de artes como um espaço para colorir e desenhar, até mesmo no Ensino Médio, fazendo com que os adolescentes não tenham conhecimento e contato com outras formas de artes nem conheçam as várias teorias que as englobam.

#### 4 A CRITICIDADE NO TEATRO

Antes de entrar em cena, os atores passam por laboratórios, a fim de que possam conhecer mais sobre o roteiro da peça e construir seu personagem com base em seu aprendizado. Esse laboratório se pauta apenas em decorar o texto. É preciso que o ator saiba como andar, como falar, como se sentar, como se deitar, qual o contexto da história, quem é seu personagem, se há outros como ele, etc. Para viver o personagem, é fundamental que o ator de fato viva esse personagem, e não apenas o encene.

Para uma perfeita (ou quase) apreciação, é também fundamental que o espectador sinta essa vivência do ator da forma mais empática possível, uma vez que o teatro atinge o espectador por meio dos sentidos. Não uma empatia passiva, mas uma empatia conectada ao “esclarecimento” (BOAL, 1991, p. 121).

Um espectador ideal deve estar preparado para compreender no ato o que o ator compreendeu antes de estar ali em cena. E para que isso ocorra, é preciso estar pronto. Para a professora Michele Soares, o impacto do teatro em quem tem contato com ele demanda a profunda necessidade de se estar preparado para esse contato:

Eu acredito primeiramente nessa condição [...] de tocar o espectador, de tocar a pessoa que está ali no público. E é um caminho que não é só mental, racional, como acontece por exemplo quando a gente assiste uma palestra, quando a gente está na sala de aula, como aluno, na faculdade, uma aula. Isso tudo são ferramentas e instrumentos que transformam o nosso pensamento e o nosso olhar. Mas a arte ela é diferente [...] porque ela nos aciona a partir da emoção, da sensibilidade. E como ela nos aciona a partir desse caminho, então ela aciona muito do que nós somos. Sabe? Eu acho que isso acontece através desse caminho de tocar a mim, as minhas emoções, as minhas questões e é a partir de mim que eu olho o mundo de outro modo. Então são dois campos de transformação: existe um possível campo de transformação de mim mesma, do que eu sinto, do que eu vejo, e em seguida, de como eu me relaciono com o mundo. É claro que eu [...] acredito que isso não é certo, isso não acontece o tempo todo. Vai depender justamente de como eu estou para aquilo, se estou aberta, receptiva (SOARES, 2022).

Para que o espectador consiga refletir sobre o que lhe está sendo apresentado e, com base em suas análises e interpretações, se coloque em posição crítica, é necessário que ele possua um conhecimento prévio. Esse conhecimento se refere à sua realidade e ao assunto proposto, pois é incabível falar coerentemente daquilo que não se conhece.

Boal (1991, p. 106) menciona que Erwin Piscator, dramaturgo, diretor e produtor teatral alemão, realizou um tipo diferente do teatro conhecido por Aristóteles, utilizando slides e outros recursos “extrateatrais” a fim de “explicar a realidade verdadeira na qual a peça se baseava”.

Quando Piscator montou *As Moscas*, de Sartre, em Nova York, para que nenhum espectador deixasse de entender que Sartre estava falando da França ocupada pelas forças nazistas, exibiu, antes do espetáculo, um filme sobre a guerra, sobre a ocupação, a tortura e outros males do capitalismo. Piscator não queria permitir que se pensasse que a obra tratava dos gregos, que eram aqui simples elementos simbólicos de uma fábula que contava coisas pertinentes do mundo atual (BOAL, 1991, p. 106).

Mais tarde, Piscator seria considerado por muitos o pai do teatro-documentário, uma espécie de teatro que usa documentos, fatos e memória como recurso teatral. Essa

forma teatral mostra como a construção do saber que antecede a peça tem grande importância na experiência e impacta profundamente a análise crítica do espectador diante a encenação.

Essa construção pode se dar através da leitura de textos-base, exibição de imagens e vídeos, rodas de conversa, músicas e outros. Não há uma receita ou um caminho correto a ser seguido, o importante é que essa preparação ocorra e ocasione uma melhor experiência do espectador. Mas, para além de uma boa experiência, o despertar do indivíduo através do teatro pode vir a torná-lo sujeito de seu destino.

Marcos Nepomuceno concorda:

Talvez umas das principais ferramentas que o teatro traz é essa questão de colocar temas que talvez a sociedade precisa trabalhar, precisa escutar, precisa ver falar [...], colocar dentro do palco e fazer com que as pessoas reflitam sobre as coisas que estão acontecendo, então a principal característica do teatro é realmente fazer isso com o espectador. [...] não para a gente colocar [...] a nossa ideia. [...] a intenção é mostrar a ideia de um lado e do outro e ele chega à conclusão que ele quiser, colocar ele para refletir (LUIZ, 2022).

De acordo com Boal (1991, p. 117),

[...] o ser social, como dizia Marx, determina o pensamento social. Por isso, em momentos críticos, as classes dominantes podem aparentar bondade e podem se tornar reformistas: e aos seres sociais “operários” lhes oferecer um pouco mais de carne e pão, esperando que esses seres sociais, menos famintos, se tornem igualmente menos revolucionários.

A fala do autor explicita a existência de um sistema que manipula o pensamento social, impondo sua ideologia aos que possam estar alienados. Em conformidade com esse pensamento, Michele Soares (2022) afirma: “O teatro foi me permitindo ver além [...] do que se mostra e perceber que há uma construção de tudo que a gente se depara na vida [...] e essa construção é motivada por quem faz essa construção com seus próprios interesses”.

Ainda segundo Michele Soares:

Se você estudante, criança, adolescente, ser humano tem essa oportunidade de estar em contato com o teatro e entendendo [...], acreditando que o teatro é esse campo de transformação, [...] estamos falando de ter acesso a uma ferramenta que amplia minha formação, amplia os aspectos formativos da minha vida. O pensamento, o entendimento sobre o mundo, a relação com o mundo. E se isso se amplia, eu me fortaleço na busca de ocupação,

atuação no mundo. Do que eu quero ser, do que eu quero fazer, [...] de como eu posso enxergar e reivindicar aquilo que me cerceia, que me limita, que não está ao meu alcance (SOARES, 2022).

Consuelo Nepomuceno concorda:

As artes, de uma forma geral [...] deveriam ser vistas de uma forma mais criteriosa. Antes, por exemplo, no período da ditadura a gente trabalhava muito artes, mas era uma forma de arte muito alienada [...]. Na verdade, a reeducação, depois do golpe militar de 64, a reeducação do conhecimento [...] foi muito alienada, ela camuflou muito essa vontade nossa de ser livre. Ninguém podia falar nada [...]. E as disciplinas na escola vieram exatamente pra tirar você da sua reflexão. Então, principalmente a filosofia foi retirada. [...] tinha a disciplina artes, mas a arte [...] era bordado, era pintura, aquelas coisas que te deixavam um pouco mais individualizada, sem aquela reflexão mais ampla. Às vezes você colocava [...] a sua arte ali num quadro de pintura, mas não tinha tanta reflexão. Já o teatro não. O teatro [...] revoluciona. Ele te provoca muito e naquela época não tinha isso na escola, o teatro [...] não podia. Exatamente por isso, porque ele é provocador. Ele te mantém bem esperto em relação àquilo que você pode observar em torno de seu mundo. Então acho que o teatro tinha que manter exatamente por causa dessa questão, reflexivo, para abrir a mente, para abrir os objetivos, para as pessoas encontrarem seus caminhos de uma forma mais fácil (NEPOMUCENO, 2022).

Esse despertar pode não ser imediato, pode exigir mais de uma peça e mais que uma peça. Pode exigir conhecimento de outros assuntos e levar anos para que ocorra. Esse despertar também pode causar incômodo e ser doloroso, como aos olhos de quem sai da caverna de Platão, pois, assim como para Brecht (*apud* BOAL, 1991, p. 122), uma peça não deve terminar em equilíbrio, o espectador precisa se desequilibrar para compreender sua relação com o mundo. É imprescindível que o espectador (re)conheça o que está sendo dito, conheça sua realidade de alienação e subjugação, se reconheça nesse local, se inquiete, a fim de transformar a si mesmo e o mundo.

## 5 O TEATRO COMO UMA REALIDADE

A coordenadora do NAC, Consuelo Nepomuceno, presenciou a realização de alguns projetos importantes em comunidades carentes e notou as transformações provenientes do teatro na vida dos jovens participantes e de suas famílias:

Realmente [...] o teatro tem um poder transformador e eu posso te dizer isso por causa dos outros projetos que a gente fez envolvendo, por exemplo, crianças em situação de risco, trabalhamos com projetos como Andarilhos de Tupã, que é um projeto que [...] ia nas periferias da cidade, trabalhava com crianças que estão nessa situação de risco, pais alcoólatras, drogados, prostitutas, família marginalizada. Então a gente trabalhou com várias crianças, e desde o primeiro momento a gente percebeu o crescimento, não só o crescimento pessoal, mas também um crescimento que se alargou em torno das famílias todas a partir do teatro. Então muitos desses meninos que fizeram esse projeto (eram sete professores e eles iam nas periferias dando cursos, quando terminavam o curso, eles deixavam uma espécie de semente, alguém responsável para continuar o projeto) então a gente percebeu que houve uma ramificação muito grande, não só [...] para interessados [...], pelo [...] gosto pela arte, mas principalmente pela forma de convivência. Eu acho que a questão social, o envolvimento social, a coletividade foram mais importantes do que o teatro em si, foi uma transformação. Quando fizemos o fechamento da primeira etapa [...], a gente percebeu que os pais ficavam [espantados, porque] viam meninos [de bairros pobres e marginalizados de Patos de Minas, MG] que a gente sabe que moram bem distante e que tem uma dificuldade, jamais viriam aqui dentro do UNIPAM. Então quando os pais vieram no dia, aí que eles viram o trabalho realizado, muitos choraram e tal, os pais, os professores, perguntaram pra nós: o que que vocês fizeram com esses meninos? Professores do CAIC falaram pra gente: O que que vocês fizeram com esses meninos? Por que hoje eles estão tão caladinhos, tão quietos? Porque no final a gente fez um festival só deles, só com o espetáculo deles, e convidamos o pessoal das escolas [...], da secretaria de cultura para assistir. E aí eles ficaram [...] encabulados de ver como que eles estavam sentados, em silêncio, esperando. E muitos falaram, outros pais também falaram: meu filho nem sabia ler, e de repente ele despertou o interesse pela leitura [...]. Então foram tantas questões [...] sociais importantes que a gente percebe que não só o teatro, mas a arte em si [...] provoca, ela faz uma mudança muito grande. Os pais que queriam ver os filhos deles aqui falaram: a gente está passando aqui para fazer entrega de certificados, mas meu sonho era ver meu filho aqui. [...] E hoje, alguns vieram para o UNIPAM, e não só vieram, não só estudaram, mas também trabalham. Inclusive ainda tem duas meninas aqui que participaram desse projeto, que estão aqui dentro, trabalhando. Então assim, a gente

percebe, o teatro é transformador [...]. Ele transforma o indivíduo e sempre para melhor. Ele prepara o indivíduo [...] para a vida. Essa questão da comunicação, da socialização, de ter essa facilidade de se expressar. Se dar bem em qualquer profissão, porque é como se ele se preparasse se baseando em suas emoções nesses trabalhos que a gente faz, exercícios e [...] laboratório de preparação de ator. Isso transforma muito, muito mesmo o indivíduo (NEPOMUCENO, 2022).

Projetos como esse citado por Consuelo Nepomuceno são raros. Ainda segundo a coordenadora, um outro projeto como esse está parado.

[...] existe um hiato, tivemos que parar, porque na verdade ele era patrocinado por empresa [...], e depois perdemos esse patrocínio. Não por incompetência, mas por questões políticas. Então chegou uma época de transição de política, sabe como que é. E aí então perdemos o projeto. Mas ele não está na gaveta, ele continua ainda no coração e é a “menina dos olhos” aqui do núcleo de arte (NEPOMUCENO, 2022).

Ter o teatro como uma realidade acessível a todos é uma tarefa árdua e repleta de desafios. Os profissionais que procuram se apresentar em comunidades carentes e de forma gratuita muitas vezes não recebem o apoio necessário, pois assim como os demais indivíduos, eles estão prestando um serviço e também precisam conseguir se manter.

Michele Soares atenta para essa urgência em fomentar a arte:

Uma gestão de escola deve se preocupar em possibilitar esses momentos, [fazendo] parcerias com as empresas da cidade, cobrando o poder público, prefeitura, secretaria de educação, e tentar entender que isso não deve acontecer esporadicamente, em datas comemorativas [...], mas que isso deva fazer parte do plano de educação da escola, da secretaria, do município: a relação com a arte. Que esses estudantes conheçam a arte da sua cidade, quem são os artistas da sua cidade, porque se conhece pouco, porque parece que se valoriza pouco, quais são os espaços. E a partir da sua própria realidade ampliar, outros artistas que vêm de fora se apresentar e fomentar esse aspecto democrático de conhecer, fomentar também um outro aspecto de acesso a que os estudantes não só vejam, mas eles também possam produzir. Que eles também tenham acesso a ter aula, a ter oficinas (SOARES, 2022).

A democratização da arte não é uma questão cultural apenas, é uma questão social e educacional. A falta de acesso à arte, como alerta o educador francês Philippe Meirieu (*apud* DESGRANGES, 2006, p. 22), pode causar falhas na comunicação dos

indivíduos. Em seus estudos, Meirieu percebeu a dificuldade que as crianças mais pobres, da periferia de Lião, tinham em se referir ao passado, falar de si e de sua história, diferentemente das crianças que tinham acesso a teatro e cinema.

Para que essa não continue sendo também uma realidade brasileira, é indispensável que haja maior interesse em fomentar a arte e seu acesso e, como dito por Consuelo Nepomuceno (2022), “não tem como fomentar se não fizer, se não mostrar, se não levar alguém que possa também orientar e que possa fazer com eles”.

A seguinte fala do artista Marcos Nepomuceno Luiz (2022) indica como a falta de conhecimento acerca das próprias apresentações da cidade impede que mais pessoas compareçam a espetáculos.

Acredito que se tivesse na programação [...], nem que seja uma vez, levar teatro para dentro da escola. Eu sei que [...] é ruim, não é legal assim, a gente ir para uma escola e apresentar, porque a gente perde a magia do teatro mesmo. Da iluminação, [trecho incompreensível] a acústica bacana, eles irem para um outro lugar. Mas se a escola estivesse aberta a buscar grupos [...], se as escolas procurassem talvez alguma medida, talvez um sábado letivo. [organizasse] algum momento assim que pudesse levar o teatro para dentro da escola, já era uma forma de incentivar. Não seria aquela questão ideal, de pegar os meninos e levar para o teatro, a gente apresentar para eles no teatro seria muito mais fantástico [...], mas a apresentação dentro da escola também já é válida, já vai pelo menos aquela pessoa que vai despertar alguma coisa nela, [e ela vai falar]: nossa, não conhecia. E aqui em Patos [de Minas, MG] isso acontece demais. Às vezes a apresentação é gratuita [...], o portão está aberto, a exposição está bem ali, só que as pessoas não entram porque elas pensam que têm que pagar (LUIZ, 2022).

O que poderia explicar esse não comparecimento também seria o sentimento de não pertencer a esse lugar de cultura, junto ao pensamento de que cultura é “coisa da elite”, corroborando a manutenção da divisão desses espaços. Portanto, a presença do teatro no dia a dia de jovens e adultos é um ensejo não apenas de transformar o olhar, mas também de pertencer, de acessar espaços antes tidos como impossíveis e incabíveis.

### 5.1 UMA MUDANÇA VISÍVEL

Ao que se pôde perceber até aqui, não há dúvidas de que ocorre sim uma mudança através do teatro. Mas seria possível dizer que essa mudança é visível?

De acordo com o artista plástico Marcos Nepomuceno, com a coordenadora do NAC do UNIPAM, Me. Consuelo Nepomuceno, e com a artista cênica Michele Soares, essa mudança é visível e se traduz na movimentação interna e externa do espectador. Ao serem questionados acerca do momento em que essa mudança é perceptível, há um consenso de que seria em todo o processo teatral, mas principalmente após a peça.



Pontua Soares:

Eu digo que [a mudança] é mais visível após, mas durante [as apresentações] também, [...] a depender muito do próprio indivíduo [...]. às vezes essa transformação a gente percebe ali na hora, no olhar, [no movimento], na receptividade, no envolvimento, no permitir que a emoção extravase, a pessoa ou ri muito ou chora. Logo que acaba às vezes vem conversar, comentar, coisas. Mas eu acho que isso se potencializa ainda mais depois. Depois que a gente sai ali do espaço da arte e a gente vai embora, e aquilo fica fomentando, se movimentando dentro da gente. E aí é um momento muito importante [...] porque aquilo que te tocou agora vai se comunicar com o que você é, com as suas memórias, com as suas referências, com as suas opiniões, vai destrancar essas portas e aí é onde talvez você reveja algum modo de pensar, algum valor, algum conceito, preconceito. [...] Já me apresentei como artista, com grupo, para comunidade carente, como eu também já estive em contato com aluno ou aluna, estudante, carente, dentro de escola [...]. E aí, no caso de apresentações, quando a gente estava como artista, com grupo, a gente percebe essa transformação de um modo mais sutil e mais momentâneo, [...] ali na hora da apresentação, principalmente com criança. Você vê o envolvimento e desejo daquilo se prolongar na vida deles [...]. Então a gente reconhece a carência daquela linguagem, da arte na vida deles, de como aquilo faz bem, de como eles e elas gostam daquilo e ficam desejosos de que acontecesse mais. Então sempre [há] um movimento de abertura, de interesse, de vontade. E como professora, com estudante carente, [...] a gente consegue perceber ainda mais. Porque aí não é um dia que você está ali [...], na hora da apresentação [...]. Até hoje, quantas pessoas, estudantes, chegam pra dizer: “ah, eu não conhecia a arte, eu não tinha arte, eu não tinha e mesmo hoje a gente não tem muito acesso à cidade, como eu gostaria, porque hoje eu vejo diferente, me modificou. Por esse contato [...] permite que a gente [...] crie movimentos dentro da gente e é a gente mesmo. Esses estudantes às vezes veem, e eu fico muito agradecida, porque às vezes veem em mim esse canal, mas eu sou só um canal, porque a transformação quem faz é o [a] próprio estudante, é o caminho deles [...]. Então é muito bonito de ver, e assim, eu vejo são muitos casos, é muito legal (SOARES, 2022).

Na perspectiva de Consuelo:

[Ocorre uma mudança] não só do espectador, [mas] também daquele que faz o teatro. Eu acho que o teatro é uma forma de troca de energia muito interessante que existe entre o espectador e o ator [...]. A plateia [...] se comove ou não dependendo do trabalho do ator, da direção, de todos os elementos que incorporam o teatro. [...] é um processo. É o antes, o durante e o depois. Ele continua, e eu acho que depois de um conhecimento adquirido, depois de uma experiência adquirida, isso aí fica pra vida (NEPOMUCENO, 2022).

Já Marcos sinaliza:

Ao mesmo tempo. Acontece durante, quando está acontecendo uma cena que a pessoa começa a refletir, começa a ver um outro lado que ela nunca tinha pensado, por causa da atuação que está mostrando um lado que ela não tinha pensado, mas depois também, porque muitos... eu mesmo já fiz alguns festivais fora que existe o debate após o espetáculo. Então os jurados vão perguntar, ou o público também, vão perguntar sobre o que aconteceu dentro do texto, e aí a gente tem aquela forma pra falar ali o que a gente acha, o que pode levar as pessoas a refletir. É sempre mostrando um caminho. Então existe aquela reflexão que [...] está exatamente na peça, e a janelinha abre ali e ele fala: olha, nunca tinha pensado por esse lado. Mas existe pós também onde a gente pode fazer reuniões [...] ou pode ser seus amigos também. Porque às vezes você sai do espetáculo, vai comentar com uma outra pessoa e ela fala: nossa, interessante esse assunto. E também acaba levando essa pessoa em um outro dia para o teatro também, então eu acho que [a reflexão] nunca para de acontecer (LUIZ, 2022).

Esse movimento de conversa após a peça é imprescindível para uma melhor absorção do que foi apresentado em cena e para a incitação do ser crítico. O que mostra a necessidade de se pensar esse processo, como um momento não apenas de recreação e lazer, mas também de inquietação e estimulação do sujeito como transformador de sua realidade.

Infelizmente não foi possível contatar nenhum dos participantes do projeto mencionado anteriormente por Consuelo, mas é importante salientar que os jovens passaram por uma transformação visível aos olhos de quem estava presente naquele momento, e essa transformação teve e têm impacto em suas vidas até os dias de hoje.

## 5.2 QUAL TEATRO?

Existiria uma espécie de teatro ou uma peça específica capaz de transformar? Segundo Marcos Nepomuceno, “[...] depende muito dos textos [...]. Na hora que a gente [...] apresenta as ideias para as pessoas, elas têm ali a sua livre escolha de entender o que está acontecendo no mundo, e talvez julgar certo ou errado também, é ali que eles vão refletir” (LUIZ, 2022).

Pouco depois ele assente que “Qualquer peça teatral [é passível de transformação]. Tudo bem que às vezes é mais fácil talvez em um drama. Mas em qualquer peça dá para você refletir sobre alguma coisa” (LUIZ, 2022).

De acordo com Consuelo Nepomuceno:

Qualquer peça consegue. A arte [...] transforma, não só aquele que faz, mas aquele que vê também, que assiste. Mas para isso a pessoa precisa ser tocada. Então a pessoa que realmente quer fazer arte, eu acho que todo mundo consegue, é possível porque todo mundo tem a arte dentro de si, é só se expressar [...] de qualquer maneira [...], escrevendo um texto, [...], cantando, dançando, fazendo teatro. E o teatro é das artes a mais coletiva, porque ela envolve tudo [...]: a dança, a música, a expressão corporal, as artes plásticas na confecção de cenários, figurinos. Então entra uma quantidade muito grande, um leque muito grande de artes que estão envolvidas quando você faz teatro. E a transformação [...] acontece [...], é inevitável (NEPOMUCENO, 2022).

Não desconforme, Michele Soares hoje acredita que

toda arte [tem potencial], qualquer tipo de arte, qualquer tipo de linguagem artística e qualquer estilo é possível de atingir o público e levar essa transformação. [...] mas certamente aquelas que buscam objetivamente isso, ao se elaborarem, ao se constituírem, [...] nas obras mais engajadas socialmente talvez isso se potencialize mais (SOARES, 2022).

Para Boal (1991, p. 121):

O que afirma Brecht é que, nas peças idealistas, a emoção atua por si mesma, produzindo o que ele chama de *orgias emocionais*, enquanto que as poéticas materialistas, cujo objetivo não é tão-somente o de interpretar o mundo mas também o de transformá-lo, e tornar esta terra finalmente habitável, têm a obrigação de mostrar como pode este mundo ser transformado.

Em vista disso, seria correto afirmar que qualquer forma de arte e especialmente qualquer peça e qualquer espécie de teatro têm potencial de transformação na vida dos indivíduos, porém algumas – as que buscam necessariamente essa mudança – mais que outras. Basta que os indivíduos estejam preparados para olhar com outros olhos, olhos analíticos, críticos, capazes de transformar a si e o seu entorno.

### 5.3 QUAL O GRAU DE TRANSFORMAÇÃO?

Ao se pensar nos instrumentos subjetivos que permeiam a educação do ser pensante, se faz inexequível uma mensuração em dados exatos. Entender o grau de transformação proveniente do teatro vai além de estimar em números, já que se fala de indivíduos diferentes, com vivências diferentes, acessos diferentes, conhecimentos diferentes e oportunidades diferentes.

De acordo com Michele Soares:

É difícil mensurar dentro de uma análise sob o campo da arte. [...] no campo da arte isso é subjetivo [...] entre o público e os atores, eu acho que são tempos e campos muito diferentes para a gente usar a mesma medida de mensuração. [...] são experiências diferentes, são tempos diferentes, são vivências diferentes. Então certamente o grau de apreensão crítica também será diferente. Uma porque o ator não está só ali, naquele momento da apresentação. Para que ele esteja ali ele percorreu um caminho longo [...], de envolvimento com aquele texto, com aquela história, com aquela temática. E o público, às vezes o contato dele talvez é o primeiro contato com a linguagem artística ou com aquele tema. [...] vai depender do que foi experimentado e caminhado até ali, até aquele momento por cada um desses sujeitos (SOARES, 2022).

Por isso a necessidade em preparar esse espectador para uma melhor experiência teatral e crítica. Sem embargo, é seguro dizer que a transformação de fato acontece, é visível, aumenta as possibilidades de crescimento pessoal, social e profissional de jovens em formação e é indispensável e essencial em suas vidas.

### 5.4 O TEATRO EM NOIVA DO CORDEIRO

Noiva do Cordeiro é uma área rural, localizada no município de Belo Vale, (MG). A comunidade lá existente é autossustentável e composta por cerca de 300 pessoas, com relativo ou nenhum grau de parentesco, sendo todos considerados como parte da família. A filosofia seguida pelos membros se baseia no trabalho colaborativo. Mas essa filosofia vai bem mais além.

A comunidade tem como ideologia o respeito, o bem-estar e o amor ao próximo, sem cobranças ou quaisquer tipos de exigências. A fim de atingir seus objetivos, são

organizadas peças dos mais variados assuntos, com a função de educar, conscientizar e ampliar a visão de mundo dos residentes.

Flávia Vieira é uma das responsáveis pelas peças. Ela escreve, treina os atores e ajuda nas demais áreas do teatro. Segundo ela, muitos temas já foram trabalhados por meio de peças:

Desde quando a gente se organizou, passou a morar junto, que a dona Delina foi acolhendo todo mundo, a partir do momento que a gente passou a ter uma vida coletiva, que aí a gente foi vendo a necessidade de trabalhar várias áreas [...]. Porque o ser humano [...] tem muitas limitações, e pra gente ir melhorando tem que ir trabalhando mesmo, e o teatro é uma ferramenta que, aqui dentro, é a que mais ajuda. Mais do que reuniões [...] ou uma palestra. A gente vê que o efeito do teatro é diferenciado (VIEIRA, F., 2022).

Para Flávia Vieira, o teatro possui um “efeito diferenciado” porque o que se vê na prática é:

[...] quando [se] apresenta um teatro, [...] ele funciona como um espelho, [...] toca no coração da pessoa, [...] é como se ela [visse], é como se fosse você na prática. Prática e teoria. [A] palestra [...] intimida muitas pessoas. Quando você está corrigindo alguém, mesmo [se] você se incluir e falar: “Nós precisamos melhorar.” Ninguém gosta muito de algo imposto [...], parece que corta seu raciocínio, você [se sente] meio intimidado. O teatro [...] abre, ele faz o contrário. Ele abre o seu raciocínio, ele abre a sua mente, faz você trocar de lugar, [...] eu acho que faz você ter mais empatia, faz você saber se colocar no lugar do outro assistindo. Porque poderia ser você ali. É como se alguém desse um depoimento muito íntimo, muito pessoal, abrisse o coração ali. E o teatro é isso pra mim, ele [...] toca um lugar que eu acho que só ele [consegue] (VIEIRA, F., 2022).

Assim como para Michele Soares, Marcos Nepomuceno Luiz e Consuelo Nepomuceno, Flávia Vieira acredita que a transformação do olhar do espectador é visível e funciona como um processo:

Olha, eu diria que [...] os resultados a gente vê mais a frente, mas o choque é na hora, porque a gente vê isso nitidamente. A gente que está envolvido e fica esperando resultado, [...] fica prestando atenção na plateia [...]. aí [na] hora que termina, a gente geralmente vem tomar café aqui, [vão] se formando grupos de papo, e falam sobre aquilo não só naquela noite [...], geralmente [são] uns três dias, uma semana dependendo do assunto. Vários grupos, de

várias idades, [...] sabe, aquele bolinho [de gente] para tomar café, e fala, fala, falando aquilo. Então é um processo: você viu, assimilou, pensou, debateu, debateu, debateu e chegou em uma conclusão. Então é um processo (VIEIRA, F., 2022).

De acordo com Flávia Vieira, não há necessidade de programar as rodas de conversa posteriores à peça; elas acontecem naturalmente, em um movimento de busca de apreensão do conteúdo da apresentação:

Essa roda de conversa acontece informalmente. [...] E a gente tem muito o hábito de conversar, então às vezes [na] hora que acaba os mais velhos vêm na gente, sabe? Mistura[-se] todas as idades ali, conversam, [vão] num grupo, vêm na gente que criou, falam: “Nossa, gostei!” Vão em outro, vão em outro e falam. Fala-se muito (VIEIRA, F., 2022).

Quando questionada sobre uma divisão etária nas apresentações, Flávia Vieira explica que há uma preocupação acerca do uso de linguajar inadequado a crianças, mas que não se faz uma separação, todos assistem:

A gente não tem separação, seja um assunto como esse aí de sexualidade ou [outro]. Porque para mim, para nós aqui todos, a nossa vida [...] é coletiva. Então ela não precisa de um filtro, a não ser assim sobre o tipo de coisas que não se deve falar com criança [...], mas qualquer [um] desses assuntos abordados não precisa essa separação de criança, de idade, é tudo junto, todas as crianças vão lá para as apresentações. Então a gente toma cuidado com o palavrão, ou falar sobre sexo, aquela coisa que vai estar além da idade da criança. Mas esses assuntos assim são [...] para todos. A gente faz e é aberto até às pessoas de fora que quiserem vir assistir. Não é fechado (VIEIRA, F., 2022).

O assunto de sexualidade citado por Flávia Vieira se trata da peça que conta a história de Erick Vieira, outro membro da comunidade. Para Flávia e Erick Vieira, essa peça foi um marco em suas vidas e uma prova de que o teatro é capaz de transformar o olhar do espectador:

Nossa, muitos, muitos temas, assim, que a gente viu que estavam precisando melhorar [foram trabalhados através do teatro]. O que eu vi de mais importante foi o da sexualidade mesmo [...]. Na minha geração, até então aqui na comunidade, ninguém tinha se manifestado. Com certeza tinha [homossexuais] mas, como era uma cultura muito fechada, [...] não tinha o hábito de se falar sobre isso.

Eu mesma nunca tinha pensado como que era gay. Para mim, [...] gay era uma escolha, uma postura, na verdade eu nem tinha pensado sobre aquilo, era muito longe. Aí quando o Erick [Vieira] chamou a Delina e conversou e ela chamou a gente e contou eu fiquei muito chocada, porque [...] em primeiro lugar ele é da minha idade, é da nossa geração [...]. Nós jovens, eu não tinha percebido e eu fiquei muito triste, porque eu não tinha visto, mesmo convivendo muito juntos, da hora que acorda até a hora de deitar, eu não tinha visto a tristeza dele. Porque ele era muito na dele, eu achava que era o jeitinho dele. Então a gente se cobrou muito. E aí ela [Delina] falou [...]: “Gente, faz o teatro. Porque o teatro toca as pessoas.” Aí a gente sentou com ele, ele foi o pivô central para a gente escrever a peça. Ele contou tudo que [...] estava sentindo e foi um choque para a gente. Aí nós escrevemos a peça e eu achei muito bonito que [...] um rapaz aqui que é igual irmão do Erick, [...] se propôs a fazer o par com ele [e na] hora que o Erick viu que todo mundo estava se doando [ele] falou: “Então eu vou fazer.” Porque ele nunca tinha subido no palco, o Erick [...] é muito tímido para essas coisas. E ele se propôs a ir porque ele viu que todo mundo tinha vestido a camisa. E esse [colega que se propôs a fazer um par com Erick na peça] é um homem casado, com filho e ele falou: “Não, eu faço questão de eu fazer o par com você, já para incluir, para mostrar.” E na peça a gente colocou o preconceito como um personagem [...] debochando de tudo, gloriando de tudo que as pessoas faziam, como se ele gostasse, porque eu acho que o mal gosta do mal. Então, [na] hora que terminou a peça, [...] a gente estava muito emocionado, porque para o Erick custou muito [...] fazer isso, foi libertador. Mas tudo que é libertador te rasga o peito [...], então foi assim, muita emoção. [Na] hora que terminou o salão inteiro estava chorando. E na minha geração ver esse efeito foi emocionante, mas eu ver na geração passada, de senhores de 70 anos, assistir[em] o teatro e [na] hora que terminou [irem] lá e [darem] um abraço nele... porque teve um [momento] no teatro que a gente falou que fez a peça pensando [no que estava acontecendo], contou o que o Erick estava vivendo, que era para ele, e as pessoas abraçaram o Erick e [abriram] o coração. Pessoas que faziam piada de homossexualidade, que era piada para nós, [...] ninguém tinha noção da ferida, [de que aquilo] podia acabar com a vida da pessoa. Essa que é a realidade. Aí, mudou. Então você vê uma pessoa de 70 anos, que teve uma criação baseada em outros princípios, [de] que aquilo era imoral e não sei o que, vir abaixo por amor. Então isso é lindo, é um dos dias assim mais lindos que eu vi, o que [...] o amor é capaz de fazer.

Então destruiu isso tudo e a partir desse dia passou a ser natural, ninguém nunca mais falou nesse assunto, não precisou de uma conversa, não precisou de nada. Todos que eram gays se sentiram à vontade. E não precisou falar mais nada do assunto, tipo, sejam felizes, vocês são nossa família, pode ser o que você quiser ser, o que você nasceu sendo. Seja você mesmo. Então esse é um dos temas que mais me toca por isso, porque foi um estalo que eu vi no meu olho, assim, acontecendo. Foi lindo! E pegar todas as gerações. Então, por esse exemplo aí você consegue imaginar nos outros também, de convivência. O professor ali falando sobre [a] outra vez que [...] veio [à comunidade], ele observou sobre brincadeiras [de mal gosto entre os moradores da comunidade que não são vistas pelos visitantes]. Isso é um assunto que já foi trago em teatro, sobre excesso de brincadeiras, sobre a falta de cuidado. Porque [num] convívio diário, você tem muita intimidade, você conhece a pessoa de trás para frente, então as brincadeiras se tornam naturais. E a brincadeira, quando [...] passa do ponto, [...] deixa de ser engraçada para ser ridicularizar o outro. Se o outro ficou nesse papel, para mim é crueldade. Então a gente fez vários teatros, mostrando isso. Sobre o cuidado com a palavra que não volta atrás, às vezes você desperta um gatilho na pessoa que você nem faz ideia, uma brincadeira que, olhando por fora, a pessoa não vai expor. Então [o teatro é utilizado para falar sobre] tudo, sobre lixo... a gente já fez, o cuidado com essas coisas, às vezes [d]o básico ao profundo. Tudo que a gente vê que está tendo necessidade, a gente faz (VIEIRA, F., 2022).

Erick Vieira conta como foi ver essa transformação ocorrer na comunidade:

[...] Eu sou da geração da Flávia, então a gente cresceu numa época que era bem mais pobre [...], a gente não tinha muito acesso a tv, rádio, essas coisas [...] e eu cresci muito sem referência de homossexuais [...]. Quando eu me mudei para Belo Horizonte [MG] para trabalhar, porque [...] antigamente praticamente todos os homens iam para trabalhar em Belo Horizonte, aí eu com 16 anos eu fui para concluir o ensino médio e arrumar um trabalho. Foi quando eu comecei a perceber que eu era homossexual, porque até aqui, como você tem uma relação muito próxima e convive muito com as pessoas, é difícil você distinguir atração, porque, por exemplo, como que eu vou ter atração pela Flávia [Vieira] se a gente é criado como irmão? [...] Já se limita muito nessa questão, então, eu não tinha muita essa noção, até eu ir para Belo Horizonte. [Flávia diz: “Achava que era amor fraternal”] É, você não



tem muito uma distinção. E falta de referência também, a gente era muito infantil naquela época. [...] Aí, quando eu fui para Belo Horizonte foi quando eu comecei a perceber. Aí, durante um período eu fiquei muito deprimido porque a minha vida sempre foi aqui [na comunidade], as pessoas que eu conhecia eram tudo daqui, e [...] eu tinha muito medo de perder, por causa da reação das pessoas. A gente vinha de uma religião muito rígida, [...] as pessoas acabam carregando isso pra si também [...]. Eu tinha muito medo de como que seria se por acaso alguém soubesse que eu era gay. E foi depois de um tempo, muito deprimido eu fui e conversei com a Delina. Aí, eu cheguei no quarto dela, não conseguia falar, só chorava, chorava. Aí, ela me colocou no colo, [...] eu fui e falei, e ela falou: “Não, fica tranquilo, vai passar!”. Aí, eu consegui me recompor, saí do quarto. Aí, a Delina [...] chamou as meninas, contou para elas, aí que surgiu a ideia do teatro. Mas foi tipo incrível a transformação. Eu lembro do Elias, ele deve ter uns 70 anos. Nossa senhora! Ele ficou comovidíssimo com o teatro [...], muita gente ficou comovida, e foi uma transformação mesmo. Depois, na sequência, [...] a companhia de dança do Palácio das Artes ia fazer uma apresentação inspirada na Noiva do Cordeiro, aí vieram os bailarinos, eu comecei a namorar um [deles]. Ele vinha aqui nos finais de semana e [...] chegou a falar que em Belo Horizonte era normal ser gay, mas na Noiva do Cordeiro era natural ser gay, de tanta diferença que dava, porque tipo, você não tem uma diferenciação entre as pessoas, todas as pessoas são importantes (VIEIRA, E., 2022).

Flávia e Erick Vieira dizem não saber qual foi a primeira peça a ser encenada com o intuito de transformar, mas que, desde sempre, o teatro é utilizado na comunidade:

É antigo o teatro. Desde que a gente se organizou [...] para morar junto [...], fazia o teatro primeiro... peça de dança, de Sandy & Júnior, ou então montava Shakespeare, montou Romeu e Julieta, mal feito pra [palavrão], [Erick fala: “Para ter entretenimento mesmo, para entreter. Para ter alguma coisa, se fazia isso.”] Aí começou a ver... a primeira que fez? Eu não consigo lembrar. Que tinha significado? [Erick fala: “De significado eu não lembro.”] Teve uma que fez que a dona Delina e todo mundo notou a diferença... eu não lembro qual não. [Erick fala: “Também não.”] Aí passou a fazer de tudo, [...] a primeira se perdeu na memória... não lembro. Mas aí, é tipo, se discutia tudo no teatro. E até hoje é assim. O teatro da dona Delina que a gente fez [...] é para a gente não esquecer quem nós somos, de onde viemos, porque eu acho que a

história, você não dá valor nela, se você não souber da sua própria história (VIEIRA, E., 2022).

Independentemente de quando se iniciou a relação da comunidade com o teatro, é visível pelos moradores que sua utilização tem sido bastante produtiva, tanto como um recurso de lazer e entretenimento, quanto como um recurso didático e desenvolvedor de criticidade no espectador.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises apresentadas e realizadas neste trabalho, é possível concluir que o teatro é capaz de causar grandes transformações na vida dos espectadores, impactando em sua formação, principalmente no que tange ao olhar crítico e à inquietação em se perceber num lugar de carência e falta de acessos. Isso porque, atualmente, a realidade de grande parte do acesso à arte e à cultura brasileira segue elitista, não deixando espaço para lazer e muito menos descortino de jovens e adultos pobres e marginalizados.

Percebe-se também que não há um teatro específico que possa causar tal transformação e que não é possível mensurar o grau de transformação gerada em cada indivíduo, visto que cada transformação é única e parte de estímulos e oportunidades distintas a cada sujeito, conforme suas vivências na sociedade.

Ainda, é possível inferir que, apesar do que propõe a BNCC, as aulas de artes ofertadas pelas escolas são, em sua grande maioria, superficiais, ministradas por professores sem a qualificação necessária e não contemplam todas as benesses que a arte pode suscitar, impedindo a formação plena do indivíduo como um ser pensante e crítico.

É admissível constatar que o teatro se transformou ao longo do tempo. Seu papel de alienação se modificou ao longo do tempo e passou a ter a função contrária, de transmitir conhecimento e ampliar o olhar do espectador, tornando-o mais ativo, sujeito de si e capaz de mudança no mundo.

## REFERÊNCIAS

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DESGRANGES, F. **A pedagogia do teatro: provocação e dialogismo**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LUIZ, M. Patos de Minas, Brasil, 22 out. 2022. Entrevista concedida a Amanda Rodrigues de Miranda.

NEPOMUCENO, C. Patos de Minas, Brasil, 19 out. 2022. Entrevista concedida a Amanda Rodrigues de Miranda.

ORTOLAN, E. **História do teatro**. 2. ed. Joinville: Clube de Autores, 2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=j5PtDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=ortolan+teatro&ots=nJ4Nn5uf9p&sig=ijV39h51Lu-ed4aGrNkusO\\_aXYA&redir\\_esc=y#v=onepage&q=ortolan%20teatro&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=j5PtDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=ortolan+teatro&ots=nJ4Nn5uf9p&sig=ijV39h51Lu-ed4aGrNkusO_aXYA&redir_esc=y#v=onepage&q=ortolan%20teatro&f=false). Acesso em: 14 out. 2022.

SOARES, M. Patos de Minas, Brasil, 23 out. 2022. Entrevista concedida a Amanda Rodrigues de Miranda, via Google Meet.

VIEIRA, E. Noiva do Cordeiro, Brasil, 19 nov. 2022. Entrevista concedida a Amanda Rodrigues de Miranda.

VIEIRA, F. Noiva do Cordeiro, Brasil, 19 nov. 2022. Entrevista concedida a Amanda Rodrigues de Miranda.

# A gripe espanhola em Patos de Minas (MG)

*The Spanish Flu in Patos de Minas*

BRUNO SOARES DAMACENO  
Discente do curso de História (UNIPAM)  
E-mail: brunodamaceno@live.com

ALTAMIR FERNANDES DE SOUSA  
Professor orientador (UNIPAM)  
E-mail: altamirinho@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Incontáveis são na História os exemplos de doenças que mudaram o curso dos acontecimentos. Dentro desse escopo, encontramos a pandemia de Gripe Espanhola, que se alastrou pelo mundo causando milhões de mortes. A presente pesquisa tem como objetivo historicizar a pandemia de gripe espanhola na cidade e no município de Patos de Minas (MG) no período que vai do final do ano de 1918 ao início do ano de 1919. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental em fontes primárias, para assim conseguirmos contextualizar o estado de coisas do município no final da segunda década do século XX e relatar como a pandemia ocorreu nessas terras.

**Palavras-chave:** Gripe Espanhola. Patos de Minas. Pandemia.

**Abstract:** History has countless examples of diseases that changed the course of events. Within this scope, we find the Spanish Flu pandemic spread throughout the world millions of deaths. The present research aims at historicizing the Spanish Flu pandemic in the city and municipality of Patos de Minas (MG) between the end of 1918 and the beginning of 1919. Its methodology consists of bibliographic and documental research in primary sources, so we can contextualize the state of affairs in the municipality at the end of the second decade of the 20th century and report how the pandemic occurred in these lands.

**Keywords:** Spanish flu. Patos de Minas. Pandemic.

---

“Os flagelos, na verdade, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós. Houve no mundo igual número de pestes e de guerras. E contudo as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevenidas” (Albert Camus).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Confirmando as palavras do escritor argelino Albert Camus de que as pestes pegam as pessoas desprevenidas, o ano de 2020 deixou o mundo em alerta com o aparecimento da Covid-19 e a consequente pandemia gerada por ela. E, como é próprio dos momentos de crise, as pessoas se voltaram para a História em busca de

acontecimentos semelhantes do passado, algo que explicasse tudo o que estava acontecendo, e o súbito interesse por outras pandemias tomou conta da mídia, das conversas cotidianas e também dos historiadores. Ao olhar a nossa própria realidade, começamos a indagar o passado: como pessoas de outros tempos lidaram com suas pestilências? Como a mídia de outras épocas lidava com a pandemia? As pessoas eram bem informadas ou detalhes eram ocultados? As autoridades se preocupavam em registrar dados oficiais ou tentavam mascarar a verdade?

Tendo essas questões em mente, decidimos levantar dados acerca de outra pandemia ocorrida pouco mais de cem anos antes e que ainda choca pela sua letalidade e pela rapidez com que aconteceu: a gripe espanhola. Para tal empreitada, partimos de algumas questões básicas, a saber: como a gripe espanhola afetou Patos de Minas (MG)? Quando o novo vírus influenza chegou a Patos de Minas (MG)? Como a gripe espanhola foi tratada e noticiada nos jornais existentes na cidade? Foram tomadas medidas profiláticas e terapêuticas para ajudar a população? Quantas pessoas morreram no município?

Para empreender tais objetivos, recorreremos aos jornais publicados na época, aos registros do cemitério e da Câmara Municipal e à bibliografia disponível sobre a pandemia no mundo e no Brasil, que nos deram um panorama geral de como e quando a gripe começou a se disseminar e quais os efeitos causados por onde ela passou. Do ponto de vista metodológico, portanto, trabalhamos com fontes primárias, que é a base do métier do historiador, e de onde podemos extrair dados e elementos que nos ajudam a compreender a sociedade daquele tempo e o percurso que essa sociedade percorreu até chegar aos dias de hoje.

A história da Gripe Espanhola está intimamente ligada aos jornais, até mesmo o nome pelo qual essa gripe ficou conhecida advém dessa ligação. Quando, em 1918, os primeiros sinais de que uma doença nova que se espalhava e matava rapidamente começaram a aparecer, o mundo estava envolvido nas batalhas da Grande Guerra iniciada em 1914 e, por isso, muitos países como França, Alemanha e Inglaterra, exerciam censura aos jornais fazendo com que muitos fatos não fossem relatados ou fossem minimizados por questões políticas, para manter a moral do povo e das tropas intactas. Dentro desse combo de notícias que não ganharam destaque está o surgimento do novo tipo de gripe que começava a acometer algumas regiões do globo.

Porém, na Espanha, os jornais não haviam perdido sua liberdade de noticiar, uma vez que o país permaneceu neutro no conflito que ocorria no continente europeu. Desse fato, originou-se o nome pelo qual ficou conhecida a doença responsável por gerar mais mortes que a própria guerra em curso e responsável por uma das pandemias mais letais da história: a Gripe Espanhola.

Segundo Schwartz e Starling (2020, p. 51), da mesma forma como aconteceu no restante do mundo, aqui no Brasil a população pôde acompanhar o desenrolar da pandemia e o avanço da gripe espanhola pelas notícias dos jornais. “É certo que, diariamente, e desde o final do mês de junho de 1918, os periódicos nacionais estampavam manchetes acerca das mortes e das medidas de isolamento adotadas nos Estados Unidos e na Europa”, porém os relatos eram feitos de maneira pouco alarmistas, uma vez que os “jornalistas o faziam, a princípio, de maneira fria, como se a distância servisse de impedimento para que a grande influenza aportasse em terras tropicais”.

## 2 A GRIPE ESPANHOLA

Das várias teorias existentes, a mais aceita para o surgimento da gripe espanhola é a que aponta como local de início o estado do Kansas nos Estados Unidos da América. Essa é a teoria apresentada pelo historiador John Barry (2020), que localiza o surgimento desse novo vírus no condado de Haskell, no estado do Kansas, no princípio de 1918. Esse vilarejo, localizado no que conhecemos como Velho Oeste, em uma paisagem que imediatamente relacionamos com filmes hollywoodianos desse gênero, era uma região de criação de gado e que sofria com o clima extremo de secas que rachavam o chão no verão e chuvas escassas ou, ao contrário, sofria com o inverno rigoroso, em que a terra era castigada por ventos de frio cortante e a sensação térmica podia atingir os quarenta graus negativos.

Foi nessa localidade, entre o final do mês de janeiro e início do mês de fevereiro de 1918, que o médico local, chamado Loring Miner, percebeu algo diferente em um de seus pacientes, uma intensidade rara no que parecia ser sintomas comuns de gripe: febre alta, tosse seca, violentas dores no corpo e na cabeça. Casos parecidos foram se espalhando pela região assustando o médico que “nunca tinha encontrado uma gripe como aquela. Era violenta, de evolução rápida pelo corpo e às vezes letal. Era capaz de matar” (BARRY, 2020, p. 106). Em meados do mês de março, a doença desapareceu da região, mas ainda preocupava Miner, que, mesmo a gripe não sendo uma doença que por lei precisava ser notificada às autoridades de saúde pública nacional, fez a notificação para servir de alerta.

Nos primeiros seis meses de 1918, o alerta de Miner a respeito de uma “gripe severa” foi a única referência naquele periódico [Public Health Reports]<sup>1</sup> de uma ocorrência da doença em todo o mundo. Outros periódicos médicos traziam naquela primavera artigos sobre surtos de gripe, mas todos ocorreram depois de Haskell e não foram classificados como um alerta para a saúde pública. O condado de Haskell permanece como local da primeira aparição da gripe em 1918, sugerindo que um novo vírus se adaptava violentamente ao homem (BARRY, 2020, p. 107).

Nesse período em que a gripe estava contaminando os moradores do vilarejo no Oeste, a guerra na Europa exigia dos Estados Unidos cada vez mais mobilização de soldados para o fronte de batalha, gerando deslocamento de homens dentro do território americano para as diferentes bases militares do país. O jornal local publicou que alguns homens de Haskell, “Dean Nilson, Ernest Elliot e John Bottom, além de provavelmente vários outros homens não identificados”, partiram na última semana de fevereiro de

---

<sup>1</sup> Periódico do departamento do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, publicado semanalmente como forma de alertar os profissionais de saúde a respeito de possíveis surtos epidemiológicos e de outras doenças que precisavam ser notificadas.

1918 rumo a Camp Funston, um quartel da grande base militar de Fort Riley. “Tudo leva a crer que chegaram entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, e o hospital da base militar começou a receber soldados acometidos de gripe a partir de 4 de março”. Esse período de tempo “cobre com precisão o período de incubação do vírus influenza. Ao cabo de três semanas, 1.100 soldados em Funston estavam tão doentes que precisaram ser hospitalizados” (BARRY, 2020, p. 185).

O deslocamento de soldados fez com que a gripe não só atingisse outras bases militares dentro dos Estados Unidos, como também chegasse à Europa. A gripe atingiu as bases militares de Forrest e Greenleaf em 18 de março, ambas no estado da Geórgia, após duas semanas que o primeiro caso havia sido observado na base de Funston. Naquela primavera do hemisfério norte, das trinta e seis maiores bases do exército, vinte e quatro foram vítimas do surto da gripe. Quase um mês depois, em 10 de abril de 1918, foi relatada a primeira ocorrência dentro do exército francês e no final do mês a gripe atingiu a cidade de Paris (BARRY, 2020).

A biologia divide os vírus influenza, responsáveis por causar a gripe em humanos, em três grupos: A, B e C. A Gripe Espanhola foi causada pelo vírus H1N1, que pertence ao grupo A, o único grupo capaz de causar uma epidemia. Os vírus do grupo B não possuem poder de causar uma epidemia, e os do grupo C apenas ocasionalmente conseguem causar doenças em um ser humano.

Os vírus influenza não se originaram em seres humanos. Na natureza, residem em aves aquáticas silvestres. Aliás, existem bem mais variantes dos vírus influenza em aves do que em seres humanos. Mas a doença é consideravelmente diferente entre as espécies. Nas aves, o vírus infecta o aparelho gastrointestinal. Os excrementos contêm grandes quantidades de vírus que podem contaminar lagos e outros reservatórios de água. Os vírus aviários são transmitidos para humanos quando existe uma exposição maciça, mas, ainda assim, não consegue ser transmitida de um ser humano para outro, a não ser que sofra uma mutação. Pode acontecer também de o vírus infectar outro mamífero, como suínos, e então contaminar o homem, “quando uma nova variante do vírus influenza se adapta a nós, existe a possibilidade de que se espalhe rapidamente por todo o mundo. Existe a ameaça da pandemia” (BARRY, 2020, p. 114).

As doenças infecciosas que nos chegam na forma de epidemias, e não como um pinga-pinga regular de casos, têm várias características comuns. Primeiro, elas se transmitem rápida e eficazmente da pessoa contaminada para as saudáveis que estão próximas, e com isso a população inteira fica exposta em pouco tempo. Segundo, são “doenças agudas”: num curto período, ou as pessoas morrem ou se recuperam completamente. Terceiro, os felizardos que se recuperam desenvolvem anticorpos que os deixam imunes por muito tempo a uma repetição da doença, possivelmente para o resto de suas vidas. Finalmente, essas doenças costumam ser restritas aos seres humanos; os micróbios que as provocam não costumam viver na terra ou em outros animais (DIAMOND, 2013, p. 170).

O que espantava as pessoas era a velocidade não só com que a gripe espanhola se espalhava, mas também com que os sintomas evoluíam para a morte. O período de incubação era pequeno, entre um e três dias as pessoas já começavam a manifestar um ou mais dos sintomas, apresentando um grau de letalidade muito elevado.

Os sintomas variavam, mais atrapalhando que ajudando na confirmação do contágio: zoeira nos ouvidos, surdez, cefaleia, hipertermia simples, eram os mais relatados. Mas esse era só o começo. Surgiam, então, as diarreias, os vômitos sanguíneos, as hemorragias, fase em que era comum ocorrerem perturbações nos nervos cardíacos e infecções que alcançavam intestinos, pulmões e meninges, levando a vítima a uma série de sufocações, a dores lancinantes, ao letargo, ao coma, à uremia, à síncope e por fim à morte, em algumas horas ou poucos dias. Testemunhas lembram que, em virtude da falta de oxigenação, o rosto das vítimas ficava roxo ou azulado e os pés escuros; era a cianose, quando o óbito se dava em curto prazo, usualmente por insuficiência respiratória aguda. Os pulmões se enchiam de um líquido avermelhado e em três dias os pacientes faleciam, muitas vezes de parada respiratória. As vítimas preferenciais eram as crianças com menos de cinco anos e os jovens entre vinte e quarenta. Também os mais idosos, acima de setenta anos, eram considerados bastante vulneráveis à doença, que ficou conhecida popularmente, ainda, pelo nome maldoso de “limpa-velhos” (BARRY, 2020, p. 125).

As sociedades humanas foram muito afetadas por epidemias ao longo da história. A peste negra na Europa do século XIV matou um quarto da população. Os historiadores sabem que, desde o Egito Antigo, a varíola é responsável por milhares de mortes, tendo sido inclusive decisiva na conquista da América pelos espanhóis. Segundo Diamond (2013, p. 176), a varíola ofereceu uma vantagem decisiva aos espanhóis que não haviam sido eficazes na guerra contra os astecas, até que um escravo infectado com varíola chegou ao México vindo de Cuba. “A epidemia que veio em seguida matou quase a metade dos astecas, incluindo o imperador Cuitláhuac”, que havia substituído Montezuma no poder. “Os sobreviventes astecas ficaram desmoralizados pela doença misteriosa que matava os índios e poupava os espanhóis, como que anunciando a invencibilidade dos espanhóis. Em 1618, a população inicial do México, de quase 20 milhões, caíra para cerca de 1,6 milhão”.

A estimativa de mortes causada pela Gripe Espanhola está na casa dos milhões. Até o final da Primeira Guerra Mundial, estima-se que tenham morrido 21 milhões de pessoas e até o final de 1920 o número fica entre 50 milhões e 100 milhões de pessoas mortas.



## 2.1 A GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL

No Brasil, pelo que se sabe, a gripe espanhola chegou a bordo do navio Demerara, que havia partido de Liverpool, feito escala em Lisboa e atracado no cais do porto de Recife no dia 09 de setembro de 1918 às oito horas da manhã. Naquele momento, as autoridades brasileiras foram avisadas que, na enfermaria do navio, havia ao menos duas pessoas doentes diagnosticadas com gripe comum. “Possivelmente o número era maior. Seja como for, passageiros e tripulantes contaminados desceram no cais sem despertar maiores preocupações por parte das autoridades de saúde” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 60).

Após Recife, o Demerara ainda realizou três escalas em território brasileiro, espalhando o vírus mortal pela costa do país. No dia onze de setembro, em Salvador; no dia quinze de setembro, ele atracou no Rio de Janeiro; e, por fim, no porto de Santos em São Paulo, de onde o navio seguiu viagem para mais duas paradas, uma em Montevideu, no Uruguai, e encerrando a viagem em Buenos Aires, na Argentina.

Quando a gripe espanhola chegou ao Brasil em 1918, o país estava prestes a completar trinta anos que havia se tornado uma república e havia reeleito pela primeira vez um presidente: Rodrigo Alves. A eleição ocorrida em primeiro de março deu vitória a ele e ao vice, Delfim Moreira, que foi quem tomou posse no dia 15 de novembro em virtude do adoecimento de Rodrigues Alves, que faleceu em janeiro do ano seguinte.

Existe uma crença popular de que o presidente Rodrigues Alves tenha morrido em decorrência da gripe espanhola, porém a nova historiografia vem desmentindo esse mito. Primeiro, porque a gripe matava suas vítimas muito rápido após a infecção, e Rodrigues Alves convalesceu por bastante tempo até seu falecimento, “foram meses de idas e vindas entre o Rio de Janeiro e o interior paulista até a sua morte”<sup>2</sup> (BIERNATH, 2021). O presidente apresentava problemas cardíacos e respiratórios havia algum tempo.

Rodrigues Alves foi assistido por três médicos: Miguel Couto, Matias Valadão e Raul Leitão da Cunha. O documento está assinado por um deles, Raul Leitão da Cunha, especialista em histologia e anatomia patológica, além de professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E registra como a causa básica — aquela que conduziu diretamente à morte — uma doença sem relação com a espanhola ou suas complicações: “assistolia aguda no curso de anemia perniciososa”. Vale dizer: parada cardíaca causada por uma anemia perniciososa (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 21).

Rodrigues Alves já havia vencido a disputa pelo cargo de presidente da república dezesseis anos antes e ocupou a presidência de 1902 a 1906. Durante seu governo, realizou uma revolução urbanística e de saúde pública no Rio de Janeiro, então capital do país, que reverberou por outros estados do Brasil. Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 236), “a urbanização era uma realidade que vinha pra ficar, e alterava

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56031995>. Acesso em: 03 set. 2022.

rapidamente a feição do país”, uma vez que, segundo o censo de 1910, “a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil habitantes subiu a 3,7%, e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%”. Contudo, se por um lado a população urbana aumentou em 6,8%; por outro lado, “no primeiro decênio da República, a população rural decresceu 2,2%”.

Nessa época, as cidades passaram por um processo de urbanização e higienização. Sob o governo Rodrigues Alves, levou-se a cabo o projeto de “melhorar a imagem pública do Rio de Janeiro”, atuando em duas frentes: “o embelezamento da então capital federal — que tinha, no entanto, por contraparte a expulsão da pobreza para os arrabaldes da cidade — e o combate às epidemias, que grassavam como erva daninha no solo carioca” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 21). Grande parte da população pobre habitava moradias coletivas, pensões, hotéis baratos, cortiços sem condições de higiene mínimas. Essas habitações, consideradas insalubres, foram demolidas para dar lugar a avenidas e ruas mais largas.

Quanto ao controle de epidemias, ficou famosa a Revolta da Vacina, em que a população mais pobre se insurgiu contra as medidas tomadas pelo sanitarista Oswaldo Cruz, que havia sido nomeado por Rodrigues Alves como diretor-geral da Saúde Pública e tinha como principal missão dar fim a três epidemias que castigavam o Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. São elas: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. As duas primeiras foram combatidas por meio do controle de mosquitos e ratos. Inclusive era possível a população trocar ratos por dinheiro, o que ajudou no controle dos roedores. Quanto à varíola, a medida tomada foi a vacinação obrigatória em massa; foi nesse ponto que as massas reagiram. Entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, os cariocas foram às ruas se manifestar contra essa medida obrigatória.

Mas, apesar das medidas tomadas na década anterior, assim como o restante do mundo e de outras cidades brasileiras, o Rio de Janeiro não estava pronto para enfrentar uma doença tão avassaladora. Isso porque a instalação da república no país não veio acompanhada de uma agenda de saúde pública. Os hospitais, as ambulâncias e demais aparelhos clínicos viviam em estado de desmazelo. As ações de saúde pública se voltavam principalmente para os serviços de vigilância sanitária e emergências geradas por surtos de epidemias que, vez ou outra, explodiam pelo país.

O pico da pandemia de Gripe Espanhola no Rio se deu em outubro de 1918, fazendo com que as ruas ficassem vazias; “as telefonistas adoeceram, não sendo possível fazer ligações; os presidiários foram soltos, pois faltavam policiais; poucos bondes circulavam, já que os próprios condutores haviam sido contaminados”, cinemas, teatros e demais pontos culturais foram fechados. As escolas também fecharam, e as igrejas reduziram seus horários (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 127). Em novembro, o número de casos começou a declinar e aos poucos a vida na capital foi retornando ao normal.

Dentro do país, a gripe foi espalhada pelos “trilhos das ferrovias”, fazendo com que a peste fosse “tomando o Brasil todo, das capitais aos pequenos vilarejos” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 17). Foi dessa forma que a espanhola chegou a Minas Gerais, a começar pela capital.

Belo Horizonte tinha apenas vinte e um anos quando a gripe espanhola desembarcou lá. Sua construção foi planejada e a cidade foi projetada “de acordo com

os modernos preceitos de higiene urbana da época”, que haviam motivado também a urbanização do Rio de Janeiro, por isso reinava a crença de que Belo Horizonte era uma cidade salubre, reforçada pelo fato de poucos vestígios da presença de outras “enfermidades com potencial de epidemia [...] como difteria, cólera, febre amarela, varíola” – isso ajudava a reforçar a “ilusão das autoridades e dos moradores nas boas condições sanitárias da capital Mineira” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 197).

A nova capital mineira foi idealizada pelas oligarquias locais como forma de “representação material do poder do Estado” (FERNANDES, 2021, p. 1062), como mais um capítulo na disputa pelo poder entre as diferentes facções que controlavam o poder na antiga capital Ouro Preto. A construção de uma nova capital representava, assim, uma tentativa de unificar a política estadual e tentar reverter a economia que, naquele momento, estava em decadência. Além disso, outros ideais estavam em vigor naquele período.

No final do século XIX, ideais de ordem, progresso e higiene guiaram o planejamento urbanístico e a fundação de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais. Enquanto ordem e progresso constituíam os emblemas da Nova República, higiene era a grande obsessão do momento, em repercussão às epidemias e pestes que haviam devastado a Europa. Foi também uma reação ao modelo de urbanização colonial vigente até então, representado pela cidade de Ouro Preto, a antiga capital do estado (FERNANDES, 2021, p. 1062).

Por conseguinte, a visão da capital mineira como uma cidade saudável estava no gene da sua construção e era reforçada pelos jornais e pelas autoridades de saúde local que diziam que a gripe que chegou ao Brasil era de caráter benigno e que a cidade fora construída para evitar a propagação de doenças. O jornal *Diário de Minas* publicou<sup>3</sup>: “não há, pois, razão para nos enchermos de terror, como vai acontecendo por aí, confundindo uma coisa com outra, pondo em sobressalto toda gente”.

Por isso, em um primeiro momento, a população belo-horizontina mostrou despreocupação quanto aos efeitos da doença na capital. O primeiro caso que lá se teve notícias foi de um oficial saído da Vila Militar no Rio de Janeiro, vindo de trem, desembarcou em Belo Horizonte no dia sete de outubro, acompanhado da mulher e dois filhos. Eles se hospedaram no hotel Floresta, no bairro de mesmo nome, e lá passaram a noite. No outro dia, instalaram-se em uma casa que alugaram por ali perto. “Dois dias depois, os primeiros sintomas da espanhola se fizeram sentir” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 200).

Dez dias depois, a espanhola se fez sentir na cidade, e o médico responsável pela Diretoria de Higiene, Samuel Libânio, tomou medidas severas para tentar conter o avanço do vírus. Foi decretado o fechamento do comércio, dos bares, dos cafés, dos cinemas, dos clubes, ou seja, nada poderia abrir. A circulação de bondes também foi

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-ano-em-que-belo-horizonte-enfrentou-a-peste>. Acesso em: 20 abr. 2022.

reduzida. As escolas suspenderam as aulas, assim como a Igreja suspendeu a catequese. Pulverizadores e vaporizadores de desinfecção de locais eram transportados pela cidade para higienizar residências. Começou a faltar o básico: pães, leite, carne, verduras, fubá, açúcar, sabão. A população mais carente teve que contar com doações feitas por meio de associações de ordem religiosas, como a Ordem São Vicente de Paulo, e da Cruz Vermelha.

A epidemia de gripe espanhola durou três meses. A população da cidade girava em torno de 45 mil habitantes; a doença derrubou por volta de 15 mil pessoas. Os registros apontam um total de 282 mortes, mas faltam dados. Quantos faleceram fora dos hospitais? Quantos óbitos foram notificados? Não sabemos. Toda essa história ficou perdida no tempo — pouca gente ainda se recorda dela. Belo Horizonte apagou da memória as lembranças e as histórias sobre o dia em que a gripe espanhola atacou a cidade que se julgava salubre (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 215).

O número total de mortes no Brasil também é algo impreciso: “[...] alguns analistas referem-se a 50 mil pessoas falecidas e outros chegam a afirmar que 300 mil pessoas teriam sucumbido por causa da doença. Uma variação como essa não é aceitável, e nos fazem falta registros mais aferíveis” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 337). Assim como os números de óbitos mundiais, as variações de dados e de estatísticas são muito grandes, mas nos servem como estatísticas e como uma base para olhar os acontecimentos locais de maneira mais crítica.

## 2.2 A GRIPE ESPANHOLA EM PATOS DE MINAS

Assim como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Patos de Minas também passou por um processo de urbanização inspirado no que ocorreu em Paris na *belle époque*. Se, no seu surgimento, a cidade seguia as características apontadas por Sérgio Buarque de Holanda de uma cidade semeada no estilo da colonização portuguesa, isto é, sem planejamento, formando vielas e espaços apertados, como ainda pode ser observado no que hoje reconhecemos como o núcleo antigo da cidade, sua expansão já seguiu as novas vertentes de um espaço planejado, aberto e amplo como “a Paris do Barão de Haussmann e o Rio de Janeiro de Pereira Passos” (SILVA, 2015, p. 10). Esse processo foi comandado pela família Maciel que dominava a política na cidade desde o império e manteve seu poder também na república.

A classe dominante local se interessava em criar uma imagem positiva de Patos de Minas para o restante do país e também em criar a narrativa de um lugar tranquilo para a população local. Representar Patos de Minas como “uma cidade tranquila, festiva e lugar de bem viver” fazia parte do projeto educacional dessas elites que resultou nas publicações das primeiras obras feitas por memorialistas, como Oliveira Mello, sobre a história da cidade, usados como leitura da educação básica e como fonte de pesquisas em que interessava jogar “para o esquecimento qualquer ‘dissonância’ social” (SILVA,

2015, p. 26) que pudesse contradizer a narrativa de que Patos de Minas era uma cidade sem problemas.

Percebe-se esse fato em matérias da época em que a Gripe Espanhola já se fazia sentir em Patos de Minas, como, por exemplo, podemos ver na matéria do jornal *O Federalista*<sup>4</sup> de dois de fevereiro de 1919, que, ao criticar a demora da Diretoria de Higiene do Estado de Minas Gerais em repassar as verbas prometidas para o saneamento e para o combate à pandemia, descreve Patos de Minas como sendo um dos municípios “mais prósperos e de mais futuro de Minas”, uma vez que “a Providência” dotou “este pedaço da Pátria de um clima salutar e terras cuja uberdade é o principal elemento em virtude” e completa dizendo que “nesta região não se conhece a grande miséria” como em outras partes do estado. Entretanto, apesar de pintar um cenário idílico, ele sinaliza o cenário devastador da gripe espanhola na região.

Mas, apesar disso – do fato de se não contar neste município miséria e de viver o povo em relativo estado de prosperidade e conforto, graças à natureza deste pedacinho de terra, que Deus nos quis dar, é digno de lástima o que se observou em alguns distritos do município, por ocasião da “grippe”<sup>5</sup>.

Patos de Minas também entrou dentro do escopo de cidade moderna em que vinham atreladas as medidas sanitárias – “entre 1907 e 1933, os Maciéis investiram em ações de saneamento básico, na construção de obras e de equipamentos urbanos, em pesada tributação dos alimentos vendidos na cidade e, ainda, na fiscalização sanitária” (SILVA, 2015, p. 193). A maioria das ações realizadas nesse âmbito partiu do Dr. Euphrasio José Rodrigues, que, desde 1909, coordenava as ações contra a varíola na cidade.

[...] em setembro de 1912, uma “Inspetoria de Hygiene” foi acionada para coibir o abuso na venda de drogas e medicamentos. Posteriormente, em 14 de janeiro de 1917, o jornal borgista “O Riso” criticou a lentidão do “Delegado de Hygiene” quanto às muriçocas que invadiam a cidade e, ainda, o imposto sobre a venda de hortaliças e biscoitos por “senhoras paupérrimas”. Na sessão de 26 de setembro de 1912, a Ata dá conta da proibição do plantio de arroz nas áreas urbanas; em 23 de setembro de 1916, da compra de uma carroça para a limpeza das ruas. E, na sessão de 8 de maio de 1919, a ata não apenas oferece informações sobre a arborização urbana como, ainda, dá indicativos sobre a tributação e fiscalização dos açougues (SILVA, 2015, p. 193).

<sup>4</sup> SANEAMENTO DOS SERTÕES. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

<sup>5</sup> SANEAMENTO DOS SERTÕES. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

Nesse período, um hospital em Patos de Minas, era apenas um sonho. A oligarquia local começou a fomentar a possibilidade de construir um hospital na cidade no ano de 1915. Comitês chegaram a ser criados tanto na cidade quanto nos distritos para levantar fundos, porém o Hospital Santo Antônio ficou apenas no papel. Segundo Oliveira (2020), a ideia de ter um hospital em Patos é um pouco mais antiga; o primeiro a falar publicamente foi Eufrásio Rodrigues, um médico baiano que colaborava em artigos para o jornal patense *O Trabalho*, em que ele publicou, em 9 de dezembro de 1906, um texto em que “depois de fazer diversas observações sobre os diversos problemas da cidade, exorta: ‘Agora dizemos nós, para aqueles que querem iluminações, automóveis, carros de praça etc., preferimos um serviço de desinfecção, um pequenino hospital’”<sup>6</sup>.

Quase dois anos depois, no mesmo jornal, “*O Trabalho*”, de 29 de março de 1908, em seu número 55, do ano III, página 1, no artigo, “*A Casa de Caridade*”, ele faz nova e mais séria admoestação: “Em nosso País mesmo, a História das epidemias nos traz páginas desastrosas. Que será de uma população como a de Patos se não tiver um hospital, quando a varíola, o cólera ou a febre amarela vier visitá-la? - Morrerão todos porque foram imprevidentes, ou porque tiveram dó de gastar um pouquinho de dinheiro em favor daqueles a quem a mesquinha fortuna vai retendo escassamente no centro da penúria. É preciso que nos unamos todos em uma cristalização de ideias, e fundemos uma Confraria de Misericórdia, para a aquisição de uma Santa Casa; se esta [não] nos servir de utilidade, servirá para algum de nossos filhos, cuja sorte não podemos prever”. Este mesmo texto seria publicado novamente no Jornal “*Cidade de Patos*” do dia 18 de abril de 1915, sabe-se lá para quê! (OLIVEIRA, 2020)<sup>7</sup>.

A próxima notícia que temos sobre um hospital em terras patenses vem do Jornal *Cidade de Patos*, que diz que os habitantes, preocupados com a saúde pública “[...] cogitaram [...] da fundação de um estabelecimento hospitalar, e tão adiantado se encontram hoje os fundamentos desse projecto, que, traduzindo brevemente em realidade, será o hospital de Patos um dos melhores entre os seus congêneres no Estado”<sup>8</sup>. Apesar de haver essa mobilização em torno de sua construção, somente em 1930 foi inaugurado um hospital em Patos de Minas. Portanto, durante a pandemia de gripe espanhola (1918-1920) a população de Patos de Minas não contava com uma estrutura que garantisse um atendimento mais eficaz no tratamento de tal enfermidade. Nesse período, na cidade, existiam farmácia, clínica médica particular, três ou quatro médicos, que, além de atendimentos em suas clínicas, faziam atendimento em

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.jornaldepatos.com.br/2020/07/hospital-regional-90-anos.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.jornaldepatos.com.br/2020/07/hospital-regional-90-anos.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=21990>. Acesso em: 20 abr. 2022.

domicílio<sup>9</sup>. Muitos desses problemas causados pela falta de uma estrutura de saúde devem-se ao fato de que, assim como no Império, “o regime republicano não construiu uma política consistente na área de saúde, muito menos uma agenda de saúde pública permanente voltada para a população pobre, urbana e rural”. O governo federal “se limitava ao serviço de vigilância sanitária e ao controle das condições portuárias” e tomava providências quando do aparecimento periódico de “surto epidêmicos [...] incidentes no país” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 19).

Os governos estaduais, por sua vez, criavam sua própria “Diretoria-Geral de Saúde Pública”, encarregada da aplicação de medidas gerais de saúde e específicas para as doenças transmissíveis. A Diretoria era vinculada a uma secretaria, na maior parte dos casos à Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, e estava também encarregada de executar os serviços de Estatística Sanitária, Verificação de Óbitos e Medicina Legal. É certo que, em situações de grave crise sanitária ou calamidade, um governo estadual poderia requisitar intervenção federal, mas essa nunca foi uma prática bem-aceita pelas oligarquias locais, ciosas do seu próprio poder. Afinal, um pedido de tal natureza guardava significado político, e poderia ser entendido como uma fraqueza, tendo por consequência a interferência indevida — ou, ainda pior, permanente —, diante da autonomia dos estados garantida pela Constituição de 1891 (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 19).

Essa responsabilidade de os próprios estados arcarem “com os custos e com o atendimento médico” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 173) acarretava má distribuição dos recursos financeiros, médicos e farmacêuticos, especialmente na situação pandêmica em que Minas Gerais se encontrava, como podemos constatar em duas edições do jornal *O Federalista*. Na primeira de 2 de fevereiro de 1919, com o título *Saneamento dos sertões*, diz:

A Diretoria de Higiene do Estado não há muito anunciou aos quatro ventos que iniciara o saneamento do interior e que muitas localidades que haviam já sido beneficiadas pelo bafejo oficial, para a extinção da pandemia, que é a causa da decadência moral e física de inúmeros patricios nossos, iam apresentando resultados animadores e que vinham estimular o esforço da Diretoria em prol do povo sertanejo senão das forças vivas do Estado.

Entretanto, nosso Município, que é, sem dúvida, um dos mais prósperos e de mais futuro de Minas, esse benefício apregoado com tanto entusiasmo ainda não se fez sentir

---

<sup>9</sup> Cf. RIBEIRO, G. R. C. Contribuição à História da Medicina em Patos de Minas: das origens até 1950. *Revista Alpha*, Patos de Minas, v. 9, p. 67-81, 2008.

nem, ao que sabemos, em toda esta região, digna, por todos os títulos, da atenção por parte daqueles que têm nas mãos enfeixadas as rédeas da administração e de quem tem o povo o direito de esperar pela realização das promessas apregoada com palavras inçadas de patriotismo e de boas intenções<sup>10</sup>.

Dez dias depois, na edição de 12 de janeiro de 1919, o mesmo jornal ironiza o fato de a Diretoria de Higiene do Estado privilegiar o combate da pandemia apenas na capital e nas grandes cidades de Minas e auxiliando apenas com poucos recursos a cidade de Patos de Minas.

A Diretoria de Higiene do Estado muito empenhada em servir à população da Capital e das grandes cidades do Estado, não pode destacar, sequer, um médico para auxiliar os clínicos locais, limitando-se a enviar um pacotinho de quinino e ESSÊNCIA DE CANELLA... *risumteneatis*. Felizmente, a Câmara Municipal tomou com a maior presteza as providências mais urgentes, de modo que não tivemos falta dos principais medicamentos<sup>11</sup>.

Percebemos, na última frase do trecho supracitado, que coube a uma iniciativa da Câmara Municipal providenciar os recursos necessários para atendimento à população afetada pela pandemia, pois, como dito anteriormente, Patos, nesse final da segunda década do século XX, ainda não possuía hospital. Dessa forma, para enfrentar a pandemia de gripe, foi necessário criar um hospital provisório para atender os acometidos pela enfermidade, como descrito pelo jornal *O Federalista*.

Pode-se dizer que não era possível haver maior solicitude e carinho por parte do nosso corpo médico que, com o maior desvelo, se dedicou inteiramente, nos dias da terrível epidemia, em combater por todos os meios ao seu alcance o terrível morbus.

Não nos é lícito passar em silêncio a ação prestimosa do ilustre clínico Dr. João Borges, que prestou os mais relevantes serviços à população, não só antes como depois de ter sido atacado pela gripe.

O Dr. Adélio Maciel, D. D. Presidente da Câmara organizou desde logo um serviço hospitalar, a fim de serem recolhidos os indigentes e cuja direção coube ao Sr. Amadeu D. Maciel, a convite do digno chefe do Executivo Municipal e que com a maior dedicação dirigiu os serviços do hospital.

---

<sup>10</sup> SANEAMENTO DOS SERTÕES. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

<sup>11</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].



O prédio em que foi instalado o hospital é de propriedade dos Srs. Carlindo Magalhães e Adalardo Belluco, que o cederam gratuitamente.

Para auxiliar as despesas de instalação foram angariados donativos, organizando-se para isso diversas listas que foram distribuídas a gentilíssimas senhoritas, que muito se empenharam para o bom êxito desse piedoso mister.

Daremos no próximo número a lista completa de todos os que concorreram com o seu óbolo para a instalação do hospital.

O serviço médico do hospital ficou a cargo dos srs. Drs. Adélio Maciel, Eufrásio Rodrigues auxiliados pelos srs. José de Almeida Junior, Sebastião Mendonça e César Gastão, que foi ainda destacado para servir à população de Santa Rita, onde prestou relevantíssimos serviços<sup>12</sup>.

A lista de doadores à qual o jornal se refere é esta transcrita abaixo, que, infelizmente, não pôde ser recuperada por completo, pois a edição do jornal à qual se teve acesso encontra-se danificada e com página incompleta. Sendo assim, não conseguimos ter os dados do valor total arrecadado. No entanto, o que podemos inferir dos dados disponíveis é que as elites locais não “meteram a mão no bolso” de forma significativa para ajudar no tratamento dos mais pobres e indigentes de nossa cidade.

Publicamos abaixo a relação das pessoas que concorreram com o seu caridoso óbolo para ocorrer às despesas do hospital:

Albertina Maciel – 2 sacas de arroz e 8 arrobas de açúcar  
200\$000

Marciano Thomaz de Magalhães 20\$000

Virgilio Caçado (em gêneros) 5\$000

Juvenio Cirino 5\$000

Carlindo Tomaz 5\$000

D. Rita 5\$000

Antenor Muniz 20\$000

Satyro Maciel 10\$000

Fortunato Pinto 5\$000

Sinhazinha 5\$000

João Pinheiro 2\$000

Agenor Modesto da Silva 1\$000

D. Bitá, 3 travesseiros 3\$000

Padre da Lagoa 30\$000

Adolpho de Britto 1\$000

Severino Neves de Rezende 50\$000

Joaquim José de Santana 10\$000

Jonas Santos 10\$000

Honorino de Ulhôa 5\$000

S. Levergger 5\$000

---

<sup>12</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

Jacomino Polizzi 5\$000  
Monvoisin 5\$000  
Oscar Campos 5\$000  
José de Godoy 5\$000  
Dr. José Sandoval Babo 5\$000<sup>13</sup>

Nesse ponto, ficou clara a importância histórica dos jornais para a construção da história da Gripe Espanhola no Brasil e também em Patos de Minas. A imprensa no Brasil, no século XX, vinha de um histórico bastante curioso, senão único no mundo. No século anterior, sob o reinado de Dom Pedro II, a liberdade concedida à imprensa era quase irrestrita, a ponto de impressionar estrangeiros que por aqui vinham.

Diplomatas europeus e outros observadores estranhavam a liberdade dos jornais brasileiros. Schreiner, ministro da Áustria, afirmou que o imperador era atacado pessoalmente na imprensa de modo que ‘causaria ao autor de tais artigos, em toda a Europa, e até mesmo na Inglaterra, onde se tolera uma dose bastante forte de liberdade, um processo de alta traição’. O ministro da França, Amelot, também registrou em 1887 que havia no Brasil uma liberdade ilimitada de imprensa (CARVALHO, 2007, p. 86).

A liberdade de expressão era uma garantia constitucional constante no Brasil desde o Império e até a vigência do Estado Novo (1937/1945), quando ela foi abolida pela primeira vez. Os jornais serviram – além de disseminar ideologias e evidenciar os interesses de classe, a partir do confronto dos vários pensamentos e discursos publicados – para a manutenção da hegemonia, utilizando muitas vezes discursos enfatizando a democracia.

É importante salientar que, naquela época, havia um grande número de analfabetos, e os jornais eram acessíveis apenas para uma minoria de leitores, ou melhor, para uma classe que detinha não só o conhecimento, mas também os meios de produção. Assim, não seria difícil dar continuidade e manter o poder. O ideário republicano de modernidade, aqui já mostrado com a preocupação da sanitização das urbes brasileiras, também chegou à imprensa, fazendo circular as ideias de ordem e progresso a que a República queria se ligar, ao contrário da imagem de atraso deixada pelo Império.

“Posto isso, surge, em Patos de Minas, das elites e para as elites, a imprensa escrita”. O primeiro jornal tipo tablóide foi *O Trabalho*, tendo como diretor Fortunato Pinto da Cunha, “cuja fundação se deve a Antônio de Almeida Coelho, então promotor de justiça da comarca”, e lançado em 15 de agosto de 1905. Até 1920 ainda surgem *O Commercio* (1910) *Cidade de Patos* (1915), *O Riso* (1915), *O Grito* (1915), *A Carapuça* (1916), *A Metralha* (1917) e *O Federalista* (1919), todos eles tendo como fundadores e redatores

---

<sup>13</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

membros das famílias que comandavam politicamente a cidade (MATOS, 2009, p. 48-50).

E são pelos jornais que conseguimos entender muito do que se passou sobre a gripe espanhola no Brasil, primeiro com os tons jocosos e irônicos com o alarde que uma “simples gripe” estava causando, passando depois a informar e prevenir a população. No livro *A Bailarina da Morte*, as historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling (2020) levantaram informações de como a espanhola era tratada nos jornais.

Mas a partir de meados de outubro o recurso da negação tornou-se, a cada dia, mais conflitante com a realidade dos cariocas. Pandemias sempre invadem o cotidiano da população, e com tal rapidez que por vezes, de uma semana para outra, as pessoas encontram dificuldade para lembrar como era o seu dia a dia duas semanas antes. Foi o que aconteceu com o jornal *O Paiz*, por exemplo, que começara a publicar uma seção especial intitulada “A ‘Influenza Hespanhola’”. A coluna foi comendo cada vez mais espaços do jornal e passou a funcionar como uma seção de serviço público, que oferecia “conselhos práticos” aos leitores: explicava como prevenir a epidemia mantendo as mãos limpas e usando todo tipo de desinfetante, pedia que fossem evitadas aglomerações e ensinava a utilizar máscaras. *O Paiz* continuava com sua coluna especial cujo objetivo era desmontar fake news! Ela já existia, mas até então se dedicava aos esportes. Espécie de embrião das agências de checagem que hoje conhecemos, chamava-se “Boatos Falsos”, e sempre terminava com a frase “Não sei mentir...”. Apesar de guardar um quê de gozação, e divulgar qualquer gênero de notícia, nesse momento a seção passou a se concentrar em desmentir casos não comprovados de gripe espanhola. Ativo, o periódico também denunciava farmácias que aumentavam os preços dos medicamentos ou hotéis que aproveitavam a situação para alugar quartos por valores mais altos (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 123-124).

Não conseguimos precisar exatamente quando a gripe espanhola chegou a Patos de Minas, mas seguindo os passos da disseminação dela pelo país, tendo chegado ao Rio de Janeiro em setembro e em Belo Horizonte em outubro, podemos arriscar que a gripe tenha chegado a Patos entre o final de outubro e o início do mês de novembro de 1918. Em dia 25 de novembro de 1918, uma ata da Câmara Municipal registra o adiamento da sessão, pois não haviam comparecido número de vereadores suficientes “para abrir-se a sessão, em virtude da epidemia de Grippe que nesta ocasião recai entre nós”<sup>14</sup>. É certo que em dezembro o jornal já noticiava as mortes decorrentes da moléstia no município: “De 1º de dezembro de 1918 até ao dia 12 de janeiro (1919) do corrente

<sup>14</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. Câmara Municipal. *Livro de atas 03 de maio de 1918 a 02 de outubro de 1919*. Livro 10, p. 36.

ano, foram sepultadas, no cemitério do Distrito de Santana, 63 pessoas que faleceram em consequência da gripe<sup>15</sup>, já na sede do município a notícia é que “foram enterradas mais de 45 pessoas durante o mês de dezembro, porquanto faltam, ainda, algumas que não figuraram no obituário que publicamos em o número passado”<sup>16</sup>.

É curioso perceber que no jornal *O Federalista* temos mais notícias sobre os efeitos da pandemia nos distritos do município de Patos de Minas do que na cidade sede, justamente pelo fato de tentar criar a imagem higienizada da cidade como mostrado anteriormente. Na edição de nº 4, o referido jornal diz que “são desoladoras as notícias que nos chegam do interior do nosso Município”<sup>17</sup> e dá um panorama do que estava acontecendo.

O coeficiente da mortalidade eleva-se a um número enorme. Há poucos dias fomos informados que havia doze cadáveres no cemitério das Palmeiras e 6 no de Água Limpa para serem inumados.

Não há quem faça o transporte dos cadáveres, que são sepultados em frente às casas. Há corpos pelos campos que são comidos pelos urubus.

Segundo nos comunicam, é desoladora a situação dessa pobre gente, que vive abandonada, à lei da natureza e que são os habitantes do nosso *hinterland!*<sup>18</sup>

No mês seguinte, as aterradoras notícias da mortalidade da gripe nos distritos continuavam a assombrar os jornalistas d’*O Federalista*<sup>19</sup>.

Do meado de novembro até hoje (dois meses mais ou menos) o próspero distrito de Lagoa Formosa, perdeu cento e tantas pessoas em consequência da terrível pandemia que avassalou o mundo inteiro, a gripe [...].

Houve dia de serem dados à sepultura oito cadáveres vítimas da peste. O cemitério local, muito velho, com as muralhas a desabarem-se e de muito limitada área, não comportou senão a metade dos cadáveres, sendo necessário, por descuido da nossa administração, por falta de energia dos lagoenses, que não sabem protestar, sepultarem-se beira de cinquenta cristãos em plena “gabirola” em aberto. O nosso vigário merece também uma TIZORADINHA: conhecedor como é, da índole

---

<sup>15</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

<sup>16</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

<sup>17</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 26 jan. 1919. [n. p.].

<sup>18</sup> *Ibden*.

<sup>19</sup> É importante considerarmos que o jornal *O Federalista* não era um jornal sensacionalista. Tinha como redatores Dr. José Sandoval Babo, advogado atuante em Patos de Minas e Belo Horizonte, e Dr. Newton Bernardes Ribeiro da Luz, à época juiz de Direito em Patos de Minas e posteriormente desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Podemos então confiar nos relatos da grave situação dos distritos sem suspeição de exageros cometidos por eles.

religiosa do povo deste lugar, cômico de suas obrigações de pároco, não podia deixar, absolutamente, de haver bento a “gabirola” onde foi destinado para eterna morada de fervorosos cristãos.

O povo lagoense espera de seus dirigentes providências quanto à reconstrução e necessário acréscimo do cemitério e do padre da freguesia, que não demore a determinar o dia da sagração do CAMPO onde se acham sepultados seus patrícios batizados em CEMITÉRIO PAGÃO<sup>20</sup>.

É testemunha insuspeita do que vamos narrar o Dr. Juiz de Direito da Comarca, que há pouco chegou de sua última viagem aos distritos do Areado e Lagoa Formosa, onde fora a serviço do seu cargo.

Contou-nos, pois, a conspícua autoridade judiciária da Comarca, que por onde tivera a desventura de passar, naqueles distritos, encontrava, a todo o momento, insepultos, cadáveres e cadáveres de indivíduos que sucumbiram vítimas da terrível “hespanhola” e, na sua quase totalidade, por falta absoluta de recurso e do abandono em que foram deixados, infelizmente, na crise mais aguda da malfadada febre<sup>21</sup>.

Chama atenção o fato de esses locais estarem sem assistência das autoridades municipais, se na cidade de Patos de Minas havia sido criado um Hospital temporário para atendimento das vítimas, longe das urbes, a situação era de descaso, falta de estrutura e de atendimento médico e medicamentos. “A população rural, pela falta de médicos, vai se medicando com chás e outras bebidas, o que não deixará de concorrer para que se venha a dar grande número de óbitos entre ela”<sup>22</sup> “As primeiras vítimas, desta moléstia neste arraial [Lagoa Formosa], lutaram com enormes dificuldades por falta dos medicamentos de primeira necessidade na farmácia local”<sup>23</sup> até que a “Diretoria de Saúde Pública do Estado enviou medicamentos que foram remetidos para Lagoa Formosa, em vista da escassez de medicamentos da farmácia local” uma vez que lá continuava “a terrível epidemia sendo avultado o número de pessoas falecidas”<sup>24</sup>.

É perceptível pelos trechos anteriores que as pessoas, sem terem a que e a quem recorrer para se tratarem, buscaram a solução nos saberes e crenças populares. Infelizmente não conseguimos, com esta pesquisa, recuperar quais eram os “chás e outras bebidas” de que a população lançava mão na tentativa de curar a si e a seus parentes; as matérias jornalísticas também não mencionam quais eram os remédios enviados pela Diretoria de Saúde Pública do Estado para tratamento da gripe espanhola.

Por outro lado, em Patos de Minas, o discurso era diferente: “as nossas três farmácias, montadas a capricho, e com sortimento completo de medicamentos prestaram

<sup>20</sup> LAGOA FORMOSA. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

<sup>21</sup> SANEAMENTO DOS SERTÕES. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

<sup>22</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

<sup>23</sup> LAGOA FORMOSA. *O Federalista*, Patos de Minas, 02 fev. 1919. [n. p.].

<sup>24</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

o mais valioso concurso à população”. Se o papel da imprensa era criar uma imagem positiva das elites patenses, os farmacêuticos que também eram da elite política não poderiam ter um tratamento diferente. Eles estavam “trabalhando sem cessar no manipulamento de remédios, com inexcedível perícia e solicitude pouco comuns em emergências como a que atravessou a nossa cidade”, remédios esses que muito provavelmente não faziam tanto milagre como estava sendo aventado na mídia<sup>25</sup>.

Nos registros do Cemitério Municipal de Patos de Minas, a primeira morte atribuída à influenza data do dia 14 de novembro de 1918. A vítima foi uma criança de um ano, de nome Ruy, filho do casal João Ambrosio dos Santos e Herminia Tibúrcio dos Santos<sup>26</sup>. A próxima morte, tendo como causa mortis gripe pneumônica, foi registrada vinte dias após a de Ruy; sendo dessa vez um homem de “trinta e tantos anos”, chamado Virgílio dos Santos, tendo sido sepultado no dia quatro de dezembro de 1918<sup>27</sup>. Virgílio era casado com Tertulina Belluco, que também faleceu devido à gripe espanhola quatorze dias depois do marido. É a partir dessa data de dezembro que os registros de morte por “grippe” ou “grippe pneumonia” começam a intensificar e ficar menos espaçado. No mês de dezembro de 1918, foram registradas dezoito mortes; o dia mais crítico foi o dia 17 de dezembro com cinco sepultamentos no mesmo dia<sup>28</sup>.

Um dos registros que mais chamam atenção é o do dia 20 de dezembro. Ele dá a dimensão da pandemia no município. O registro diz o seguinte: “[...] sepultei os cadáveres de Anna Maria e seus dois filhos indigentes pais ignora natural dos Lanhosos distrito desta cidade falecidos hontem ao meio dia laudo à causa mortis gripe”<sup>29</sup>. Nos meses seguintes, as mortes que podemos atribuir como sendo da gripe espanhola começaram a diminuir. Em janeiro de 1919, foram nove sepultamentos; em fevereiro, dois; em março, um; em abril, dois. Esses dados nos fizeram concluir que os meses mais críticos foram os de dezembro de 1918 e janeiro de 1919. Após esse pico, a pandemia começou a desacelerar e a desaparecer. Podemos só imaginar o alívio daqueles que sobreviveram<sup>30</sup>.

Corroborando os dados do Cemitério Municipal, que localiza o fim da pandemia no início do ano de 1919, temos o comentário de L. Amorim na Coluna do correspondente de Lagoa Formosa: “Acha-se em franco declínio em nosso meio, a terrível epidemia que tantas e tão preciosas vidas nos roubou”<sup>31</sup>. Outro argumento é o ofício do professor João dos Rodrigues, da localidade de Mata Burro (próximo ao povoado de Aragão), datado de 27 de janeiro de 1919, dirigido ao Presidente da Câmara e Agente Executivo, em que afirma: “Exmo. Sr. Comunico a V. Exa. que tendo se

<sup>25</sup> A GRIPE. *O Federalista*, Patos de Minas, 12 jan. 1919. [n. p.].

<sup>26</sup> PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. *Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920*. Livro 1, p. 283.

<sup>27</sup> PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. *Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920*. Livro 1, p. 284.

<sup>28</sup> PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. *Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920*. Livro 1, p. 293-295.

<sup>29</sup> PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. *Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920*. Livro 1, p. 297.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *O Federalista*, Patos de Minas, 03 fev. 1919. [n. p.].

extinguido desta localidade a epidemia da gripe nesta data, reencetei os trabalhos escolares o que hei por bem comunicar a V. Exa. para os devidos fins”<sup>32</sup>.

Quanto ao papel das autoridades locais e se tiveram em algum momento preocupações de qualquer tipo sobre a gripe espanhola e seus efeitos no município, as atas da Câmara Municipal não nos dão notícias. Na verdade, o que vemos é uma sucessão de reuniões encerradas por falta de quórum ou por falta de assuntos a serem tratados. Dessa forma, o livro de ata da Câmara não nos elucida sobre o papel que os poderes públicos tiveram no combate à moléstia que assolava a região. Uma única referência ao combate à gripe espanhola é feita no período entre outubro de 1918 e março de 1919: “Pelo Sr. Presidente foi apresentada contas de despesas feitas com a epidemia de grippe nos districtos da Cidade, Lagoa Formosa, Sant’ Ana, Areado e Santa Rita, na importância total de três contos seiscentos e trinta e quatro mil e dez reis (3:634\$010)”<sup>33</sup>.

Tendo noção desses cenários que se desenrolavam em Patos de Minas, a pergunta que fica é: quantas pessoas morreram vitimadas pela gripe espanhola nestas terras? A resposta, infelizmente, é que não sabemos ao certo. E pode ser que nunca chegaremos ao número exato. Isso porque os registros de mortes que chegaram até nós não são completos nem totalmente confiáveis pelos motivos já expostos e não se tinha o cuidado e o interesse em contabilizar números oficiais. Outros fatos que dificultam a identificação de quem morreu pela gripe espanhola são a falta de médicos para atestar a morte, principalmente as da área rural do município que não contavam com assistência médica, e as várias formas como essas mortes eram registradas.

As formas diversificadas de registro observadas nos relatórios do Serviço de Verificação de Óbitos – “bronquite gripal”; “brancopneumonia gripal”; “gripe intestinal”; “pneumonia gripal”; “gripe no curso de afecções orgânicas”; “pela sua forma grave ou maligna”; “meningite gripal”; “outra forma nervosa”; “rinolaringite gripal”; “nefritegripal” – podem sugerir que os médicos consideravam as doenças oportunistas manifestadas nas vítimas no decurso da doença, como a real causada desfecho fatal<sup>34</sup>.

Assim como surgiu, a gripe espanhola desapareceu. Após seu pico de mortalidade, entre dezembro de 1918 e fevereiro de 1919, os casos foram ficando mais esparsos até não serem mais registrados.

Neste parágrafo, faz-se um adendo. Ao analisar o livro de registros do Cemitério Municipal, algo nos chamou atenção: outra doença não demorou a se abater sobre a população da cidade, e o alívio pelo desaparecimento da gripe mortal durou pouco. A partir do mês de junho de 1919, crianças começaram a falecer em decorrência da coqueluche. “A coqueluche é uma infecção respiratória, transmissível e causada por

<sup>32</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. 27 jan. 1919.

<sup>33</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. Câmara Municipal. Livro de atas 03 de maio de 1918 a 02 de outubro de 1919. Livro 10, p. 52.

<sup>34</sup> *O Democrata*, Salvador, 10 nov. 1918, p. 2.

bactéria. Está presente em todo o mundo. Sua principal característica são crises de tosse seca. Pode atingir, também, traquéia e brônquios”<sup>35</sup>. No livro de registro dos anos de 1918 a 1920, existem treze óbitos de crianças de zero a quatro anos identificados como causa *mortis* coqueluche, porém existem mais trinta óbitos no mesmo período de crianças da mesma faixa etária apresentando a causa da morte como desconhecida, o que nos leva a crer que muitas dessas mortes podem ser decorrentes de uma epidemia causada pela coqueluche<sup>36</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de gripe espanhola aconteceu em um momento muito peculiar da vida humana na terra. A modernidade avançava com rapidez e com, cada vez mais, desenvolvimento técnico e tecnológico, em que as distâncias eram encurtadas, em que a informação circulava mais velozmente, em que descobertas científicas começavam a alterar o ciclo da vida do homem: as vacinas já tinham seu efeito comprovado, a penicilina seria descoberta dali a alguns anos. O crescimento das cidades e o aumento populacional fizeram com que a urbanização virasse foco de interesse político.

O Brasil, uma república ainda jovem, possuía desafios a serem superados, como o da saúde pública e de contingência de tragédias. Em 2020, a pandemia da COVID-19 nos mostrou que esses problemas não foram ainda totalmente superados. Outro fato que não mudou completamente é a falta de dados públicos confiáveis, que não tentassem mascarar a gravidade da situação; erros que a pandemia de 1918 poderia ter ensinado se não fosse um fato histórico esquecido.

Mais uma vez, recorreremos a Camus (2019, p. 270). Dessa vez para concluirmos esta pesquisa: “Tudo o que o homem podia ganhar no jogo da peste e da vida era o conhecimento e a memória”. Foi com base nessa ideia que norteamos nossa pesquisa para trazer ao conhecimento público o cenário e os fatos que se passaram na cidade de Patos de Minas no período da gripe espanhola e contribuir para a memória do local com uma parte pouco estudada da história da cidade.

Entendemos que ainda há muito a pesquisar e a descobrir sobre o período em que fizemos o recorte temporal; por isso, entendemos que o presente trabalho corresponde a uma fração inicial na construção do saber historiográfico sobre as enfermidades neste município. Esperamos que novas pesquisas sejam realizadas e novos documentos sejam encontrados para complementar e ampliar o assunto aqui tratado.

### REFERÊNCIAS

BARRY, J. M. **A grande gripe**: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/coqueluche>. Acesso em: 13 set. 2022.

<sup>36</sup> PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. *Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920*. Livro 1.



BIERNATH, A. **Como os presidentes brasileiros lidaram com a gripe espanhola no início do século 20?**. São Paulo, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56031995>. Acesso em: 03 set. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. Câmara Municipal. **Livro de atas**. 03 de maio de 1918 a 02 de outubro de 1919. Livro 10.

CAMUS, A. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

CARVALHO, J. M. de. **D. Pedro II**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

DIAMOND, J. M. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FERNANDES, P. C. A. A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1061-1084, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5210.e>. Acesso em: 20 out. 2022.

MATOS, M. H. R. **Educação e imprensa em palcos republicanos: análise dos jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930)**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13808/1/marcia.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coqueluche**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/coqueluche>. Acesso em: 13 set. 2022.

O DEMOCRATA, Patos de Minas, 10 de novembro de 1918.

O FEDERALISTA. Patos de Minas, 12 de janeiro de 1919.

O FEDERALISTA. Patos de Minas, 26 de janeiro de 1919

O FEDERALISTA. Patos de Minas, 03 de fevereiro de 1919.

O FEDERALISTA. Patos de Minas, 02 de fevereiro de 1919.

OLIVEIRA, J. E. de. Hospital Regional 90 Anos. **Jornal de Patos**, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.jornaldepatos.com.br/2020/07/hospital-regional-90-anos.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. Cemitério Municipal. **Registro de sepultamento de 28 de julho de 1911 a 18 de maio de 1920**. Livro 1.

RIBEIRO, G. R. C. Contribuição à História da Medicina em Patos de Minas: das origens até 1950. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 9, p. 67-81, 2008. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/revistaalpha/issue/view/120>.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, R. M. F. da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das geraes**: representação, memória e conflitos. Cidade de Patos, 1889-1933. 2015. 431 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18190>. Acesso em: 20 set. 2022.

STARLING, H. M. O ano em que Belo Horizonte enfrentou a peste. **UFMG**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-ano-em-que-belo-horizonte-enfrentou-a-pestes>. Acesso em: 20 abr. 2022.

# A construção da cidadania ao longo da história do Brasil: impasses e objeções provocados pela escravização

*The construction of citizenship throughout the history of Brazil:  
impasses and objections caused by slavery*

CHARLES ARVELOS ROCHA

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: charlesrocha@unipam.edu.br

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: rassi@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O conceito de cidadania, previsto em lei, indica a capacidade ativa do cidadão em praticar e cumprir seus direitos e deveres. Corresponde à atividade de execução de direitos dos sujeitos históricos inseridos em um meio social. Os escravizados, ao longo da história do Brasil, não eram considerados cidadãos e não possuíam seus direitos básicos referentes à dignidade humana e à integridade física. Ao cidadão comum, restava recorrer aos benefícios ofertados pelos grandes proprietários. No período republicano, a maior porção daqueles considerados cidadãos não tinha conhecimento sobre governo representativo, conseqüentemente não compreendia a ação de escolher um político que representasse os interesses da população. Diante disso, questiona-se: até que ponto será possível, em uma sociedade cicatrizada pela escravização de milhares de povos subjugados, implantar e realizar os meios mais avançados da democracia participativa? O caminho e a busca pela solução dependem de uma educação política específica para a construção de uma cidadania que proporcione, em conformidade com os princípios da legislação constitucional, liberdade e autonomia para os grupos minoritários e marginalizados na sociedade. Este estudo visa problematizar a construção da cidadania no Brasil, por meio de uma pesquisa bibliográfica e um esforço interpretativo, pautados sobretudo nos ensaios de José Murilo de Carvalho.

**Palavras-chave:** Cidadania. Direitos. Escravidão. História do Brasil. José Murilo de Carvalho.

**Abstract:** The concept of citizenship, provided by law, indicates the citizen's active capacity to practice and fulfill his rights and duties. It corresponds to the execution of human rights of the historical subjects inserted in a social environment. Throughout the history of Brazil, the enslaved were not considered citizens and did not have their basic rights regarding human dignity and physical integrity. The ordinary citizen had to resort to the benefits offered by the large landowners. In the republican period, most of those citizens did not know representative government and, consequently, did not understand the action of choosing a politician who would represent their interests. Therefore, the question is: to what extent will it be possible, in a society scarred by the enslavement of thousands of subjugated peoples, to implement and realize the most advanced means of participatory democracy? The path and the search for the solution

depend on a specific political education for the construction of citizenship that provides, in accordance with the principles of constitutional legislation, freedom, and autonomy for minority and marginalized groups in society. This study aims to problematize the construction of citizenship in Brazil through a bibliographical survey and an interpretative effort based mainly on the essays by José Murilo de Carvalho.

**Keywords:** Citizenship. Rights. Slavery. History of Brazil. José Murilo de Carvalho.

---

“A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática”  
(José Murilo de Carvalho).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo buscou, a partir de fundamentos constitucionais sobre os direitos civis, sociais e políticos, compreender a longa construção da cidadania brasileira e os fatores singulares que fizeram parte da história de um país colonizado sob o prisma da apropriação e da exploração de mão de obra escrava. Para tanto, o trabalho objetivou a compreensão da consciência de cidadania dos brasileiros, tornados cidadãos durante a Constituição de 1824; o reconhecimento da escravidão no Brasil como fator determinante para a inércia da formação do cidadão; o apontamento das práticas ilícitas na política no início da República e a análise da política local a partir do coronelismo.

O presente estudo foi construído por meio de fontes bibliográficas de vários autores que se dedicaram e que confiaram ao trabalho de escrever sobre a temática da cidadania brasileira. Além dos livros físicos, foram utilizados, também, meios e conteúdos digitais, bem como artigos científicos e sites, relacionados à temática discutida.

A cidadania corresponde à atividade de execução de direitos dos sujeitos históricos inseridos em um meio social. Deriva-se de uma ação do cidadão frente às principais questões de interesse coletivo. Contudo, em um país edificado sobre a restrição de direitos civis, sociais e políticos, tido como um espaço desprovido de dignidade humana, como analisar o conceito de cidadania? Como pensar a cidadania intrínseca em um país escravocrata e aristocrata, com a primazia da exclusão e da desigualdade social?

A história, como um saber pautado em métodos e em estudos, fundamentado pela razão, oferece conjecturas para um olhar atento e reflexivo sobre as permanências e sobre as rupturas impregnadas na sociedade. A reflexão proporciona um conhecimento sólido, e não organizado, em alienações e em inclinações provocadas pelo senso comum. Por intermédio do historiador, é possível perceber as causas e as consequências que conduziram o longo processo de construção da cidadania brasileira. Nesse sentido, o caminho coerente para pensar possíveis soluções ou aproximações para essas questões começa a partir da leitura atenta de textos produzidos com o objetivo de indagar as principais nuances relacionadas aos problemas mencionados anteriormente.

Sabe-se que, na história do povo brasileiro, a consciência de cidadania nem sempre esteve presente nas camadas subalternas e desprestigiadas pelas relações de paternalismo exercido pela elite agroexportadora. À vista disso, percebeu-se a

necessidade de analisar os entraves e os avanços do longo percurso da cidadania na história do Brasil. Para tanto, a análise historiográfica realizada neste trabalho teve, como referência, o historiador José Murilo de Carvalho e seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DIREITO CIVIL, SOCIAL E POLÍTICO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A palavra “cidadão” é derivada do latim “*Civitas*”, que quer dizer cidade, cuja finalidade é a participação direta dos cidadãos no processo político. A cidade, no contexto da sociedade grega, é qualificada como “Cidade-Estado” e implica a potencialidade dos cidadãos em tomar decisões coletivas. Por meio da oratória e do discurso, o cidadão grego é o sujeito ativo nas escolhas políticas e nos assuntos de interesse social. Trata-se de uma gênese da democracia, em que o poder do povo prevalece. Não obstante, a democracia emerge em uma sociedade escravocrata e aristocrática. Em consequência, na Grécia Clássica, ser cidadão era possibilidade para a minoria da população, isto é, escravizados, estrangeiros residentes e as mulheres eram excluídos da cidadania.

Refletir sobre a construção da cidadania brasileira perpassa pela análise dos diversos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos presentes na história do povo brasileiro. Avanços e retrocessos evidenciaram o árduo e longo caminho dessa construção. Uma história sublinhada pela presença de alguns direitos. Todavia, seus possuidores, isto é, o povo brasileiro, não eram conscientes do real significado daquilo que poderia ser exercido. Enquanto havia o direito político, o cidadão brasileiro desconhecia a importância do voto. Após a abolição da escravidão, ocorrida em 1888, a partir da Lei Áurea, houve o direito à liberdade; porém, não aconteceu o mesmo com os direitos sociais. Em períodos de governos ditatoriais, apesar de muitos direitos sociais terem sido concretizados, os direitos civis e políticos foram retirados.

Percebe-se, então, a enorme complexidade presente na evolução da cidadania brasileira. Enquanto determinados direitos estavam presentes, outros estavam ausentes. Não houve uma cidadania eficiente e plena, capaz de proporcionar, simultaneamente, os direitos civis, políticos e sociais. “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos” (CARVALHO, 2015, p. 15).

Os direitos civis, expressos pelo artigo 5º da Constituição de 1988, são aqueles relacionados à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O direito à vida versa sobre o direito de nascer e de permanecer vivo. O direito à liberdade relaciona-se ao direito de ir, vir e permanecer, conforme as determinações legais. O direito à igualdade coloca cada cidadão em um mesmo patamar de direitos e de deveres. Já os direitos de segurança e de propriedade, assim como os anteriores, referem-se aos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Os direitos políticos, acordados no artigo 14 da Constituição Federal de 1988, são essenciais para a manutenção da democracia. Além disso, eles garantem o direito ao voto direto e secreto – obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos – com valor igual para cada cidadão. Permitem, também, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular como fatores legais para a participação ativa do povo brasileiro.

Os direitos sociais, conforme exposto pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos relacionados à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados. Em 2015, com a Emenda Constitucional n. 90, foi introduzido o mais novo direito social: o direito ao transporte. No dia 02 de outubro do ano de 2022, com a finalidade de facilitar a locomoção dos eleitores, aos menos 8 capitais brasileiras – Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador e São Luiz – ofereceram transporte público com tarifa zero para que cada eleitor chegasse até seus locais de votação.

No entanto, durante a história do Brasil, o cenário dos direitos civis, políticos e sociais não correspondeu, satisfatoriamente, ao que está previsto na Constituição Federal de 1988. Cumpre destacar que a Constituição no Brasil está em sua sétima edição.

Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do então presidente José Sarney, a Constituição em vigor, conhecida por “Constituição Cidadã”, é a sétima adotada no país e tem como um de seus fundamentos dar maior liberdade e direitos ao cidadão - reduzidos durante o regime militar - e manter o Estado como república presidencialista. As Constituições anteriores são as de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 (CONSTITUIÇÕES..., s. d.).

Nos dias atuais, os direitos civis, sociais e políticos, mesmo com suas previsões legais, carecem de efetividade na vida do povo brasileiro. Afirma-se que há, no Brasil, um amontoado de leis e de direitos que não são apreciados na prática pela população considerada “de baixa renda”.

## 2.2 A ESCRAVIDÃO E SEUS IMPACTOS NO TRIBUNAL DO JÚRI NO SÉCULO XIX

A construção da identidade nacional é uma premissa elementar para a ideia de cidadania. Após a independência política do Brasil, de Portugal, ocorrida no ano de 1822, o país permaneceu com enormes estigmas de um passado cruel, desumano e pouco encorajador para ser, de fato, independente nos quesitos sociais e políticos. Durante o período de colonização, os portugueses deixaram uma enorme população ferida e chagada pelo analfabetismo e pelo escravismo, ausente de identidade nacional, com uma economia latifundiária e exploradora de mão de obra abundante oriunda do tráfico negreiro. Foram três séculos de intensa migração forçada de africanos que perderam ou

desestabilizaram suas identidades, submetendo suas próprias vontades ao poder de seus donos.

Conforme expõe Gomes (2019, p. 69), o resultado da intensa migração provocada pela escravidão é a completa obliteração de sua identidade antiga para a construção de uma nova, dependente e condicionada pelo senhor. O escravizado passa a não ter vontade própria. Sua escolha é a obediência à servidão, e sua nova existência depende do poder de seu dono. Em consequência, a escravidão foi o principal obstáculo para a construção da cidadania no Brasil. José Bonifácio (*apud* CARVALHO, 2015) dizia ser a escravidão o obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada a outra parcela, como inimigas entre si. Para Bonifácio, a escravidão impedia a integração social e política do país.

É relevante ressaltar que a escravização se estendeu aos nativos. Porém, com a forte oposição dos jesuítas e com a implementação de leis contra essa prática, a escravização dos povos nativos foi praticamente abolida e, por consequência, o tráfico transatlântico teve um aumento acelerado. Observa-se, portanto, que a escravidão e a grande propriedade latifundiária não constituíram um ambiente favorável à formação de futuros cidadãos. Os escravizados não eram considerados cidadãos e não possuíam os direitos civis básicos à dignidade humana e à integridade física. Se o escravizado não desenvolvia sua consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco auxiliava nesse desenvolvimento. O senhor buscava todos os mecanismos que impossibilitassem os direitos dos escravizados e, além disso, exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima (CARVALHO, 2015).

A abolição final se consagrou apenas em 1888, com a “Lei Áurea”, quando o número de escravizados no Brasil estava em declínio. Foram quase quatro séculos de violação de direitos fundamentais para a vida humana.

O Brasil era o último país de tradição cristã e ocidental a libertar os escravos. E o fez quando o número de escravos era pouco significativo. Na época da independência, os escravos representavam 30% da população. Em 1873, havia 1,5 milhão de escravos, 15% dos brasileiros. Às vésperas da abolição, em 1887, os escravos não passavam de 723 mil, apenas 5% dos brasileiros (CARVALHO, 2015, p. 52-53).

Um dos problemas latentes da escravidão, o qual retardava o longo caminho para a construção da cidadania brasileira, era o fato de compreender e tratar a servidão como algo natural. A concepção de escravidão era aceita por quase toda a sociedade, inclusive pelos libertos que, depois de receber sua alforria, tornavam-se possuidores de escravos. Segundo Carvalho (2015, p. 55), os escravos, embora lutassem pela própria liberdade e repudiassem sua escravidão, uma vez libertos, aceitavam escravizar os outros. As relações sociais eram permeadas pela escravidão e, no Brasil, não havia como se esquivar da escravidão.

Para o catolicismo proveniente de Portugal, a única escravidão não permitida deveria ser a escravidão causada pelo pecado. “A interpretação tradicional dos católicos,

vigente em Portugal e no Brasil, era que a Bíblia admitia a escravidão, que o cristianismo não a condenava. A escravidão que se devia evitar era a da alma, causada pelo pecado [...]” (CARVALHO, 2015, p. 55).

No Brasil, a religião católica, que era oficial, não combatia a escravidão. Conventos, clérigos das ordens religiosas e padres seculares, todos possuíam escravos. Alguns padres não se contentavam em possuir legalmente suas escravas, eles as possuíam também sexualmente e com elas se amigavam. Alguns filhos de padres com escravas chegaram a posições importantes na política do Império. O grande abolicionista José do Patrocínio era um deles. Com poucas exceções, o máximo que os pensadores luso-brasileiros encontravam na Bíblia em favor dos escravos era a exortação de São Paulo aos senhores no sentido de tratá-los com justiça e equidade (CARVALHO, 2015, p. 55-56).

Todavia, é justo ressaltar que, no mesmo ano da abolição, o papa Leão XIII, por intermédio da encíclica *“In Plurimis”*, dedicada aos Bispos do Brasil, fez forte apelo ao fim da escravidão em território brasileiro. Em posição contrária à escravidão, o papa Leão XIII menciona que vários outros papas se posicionaram contra a escravidão. Papa Urbano VIII, Bento XIV, Pio VII, mostraram-se como defensores da liberdade para indígenas, para negros e para aqueles não educados na fé cristã.

No campo político, os grandes proprietários eram considerados “homens bons”. Eram livres, detinham o direito ao voto e eram votados nas eleições municipais. Em razão da extensão territorial, o rei não era capaz de se mostrar presente nos locais afastados das cidades.

Em consequência, os “homens bons”, sobretudo com suas funções judiciárias, representavam a presença do Estado por intermédio de um poder pessoal, conduzido em seus interesses particulares repleto de ambições. “O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas” (CARVALHO, 2015, p. 27).

Ao cidadão comum, restava recorrer aos benefícios ofertados pelos grandes proprietários. Mulheres e escravizados estavam sob o império da legislação privada dos senhores, não havia acesso à justiça para justificarem suas condutas ou se defenderem contra acusações impostas. “[...] não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis” (CARVALHO, 2015, p. 28).

No livro *Nação e cidadania no império: novos horizontes*, organizado pelo historiador José Murilo de Carvalho (2007, p. 211), Campos aponta que a maioria dos delitos não chegava ao conhecimento da Justiça. A autora, para ilustrar sua posição, recorre ao depoimento de um escravo que, ao ser preso, admitiu já haver tentado matar a vítima anteriormente, dando-lhe um tiro, mas desse crime não teve ciência a justiça, porque o dono o puniu em casa. Vale ressaltar um dado instigante apontado pela autora a partir de um dado estatístico de presos no Espírito Santo; “[...] detenções de escravos, na segunda metade do século XIX, permaneceram na média de cinquenta ao ano,



enquanto as de homens livres ocupavam uma faixa mais ampla, de cem a duzentas reclusões” (CARVALHO, 2007, p. 220). Nota-se que o número de presos se concentrava em quantidade maior entre as pessoas livres.

O sistema punitivo, de acordo com a Justiça, ocorreu no período colonial, por meio de uma ação específica dos senhores. O Tribunal de Júri, operado pelo Estado, era compreendido como inoperante e ineficaz no combate ao crime. “As autoridades declaravam a ineficiência do júri por todo o Império, e não somente na província do Espírito Santo, numa clara demonstração de que tal insatisfação não se ligava a fatores locais” (CARVALHO, 2007, p. 224). O contínuo domínio dos grandes proprietários na seara da Justiça implicava a ideia da proporcionalidade da aplicabilidade das penas. Se o escravizado fosse violento e perigoso à ordem da sociedade escravista, a sentença deveria ser intensa e dura, com fortes repreensões físicas. Mas, o escravizado, sendo útil ao seu senhor, caso cometesse um delito, sua sentença seria breve.

[...] não era a gravidade do crime que tornava o réu propenso a penas mais duras, mas, sim, o grau de sua vinculação, ou então, de desvinculação ao seu senhor. Tratando-se de escravo com o qual o senhor não pudesse contar ou cujo exemplo fosse extremamente nocivo à sociedade escravista, a Justiça prolatava sentenças de reclusão longa, ou inclusive, de pena de morte. Fosse ele, no entanto, importante para o senhor e não estivesse seu crime vinculado a nenhuma forma de resistência prevista no Código Criminal do Império, a Justiça apresentava sua face mais complacente, sentenciando com penas breves, ainda que duras, como o açoite (CARVALHO, 2007, p. 231).

Assim, o reduzido número de escravizados nas questões judiciais é desvelado pelo interesse dos senhores em realizar sua própria justiça sem a interferência do Estado. Era mais viável para o senhor manter seus escravizados em constante atividade braçal, pois, quanto maior o labor, maior seria o acúmulo de riquezas. Apresenta-se, contudo, um paradoxo na vida cotidiana daquele que estava submisso, sendo que seu único instrumento de defesa na via judicial era seu senhor. Ou o cativo se rebelava contra à ordem escravagista ao se distanciar das dominações senhoriais, ficando a mercê da Justiça Imperial, ou ele permanecia fiel ao trabalho árduo com o auxílio do seu dono para investir, quando necessário, em sua absolvição.

Os senhores afastavam seus cativos do alcance da Justiça ou, quando assim não fosse possível, investiam em sua absolvição. Aqueles destinados às penas mais graves eram os escravos distanciados de seus senhores. Logo, sem a proteção senhorial, os cativos se viam privados dos instrumentos mais eficazes de defesa, tornando-se presas fáceis da magistratura em seu intento de estabelecer penas exemplares e longas (CARVALHO, 2007, p. 232).

### 2.3 O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DURANTE O SÉCULO XIX

O fenômeno histórico conhecido como “Independência do Brasil” não foi capaz de resolver os problemas deixados pelo período colonial. Inicialmente, não houve participação popular no processo de independência política, assim como ocorreu na América do Norte ou mesmo na América espanhola. Também, não é possível afirmar que ela aconteceu pela luta popular que clamava pela liberdade e pelo fim de um arranjo político português em terras brasileiras. A escolha pela independência não foi feita pelo povo brasileiro, mas sim pelos interesses da elite e da monarquia.

Para a aristocracia brasileira, apenas a monarquia poderia pacificar as revoltas populares regionais e, assim, continuar com a mesma ordem social impregnada no período colonial. Conforme afirma Carvalho (2015, p. 32), “a escolha de uma solução monárquica em vez de republicana deveu-se à convicção da elite de que só a figura de um rei poderia manter a ordem social e a união das províncias que formavam a antiga colônia”. Manter a ordem das revoltas populares através da pacificação era o principal meio para a permanência da ordem colonial exploradora. Algumas revoltas se destacaram durante o período colonial. Entre as nativistas, que envolveram conflitos entre os colonos e ou revoltas em defesa de interesse dos membros da elite colonial, destacam-se: a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a Revolta de Filipe dos Santos. Entre as revoltas separatistas, que reivindicavam uma independência em relação a Portugal, destacam-se: a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana.

A constituição outorgada de 1824, válida até o fim da monarquia, estabeleceu os três poderes políticos: o Executivo, o Legislativo (Senado e Câmara) e o Judiciário. Criou também o “Poder Moderador”, cargo designado ao imperador. O quarto poder nomeava, de forma livre, os ministros de Estado, independentemente da permissão do Legislativo. Nesse contexto, os direitos políticos avançaram com a permissão ao voto, inclusive para os analfabetos. “Podiam votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil-réis. Todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar. As mulheres não votavam, e os escravos não eram considerados cidadãos” (CARVALHO, 2015, p. 35). É importante ressaltar que a maioria da população ganhava mais de 100 mil-réis, exigidos para a capacidade ativa de eleitor. A legislação autorizava a participação de quase toda a população adulta masculina na formação do governo.

Na questão formal e teórica, o direito ao voto representava um avanço; porém, a prática e a realidade da qualidade de cidadão que era formado não correspondia aos anseios de uma cidadania plena. “Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização [...]. Mais de 85% eram analfabetos [...], mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle dos grandes proprietários” (CARVALHO, 2015, p. 37-38).

Para o autor Chiavenatto (1979, p. 61), “o Brasil é nesse período um gigante anêmico. Seu povo é formado da forma mais deprimente [...]. O império herdou todos os vícios do período colonial e não soube criar uma personalidade política capaz de desenvolver o Brasil”. A maior porção daqueles considerados cidadãos não tinha conhecimento sobre governo representativo e não compreendia a ação de escolher um político que representasse os interesses da população. Frente a isso, questiona-se: qual

modelo de cidadão o Império estava apto a constituir? Quais eram os reais interesses locais das classes dominantes? Como aconteciam as eleições?

Na visão de Carvalho (2015), o que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas sim o domínio político local. O chefe político exercia o controle de cargos públicos, como os cargos de delegados de polícia, de juiz municipal e de coletor de rendas de postos na Guarda Nacional. O objetivo do chefe político era mobilizar o maior número possível de dependentes para vencer as eleições. A violência e o tumulto eram fatores habituais em momentos de eleição; eram espetáculos tragicômicos. O caráter negativo das eleições fez surgir personagens informais com a finalidade de ludibriar e tumultuar as eleições. Surgiram, então, os cabalistas, os fósforos e o capanga eleitoral.

Os “cabalistas” eram responsáveis pela inclusão do maior número de votantes para seu chefe. A inclusão, conforme mencionado anteriormente, era baseada na renda. A função do cabalista era colocar em evidência a prova de que cada votante possuía renda mínima e necessária para ser um cidadão com capacidade eleitoral ativa. Entretanto, havia os diversos artifícios ilegais. Mesmo aqueles cidadãos que não possuíam renda eram colocados como votantes, pois o importante era o número de votos.

Surgiram vários especialistas em burlar as eleições. O principal era o cabalista. A ele cabia garantir a inclusão do maior número possível de partidários de seu chefe na lista de votantes. Um ponto importante para a inclusão ou exclusão era a renda. Mas a lei não dizia como devia ser ela demonstrada. Cabia ao cabalista fornecer a prova, que em geral era o testemunho de alguém pago para jurar que o votante tinha renda legal (CARVALHO, 2015, p. 39).

Outro personagem presente nas eleições era o “fósforo”, que praticava a conduta de “falsa identidade”. Na falta do verdadeiro votante, ele se fazia passar com uma identidade e com uma personalidade que não lhe pertencia. O fósforo agia de má fé para aumentar a quantidade de votos para seu chefe local. No momento da eleição, aconteciam diversas situações cômicas e totalmente ilícitas. Houve, ainda, situações em que compareceram mais de um fósforo para representar um único votante. Ganhava-se aquele mais habilidoso na retórica e na persuasão.

Se o alistado não podia comparecer por qualquer razão, inclusive por ter morrido, comparecia o fósforo, isto é, uma pessoa que se fazia passar pelo verdadeiro votante. Bem-falante, tendo ensaiado seu papel, o fósforo tentava convencer a mesa eleitoral de que era o votante legítimo. O bom fósforo votava várias vezes em locais diferentes, representando diversos votantes. Havia situações verdadeiramente cômicas. Podia acontecer aparecerem dois fósforos para representar o mesmo votante. Vencia o mais hábil ou o que contasse com claques mais forte. O

máximo da ironia dava-se quando um fósforo disputava o direito de votar com o verdadeiro votante. Grande façanha era ganhar tal disputa. Se conseguia, seu pagamento era dobrado (CARVALHO, 2015, p. 39-40).

A terceira figura criada para atuar no cenário ilícito da política eleitoral foi o “capanga eleitoral”. Sua função era proteger seus partidários, tumultuar as eleições com ameaças e ofensas aos inimigos políticos. Se preciso fosse, o capanga eleitoral estava disposto a lutar contra o capanga adversário. “Nos dias de eleição, bandos armados saíam pelas ruas amedrontando os incautos cidadãos. [...] muitos votantes não ousassem comparecer, com receio de sofrer humilhações. Votar era perigoso” (CARVALHO, 2015, p. 40). Outro ato ilícito foram as eleições “a bico de pena”.

Em caso de não haver comparecimento de votantes, a eleição se fazia assim mesmo. A ata era redigida como se tudo tivesse acontecido normalmente. Eram as chamadas eleições feitas “a bico de pena”, isto é, apenas com a caneta. Em geral, era as que davam a aparência de maior regularidade, pois constava na ata que tudo se passara sem violência e absolutamente de acordo com as leis (CARVALHO, 2015, p. 40).

Nas eleições “a bico de pena”, o voto do cidadão funcionava como um gesto de gratidão pelos auxílios prestados pelos seus senhores. Todavia, nem sempre se resumia em gratidão. O voto era, também, um ato de obediência forçada em troca dos favores recebidos.

Havia, entretanto, a compra do voto. “À medida que o votante se dava conta da importância do voto para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais, a vendê-lo mais caro. Nas cidades, onde a dependência social do votante era menor, o preço do voto subia mais rápido” (CARVALHO, 2015, p. 41). Nesse sentido, o pagamento acontecia de variadas formas ilícitas: em dinheiro, em roupas, em alimentos, em animais, entre outras. Com o auxílio dos cabalistas, os chefes políticos mantinham seus votantes reunidos e vigiados em barracões, ou currais, onde lhes ofereciam comida e bebida, até o momento da votação.

Os votantes aprendiam também a negociar o voto com mais de um chefe. Alguns conseguiam vendê-lo a mais de um cabalista, vangloriando-se do feito. O voto neste caso não era mais expressão de obediência e lealdade, era mercadoria a ser vendida pelo melhor preço. A eleição era a oportunidade para ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos. No mínimo, uma boa refeição (CARVALHO, 2015, p. 41).

Além da participação eleitoral, houve, após a independência, o envolvimento do cidadão no serviço militar no Exército e, de modo particular, a participação durante a guerra contra o Paraguai (1864-1870). Com o objetivo de fortalecer o exército brasileiro,

foram estabelecidos os “Voluntários da Pátria”, formados pela burguesia e pelos negros escravizados. Contudo, a maioria do exército brasileiro durante a Guerra era composto pelos escravizados que, ao participarem da guerra e ao pertencerem ao exército, voltavam da guerra, e, se voltassem, ganhavam sua liberdade.

O historiador Doratioto (2002, p. 272), em seu livro *“Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai”*, aponta para a grande dificuldade do Império em preencher os vazios na tropa. Em consequência, foi estabelecido um decreto, baixado em 6 de novembro de 1866, que acordou que os “escravos da nação”, do Estado, que servissem no Exército em guerra, ganhariam a liberdade, enquanto os donos que libertassem os seus, para esse mesmo fim, seriam recompensados com títulos de nobreza.

Conforme Chiavenatto (1979, p. 111), no exército do Império brasileiro, para cada soldado branco, havia nada menos que quarenta e cinco negros. A guerrilha brasileira era formada especialmente pelo seu maior contingente de africanos escravos e mulatos que correspondiam às classes oprimidas. A alimentação era escassa, enquanto o exército paraguaio se alimentava com milho, com banana, com mandioca, com mel, com erva-mate e com carne em abundância. Assim, os voluntários burgueses safavam-se facilmente da sua inclusão na guerra. “[...] podiam mandar em seu lugar negros escravos, que automaticamente se tornavam forros ao entrarem para o exército. [...] alguns ‘voluntários’ ofereciam até dez negros, tornando-se assim mais ‘heroicos’ na contribuição de sangue à pátria” (CHIAVENATTO, 1979, p. 117).

Entretanto, na visão de Doratioto (2002, p. 273), as afirmações de que o Exército imperial era um aglomerado de escravos resultam do fato de se confundir todo branco com livre e todo negro com escravo, considerando que o fato de a população ser majoritariamente negra ou mestiça não significa, necessariamente, que ela é escrava, porque esta já se tornara minoritária em 1864. “Em 1872, data do primeiro censo oficial, no Brasil havia 8 milhões de homens livres, sendo 3,8 milhões de brancos e 4,2 milhões de negros ou mulatos, e o número de escravos era de 1,5 milhão” (DORATIOTO, 2002, p. 273).

Segundo Carvalho (2015, p. 43), as guerras são fatores importantes para a criação de identidades nacionais. A população brasileira, mesmo após a independência, não tinha consciência da ideia de pátria. Havia, no máximo, identidades regionais. A guerra, nesse contexto, altera a situação e expõe livres e escravizados lutando pela nação. “São abundantes as indicações do surgimento dessa nova identidade, mesmo que ainda sem esboço. Podem se mencionar a apresentação de milhares de voluntários no início da guerra, a valorização do hino e da bandeira, as canções e poesias populares” (CARVALHO, 2015, p. 43).

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constituída, inicialmente, através de um Governo Provisório, sob a chefia do Marechal Deodoro da Fonseca, criou-se a expectativa da libertação dos males sociais deixados pela monarquia. A medida monárquica abolicionista atendeu, inicialmente, a uma necessidade política e econômica com a tentativa de atrair mão de obra livre para as regiões produtoras do café. No entanto, a monarquia não conseguiu formar a própria identidade da nação brasileira. Assim, o objetivo pela opção republicana era substituir a monarquia pela construção de uma nação, pois, apesar da abolição, havia, de maneira evidente, traços de desigualdades sociais e concentração do poder.

Conforme Iglésias (1993, p. 198), no primeiro momento, o sistema republicano federativo buscou anular determinados traços da Monarquia. Houve mudança de nomes que lembravam os da Monarquia. A bandeira sofreu alterações no desenho; se as cores se mantiveram, na parte central, onde se viam as armas imperiais, há, agora, uma esfera estrelada, com uma faixa com o lema “Ordem e Progresso”, de inspiração positivista. O Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, em seu art. 1º afirma:

A bandeira adoptada pela Republica mantem a tradição das antigas côres nacionaes – verde e amarella – do seguinte modo: um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda – Ordem e Progresso – e ponteada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronomica, quanto á distancia e o tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o Municipio Neutro; tudo segundo o modelo debuxado no annexo n.1 (BRASIL, 1889).

De acordo com Carvalho (2015, p. 46), na esfera política, a instauração da Primeira República (1889-1930) não provocou mudanças substanciais. O modelo federalista adotado era semelhante àquele introduzido nos Estados Unidos. Os presidentes dos estados das antigas províncias passaram a ser eleitos pela população. Deu-se, portanto, uma aproximação entre governo e população. No entanto, a junção aconteceu com as elites locais, pois a descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Iglésias (1993, p. 206), nesse contexto, ressalta que o fator essencial da Primeira República durante a “política dos governadores” foi a questão da conciliação. Para a manutenção dos interesses, os grupos dominantes entravam sempre em acordo e evitavam rupturas drásticas.

A Primeira República ficou conhecida como a “República dos Coronéis”. A função de coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional e, conseqüentemente, ele era sempre a pessoa mais poderosa do município. Nesse contexto, o coronel indicava o chefe político local e servia, ainda, como a aliança entre o líder local com o presidente do estado e desse com o Presidente da República.

A principal função do modelo federalista era, portanto, a descentralização política, que proporcionava o surgimento de lideranças locais identificadas como coronéis. Iglésias (1993, p. 210) ressalta que, no início da emancipação política brasileira, o exército era extremamente frágil e incapaz de estabelecer ordem nas revoltas populares. Em consequência, o governo estabeleceu a Guarda Nacional composta pelos fazendeiros, proprietários de terras, que convocavam seus súditos ou agregados para formar as forças militares ou paramilitares.

Por isso, deu-se o nome de “Coronel” ao chefe do grupo local. De modo simplificado, coronelismo refere-se ao poder local exercido pelo reconhecimento de autoridade em alguém. O sistema se baseava em troca de favores: o homem comum

apoia o coronel e é por ele protegido. Como reforça Carvalho (2015, p. 61), o coronelismo era tanto um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos quanto uma negação dos direitos civis.

Durante a “República dos Coronéis”, houve um intenso sentimento de paternalismo que provocou várias formas de dependência. O coronelismo criava e servia como manutenção de uma massa de reféns sem alfabetização. A doação e a troca de favores ao invés de uma conquista consciente e ativa de direitos faziam com que os direitos fossem compreendidos como uma bondade e compaixão de seu chefe local, colocando os cidadãos em posição de constante dependência perante os líderes.

No meio rural, imperava a “Lei do coronel”, que era criada e executada pelo coronel. Seus dependentes e trabalhadores se comportavam como seus súditos e não como cidadãos do Estado brasileiro. Outra troca de favores acontecia entre o coronel e o governador. Enquanto o coronel dava seu apoio político ao governador, este em troca oferecia trabalho e funções de grande importância na sociedade para aqueles próximos ao coronel. Cita-se como funções: delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio, a professora primária. Contudo, o coronel quase não possuía formação intelectual e por coronel passou a ser conhecido o “cidadão interiorano”, detentor de algum poder. A outra camada da sociedade era composta pela massa de despossuídos, longe de merecerem o nome de cidadãos.

Diante disso, em âmbitos da cidadania, questiona-se: quais foram as mudanças impactantes entre a passagem da Monarquia para a República? Quais foram as rupturas e as permanências no longo caminho para a construção da cidadania no Brasil? Na perspectiva de Carvalho (2015, p. 47), as práticas eleitorais ilícitas não desapareceram, foram aperfeiçoadas por meio de coação aos eleitores e por meio de compra de votos. Continuaram a atuar os cabalistas, os capangas, os fósforos e as eleições “a bico de pena”.

Dez anos depois da proclamação da República, um adversário do regime dizia que quando as atas eleitorais afirmavam que tinham comparecido muitos eleitores podia-se ter a certeza de que se tratava de uma eleição ‘a bico de pena’. Os resultados eleitorais eram às vezes absurdos, sem nenhuma relação com o tamanho do eleitorado. Com razão dizia um jornalista em 1915 que o exercício da soberania popular é uma fantasia e ninguém a toma a sério” (CARVALHO, 2015, p. 48).

No governo de Floriano Peixoto (1891-1894), enquanto Presidente da República, a sociedade vivia conforme antigas condicionantes da Monarquia, isto é, uma população dividida entre os extremos do campo e da cidade: analfabeta, pobre e sem assistências básicas. Havia um reduzido grupo que adquiria seus lucros no comércio exportador. Anterior ao governo de Floriano Peixoto, durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca, considerado o primeiro presidente do Brasil, houve a promulgação da Constituição de 1891.

Vale ressaltar que o trabalho para a promulgação da segunda constituição do Brasil, em 1891, iniciou-se em 1889, com a participação de Rui Barbosa, um dos principais juristas nos primeiros anos da república. A partir da promulgação da Constituição de

1891, estabeleceu-se uma série de atos e ou de decretos que institucionalizam a República. O Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, em seu artigo primeiro, afirmava que apenas seriam considerados eleitores para as câmaras gerais, provinciais e municipais, os cidadãos, no gozo de seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever.

Carvalho (2015, p. 88) conclui que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A presença do cidadão na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, isto é, no processo de independência política e início da república, era limitada a pequenos grupos. Quando o povo praticava seu direito político, em geral o fazia conforme o arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo. O cidadão, o povo brasileiro, não ocupava seu lugar no sistema político, seja no Império, seja na República. O Brasil era, ainda, para ele, uma realidade abstrata. “Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido” (CARVALHO, 2015, p. 88).

O ano de 1930 foi marcado pelo avanço dos direitos sociais por meio da criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio. No ano seguinte, criou-se o Departamento Nacional do Trabalho. Decretou-se, então, a jornada de oito horas no comércio e na indústria. Determinou-se, também, a criação do salário mínimo capaz de atender às necessidades básicas da família. Posteriormente, houve uma vasta legislação trabalhista e previdenciária que se tornou completa em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho. No âmbito dos direitos políticos, o país alternou entre ditaduras e regimes democráticos. A fase revolucionária se estendeu até 1934, quando a assembleia constituinte votou na nova Constituição e elegeu o gaúcho Getúlio Vargas como presidente. Apoiado pelos militares, em 1937, Vargas iniciou seu período ditatorial, que durou até o ano de 1945.

As eleições de 1933, sob novas regras eleitorais, representaram um significativo progresso em relação à Primeira República. Foi instituído o voto secreto e, a partir de então, o eleitor começou a se sentir protegido das coações dos caciques políticos. Aumentou o rigor na fiscalização da apuração dos votos e no reconhecimento dos eleitores, formando, assim, uma justiça eleitoral. Além disso, o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres pela primeira vez. O trabalho noturno para mulheres passou a ser proibido e o salário igual para homens e mulheres foi estabelecido. Também, foram estabelecidos a carteira de trabalho e o documento de identidade do trabalhador.

Apesar disso, conforme exposto por Carvalho (2015, p. 127), em toda a legislação trabalhista, houve um grande ausente: o trabalhador rural. A extensão da legislação social ao campo foi implantada somente com os governos militares, a partir de 1964. A grande ausência dos trabalhadores rurais indica, com clareza, o peso que os proprietários rurais ainda possuíam. O governo não ousava interferir nos negócios dos proprietários rurais e, por isso, os trabalhadores do campo ficaram à deriva da vontade de seu chefe. “Os trabalhadores agrícolas tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem gozo dos direitos civis, políticos e sociais” (CARVALHO, 2015, p. 143).



José Murilo de Carvalho, após analisar os avanços dos direitos sociais durante 1930-1945, questiona: para os beneficiados, e para o avanço da cidadania, o que significou toda essa legislação? Sua resposta é direta. Ele afirma que o significado foi ambíguo. O governo introduziu os direitos sociais antes da expansão dos direitos políticos. Os trabalhadores foram incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e consciência política independente. A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor do qual se deviam gratidão e lealdade. Por isso, formou-se uma cidadania passiva e receptora de amparos sociais com ausência de cidadãos ativos e reivindicadores de seus direitos.

Em uma perspectiva semelhante, Chauí (2008, p. 70) relata que a sociedade brasileira possui diferenças e assimetrias sociais e pessoais que são transformadas em desigualdades relacionadas à hierarquia, ao mando e à obediência. As relações tomam forma de dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso resulta na maneira como as pessoas são vistas. Significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, como autônomas e como iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos. É exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural.

Nas últimas páginas do livro “Cidadania no Brasil”, José Murilo de Carvalho expõe que José Bonifácio afirmou, em representação enviada à Assembleia Constituinte de 1823, que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica e impedia a construção da nação. No contexto social brasileiro do século XXI, a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática.

Questiona-se, portanto, até que ponto será possível, em uma sociedade cicatrizada pela escravização de milhares de povos subjugados, implantar e realizar os meios mais avançados da democracia participativa? O caminho e a busca pela solução tendem para uma educação política específica para a construção da cidadania. Para o pensamento político clássico, a principal tarefa dos governantes era proporcionar uma educação política para o povo.

O filósofo Aristóteles, em sua obra *A política*, afirma, em uma de suas frases mais conhecidas, que o homem é um ser social e um animal político, isto é, faz parte da natureza humana ser político. “É evidente que a cidade faz parte das coisas naturais, e que o homem é por natureza um animal político. E aquele que por natureza, e não simplesmente por acidente, se encontra fora da cidade ou é um ser degradado ou um ser acima dos homens” (ARISTÓTELES, 2012, p. 10).

A partir da visão aristotélica, o “político” é não apenas aquele que trabalha diretamente com a administração pública em funções e em cargos públicos, mas também cada cidadão, em suas diversas formas de participação, é considerado um ser político. É imprescindível, portanto, que o cidadão brasileiro seja o próprio interessado em se transformar em novos sujeitos políticos. E, assim, conscientizar-se de sua real e fundamental importância em uma cidadania ativa com participação popular nas diversas decisões políticas existentes.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, desde a cultura grega até os dias atuais, se discute a noção de cidadania. A história da construção da cidadania com suas rupturas e com suas permanências é longa. Nesse sentido, o presente trabalho não apenas visou abordar a história social da ideia de cidadania, mas também buscou apontar elementos e premissas que instiguem o leitor a uma análise crítica dos fatos e das narrativas relacionadas à construção da cidadania na história do Brasil.

Como referência central e como guia para reflexões pontuais, utilizou-se a obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, do historiador mineiro José Murilo de Carvalho, que versou sobre as principais condições dos cidadãos brasileiros durante as constituições federais instituídas no Brasil. Por conseguinte, por intermédio do referido autor, o presente texto expôs as diversas feridas e cicatrizes herdadas que impediram a qualificação e a consolidação plena da cidadania do povo brasileiro.

Constatou-se que o sistema escravocrata foi o fator determinante para o constante retrocesso da construção de um ideário democrático. Não houve uma cidadania plena, capaz de incluir os direitos sociais, civis e políticos de maneira simultânea. Os estudos revelam que os cidadãos brasileiros foram condicionados a cidadania em negativo e, de modo pacífico, sem participação direta nas principais e pontuais questões políticas.

Conclui-se, por meio desta pesquisa, que o conceito de cidadania sempre esteve conectado à posse e à conquista de direitos, tanto civis quanto políticos e sociais. O presente trabalho poderia ter avançado nos principais problemas da cidadania que tangem à atualidade e abordado sobre o presente momento de eleições para escolha de Presidente, de Senador, de Deputados e de Governador. Optou-se, no entanto, por traçar os principais obstáculos da cidadania presentes ao longo da história do Brasil. Apesar das enormes dificuldades presentes, é possível, ainda, buscar soluções para a obtenção de uma cidadania mais ativa, que tenha como base e auxílio a educação política, compreendida como educação para a cidadania acompanhada de uma participação ativa e plena do cidadão brasileiro.

### REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Lafonte, 2012.

BALEEIRO, A. **Constituições Brasileiras – 1891**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas. Coleção Constituições brasileiras. 2012. v. 2.

BRASIL. **Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889**. Estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionais, e dos sellos e sinetes da Republica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d0004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0004.htm). Acesso em 18 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 mar. 2022.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, J. M. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília. Universidade de Brasília. Coleção Temas Brasileiros. 1981. v. 4.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *In: Dados*, Rio de Janeiro, 1997. v. 2.

CONSTITUIÇÕES brasileiras. **Senado Notícias**. [s. d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e as outras falas. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIAVENATTO, J. J. **Genocídio Americano**: a Guerra do Paraguai. São Paulo. Brasiliense. 1979.

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

IGLÉSIAS, F. **Trajétoria política do Brasil**: 1500 – 1964. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica In Plurimis**. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf\\_l-iii\\_enc\\_05051888\\_inplurimis.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-iii_enc_05051888_inplurimis.html). Acesso em: 16 jun. 2022.

# Redenção ou liberdade: o herói Dragão do Mar e o seu papel na abolição do Ceará (1881-1884)

*Redemption or freedom: the hero Dragão do Mar and his role in the abolition of Ceará (1881-1884)*

GUSTAVO BHERING BITTENCOURT MACHADO DE RESENDE

Discente de História (UNIPAM)  
E-mail: [gustavobhering@unipam.edu.br](mailto:gustavobhering@unipam.edu.br)

ALTAMIR FERNANDES DE SOUSA

Professor orientador (UNIPAM)  
E-mail: [altamirinho@unipam.edu.br](mailto:altamirinho@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** As minúcias da narrativa penetrada no antagonismo e, ao mesmo tempo, na simbiose entre o ato de biografar e historiografar, constituem-se como norteadoras na compreensão dos contrastes e semelhanças presentes em tal relação, já que, a partir do fim do século XX, a biografia se reconstituiu como fonte histórica. Alinhado a essa questão, para então entender a participação do Dragão do Mar na abolição cearense em 1884, é de suma importância o objetivo de analisar a conjuntura histórica tanto da formação e consolidação do movimento abolicionista cearense quanto a construção da biografia e trajetória de Francisco José do Nascimento. Percorrendo-se a narrativa do biógrafo Edmar Morel, a criação da narrativa sobre o heroísmo de Chico da Matilde, demonstra, muitas vezes, pautada nas ilusões biográficas, a necessidade um olhar mais crítico à jornada do herói jangadeiro, não descartando, logicamente, a contribuição de sua liderança ao bloqueio dos portos contra o tráfico negreiro. Por fim, a busca de legitimação do herói de tantos nomes, de Francisco José do Nascimento a Dragão do Mar, traz a possibilidade de compreensão da representatividade do cearense que conseguiu ir além de sua época, chegando ao século XXI, através da história e cultura popular, nas imaginações e mentalidades do povo brasileiro, como símbolo maior de liberdade.

**Palavras-chave:** Ceará. Dragão do Mar. Abolicionismo. Liberdade.

**Abstract:** The nuances of the narrative penetrated in the antagonism and, at the same time, in the symbiosis between the act of biographing and historiographing, constitute guiding principles in the understanding of the contrasts and similarities present in such a relationship, since, from the end of the 20th century, biography has been reconstituted as a historical source. Aligned with this issue, in order to understand the participation of Dragão do Mar in the abolition of slavery in Ceará in 1884, it is of paramount importance to analyze the historical conjuncture both of the formation and consolidation of the abolitionist movement in Ceará and the construction of the biography and trajectory of Francisco José do Nascimento. Following the narrative of the biographer Edmar Morel, the creation of the narrative about the heroism of Chico da Matilde often demonstrates, based on biographical illusions, the need for a more critical look at the journey of the jangadeiro hero, without disregarding, of course, the contribution of his leadership to the blockade of ports against the slave trade. Finally, the search for legitimization of the hero of many names, from Francisco José do Nascimento to Dragão do Mar, brings the possibility of

understanding the representativeness of the Cearense who managed to go beyond his time, reaching the 21st century through popular history and culture, in the imaginations and mentalities of the Brazilian people, as a symbol of freedom.

**Keywords:** Ceará. Dragão do Mar. Abolitionism. Freedom.

---

“[...] Antes do fim do século a escravidão terá desaparecido da face da terra. A liberdade é a lei humana”  
(Victor Hugo).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2019, com o samba-enredo nomeado “História pra Ninar Gente Grande”, a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira se apresentou no Carnaval com uma crítica à “História Oficial do Brasil”, na qual parte da historiografia enaltece e ainda enaltece somente um lado da história, em detrimento de outras vozes. Assim, o samba retoma a necessidade de se “revisitar a história do Brasil não contada pela visão dos vencedores, escrita por aqueles que detêm o poder econômico, militar e educacional, questionando-a e apresentando os povos que realmente sustentaram o Brasil” (MENEZES, 2021). Na terceira estrofe da canção, percebe-se a tentativa de mudar o estigma dos marginalizados da história, (re)colocando-os como “novos heróis” para o processo do fim da escravidão, citando o próprio Dragão do Mar, principal ator deste estudo.

Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati [...] (Estação Primeira de Mangueira, HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE, 2019).

A partir dos versos: “Não veio do céu / Nem das mãos de Isabel”, nasceu o interesse de entender, pois, se grande parte da historiografia brasileira, como também os próprios indivíduos dos anos finais do século XIX no Brasil, enalteceram a princesa Isabel como a redentora dos escravos, como reconstruir a história, afastada desta ótica do segundo reinado, entendendo o processo abolicionista através de outros heróis? Assim, surge a busca pela compreensão da imagem e simbologia do Dragão do Mar para a história brasileira.

O presente artigo teve como finalidade a construção de uma análise historiográfica a partir da vida e trajetória do jangadeiro Dragão do Mar, que, além de ter sido membro do movimento abolicionista Sociedade Cearense Libertadora (SCL), lutou pelo fim do tráfico intraprovincial de escravizados em 1881, se tornando um símbolo histórico da abolição na província do Ceará, ao passo que sua imagem se transfigurou como de um herói da liberdade, através tanto das palavras de Edmar Morel, de José do Patrocínio, etc., quanto da própria imaginação popular.

REDENÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O  
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

Foi desenvolvida uma análise historiográfica sobre a pioneira abolição cearense, interligando-a com a vida, biografia e trajetória do líder jangadeiro Francisco José do Nascimento, investigando, assim, sua construção simbólica como o herói Dragão do Mar. Foi feito um estudo sobre os contrastes e semelhanças da relação história-biografia e o ressurgimento da biografia como fonte da historiografia, fazendo-se uma alusão à construção dos heróis da abolição, principalmente na perpetuação do Dragão do Mar, através do biógrafo Edmar Morel.

Não menos importante, como membro da direção da Sociedade Libertadora Cearense, Chico da Matilde é citado pela história como a grande figura da greve dos jangadeiros do ano de 1881, deixando aberta a premissa de uma investigação à sua real importância ao movimento e, principalmente, à resposta de por que o trancamento dos portos do Ceará elevou à província o pioneirismo da abolição de seus escravizados em 1884, transformando-a na “terra da luz”, – assim chamada por José do Patrocínio – e transcendendo o jangadeiro a herói.

Conectada aos objetivos, surgiu a problemática que deu o norte da pesquisa: uma das ilustrações presentes no número 376 da “Revista Illustrada”, publicada em 1884 no Rio de Janeiro. Na ilustração, os alicerces da emancipação dos escravos na província do Ceará (representada por uma mulher branca) estava o líder Francisco José do Nascimento – posteriormente o herói Dragão do Mar – guiando a “Liberdade”.

Assim, relacionando o periódico oitocentista e o samba-enredo carnavalesco de 2019, germinou-se a principal indagação: o símbolo heroico do jangadeiro representou e representa a imagem de liberdade – a liberdade é um dragão no mar de Aracati – ou seria tão somente mais um símbolo que segue a premissa de uma emancipação de cima para baixo, em que os próprios escravizados não tinham vez e voz, e assim como a capa de 1884, imploravam pela sua redenção e liberdade?

**Figura 1:** “Livre!” – Capa *Revista Illustrada*, 1884



Fonte: *Revista Illustrada*, 1884, n. 376.

Através dessa problemática, o projeto visou compreender a luta abolicionista da província cearense e como o Chico da Matilde, sendo um dos protagonistas da história negra do Brasil, virou símbolo e memória de liberdade e emancipação. Além

disso, a partir da escolha dessa temática, foi analisada a abolição cearense, compreendendo a mentalidade do povo brasileiro do século XIX – filhos de um longo regime escravocrata e de uma nova luta emancipatória – colocada lado a lado de uma nova abordagem histórica sobre o líder jangadeiro, a qual traz uma concepção de liberdade vinculada ao herói.

Em um artigo publicado nos “Cadernos CEDEM”, Teresa Maria Malatian (2008, p. 25) afirma que o ato de biografar é desafiador para o pesquisador, pois determina uma nova ótica “literária” das distintas e contraditórias interpretações e testemunhos. Neste trabalho, desenvolveu-se um olhar crítico diante das narrativas e biografias de Chico da Matilde, utilizando, como metodologia, a análise de fontes historiográficas, monografias, livros, periódicos e jornais próximos ao recorte histórico de 1881-1884, enfatizando uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Utilizou-se também de uma análise de algumas das leis emancipacionistas: Lei Feijó (1931), Lei Eusébio de Queirós (1850) e Lei do Ventre Livre (1971), para contextualização do surgimento do tráfico interprovincial e da força do movimento abolicionista.

Por fim, identificando-se a real luta travada pelo Dragão do Mar, presente na linha tênue da redenção e liberdade aos cativos, foi possível não só ampliar o estudo sobre as causas/consequências do movimento abolicionista do Ceará, mas também, principalmente, remontar a “jornada do herói” Dragão do Mar, sua imagem de liberdade, resistência, cultura, identidade cearense e sua importância para revelação dos heróis, negros-pretos e pardos, silenciados na história do que chamamos hoje de Brasil.

## 2 O CONFLITO PELA NARRATIVA DA HISTÓRIA

Como um agente histórico presente na luta antiescravista no Brasil, a ação de Francisco José do Nascimento como líder grevista foi transmitida além de seu tempo, perpassando sua trajetória de abolicionista para um verdadeiro herói da abolição, ovacionado pela onda de festas emancipatórias na capital brasileira, na década de 1880, e pelas “ondas do mar da história”, no início da era varguista.

De Francisco a Dragão do Mar, o seu simbolismo heroico foi construído não só pelo próprio movimento natural da cultura viva, mas também dentro do “conflito” entre biografia *versus* história. A partir das minúcias da narrativa, penetradas no constante antagonismo e simbiose entre o ato de biografar e historiografar, coloca-se como necessária a investigação de como se deu a estruturação biográfica do jangadeiro antes de diagnosticar quem foi e quem deve ser lembrado como Dragão do Mar.

Ainda que se apresentasse viva nos limites do campo histórico, desde a antiguidade greco-romana à pós-modernidade, a Biografia se viu, simultaneamente, como vilã e cúmplice da História, já que a concepção de como deveria ser produzida uma biografia – principalmente relacionada ao pensamento positivista – pautava-se na exaltação de um indivíduo. Não em detrimento daqueles que os cercavam, mas justamente na importância de tal ser para como os seus, isto é, a revalorização do indivíduo em um herói divino, um grande homem como resultado da raça, do meio, do momento, “o homem-partícula, o átomo social que tributou ao romantismo a mudança de sentido da biografia: a tensão entre indivíduo e sociedade privilegiou a primeira e a

biografia visava encontrar no destino individual a força do contexto geográfico, cultural, histórico, social” (MALATIAN, 2008, p. 18).

No século XIX, as biografias tiveram importante papel na construção da ideia de “nação”, imortalizando heróis e monarcas, ajudando a consolidar um patrimônio de símbolos feito de ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, tradições populares etc. Esta concepção foi retomada pela corrente positivista. A biografia assimilou-se à exaltação das glórias nacionais, no cenário de uma história que embelezava o acontecimento, o fato. Foi a época de ouro de historiadores renomados como Taine, Fustel de Coulanges e Michelet, autor de excepcionais retratos de Danton a Napoleão (PRIORE, 2009, p. 8).

Ao passo que a discussão científica toma a história, o teor luxuoso e profético começa a cair por terra, e a biografia, a priori, “constituía um passatempo de homens cultivados, literatura prestigiosa de acadêmicos, praticada por políticos, advogados, notáveis e letrados em geral, sem alcançar estatuto de cientificidade” (MALATIAN, 2008, p. 18). Idealizada como um gênero discursivo, voltado para a promoção de grandes virtudes, a escrita biográfica ganhou, com o passar do tempo, e dentre as correntes historiográficas em meados do século XX, uma busca por autenticidade e verdade que, fomentada pelo antagonismo entre história e literatura, acirrou ainda mais a tensão entre ficção e realidade histórica (CARNEIRO, 2000, p. 212).

Pouco a pouco, na mesma época, história e literatura se divorciaram. A história tornou-se uma disciplina e monopólio de acadêmicos. Primeiro, sob as bordoadas dos positivistas da *Neue Historische Schule* de Leopold Von Ranke, cujas repercussões logo se fizeram sentir entre belgas e franceses. A seguir, e de maneira decisiva sob a influência irradiadora da Escola dos Annales, animada por Lucien Fébvre e Marc Bloch, no início do século XX. Foi o momento do eclipse da narrativa, enterrado junto com a história factual. Ao minimizar a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato, a Nova História, nascida dos Annales nos anos 60, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais (PRIORE, 2009, p. 8).

Obstante o propósito de construir uma historiografia distanciada dessa ótica individualista, é partir da história dos grandes movimentos econômicos e sociais que o francês Lucien Febvre – um dos membros mais importantes da *École des Annales* – buscou apontar os problemas e perigos sobre a biografia individual, falhando, entretanto, na luta antibiográfica. Sua biografia sobre Martinho Lutero acabou vinculando uma nova



interpretação para a narrativa biográfica, sendo chamada por alguns historiadores de Biografia Modal. “Sua contribuição ao gênero consistiu em esclarecer trajetórias individuais rompendo, no entanto, com a concepção de heróis super-homens e centrando a análise na utensilagem mental específica de um período e de um grupo de homens. [...]” (MALATIAN, 2008, p. 18).

[...] não houve entre os Annalistas da primeira geração ruptura com o gênero biográfico, mas, sim, um ajuste da abordagem ao novo campo teórico e metodológico que se abria para a temporalidade ampla, o econômico e o social. A biografia que daí resultou caracterizou-se pela recusa dos exageros laudatórios do século XIX e pela busca de adequação a paradigmas historiográficos voltados para uma História objetiva, as mentalidades, os atores coletivos que, no entanto, reservaram um espaço e um protagonismo aos sujeitos individuais (MALATIAN, 2008, p. 19).

Sendo renegada por parte da historiografia, já nas últimas três décadas do século XX, a narrativa ressurgiu na escrita histórica tendo principal relação com a ressignificação da Biografia, que, antes, se via em contradição diante “das verdades” da narrativa. Verena Alberti (2000, p. 1) evidencia que, entre os anos de 1970 e 80,

[...] apresentou-se um novo quadro na pesquisa histórica: temas contemporâneos foram incorporados à história (não mais reservada apenas ao estudo de períodos mais remotos); valorizou-se a análise qualitativa; experiências individuais passaram a ser vistas como importantes para a compreensão do passado (às vezes mais significativas do que as grandes estruturas como os modos de produção); houve um impulso da história cultural e um renascimento da história política (esta última não mais a história dos “grandes feitos” dos “grandes homens”, mas o *locus* privilegiado de articulação do social, a ação dos atores e de suas estratégias) e revalorizou-se o papel do sujeito na história – portanto, da biografia.

Nesse período, os historiadores ligados à Nova História Cultural e a Micro-História começaram a se preocupar com reconstruir uma biografia, que, no fim, pudesse significar uma “Ilusão Biográfica” – perspectiva e narrativa nomeada por Pierre Bourdieu como limitadora da vida do indivíduo como sequencial, coerente e repleta de sentidos – bem como perceber que uma história de vida é, na verdade, formada por incertezas, falta de propósitos e descontinuidades, desfigurando-se de mais uma ilusão: os destinos (MALATIAN, 2008, p. 26).

A nova biografia, agora histórica, buscava desvendar os diversos fios que interligam os indivíduos ao seu contexto social e histórico, sendo que uma das novas funções do biógrafo seria recuperar as incertezas, as oscilações “e até mesmo o papel do

acaso – mostrando que suas trajetórias não estavam predeterminadas desde o início” (SILVA; OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2021, p. 149).

Historiadores como Simona Cerutti, Maurizio Gribaudi, Giovanni Levi, Edoardo Grendi e Sabina Loriga questionaram o princípio da narrativa linear permeada pelo tropo da ironia nas biografias tradicionais, inserindo a trajetória de vida dos atores sociais em um espaço relacional e interdependente. Mais especificamente, apresentaram em seus trabalhos uma perspectiva em que o foco biográfico, que faz parte da proposta original da micro-história e de sua contribuição empírica, acomoda os atores sociais e as instituições que criaram as estruturas que contribuíram para o florescimento dessas interações e que geraram a maior parte dos registros documentais que sedimentaram a memória dessas mesmas interações (CARNEIRO, 2020, p. 213).

Com uma revalorização do indivíduo, mas partindo agora das próprias estruturas e classes sociais, a História dos “de baixo” influenciou a construção de uma trajetória individual. Para Teresa Maria Malatian (2008, p. 21), é uma trajetória “mais descritiva e narrativa que analítica, enfocando o homem mais que as circunstâncias, incorporando aportes da literatura, a historiografia com seus diversos “retornos” abriu novamente espaço para a biografia”.

O retorno da biografia é um movimento internacional e perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual. Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, é marcante em todas elas o interesse pelo resgate de trajetórias singulares. (SCHMIDT, 1997, p. 5).

Seguindo a mesma premissa desse novo ato de biografar, o jornalista e biógrafo Lira Neto (2009), autor de “Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão”, em uma entrevista para o canal *História da Ditadura*, elucidou que tanto o historiador quanto o biógrafo devem ter consciência da necessidade do uso da narrativa e compreender que a biografia é, essencialmente, a construção de lacunas, em que algumas respostas não serão alcançadas, tornando-se impossível a reconstituição total e absoluta do passado (CAVALCANTE NETO, 2021).

[...] no meu trabalho eu fico muito mais feliz quando eu consigo semear a dúvida, de que semear alguma certeza. Eu não escrevo pra obter certezas absolutas; eu não

escrevo pra descobrir a verdade. É claro que é uma busca incessante, mas sempre imperfeita e sempre quebrada [...] disso que nós convenciamos chamar de verdade; mas sempre percebendo que há versões em confronto, que há um conflito, inclusive, pela narrativa da história (CAVALCANTE NETO, 2021).

Lira Neto traz a concepção de que há um “conflito pela narrativa da história”, um choque entre a pluralidade e divergência de interpretações dos fatos que, em prol da melhor e mais verídica reconstrução do passado – e ligada tanto às inúmeras correntes historiográficas como também aos discursos políticos e ideológicos – geram símbolos históricos e memórias identitárias. Na dissertação de Mestrado em História Social, “O Dragão do Mar na ‘Terra da Luz’: a construção do herói jangadeiro (1934-1958)”, a historiadora Patrícia Xavier evidencia que a instauração do governo varguista e o cinquentenário da emancipação escravocrata do Ceará em 1934 transferiram ao período alta discussão política sobre as identidades nacionais e regionais e a tentativa de certos intelectuais, como Edmar Morel, de homogeneizar o heroísmo do Dragão do Mar.

Após um período de adaptação ao regime republicano, característica geral do momento da República Velha, fase em que foram forjados os principais símbolos nacionais (como bandeira, letra do hino, brasão, etc.), o Estado Novo procurou investir no fortalecimento do sentimento de unidade nacional. É nesse instante que surgem instituições como o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, por exemplo. As unidades de federação seguiram essa tendência e contribuíram mediante estudos de suas particularidades históricas. Dessa forma, os anos 1930 e 1940 forjaram o brasileiro, mas também foram importantes para a **definição do cearense**, do paulista, do mineiro, do carioca etc (XAVIER, 2010, p. 12, destaque nosso).

Dessa maneira, com a colocação da historiadora sobre o investimento no “sentimento de unidade nacional” correlacionada à compreensão do conflito entre Biografia-História e suas implicações na historiografia, abre-se um grande leque analítico para o estudo da biografia de heróis nacionais se amplifica. A análise tanto da biografia sobre o Dragão do Mar (escrita por Edmar Morel) quanto de sua trajetória em si, alinhada à conjuntura da luta abolicionista – e como tal luta foi enfatizada pelas ondas da história – possibilita novas interpretações sobre a metodologia e simbologia de tal biografia e, por que não, desloca novos olhares para com os escravizados: heróis da abolição silenciados na história brasileira.

### 3 DE JANGADEIRO A HERÓI: BIOGRAFIA POR EDMAR MOREL

Francisco José do Nascimento nasceu no município de Aracati (Ceará), na praia Canoa Quebrada, em 1839. Francisco, ou também chamado de Chico da Matilde (nome

de sua mãe), era negro, livre e pertencia a uma família de pescadores. De acordo com Edmar Morel (1967), em “Vendaval da Liberdade”, Francisco, com oito anos, ficou órfão do pai, que teria morrido na extração dos seringais da Floresta Amazônica, assim como inúmeros retirantes sertanejos do Norte.

Quando alguém experimenta a desventura de sair de sua terra para trabalhar na borracha tem em vista, unicamente, a riqueza quase miraculosa da Amazônia. 50% dos que partem, fortes e esperançosos, não voltam. Tombam nas selvas, vitimados pelas febres, ou de tocaia, ao pedirem contas no barracão.

Dos que conseguem ficar, doentes e explorados, bem poucos podem regressar ao torrão natal. As suas despesas ultrapassam sempre os salários. O nordestino, dia a dia, torna-se mais prisioneiro do patrão (MOREL, 1967, p. 61-62).

Dessa forma, levando-se em conta que agora estava sem marido, Matilde, “sem condições de criar os filhos sozinha, conseguiu um emprego para Francisco como garoto de recados num dos navios que fazia o percurso entre Fortaleza, Pernambuco e Maranhão” (XAVIER, 2010, p. 8).

Contudo, ao se analisarem os escritos de Edmar Morel (1967), em “Vendaval da Liberdade”, percebe-se a construção de uma narrativa que busca, ao máximo, por meio de justificativas, cobrir as lacunas da história, mas que, erroneamente, alargam demasiadamente tais rupturas. Isso é demonstrado a partir dos documentos referenciais de Morel, sendo destacado um diário de Chico da Matilde, “cheio de episódios pitorescos” (MOREL, 1967, p. 63), em que relata momentos e situações de sua vida, até mesmo da infância – mesmo que tenha aprendido a ler e escrever por volta de seus vinte anos. A suposição da existência ou não de tal diário do jangadeiro não tira o mérito da contribuição de Edmar Morel, entretanto corrobora uma das análises do primeiro capítulo: a presença das ilusões cunhadas por Bourdieu nas biografias heroicas.

“[...] Procuo os historiadores Hugo Vitor Guimarães e Silva e Luiz Brigido, este último parente afim do “Dragão do Mar”, de quem herda dezenas de documentos inéditos e o rascunho de um diário íntimo, mais tarde corrigido pela sua família”.

Assim, é possível realizar este trabalho, incompleto, sem dúvida. Contudo, faço um roteiro. Abro o caminho para os historiadores. O que se fazia necessário, antes de mais nada, era tirar da obscuridade e do esquecimento um herói da ralé, que a golpes de audácia e o espírito voltado para Humanidade, se transforma em ídolo do seu povo (MOREL, 1967, p. 29).

Um dos exemplos das anotações de Francisco José de Nascimento seria um relato sobre a necessidade de sua família sair da cidade, após certo episódio que,

hipoteticamente, ocorreu quando Francisco, ainda menino, trabalhou na cozinha do novo juiz de Direito de Aracati na época, no fim de 1840. Com “recortes incisivos” do diário, Morel cita tais anotações, em que Chico conta como iniciou seus trabalhos no além-mar, exemplificando até mesmo nomes e locais.

Durante todo o dia, minha pobre mãe rezou na igreja, pedindo uma graça, que finalmente alcançou. Embarquei no Tubarão, do comendador português José Raimundo de Carvalho, natural do Minho. Na primeira viagem, enjoei muito e passei dias caído no porão. A bordo fazia o papel de menino de recado (MOREL, 1967, p. 62, trecho do diário).

Pontualmente, Patrícia Pereira Xavier evidencia:

Diferente das biografias históricas, a escrita de Edmar Morel não se preocupa com os rigores nas citações de fontes ou mesmo com a crítica a essas fontes. Como um jornalista, o autor está muito mais preocupado em edificar um perfil do Dragão do Mar e em reafirmar sua posição de herói, não um herói qualquer, mas um herói do povo, que merecia ter sua história contada, **mesmo que não existissem muitas fontes, ou que fosse preciso em alguns momentos usar a imaginação jornalística** para que a trajetória de Chico da Matilde fosse coerente com o grande-homem que estava sendo descrito (XAVIER, 2009, p. 4, destaque nosso).

Desde criança, Chico da Matilde foi construindo sua admiração pelo mar e trabalhando em diversas embarcações, mas sua “carreira” portuária como jangadeiro, como discorre Morel, ganha notoriedade na década de 1870 (por volta dos 30 anos), época em que Francisco José do Nascimento deixa Aracati para viver em Fortaleza, capital cearense. “Casado com D. Joaquina Francisca, clara, porém de condições modestas, o praieiro compra duas jangadas para auxiliar o sustento da pequena família, à qual se agregam sobrinhos e afilhados”. (MOREL, 1967, p. 75). Já em 1874, torna-se o 2º Prático dos Portos.

Entre um trabalho e outro, Chico da Matilde aprendeu muito. Com vinte anos, sabia ler e escrever. Segundo Edmar Morel, tinha noções de inglês e alemão. Nessas viagens, conheceu e tornou-se conhecido. No ano de 1874, Francisco do Nascimento é nomeado 2º Prático da Capitania dos Portos, além de direcionar os navios para que atracassem sem maiores transtornos, possuía duas jangadas que faziam o transporte entre as embarcações e a praia (XAVIER, 2010, p. 9).

Devido à precariedade dos portos cearenses e os fortes ventos, muitas vezes os navios eram impedidos de atracar com segurança, ficando distantes da praia, ao passo que a função do 2º Prático e dos jangadeiros era fazer o tráfego tanto de objetos quanto de pessoas entre estas embarcações e a praia, de forma segura. (XAVIER, 2010, p. 8). Dessa maneira, nessa responsabilidade de transporte, fixa-se um ponto crucial, isto é, somado às condições do porto, além do trânsito de cargas entre o cais e os barcos, o dos próprios escravizados – vistos como mercadorias – também eram transportados através das jangadas.

No *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*, publicado em 1883, o escritor, jornalista e ativista negro José do Patrocínio – um dos mais importantes abolicionistas desse período – indaga a não conclusão e prática da lei de 07 de setembro de 1831, a famosa Lei Feijó. Tal lei, pressionada pela Inglaterra por volta de 20 anos antes de sua promulgação, libertaria todo escravo traficada do continente africano ao Brasil, como também puniria os próprios traficantes e leiloeiros.

Porém, José de Patrocínio questiona justamente o aumento significativo do número de africanos importados, mesmo depois da Lei Feijó, que, na verdade, nunca saiu do papel, culminando o ditado popular “Lei pra Inglês ver” e deixando de garantir o real direito àqueles que deveriam se tornar livres ou de punir quem os privava.

Cumpre-nos acrescentar uma observação de Eusebio de Queiroz:

A Inglaterra viu que tendo nos annos anteriores orçado por vinte mil o numero de africanos annualmente importados no Brazil, esse numero, em vez de diminuir, augmentou, chegando em 1846 a 50,000, em 1847 a 56,000, em 1848 a 60,000!

Tomando com base do calculo o numero de 20000 africanos annualmente importados, devemos augmentar a esse algarismo a somma de 220.000 africanos pirateados de 1831 a 1842. [sic] (PATROCÍNIO, 1883, p. 8).

A “estatística da introdução criminosa de africanos”, como coloca José do Patrocínio, comprova que, sendo registrados, no início de 1840, aproximadamente 17.500 escravizados traficados e até o fim da década tal número aumenta exponencialmente para 60.000, somente após a promulgação da “Lei Eusébio de Queirós”, em 1850, que o número de africanos traficados diminuiu. (PATROCÍNIO, 1883, p. 8). Entretanto, “o grande dilema daquele momento era o tráfico de escravos para outras províncias” (MARTINS, 2014, p. 10).

Levando-se em conta que deveria ocorrer o esvaziamento do corpo do escravista, através da citada Lei Eusébio de Queirós e posteriormente com a Lei do Ventre Livre (1871) – conjuntura, na qual Chico da Matilde inicia seu trabalho como jangadeiro –, a lei de 1850 se referia, contudo, ao tráfico transatlântico, e pela sua efetividade, como realça Patrocínio, a principal saída encontrada pelos traficantes e senhores de escravos era a ilegalidade do comércio interprovincial. Efetividade para quem?

Lembremos que enquanto o Ceará vinha num ritmo de diminuição de sua população cativa, naquele contexto motivado pela seca que o assolou em fins da década de 1870, regiões de economia mais dinâmica como Rio de Janeiro e São Paulo necessitavam cada vez mais de escravos para manter a produção de café. Considerando a impossibilidade de aquisição de escravos africanos, proibida definitivamente desde 1851, restava agora a compra de escravos nacionais. É aqui que o Ceará é importante. **No início da década de 1880, a província do Ceará era a maior exportadora de escravos do Brasil** (MARTINS, 2014, p. 10, destaque nosso).

Como São Paulo e Rio de Janeiro, naquele contexto, tornavam-se cada vez maiores produtoras e exportadoras de café, a contraposição entre a necessidade de grande mão de obra para os cafezais e a proibição do tráfico negreiro e a “Grande Seca” no fim dos anos 1870 – alastrando fome, miséria e doenças pelas províncias do norte – acabou intensificando o tráfico dentro do próprio país, o que colocava o Ceará como ponto forte desse comércio interno, pois a falta de produção e o aumento dos preços dos alimentos, conseqüentemente, atingiram os preços, agora, de homens e mulheres escravizados. Transformava-se, assim, a conseqüência da morte em uma grande “promoção” de pessoas para os donos de café. “O negro tem cotação vil, quando não é trocado por uma carga de farinha e rapadura. Um homem custa 300 mil réis. Uma negra para qualquer serviço, 100 mil réis” (MOREL, 1967, p. 78).

A total proibição do comércio de africanos escravizados, pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, coincidiu com um período de decadência nas lavouras das regiões Norte e Nordeste, marcadas pelo excesso de mão de obra e falta de capital para investimentos em novas tecnologias de produção. [...] Em Pernambuco, o preço médio de um cativo caiu de 816 mil réis em 1863 para 181 mil em 1887 (GOMES, 2022, p. 426).

Ainda sobre as conseqüências da grande seca, ocorrida entre 1877 e 1879, em toda região chamada hoje de nordeste, Edlgan L. Ferreira (2015, p. 12) complementa:

Em 1879, estava-se já no terceiro ano em que a seca se alastrava pela província, a peste matava milhares de pessoas [...]. Além de todos esses problemas, o porto de Fortaleza era palco de embarques de vários escravos para os cafezais do sul do império, pois segundo o testemunho contemporâneo de Rodolfo Teófilo, dois mil e noventa e nove escravos saíram “em direção ao infinito azul do mar rumo aos cafezais do sul”. O povo estava tão vulnerável aos perigos da seca, que morreram em um só ano na cidade de Fortaleza, segundo Girão, 56.791 pessoas. Se esse número for comparado à população total da cidade,

de 124 mil habitantes, temos a noção do tamanho da tragédia experimentada pelo povo do Ceará nos três anos de seca.

Além disso, unindo ao objeto de estudo, a partir da própria seca, Edmar Morel construiu mais um dos alicerces do “herói jangadeiro”. Segundo ele, Chico da Matilde teria auxiliado João Cordeiro no socorro aos retirantes que fugiam da seca do sertão para a capital Fortaleza. “Nesta pungente tragédia que abate o Ceará e outros Estados, João Cordeiro desempenha o papel de Comissário Geral dos Socorros Públicos e o seu melhor auxiliar, entre os pescadores, é Francisco José do Nascimento [...]” (MOREL, 1967, p. 77).

Entretanto, em um texto publicado na *Revista do Instituto Histórico*, de 1945, escrito pelo próprio João Cordeiro, ao relatar seu trabalho como diretor dos socorros públicos em Fortaleza, “[...] em nenhum momento, lembra-se do auxílio de “seu melhor amigo” durante os serviços prestados naquele período. Nem mesmo quando fala de seu papel no movimento abolicionista, cita a contribuição do Dragão do Mar” (XAVIER, 2010, p. 74).

Não obstante a não participação de Francisco José no combate à seca, ou talvez, a não lembrança de João Cordeiro sobre tal, a participação definitiva de “Chico” como líder grevista ainda se mantém no porto de Fortaleza, que perpassava sua concepção de um palco de dor, hostilidade e opressão para um *locus* precursor do movimento abolicionista: com o surgimento da Sociedade Cearense Libertadora, no início da década de 1880.

#### 4 MOVIMENTO ABOLICIONISTA CEARENSE E O PENSAMENTO LIBERAL

A escravidão de africanos, durante mais de 300 anos, perpetuou no Brasil até o fim do século XIX, tornando-se um elemento que foi não só gerador de aculturação/destruição de gerações e identidades de diversos povos africanos, como também produtor dos estigmas e preconceitos do que é ser negro: estruturando um racismo enraizado na mentalidade brasileira até os dias de hoje. Mesmo havendo inúmeras práticas de resistência desde a saída dos litorais africanos, dentro dos navios negreiros, e até mesmo já adentro das demais produções escravistas e mercantis – engenhos, mineração, cultivo do café – somente em 1888 foi abolida a escravidão brasileira. O Brasil foi o último país das Américas na corrida emancipacionista.

Havia um grande receio de abolir de vez o trabalho escravo no território brasileiro. Acreditava-se que isso poderia desestruturar o sistema comercial do país. Tinha-se a ideia de que os donos de propriedades não teriam meios para assegurar os lucros com o plantio e mercadorias de exportação sem a mão de obra escrava, de modo que a extinção do elemento servil era vista como o fantasma que assombrava os donos de terras e de escravos (FERREIRA, 2015, p. 11).



Dessa forma, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, só foi possível pela persistência e resistência dos escravizados e pela luta abolicionista, que tomou força a partir da década de 60 e 70 no Brasil oitocentista. Porém, “existia no país naquela época uma barreira à introdução de negros, que eram vistos como indutores do atraso do país”, ou seja, até mesmo abolicionistas como Eusébio de Queirós e Joaquim Nabuco se posicionavam contra a vinda de negros para solo brasileiro, sendo contrários tanto ao tráfico que se tornava cada vez mais ilegal, quanto às pessoas já libertas que adentravam no Brasil – vista com maus olhos, com base na escravidão que havia sido abolida nos Estados Unidos da América, em meados do século (FERREIRA, 2015, p. 12).

**O abolicionismo não significava necessariamente, portanto, uma defesa da igualdade racial.** Era um movimento complexo composto de muitas correntes, incluindo tanto descendentes de escravos, como José do Patrocínio, André Rebouças ou Luís Gama, que lutavam pelos direitos de negros e mestiços na justiça, explorando as possibilidades jurídicas abertas pela lenta sucessão de leis que restringiam o tráfico e a escravidão no século XIX, quanto membros das classes abastadas que viam a escravidão e a alta percentagem de negros na população brasileira como empecilhos ao desenvolvimento do país, informados por concepções liberais e raciais do progresso (FERREIRA, 2015, p. 12, destaque nosso).

Conforme Edlgan Lima Ferreira, não havia homogeneidade nos movimentos abolicionistas no Brasil; transitavam pensamentos “moderados” e “radicais”. Seguindo tal premissa, os abolicionistas da província pioneira da abolição também emergiram e integraram-se ao movimento por questões distintas, vindas de “mundos” distintos. Na Sociedade Cearense Libertadora, fundada em 1880, por exemplo, participavam membros da elite: “classe média” do Ceará, trabalhadores liberais ou ainda ex-escravizados, como o próprio líder jangadeiro, silenciado na história brasileira, José Luis Napoleão.

O surgimento da Sociedade Cearense Libertadora foi fruto das mudanças que ocorreram na província do Ceará a partir da segunda metade do século XIX. A criação da Santa Casa de Misericórdia, em 1861, a criação da Biblioteca Pública, em 1867, a instalação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité, em 1873, a implantação do plano urbanístico do engenheiro Adolpho Herbster, em 1875, como também a criação da Academia Cearense de Letras, da Academia Francesa, do Instituto Histórico e Geográfico e de algumas agremiações literárias são características significativas dessa época. Nesse cenário emergiram novas forças sociais: uma elite intelectual composta de letrados e profissionais liberais, dentre eles funcionários

públicos, advogados, professores, médicos e farmacêuticos (CAXILE; GUEDES, 2018, p. 82).

Além do surgimento de várias modernizações intelectuais que possibilitaram uma nova força social no Ceará, a própria calamidade vivida pelo povo nordestino, no fim da década de 1870, seria a chave para o nascimento do abolicionismo cearense advindo dessa “urbanização forçada”, em que os retirantes fugiam da morte e da miséria.

Em 1877, o Ceará passou por uma grande seca. Nesse ano, muitos sertanejos foram para a capital em busca dos socorros públicos. A cidade se transformou: doentes, famintos, pedintes abarrotavam as ruas. Como se não bastasse, um ano depois, em 1878, uma epidemia de varíola contagiou os já debilitados retirantes, chegando a matar mil pessoas em um dia, o que ficou conhecido como “o dia dos mil mortos” (XAVIER, 2010, p. 8).

Conforme já visto, a seca que assolava a província e o aumento gradativo de escravizados enviados dos portos cearenses para o sul brasileiro acarretaram o tráfico intraprovincial, entretanto impulsionaram também o pensamento antiescravista cearense. Assim, no dia 28 de setembro de 1879, formou-se no Ceará a associação comercial *Perseverança e Porvir*, em homenagem aos oito anos desde a promulgação da Lei do Ventre Livre.

O grupo era composto por 10 integrantes que buscavam juntar fundos para a compra de alforrias. No próximo ano, no dia 08 de dezembro de 1880, a associação transformou-se em uma nova força libertária, a *Sociedade Cearense Libertadora*, que se difundirá pela ação direta pela emancipação, mas também através da mídia: os jornais abolicionistas (FERREIRA, 2015, p. 13).

*A Perseverança e Porvir* não desaparece logo, vivendo como centro de reuniões de comerciantes conservadores, por mais algum tempo.

A fundação da Sociedade Cearense Libertadora provoca uma cisão, surgindo duas correntes. A maioria quer a luta aberta, enquanto a minoria, sob a influência da *Perseverança e Porvir*, deseja trabalhar à sombra da lei, com estatutos aprovados no tabelião público, a fim de S. M. o Imperador D. Pedro II não ser molestado (MOREL, 1967, p. 87).

Assim, pertencentes ao meio urbano, que estava em constante crescimento, os membros da Libertadora Cearense viam, no fim da escravidão, a “luz” que daria o desenvolvimento econômico, político e social de que o país necessitava. Através de sua própria visão de mundo, o movimento seguia ideologias introduzidas no país, interpretando teorias positivistas e evolucionistas, todavia “não seguiam à risca tais doutrinas, mas as interpretavam segundo seus interesses. Tiveram como objetivo

defender preceitos norteadores da ordem burguesa como: liberdade política e econômica, industrialismo e desenvolvimento tecnológico” (CAXILÉ, 2006, p. 29).

A escravidão, de acordo com os abolicionistas, tornava o povo pouco habituado ao trabalho moralizado, e a sociedade, de forma geral, já sentia o quanto o sistema escravocrata era algo vergonhoso, desumano e que postergava o progresso econômico e social. **A ideia de nação civilizada passava por um processo de transformação dos costumes, e um dos caminhos apresentados para alcançar tal realidade foi o fim do escravismo** (SANTOS, 2016, p. 156, destaque nosso).

Seguindo tais ideias civilizatórias em prol da abolição, os abolicionistas pregavam uma luta benevolente, para que fosse entregue, de forma beneficente, a alforria aos escravizados (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124). Assim, buscava-se a redenção dos cativos: “Ama teu próximo como a ti mesmo – Jesus” (Epígrafe defendida e presente já na primeira edição dos periódicos do jornal *Libertador*, órgão da Sociedade Cearense Libertadora, de 1º de janeiro de 1881).

[...] Forjava-se nos discursos a imagem dos negros como pessoas pacíficas. No entanto, não era essa a realidade que se vivenciava. Nas fazendas, ao longo da década de 1880, era notório o recrudescimento da violência expressa em revoltas coletivas, insurreições, atentados contra senhores e feitores. Temia-se a impossibilidade de se manter a ordem e a autoridade. Além disso, dificilmente alguma medida disciplinar conseguiria conter o avanço da violência (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124-125).

Apesar de boa parte dos abolicionistas no Brasil, inclusive do Ceará, defender “uma solução pacífica em que os beneficiados eram representados como pobres coitados que recebiam a liberdade como um presente” (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 124), algumas das ações da Sociedade Cearense Libertadora, em conjunto com a camada popular, conseguiram elevar a luta emancipacionista para um lado mais radical do abolicionismo, com a greve dos jangadeiros e praiheiros de 1881. Dava-se início, assim, a “jornada do herói”.

## 5 O NÃO PELA LIBERDADE: JANGADEIROS E ABOLICIONISTAS

Como foi já visto, ainda que a Lei Eusébio de Queirós de 1850 proibisse o tráfico transatlântico, minimizando consideravelmente o número de pessoas contrabandeadas através do Oceano Atlântico, o tráfico ainda ocorria, porém, dentro do próprio Brasil, entre as províncias. Além disso, dez anos antes das greves de 1881, a Lei do Ventre Livre trazia novas condições à emancipação dos cativos que, ao mesmo tempo em que era elogiada e vangloriada por parte dos abolicionistas – a própria formação da associação

comercial *Perseverança e Porvir*, de 1879, foi em homenagem à mencionada lei – era e ainda é criticada por sua ineficiência e consequente prolongamento da escravidão.

Como prefácio histórico para a discussão em seu livro, Edmar Morel convidou o historiador Gondin da Fonseca, que seria responsável pela contextualização da escravidão, as suas origens nos primórdios da humanidade e suas consequências até a década de 60, época no qual foi escrito o “Vendaval da Liberdade”. Sendo assim, tecendo uma crítica ferrenha à Lei de 1871, Fonseca desmonta a proposta do *Ventre Livre* e afirma as permanências escravocratas advindas dela.

Em 1871, assinou a Princesa Isabel a Lei do *Ventre Livre*, desfaçatez indigna de consideração. Bastará que citemos parte dela:

Art. 1.º – Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império, desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado a indenização de seiscentos mil réis ou de utilizar-se do serviço do menor até à idade de vinte e um anos completos.

Claro que senhor algum, no Brasil, optou pela indenização. Preferiu manter o menor como escravo até à idade de vinte e um anos, idade que poderia ser alterada, falsificada (FONSECA, 1967, p. 20).

Como uma lei que se mostrava emancipatória, diferentemente das leis anteriores, que tratavam da proibição de tráfico e não do escravismo em si, a Lei do *Ventre Livre*, assinada por Isabel, poderia formular-se como uma nova esperança para os escravizados. Mas não é isso que acontece. Mesmo sendo uma inovação emancipacionista, em que o filho de uma mãe escravizada, nascido a partir de sua promulgação em 29 de setembro de 1871, poderia se tornar livre, onde ficam as crianças, por exemplo, nascidas no dia 28 de setembro?

Noutras palavras: com o texto dos artigos 1.º e 2.º a lei criava, a rigor, o seguinte fato: ou o menor legalmente dito “de condição livre” trabalhava cativo até os 21 anos (para o senhor de sua mãe), ou trabalhava cativo até os 21 anos (para as associações autorizadas). Não havia opção, o tempo e o cativo eram os mesmos: mudava apenas o senhor, coletivo num caso, individual noutro (SANTOS; ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 45).

É possível perceber que, até o momento da greve dos jangadeiros, mesmo que o empenho da corrente abolicionista moderada para acabar com o “elemento servil”,

através das legislações, estivesse mais forte, a partir da década de 1880, se releva mais ainda a necessidade lutar e intervir em que nem mesmo a justiça tenha presença, isto é, uma das causas da paralisação da SCL e dos jangadeiros seria a tentativa dos negreiros em vender injustamente pessoas já livres, forçando-as a escravidão.

“No dia 27 de janeiro de 1881, os navios “Espírito Santo” e “Pará” foram impedidos de transportar escravizados pelos jangadeiros, responsáveis pelo acompanhamento dos navios até o início das águas profundas” (GOMES, 2015, p. 16). Nos dias 27, 30 e 31 de janeiro, na tentativa de vender escravos para o sul cafeeiro, alguns comerciantes tentaram embarcar escravizados no porto de Fortaleza, porém, influenciados pela Sociedade Cearense Libertadora, os jangadeiros recusaram o transporte dos escravizados, iniciando não somente uma greve, mas também o reboliço que culminaria a abolição de 1884.

Aproveitando um momento de distração, os negreiros embarcam uma partida de nove infelizes destinados ao mercado da Côte, entre eles a mucama Luíza, que um juiz converte em propriedade sua, e que, entretanto, não pode ser vendida, em face das garantias legais. Em nome da própria lei, a preta velha é arrancada de bordo a mandado da autoridade competente e trazida à terra, debaixo da bandeira brasileira, ao som da música, ao ribombar dos foguetes e no meio das aclamações da multidão [sic] (MOREL, 1967, p. 95-96).

No dia 07 de fevereiro de 1881, o Jornal *Libertador* (Órgão da Sociedade Cearense Libertadora) publicou matéria sobre a paralisação portuária ocorrida dias antes, colocando algo bastante relevante: a SCL consegue comover não só jangadeiros e praiheiros, mas também mais de 1.500 pessoas que estavam próximas ao porto. “Assim entendeu elle [povo cearense] de seu dever protestar contra o deshumano trafico, e um por um affluiram a praia mais de 1,500 homens de todas classes e condições” [sic], que aos gritos, juntamente aos jangadeiros, afirmavam: “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!”.

Em agosto do mesmo ano, a greve ocorre novamente. Traficantes tentam embarcar escravizados em um navio que vinha do Maranhão. Segundo Edmar Morel (1967, p. 97), “outra vez o barco negreiro Espírito Santo está no porto para levar 38 criaturas, entre as quais crianças, a serem vendidas no sul do País”.

O primeiro líder do movimento grevista foi o pescador José Napoleão e depois Francisco José do Nascimento que, segundo Morel, influenciado pelos líderes da “Sociedade Cearense Libertadora” assume a liderança dos grevistas. Além da greve dos jangadeiros, os revoltosos arrebatavam carruagens com escravos destinadas a esses navios, atracados no porto (GOMES, 2015, p. 16).

Convocado pela Sociedade Cearense Libertadora, Francisco José do Nascimento, agora no lugar de José Luiz Napoleão, lidera os jangadeiros para o bloqueio do tráfego dos navios e o tráfico de cativos. Com a contribuição de Chico da Matilde, a greve se torna mais definitiva, pois, além de jangadeiro, a função pública de 2º Prático possibilitou grande força ao trancamento portuário. Dessa forma, a greve que em janeiro teria bloqueado somente o porto de Fortaleza, agora, “após a segunda paralisação, o movimento abolicionista considerou o porto do Ceará definitivamente fechado ao tráfico interprovincial de escravos” (XAVIER, 2009, p. 2).

Além disso, a partir da segunda greve, há uma maior união entre os jangadeiros e libertadores que, apoiados por grande parte da camada popular, se revoltam e arriscam a própria vida contra o escravismo. Assim, 1881 se torna o ano de ação mais radical dos libertadores, tendo episódios de ação direta para a libertação de cativos, além do porto, planejando golpes dentro da cidade e concretizando-os em prol da liberdade.

Os negreiros recorrem ao govêrno, pedindo fôrça para garantir o embarque. É preciso desmoralizar os libertadores. Os escravos que deveriam seguir no Espírito Santo são recolhidos a um armazém, cujos fundos dão para um capinzal, à beira de mangue. Os mercadores acreditam no seu prestígio junto às autoridades e esperam pelo bafejo oficial. Alta madrugada, três diretores da Sociedade Libertadora furam a parede do galpão e entram em contato com os cativos, ficando acertado que seria simulado um incêndio. E à hora que as igrejas repicassem, êles fugiriam.

Transportam capim sêco para junto do barracão e ateam fogo. Dado o alarme, repicam os sinos e tocam as cornetas do batalhão da Fôrça Pública. Arrombadas as portas, os negros se perdem no meio do povo e os abolicionistas os conduzem para lugar seguro [*sic*] (MOREL, 1967, p. 97-98).

Após a repercussão da segunda paralisação, culminando no bloqueio definitivo dos portos de toda província, Chico da Matilde, por ser um funcionário público, perde seu cargo. Porém, ao mesmo tempo, Francisco José do Nascimento ganha uma nova função: “é eleito diretor da Sociedade Cearense Libertadora e é o chefe absoluto dos jangadeiros” (MOREL, 1967, p. 109).

Mesmo que o objeto norteador da pesquisa seja Francisco José do Nascimento e sua imagem-papel no movimento abolicionista, é necessário entender além do bloqueamento dos portos de Fortaleza ou até mesmo perpassar atuações fora da SCL. Com essa premissa, surge a necessidade de citar a atuação de José Luiz Napoleão e o surgimento do Clube dos Libertos, indo contra negligência e obscuridade de personagens importantes para a abolição do Ceará.

Nessa perspectiva, alinhado à trajetória heroica de formação do Dragão do Mar, na greve de 1881, paralelamente, é de suma importância destacar Napoleão, que, diferentemente de Francisco que nascera livre, tivera que trabalhar para comprar a própria alforria e de sua família.

O outro jangadeiro responsabilizado pelo trancamento do porto era José Napoleão, ex-escravo que havia conseguido comprar sua própria alforria e a de seus irmãos. Entretanto, para Edmar Morel o grande herói era Francisco José do Nascimento, que mesmo não tendo participado do primeiro trancamento do porto em Janeiro de 1881, foi um exímio colaborador do movimento chegando a ganhar o título de diretor da Sociedade Cearense Libertadora (XAVIER, 2009, p. 6).

Patrícia Xavier, ao analisar a narrativa construída por Edmar Morel, coloca que o autor enfatiza mais a contribuição de Chico da Matilde do que a liderança de José Napoleão na greve de janeiro. Para Xavier, de certa forma, Morel cita o outro líder jangadeiro, mas descarta sua importância e coloca Francisco como o “grande herói”. É possível perceber, novamente, a tentativa de Morel em construir um “heroísmo” promissor de Chico da Matilde, pois, mesmo que há indícios que comprovam a sua não participação no início de 1881, também existem vestígios que confirmam sua presença, mas não a liderança da greve em si.

Observando a obra “Vendaval da Liberdade”, escrita por Edmar Morel, em 1967 – que se apresenta, na verdade, como uma revisão de sua obra “Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição” de 1949 –, percebe-se que o ofuscamento de José Luiz Napoleão, relatado por Patrícia Xavier, é minimizado na revisão de 1967, sendo citado um pouco mais sobre a vida e papel de Napoleão. Porém, ainda sim, o autor eleva Francisco como um líder mais preparado para o movimento, já que chega a fazer parte da diretoria da SCL.

A despeito de seu prestígio nas praias e do cargo que ocupa, o prático da barra Francisco José do Nascimento não participa da primeira greve, assistindo as escaramuças de bordo de um navio inglês, que conduz para o canal do porto.

O fato é que o praieiro José Napoleão é a alma da primeira sublevação, ajudado por Pedro Artur Vasconcelos, tão rapidamente esquecido. Não tem porém, as qualidades de líder. E isto em nada desmerece a sua arrojada contribuição ao movimento [*sic*] (MOREL, 1967, p. 97).

Essa imagem de superioridade na liderança designada ao Chico da Matilde pode ser vista até os dias atuais, principalmente, na mentalidade e cultura brasileira. Como reflexo dessa construção de narrativa heroica, para a historiografia, ela se apresenta como ilusões e erros, porém, para a cultura e literatura, se mostra como uma contribuição direta para a “mitologia” do Dragão do Mar, como neste cordel, escrito já atualidade:

REDENÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O  
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

Zé Luiz Napoleão, / O líder dos pescadores, / Negro forro,  
um lutador / Que tomou todas as dores / Dos seus irmãos  
maltratados, / Não aceitando os horrores.  
Porém Chico da Matilde / Mais carisma possuía, / Tinha  
amigos importantes / E quase sempre atraía / Negros,  
poetas, doutores / Para sua companhia (VIANA, 2010, p.  
12).

Notoriamente, mesmo que esteja ocorrendo uma retomada historiográfica sobre o movimento abolicionista cearense, sobre o pioneirismo de tal província na abolição da escravatura, como também o ressurgimento do Dragão do Mar e José Luiz Napoleão na narrativa histórica, é possível perceber que o segundo personagem, ainda não ganhou todo o destaque que merece, tanto na história quanto na cultura popular. Mesmo nas obras mais atuais sobre a escravidão, como a “trilogia da escravidão” de Laurentino Gomes, não é citado o papel de Napoleão nas paralisações de janeiro de 1881, muito menos sobre o Clube dos Libertos.

Na mesma semana de sua primeira reunião, a SCL promoveu a operação que lhe daria fama nacional: o boicote ao embarque no porto de Fortaleza de escravos vendidos para o sul do país. No dia 31, os jangadeiros incendiaram um prédio nas mediações do porto e promoveram a fuga de nove escravos que aguardavam a embarcação. A ação foi liderada por Francisco José do Nascimento o Chico da Matilde, prático da barra, de cor parda, jangadeiro forte e bom de serviço. Convenceu os colegas a parar novamente em agosto de 1881. A SCL reuniu cerca de 6 mil pessoas diante da barra, aos gritos de “No porto do Ceará não embarcam mais escravos”. Por ordem do governo imperial, diversos funcionários públicos, membros SCL, foram demitidos. Chico da Matilde também perdeu o emprego (GOMES, 2022, p. 420-421).

Como um movimento sem ideologia ou mesmo partido político definido, Napoleão pensou o Clube dos Libertos como uma associação que os ex-escravizados de Fortaleza, assim como ele e sua esposa Luceta – que participavam, mesmo que discretamente, com os abolicionistas – eram direcionados na luta à escravidão e em busca diretamente para a abolição (MIRANDA, 2020, p. 250).

A fundação do Clube dos Libertos ocorreu ao meio-dia de 28 de maio de 1882, na casa do 1º secretário da Cearense Libertadora, Antônio Bezerra (1841-1921). Antes, houve passeata, com banda de música e gritos empolgados de “viva” dos espectadores. Estiveram presentes mais cinquenta libertos e diversos membros da Cearense Libertadora, inclusive sua diretoria. Após vários discursos, inclusive do liberto Raimundo Teodorico da



Costa (c.1845-1912), foi concedida carta de alforria a um escravo. Napoleão foi escolhido o presidente da sociedade, enquanto Matias Tristão Madeira e Raimundo Teodorico se tornaram vice-presidente e secretário, respectivamente (MIRANDA, 2020, p. 250).

Com reuniões realizadas na casa de Napoleão, o clube engendrava suas ações abolicionistas almejando a compra de alforrias, conquistadas com o dinheiro de doações angariadas pelos sócios, que ultrapassava o número de oitenta, obviamente, todos escravizados. Dessa maneira, o Clube dos Libertos se dedicava à luta mais branda, com menos “ações subversivas”, como coloca Miranda (2020, p. 250): “[...] Durante os trancamentos e posteriormente, suas atividades se limitaram a ser pacíficas, dentro da lei” (2020, p. 250). Analisando a decisão pacífica de José Luis Napoleão, é possível compreender o seu afastamento da liderança da greve dos jangadeiros e a indicação do companheiro Chico da Matilde.

A motivação do movimento de trancamento dos portos do Ceará e a presença massiva da camada popular, como os praieiros e os jangadeiros, trazem como premissa um fator inexorável à conjuntura do pensamento abolicionista, que vai ao encontro da tão somente busca da abolição da escravatura no Brasil, além das pequenas emancipações que ainda seriam engendradas pela SCL. As greves tiveram como significado, primeiramente, uma ideia de justiça, mas unida também a uma corrida emancipatória em busca da libertação de toda a província cearense.

## 6 CEARÁ: A PROVÍNCIA PIONEIRA DA ABOLIÇÃO

Passado pouco tempo da formação do novo grupo antiescravista e o seu papel em conjunto com a população nas greves dos jangadeiros de 1881, a Sociedade Cearense Libertadora iniciou sua busca pela abolição de toda província cearense, frisando obviamente tornar sua terra a primeira na corrida emancipatória. Sendo assim, um dos meios que alavancou o movimento abolicionista no Brasil foi a divulgação da luta pelo fim da escravidão através da imprensa, na qual o grupo cearense não ficaria para trás, fundando o jornal “*Libertador*”. “Esse jornal abolicionista cearense foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1881 e circulou até o ano de 1892. No entanto, ele atuou como órgão oficial dessa agremiação abolicionista somente até o dia 7 agosto de 1884” (MESQUITA, 2021, p. 241).

O ambiente de crítica e contestação às antigas estruturas sociopolíticas que ainda sustentavam o Império, gestado tanto pela ampliação do espaço público quanto pela modernização dessa nação, reflexo da batalha intralite, reiniciada na arena política no final da década de 1860, possibilitou não só o aparecimento de vários jornais pelo país, culminando com uma nova fase de “explosão da palavra imprensa”, como também abriu espaço para que a invenção de Johannes Gutenberg ampliasse a sua influência, ganhasse nova fisionomia, progredisse

tecnicamente e generalizasse os seus efeitos, adquirindo protagonismo ao aventar um grande quadro de reformas estruturais no país. Dessa maneira, além da discussão de temas como a centralização ou descentralização política, a política nacional de imigração, as trocas ministeriais, a separação entre Estado e Igreja e a escalada do republicanismo, **a luta contra o regime escravocrata ganhou muita repercussão na imprensa** (MESQUITA, 2021, p. 238, destaque nosso).

Como já foi visto, no decorrer de 1881, apesar de o evento do trancamento dos portos do Ceará ao tráfico de escravo ter sido, majoritariamente, realizado pelos jangadeiros e ainda ser considerado um dos mais importantes para o fim da escravidão na província, a greve teria sido orquestrada por membros da própria Sociedade Cearense Libertadora – com os planos de Pedro Artur Vasconcelos juntamente como os diretores da sociedade –, sendo mais uma de suas ações libertárias entre tantas outras, como a arrecadação de doações para compra de alforrias.

Porém, é nítido que a força popular fez com que a greve dos jangadeiros tomasse proporções maiores que as próprias idealizações emancipacionistas da Sociedade Cearense, ao passo que as ações posteriores de tais abolicionistas não acarretaram numa participação popular forte nem mesmo ficaram marcadas na história e na cultura, assim como o bloqueio do jangadeiro liderado por Chico da Matilde ficou. Na verdade, o que ficaria marcado na história, novamente, envolve as ações lideradas pela SCL, porém com a imagem de Nascimento à frente. Exemplo disso será a concretização da abolição na província.

Os abolicionistas utilizaram diversas estratégias para acelerar o fim da escravidão e passaram a atacar de frente a autoridade moral dos proprietários de escravos. Para isso, usaram atitudes mais radicais como a captura de cativos embarcados em um vapor para venda em outra localidade, o açoitamento de escravos e o auxílio às fugas. Essas atitudes iam de encontro à postura de abolicionistas mais moderados como Joaquim Nabuco e André Rebouças, que defendiam a difusão das ideias de emancipação somente junto aos proprietários e no parlamento, isto é, com criação de leis e com uma maior conscientização dos senhores sobre os males advindos do escravismo para a sociedade (SANTOS, 2016, p. 156).

De acordo com o Jornal “*A Terra da Redenção*”, em “Comemoração do Primeiro Aniversário da Libertação do Ceará”, no ano de 1883, iniciou-se uma grande libertação das cidades cearenses, começando pela cidade de Acarape, liberta logo no dia 1 de janeiro, vindo a ser chamada de “Redenção”, por conta disso. Entre 24 e 25 de maio, memoravelmente, foi liberta, também, a capital cearense: Fortaleza.

[...] Antes da cidade do Acaráu, a do Acarape, em 1 de janeiro de 1883, libertara seus escravos, merecendo por isso que lhe dessem novo nome: *Redenção*. Em janeiro de 1884, 28 municípios libertavam os escravos. Continuava a luta para livrar a província do Ceará da ignomínia do cativo, a despeito de toda perseguição dos negreiros e do governo. A assembleia provincial vota uma lei proibindo a entrada de escravos nos municípios libertados e a importação dos mesmos.

Em 4 de março do mesmo ano, 50 municípios restituíam a liberdade aos negros, e, finalmente, a 24 de março estava livre o Ceará. Festeja-se essa libertação a 25 de março [*sic*] (CARVALHO, 1941, p. 121-122).

Em viagem para o Ceará, segundo Edmar Morel, o abolicionista José do Patrocínio se encantou com a mentalidade do povo como agentes em prol da emancipação dos escravos. O biógrafo menciona, até mesmo, uma conversa entre José do Patrocínio e Francisco José do Nascimento sobre o bloqueio dos portos, relatado a Morel por Dona Elvira Pinho – uma das poucas mulheres abolicionistas destacadas por Morel, participante na associação feminina *Cearense Libertadora* juntamente com a esposa de Chico da Matilde, D. Joaquina Francisca do Nascimento.

Patrocínio pôde sentir a afeição com que a gente cearense se ligara à causa redentora, unido-se a ela por vínculos sagrados de simpatia e piedade. Ai encontrou êle uma agitação que vinha de tôdas as classes sociais, que animava todos os sêres, do mais humilde ao mais nobre. Aclamado pelos jangadeiros e por tôdas as fôrças que representavam o ideal coletivo do momento, **Patrocínio comoveu-se como o espetáculo que lhe ofereceu a Província do Ceará e conferiu-lhe, solenemente, o título de “Terra da Luz”**, transportando, assim, para a história, a legenda das suas praias [*sic*] (MOREL, 1967, p. 128, destaque nosso).

Já em 1884, a onda libertadora perpetuava-se ainda mais forte, até dia 31 de janeiro, entre 14 municípios do Ceará; foi registrada a conquista de emancipações a, aproximadamente, 9.700 escravizados. É possível perceber que a abolição total do Ceará já estava mais próxima do que o esperado (FERREIRA, 2015, p. 29-30).

Tal como em Fortaleza, a data foi marcada como horizonte final de uma campanha, portanto, não foram datas que se fizeram na indeterminação do cotidiano militante, mas oportunidades planejadas conscientemente para coincidir com outros acontecimentos simbólicos da história nacional. O 25 de maio, no caso da libertação de Fortaleza, era o dia em que o Brasil sagrava-se vitorioso na Guerra do Paraguai, com forte concurso de soldados e oficiais

cearenses. Já o 24 de março de 1884 era o aniversário de 60 anos da Constituição Imperial. De igual maneira, ou melhor, até mesmo potencializado, as festas pela libertação do Ceará ecoavam desde o início do ano no Rio de Janeiro e demais províncias do Brasil, tendo ainda alcance onde quer que o movimento nacional se fizesse presente na Europa. Também nesse caso os jornais contribuíram fortemente para a divulgação e angariamento de força política para o evento. O jornal “Libertador” dias antes, dava publicidade de várias casas comerciais de Fortaleza que se abasteciam de tudo quanto era necessário para o abrilhantamento da festa: chapéus, luvas, bandeirinhas, tecidos de toda espécie, fogos de artifício, enfim, era a cidade em burburinho (MARTINS, 2014, p. 17-18).

Alguns dias antes da emancipação total do Ceará, em 25 de março de 1884, Francisco e mais dois companheiros, que eram jangadeiros, viajaram para as longas comemorações da abolição cearense, no Rio de Janeiro. “Enquanto a população prepara os festejos que iam marcar o fim da escravidão, no Ceará, Nascimento, a convite dos abolicionistas da Corte, embarca no Espírito Santo, a 14 de março, levando consigo uma jangada para desfilar pelas ruas da capital do Império”, relata Edmar Morel (1967, p. 129).

## **7 DRAGÃO DO MAR, UM HERÓI DE TANTOS NOMES: HEROÍSMO E ESQUECIMENTO**

Seguindo o percurso no vapor Espírito Santo – “O *Espírito Santo*, que tenta, várias vezes, reabrir o pôrto do Ceará ao tráfego negreiro, traz, agora, no convés, a jangada Liberdade” (MOREL, 1967, p. 136) –Chico da Matilde desceu momentos antes do navio atracar, sendo ovacionado pela multidão ao ver o líder da greve dos jangadeiros, navegando nos “mares da capital”.

A viagem de Francisco José do Nascimento, acompanhado de dois companheiros para participar das festas em comemoração à abolição do Ceará na capital do Império em 1884, proporcionou, na época, uma divulgação nacional da personalidade do Dragão do Mar. A corte do Rio de Janeiro, recebeu os cearenses em festa, vários artigos foram publicados em jornais e revistas, contendo reportagens e imagens sobre o jangadeiro que era apontado como o líder da greve do porto no Ceará (XAVIER, 2010, p. 58).

Desse modo, sendo vangloriado nos demais jornais abolicionistas – “Jornal do Agricultor: Princípios Práticos de Economia Rural” (RJ); “Gazeta de Notícias” (RJ); “O Meirinho” (CE); “Libertador: Orgão da Sociedade Cearense Libertadora” (CE) e “Revista

Ilustrada” (RJ) –, à chegada do jangadeiro Francisco José do Nascimento, a bordo de sua jangada liberdade, transforma-o em lenda, passando a ser chamado de Dragão do Mar.

Assim, acompanhado por grande parte da imprensa, agraciado com homenagens e ilustrações e até mesmo com medalhas pela “*Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro*”, o líder grevista vai a capital do Brasil como Francisco José do Nascimento, perpassando como um herói de tantos nomes, agora, volta para sua “terra da luz” como o herói da abolição, o Dragão do Mar.

Naquele dia de esplendor, Nascimento lê um jornal, o qual encontro em seu arquivo, marginado com estas palavras de seu próprio punho: “Depois das festanças li este artigo escrito, segundo fui informado, por um homem muito famoso, o Sr. Aluísio Azevedo. Lei êste pedacinho, minha velha: “O Dragão do Mar – Se há orgulho que possa ser justificado é o do homem humilde, que de súbito sente-se levantado pela sublevação de uma merecida e justa popularidade [...]” [sic] (MOREL, 197, 1939).

Evidenciado por Edmar Morel, o nome de Dragão do Mar foi dado a Chico da Matilde pelo jornalista Aluísio Azevedo, ao passo que esta informação é transmitida até nas historiografias atuais. Entretanto, a partir dos limites da pesquisa deste artigo, analisando o acervo de periódicos dispostos na Biblioteca Nacional Digital, não foi encontrado o texto original ou alguma alusão de Aluísio ao Dragão do Mar.

Contudo, a tentativa de buscar a origem de tal nomeação heroica não contribui para o real objeto de estudo, mas a compreensão de todo o processo que levou ao surgimento de tal heroísmo mostrou-se mais relevante. Às raízes do nome do herói, coloca-se a hipótese da própria ampliação cultural, no qual a figura de Francisco tomou um patamar tão alto que, de segundo 2º Prático, Dragão do Mar figurou como uma lenda no imaginário brasileiro: “[...] seu nome anda de bôca em bôca e é assunto de primeira página dos jornais” [sic] (MOREL, 1967, p. 138), recebendo até mesmo medalhas da corte brasileira.

Dragão do Mar, além de ter sido enaltecido na conjuntura de luta pela redenção dos cativos, vê enaltecimento, mais tarde, por Edmar Morel e por outros intelectuais, que se dedicaram, durante a década de 1930, a idealização de elevar Chico da Matilde tanto como o principal agente das greves de 1881 quanto como o símbolo maior de toda campanha abolicionista no Ceará, mesmo sendo esquecido no pós-abolição de 1884 e após sua morte em 5 de março de 1914.

A busca por enaltecer o Dragão do Mar na era varguista se coloca, na verdade, como uma tentativa de resgate à imagem do herói, já que, apesar de ovacionado nas festas abolicionistas do Rio de Janeiro, após a abolição do Ceará, Dragão do Mar se vê no ostracismo. Aliás, não só o “herói da abolição” começa a ser esquecido, mas também a própria Sociedade Libertadora Cearense minimiza a própria força e vontade de lutar contra o escravismo.

Como uma associação que se prontificava em defesa da liberdade, angariando mais e mais adeptos ao movimento, a Sociedade Cearense Libertadora pareceu esquecer sua premissa abolicionista. Após a conquista de emancipação aos escravizados na

província, a sociedade cearense estagnou seus trabalhos, transformando o *Jornal Libertador* em um mero periódico de notícias e anúncios, perdendo o teor revolucionário e crítico à sociedade escravocrata.

Em análise ao periódico da SCL, após 1884, o Dragão do Mar não é tão citado mais, contendo pequenas menções, no decorrer dos anos, sobre seu papel nas greves de 1881. Na verdade, o que se vê no jornal, em sua maioria, não é a citação ao herói, mas, sim, a “Dragão do Mar”, loja comercial, grande promissora em vendas, com grandes descontos e promoções: “Tudo isto no Dragão do Mar e muito barato – Rua formosa, nº 105”.

Contudo, a reconstrução da trajetória do Francisco José do Nascimento possibilitou a volta do herói na história brasileira, ainda que de forma gradual. Já no início dos anos 2000 até os dias atuais, historiadores, como Patrícia Silva Xavier e Licínio Nunes de Miranda – influenciados tanto pelas correntes mais culturais da historiografia, quanto pela fundação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em 28 de abril de 1999 – deram continuidade aos estudos sobre ações reais do Dragão do Mar.

Dessa forma, como um dos líderes e membros da SCL, Francisco foi reconstruído como o herói Dragão do Mar em prol da identidade nacional, figura que, hoje, ressurge no século XXI como imagem de liberdade e proliferação da cultura, sendo reconhecido, em 2017, no “Livro dos Heróis da Pátria, que está depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília” (LIMA, 2017).

## 8 1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, em 1880, todas as ações da Sociedade Cearense Libertadora fomentavam o ódio ao escravismo. Com publicações ferrenhas aos senhores e aos negreiros traficantes, os abolicionistas cearenses tinham como principal objetivo a abolição do elemento servil, alastrando o pensamento emancipacionista através de seu periódico “*Libertador*”, por meio do qual, com a greve de 1881, a SCL ganhou grande apoio popular, culminando com a pioneira abolição no Ceará.

Representando uma força libertária contra o tráfico interprovincial, advindo da proibição do tráfico de escravizados da África ao Brasil, pela Lei Eusébio de Queirós, a paralisação dos portos do Ceará, tanto em janeiro quanto em agosto de 1881, deu o pontapé para abolição da província – quatro anos antes da abolição total no território brasileiro (em 13 de maio de 1888) – como também elevou, simbolicamente, a imagem do principal líder das greves portuárias, Chico da Matilde, mais tarde, nomeado Dragão do Mar.

Com o objetivo de desenvolver uma análise historiográfica sobre o pioneirismo da abolição no Ceará, correlacionando-o, ao mesmo tempo, com a trajetória do líder jangadeiro Chico da Matilde, foi possível perceber a construção da narrativa heroica – presentes nos escritos de Edmar Morel e periódicos oitocentistas – através dos contrastes e semelhanças entre história-biografia e o uso da biografia na historiografia.

Ao se relatar tanto a ação da Sociedade Libertadora Cearense quanto a greve dos jangadeiros nos portos cearenses, ficou clara a importância da imagem de Chico da Matilde para transformação do Ceará como província precursora e promissora de toda abolição, além fortalecer o pensamento emancipacionista e enaltecer sua “terra da luz”.

Notoriamente, na construção do heroísmo de Chico, muitas vezes baseada em ilusões biográficas e preenchimento de lacunas, não se descarta a contribuição de sua liderança ao bloqueio dos portos contra o tráfico negreiro, legitimando, assim, como confirma Patrícia Xavier, um vínculo de Francisco José do Nascimento não só à história da abolição, mas também à própria definição identitária do cearense.

Perpassando as origens dos heróis da abolição, a perpetuação do Dragão do Mar, por meio do biógrafo Edmar Morel e, de forma viva, da cultura popular, a investigação da narrativa, na qual foi construída a simbologia do herói Dragão do Mar, possibilitou respostas aos questionamentos norteadores de toda pesquisa.

“Dragão do Mar seria agente libertário, com ações abolicionistas pautadas na liberdade propriamente dita dos escravizados ou tão somente na redenção de cima para baixo aos cativos?” A resposta é que, como sua representatividade e heroísmo transcenderam o Brasil do século XIX, chegando à mentalidade brasileira até os dias atuais, Francisco José do Nascimento, Chico da Matilde, ou, então, Dragão do Mar, representa as duas perspectivas: como membro da SCL, fez jus à ideologia emancipatória e redentora do movimento; simultaneamente, faz da justiça e da liberdade seus símbolos de resistência, navegando através do tempo nas ondas da história, na sua jangada libertadora.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

A TERRA DA REDENÇÃO. 1885. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

CARNEIRO, D. A Microstoria Italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 211-234, 2020. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.27812>. Acesso em: 23 out. 2022.

CARVALHO, N. de M. A jangada libertadora. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 1. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1941.

CAXILÉ, C. R. V. Abolição na Província do Ceará: a sociedade cearense libertadora e seus ideais. **Paraná: Revista Espaço Plural**, Cascavel - PR, v. 7, n. 14, p. 28-31, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944357008>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CAXILÉ, C. R. V.; GUEDES, M. e S. Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação – o jornal *O Libertador* enquanto instrumento de doutrinação moral e social. In: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. da S.; MATOS, C. S. de (org.). **Pesquisas educacionais: abordagens teórico metodológicas**. Fortaleza: EdUECE, 2018. p. 77-97. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38344>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CAVALCANTE NETO, J. de L. História da ditadura. Biografias e História. **Youtube**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AX5nlGBkmA0>. Entrevista. Acesso em 20 mar. 2022.

DAIBERT JUNIOR, R. **Isabel, a “redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: EDUSC, 2004.

FERREIRA, E. L. **O ano da abolição no Ceará**. 2015. 46 f. TCC (Graduação em Humanidades), Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção - CE, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1197>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONSECA, G. da. Prefácio: o latifúndio e a escravidão. *In*: MOREL, E. **Vendaval da Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GOMES, A. dos S. Os movimentos sociais das “Gentes do Mar” no Brasil (1881-1951). **Cadernos do Tempo Presente**, n. 19, 2015.

GOMES, L. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. v. 3.

LIBERTADOR. 1881-1886. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

LIMA, P. Dragão do Mar entra no Livro dos Heróis da Pátria. **Diário de Nordeste**, 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/dragao-do-mar-entra-no-livro-dos-herois-da-patria-1.1791036>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MALATIAN, T. M. A Biografia e a História. **Cadernos CEDEM**, Marília - SP, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-0247.2008.v1n1.p16-31>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MARTINS, P. H. de S. Processo de abolição no Ceará: história, memória e ensino. **Revista Historiar**, Sobral, v. 6, n. 11, p. 06-25, 2014. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/154>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MENEZES, G. S. G. de. **História Para Ninar Gente Grande**”: análise do figurino da Estação Primeira de Mangueira em 2019. 60 p. Monografia (Graduação em Design-Moda), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/59073>. Acesso em: 29 out. 2022.

MESQUITA, F. P. de O. Novo jornalismo e abolicionismo: o jornal *Libertador* e a imprensa política na província do Ceará (1881-1884). **Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 237-265, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7947028>. Acesso em: 07 abr. 2022.



MIRANDA, L. de N. de. O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881-1884. **Revista do Instituto Cearense**, 2020. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/2020indice.html>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MOREL, E. **Vendaval da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PATROCÍNIO, J. do. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1883. 22 p.

PRIORE, M. D. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010019001>. Acesso em: 07 abr. 2022.

REVISTA ILLUSTRADA. 1876-1884. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

SANTOS, J. V.; ZOPPI-FONTANA, M. Lei, arquivo e acontecimento no Brasil escravista: sentidos de liberdade na Lei do Ventre Livre. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 2, p. 39-54, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/el.v9i2.1154>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SANTOS, M. E. V. dos. Antes do 13 de maio: o 25 de março no Ceará e o movimento abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 53, p. 149-183, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i53.22475>. Acesso em: 03 jun. 2022.

SCHMIDT, B. B. Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 03-21, 1997. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SILVA, M. de O. S.; OLIVEIRA, M. da G. de; GUIMARÃES, T. F. Biografia, um campo de possibilidades. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 143-159, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8103215>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VIANA, K. **Dragão do Mar: herói da Terra da Luz**. (Literatura de Cordel). Ceará: Tupynanquim Editora, 2010.

XAVIER, P. P. História, Memória e Historiografia: o Dragão do Mar na escrita de Edmar Morel (1949). **Simpósio Nacional de História-ANPUH**, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006\\_233013c0f7f0c3f61e2e4e9d94734364.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772006_233013c0f7f0c3f61e2e4e9d94734364.pdf). Acesso em: 02 mar. 2022.

REDEÇÃO OU LIBERDADE: O HERÓI DRAGÃO DO MAR E O  
SEU PAPEL NA ABOLIÇÃO DO CEARÁ (1881-1884)

XAVIER, P. P. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13206/1/Patricia%20Pereira%20Xavier.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

# Um grito silenciado: mulheres na Ditadura Civil-Militar do Brasil

*A silenced scream: women in Brazil's Civil-Military Regime*

INDYARA LACERDA SANTOS

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: indyralacerda@gmail.com

MARCOS ANTÔNIO CAIXETA RASSI

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: rassi@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Ao se refletir sobre os acontecimentos do Regime Civil-Militar brasileiro, é necessário resgatar e demonstrar o quão expressivas foram as diversas formas de participação feminina na resistência e suas especificidades. As mulheres militantes romperam os padrões vigentes que as condicionavam ao ambiente privado, enfrentaram prisões, torturas específicas para a condição feminina e, para resistirem, criaram redes de acolhimento. Nesse sentido, neste trabalho, foram utilizados relatos de mulheres que vivenciaram o período e utilizaram as redes de acolhimento como forma de resistência, ressignificados através de uma análise do documentário longametragem “A torre das Donzelas”, de Suzanna Lira. Assim, este trabalho trata de uma pesquisa analítica, exploratória, de cunho bibliográfico e webgráfico, que faz combinações de análises de textos, artigos, livros e entrevistas acerca do tema proposto, passando por uma problematização formulada pelos autores.

**Palavras-chave:** Mulheres. Resistência. Militância. Ditadura Civil-Militar brasileira.

**Abstract:** When reflecting on the events of the Brazilian Civil-Military Regime, it is necessary to recall and demonstrate how expressive the various forms of female participation in resistance and their specificities were. The militant women broke the prevailing standards that conditioned them to the private environment, faced prisons, specific torture for the feminine condition, and, to resist, created welcoming networks. In this sense, this work used accounts of women who lived through this period and used the networks as a form of resistance, re-signified through an analysis of the feature documentary “A torre das donzelas” by Suzanna Lira. Thus, this work is an analytical, exploratory, bibliographical, and webgraphical research, which combines the analysis of texts, articles, books, and interviews about the proposed theme, going through a problematization formulated by the authors.

**Keywords:** Women. Resistance. Militancy. Brazilian Civil-Military Dictatorship.

---

“[...] sobre mulheres, ditaduras e memórias. Grandes, difíceis temas! Tratar da memória de tempos sombrios, sem se deixar ocupar pelas sombras. Tratar das ditaduras, com sua repetição, seus fascismos, sexismo, seus desejos de morte. E tratar, especificamente, da resistência a esses

fascismos, a estes tempos sombrios, a partir da fala das mulheres. Quase nunca protagonistas” (Flávia Schilling).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) iniciou-se com um golpe arquitetado pelos militares, que tomaram o poder do então presidente João Goulart, e contou com o apoio de parte da sociedade civil. Os militares implantaram o Regime Ditatorial com um discurso de ordem, progresso e modernização do país; apesar disso, a sociedade passou a ser oprimida e silenciada.

O governo autoritário dos militares se deu através de Atos Institucionais (AIs), que tinham função de dar legitimidade às repressões e ilegalidades que foram cometidas na Ditadura Civil-Militar. Foram promulgados diversos Atos Institucionais; o mais conhecido é o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi decretado durante o governo do general Arthur da Costa e Silva e é tido como o mais duro dos Atos, marcando um período de muita censura, repressão e intensificação da tortura. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 74): “O principal objetivo dos Atos era o reforço legal do Poder Executivo, e particularmente da Presidência da República, dentro do sistema político”.

As mulheres, então, tomando consciência desse cenário, buscaram lutar e resistir de diversas maneiras a essas ações repressivas, buscando reconstruir a democracia do país e ter uma sociedade mais igualitária e menos excludente. É necessário ressaltar que não se pode generalizar, já que houve mulheres que eram apoiadoras dessa ditadura.

A grande maioria das opositoras estava disposta a romper paradigmas, adentrando o espaço público, que naquela época não lhes eram designados, além de enfrentar questionamentos sobre a sua feminilidade sendo chamadas de mulheres subversivas.

As mulheres militantes sofreram com a dura repressão; algumas foram presas e torturadas, outras viram pessoas queridas passarem por isso. Assim, uma forma importante de resistência encontrada pelas mulheres foi uma rede de acolhimento, solidariedade e até mesmo amizade. As trajetórias que as levaram à militância foram diversificadas, mas possuíam a mesma finalidade: a retomada da democracia.

Nessa conjuntura, em que ficaram cicatrizes imensuráveis na vida de muitas mulheres, que foram silenciadas, perseguidas, torturadas e até mortas, a busca pelo rompimento com o silêncio dessas mulheres guerreiras se faz necessária, para que existam reflexões a respeito e para que esse terrível capítulo da História não volte a se repetir.

O presente trabalho pretende resgatar a história das mulheres que atuaram contra a repressão do regime militar (1964-1985), demonstrando o quão expressivas foram as diversas formas de participação feminina na resistência. Busca também compreender as formas de resistência feminina e suas especificidades, como a sociedade vigente condicionava o papel da mulher, como era a tortura voltada especificamente para a mulher, quais eram os modos de acolhimento e resistência existentes nos grupos femininos. Além disso, analisa o documentário longa-metragem “A torre das Donzelas”, dirigido por Suzanna Lira.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A participação das mulheres na resistência à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi, por muito tempo, silenciada e apagada pela historiografia. Destacava-se somente a participação do homem militante, e seus grandes enfrentamentos. De acordo com Margareth Rago (2013):

Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzidos por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime (RAGO, 2013, p. 62).

Dessa forma, podemos observar a pouca relevância que a historiografia atribui à atuação feminina no combate à repressão ditatorial.

Ao analisarmos a história das mulheres, podemos ver que existia uma grande invisibilidade, já que havia uma hierarquia, o homem estava sempre acima da mulher. De acordo com Colling (2004, p. 31), “Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento”.

Assim, a mulher estava condicionada ao ambiente privado, tendo uma natureza feminina com atribuições relacionadas ao lar, matrimônio e filhos. E ao adentrar o ambiente político, tornando-se militante e se opondo à repressão ditatorial, ela rompia com os padrões estabelecidos, não era vista como sujeito histórico e era omitida dos jogos de poder.

Em vista de tais fatos, busca-se fazer um levantamento das principais obras que evidenciam a participação das mulheres na luta contra a Ditadura Civil-Militar, de maneira cronológica, ressaltando as contribuições para a história feminina e a importância da atuação das mulheres nesse contexto.

Nesse sentido, a obra memorialística de autoria de Pedro Celso Cavalcanti e Jovelino Ramos, denominada *Memórias do Exílio - 1964-19??*, foi escrita ainda no período da Ditadura Civil-Militar e foi uma das primeiras a colocar o relato de mulheres. Fez parte de um projeto que pretendia reunir o máximo de memórias, relatos e testemunhos de brasileiros que foram exilados, além de fazer denúncias sobre a repressão sofrida.

Essa obra traz grandes contribuições por trazer relatos detalhados vistos pela perspectiva do militante exilado. Nesses relatos destaca-se que a figura do homem era predominante e havia o relato de apenas quatro mulheres que trazem vivências de sua luta política, rompendo com os ideais de que mulheres teriam espaço no âmbito privado de sua casa e funções maternais.

Dando sequência ao projeto, é publicado “Memórias das mulheres no exílio”, 1980, uma obra coletiva de Albertina Costa, Valentina Lima, Maria Moraes e Norma Marzola, sendo a primeira obra com relatos exclusivos de mulheres.

Dessa forma, a obra apresenta quarenta e seis depoimentos, observando a perspectiva das mulheres desde o que vivenciaram no período ditatorial até o exílio. As autoras buscam reconstituir a memória por meio de depoimentos, levando em conta os aspectos políticos e entrelaçando-os com vivências pessoais:

As mulheres, como todos aqueles que nunca foram reconhecidos pela historiografia, não têm a sua história registrada. Disso decorre que o arrolar dos testemunhos do presente sobre o presente, das histórias de vida, da tradição oral, seja um esforço de reconstituição, assim como uma tentativa de dar livre curso à nossa imaginação e à nossa criatividade, de dar instrumentos para o domínio do futuro. E porque a dominação de qualquer grupo oprimido passa pela apropriação da sua História, em busca de sua identidade social, mais uma razão para um livro só de mulheres, sem ser um livro só sobre mulheres ou só para mulheres (COSTA *et al.*, 1980, p. 17-18).

Assim, observamos que essas mulheres não se sentiam incluídas e buscavam, por meio dos registros de testemunhos, serem identificadas, além de buscar se livrar das amarras da opressão, fazendo denúncias contra o regime ditatorial.

No início dos anos 1990, começam a surgir as primeiras obras e debates acerca da participação feminina no contexto da ditadura, bem como sua resistência à luta armada e a repressão.

Marcelo Ridenti (1990) publicou, em 1990, o artigo “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”, em que mostrava a participação feminina na resistência à ditadura, focalizando a luta armada. O autor apresenta dados estatísticos que foram retirados do Projeto Brasil: nunca mais (BNM), Ridenti (1990) mostra que cerca de 18% das mulheres colaboraram com a luta armada, ou seja, a atuação das mulheres era bastante expressiva e não foi de forma alguma insignificante.

Em 1996, surge a primeira obra acadêmica publicada que trazia como objeto principal a mulher na Ditadura Civil-Militar brasileira, de autoria de Elisabeth Ferreira e tinha como base a antropologia, a obra “Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência”.

No livro, nota-se um empenho no desenvolvimento de uma memória social que abrange os anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil, com base em treze relatos de expressas políticas que tiveram experiências desde a entrada na luta política, a clandestinidade, a tortura e prisão até a seu retorno à vida em sociedade. Adentrando as discussões de gênero, a autora problematiza o espaço atribuído às mulheres. De acordo com Ferreira (1996, p. 153):

Na realidade, as regras rígidas que disciplinavam a conduta dos militantes afetavam a todos, mas afetavam

mais às mulheres, que tinham que superar certas limitações impostas pelo repertório de seu papel de gênero - e que diziam respeito à posição que elas ocupavam anteriormente na sociedade - para se adaptarem à nova realidade.

Em 1997, Ana Maria Colling publicou “A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil”, tendo como base a história e se tornando a primeira obra nessa área. Colling faz um levantamento desse período através de entrevistas e vai cruzando essas fontes e reconstruindo informações sobre a contribuição das mulheres na resistência. Segundo Colling (1997, p. 3),

[...] a relação entre mulher e política tem sido tema de tabu na sociedade brasileira. O lugar do homem é no comando do mundo político, à mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comandam. Invadir o espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres, ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar. Ousaram participar da política, espaço que marca a diferença e a exclusão.

Dessa maneira, a autora leva em conta a maneira como a mulher estava inserida na sociedade do período, assumindo a condição de subversiva ao se associar com organizações. Por ser um trabalho no campo da História, Colling tem uma abordagem mais aprofundada e desenvolve suas ideias a partir do cruzamento de fontes.

Nos anos 2000, ocorreram diversos avanços nos estudos e publicações acerca da atuação da mulher na resistência. Dentre esses estudos, muitos foram publicados como artigos, teses e dissertações, sendo que alguns, posteriormente, transformados em livros.

A tese “Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)”, de Olívia Joffily, foi defendida em 2005 e traz treze relatos de mulheres que atuaram e apoiaram a luta contra a ditadura militar. Joffily faz ponderações importantes no que concerne ao conceito da palavra resistência, indicando o quanto essa palavra pode ser ampla e utilizada em vários contextos.

O livro “Luta, substantivo feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”, de Tatiana Merlino e Igor Ojeda, foi publicado em 2010, tem como foco a mulher e é o terceiro livro do relatório Direito à memória e à verdade. Nele se apresentam quarenta e cinco mulheres brasileiras que estiveram na resistência contra a ditadura e também se apresenta o testemunho de vinte e sete mulheres que sobreviveram a torturas.

No ano de 2012, um grupo de psicólogas sociais, Ingrid Gianardoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria Santos, lança o livro “Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar”, em que partem da psicologia para construir o perfil de mulheres que adentraram o movimento estudantil.

É importante destacar a interdisciplinaridade que essas autoras fazem, abordando, por meio de reflexões psicológicas, a identidade e até mesmo o contexto histórico em que as mulheres estão inseridas.

A obra “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade”, da historiadora Margareth Rago, é um clássico sobre a temática da mulher na ditadura, publicado recentemente, no ano de 2013. Rago traz importantes contribuições para a temática, através dos relatos de mulheres, utilizando suas rupturas, subjetividades, situações cotidianas e o feminismo.

Nesse livro, a autora perpassa pela trajetória de sete mulheres e vai traçando suas semelhanças por terem vivenciado o período ditatorial, mostrando a maneira como essas mulheres resistiram ao ocupar espaços públicos – partidos, organizações e movimentos políticos. Ela utiliza como fonte relatos autobiográficos e entrevistas conduzidas por ela mesma.

No ano de 2014, Susel Oliveira da Rosa lança o livro “Mulheres, Ditaduras e Memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante”. Reproduzindo uma frase de Michel Foucault, a autora faz uma análise por meio de depoimentos, relacionando as experiências individuais com os movimentos coletivos daquela conjuntura, buscando colocar as mulheres militantes como centro de sua análise. A principal fundamentação teórica da autora é Michel Foucault – a obra “O Anti-Édipo”, de Deleuze e Guattari, em que Foucault escreve o prefácio sintetizando como pensar em uma vida não fascista.

Uma obra mais recente, publicada no ano de 2021, denominada “Torre das Guerreiras e outras memórias”, de Ana Maria Ramos Estevão, conta com o prefácio da ex-presidente Dilma Rousseff. A obra reúne lembranças vívidas da autora e de suas colegas de cela, além de contar com ilustrações e fotografias que mostram esses momentos marcantes. As obras até aqui citadas foram fundamentais para a assimilação de como se deu a participação das mulheres na luta e resistência à ditadura.

## 2.1 AS FORMAS DE RESISTÊNCIA FEMININA E SUAS ESPECIFICIDADES

Durante o período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), várias mulheres decidiram enfrentar o sistema de opressão vigente, objetivando derrubá-lo, para assim, construir uma sociedade democrática e mais igualitária.

Essa resistência se dava de maneira oposta às regras que a sociedade determina para a condição da mulher – feminina e maternal – seguir por esse caminho seria ir cada vez mais longe desse modelo imposto.

As mulheres militantes, dentro das organizações clandestinas, viam-se tendo que provar que estavam aptas para determinadas tarefas que terceiros julgavam ser predominantemente masculinas. A militância trazia consequências devastadoras, como prisão, torturas psicológicas e torturas físicas. As teias de resistibilidades eram importantes formas de resistência nas quais existiam acolhimento e solidariedade mútuos.



## 2.2 AS MULHERES “SUBVERSIVAS”

Em meio à resistência contra a opressão da Ditadura Civil-Militar, houve também um rompimento de paradigmas: as mulheres começaram a lutar contra a imposição dos padrões sociais vigentes. Naquela época, o papel social feminino era se dedicar ao ambiente privado – espaço doméstico – cuidando da casa, dos filhos e do marido. Já o papel social masculino era o do ambiente público – tendo uma posição de tomada de decisões.

Segundo Ridenti (1990, p. 114), a participação das mulheres na luta contra o período ditatorial demonstra “[...] a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”, ou seja, as transformações dos padrões sociais estavam em andamento, mesmo que lentamente.

Ao ultrapassarem as barreiras do espaço privado e se inserirem na luta contra o autoritarismo da ditadura, as mulheres militantes se deparam com outros obstáculos: a sociedade e a repressão, que passaram a estigmatizá-las como “mulheres subversivas”, isto é, elas haviam entrado em um espaço que não lhes pertencia e foram julgadas por isso. Dentro desse conceito havia duas divisões: de um lado a prostituta, a aspiração masculina, e de outro a comunista, a divergente política.

Aos olhos da repressão as mulheres não tinham capacidade intelectual para a tomada de decisões políticas. Se elas entram para esse mundo público, é certo que um homem está guiando sua participação, já que sua figura sempre estará conectada a do homem, seu pai, irmão, marido, filho – a quem ela está acompanhando. O simples fato de ser mulher faz com que ela se torne sem autonomia para suas decisões.

Além disso, os próprios partidos de esquerda não davam visibilidade às mulheres militantes, a elas designando funções de cuidado, cuidar do jantar, da lavagem de roupas, dos locais usados para reuniões ou esconderijos - denominados de aparelhos – atribuindo isso sempre à figura feminina.

Havia, também, uma espécie de norma que fazia com que a mulher passasse por transformações para se encaixar; é como destaca Rosa (2013, p. 43): “[...] a dessexualização da militante, que deveria transformar-se apenas em militante – sujeito universal masculino”. E ainda ser muito discreta, ter organização com horários, melhor dizendo, ser meticulosa, disciplinada e invisível, já que todos eram militantes independentemente do sexo biológico.

## 2.3 AS MULHERES MILITANTES, PRESAS E TORTURADAS

As trajetórias que levaram as mulheres a entrarem na resistência (grupos clandestinos, movimentos estudantis, sindicais e religiosos) se deram de modos diversos e por várias razões, sendo que nenhum destes podem ser generalizantes. Algumas dessas mulheres tiveram o primeiro contato com a militância por meio dos movimentos estudantis ao iniciarem seus estudos universitários, outras entraram no movimento por meio de grupos religiosos dos quais faziam parte.

Ao tornarem-se militantes, ou seja, ao enfrentarem a tirania que a ditadura representava, essas mulheres, atuando contra os padrões vigentes – que acreditavam

que elas não tinham capacidade de decidir – adentraram o movimento por convicções políticas em prol de uma nação democrática. Assim, a militância caracterizava uma mudança profunda no modo de vida. Havia, no entanto, implicações como o constante perigo de serem presas, torturadas e até mesmo terem que viver na clandestinidade.

O aprisionamento e a tortura tinham aspectos específicos voltados para a condição feminina. Já que para o imaginário social e para a repressão, as militantes estavam desviando dos padrões e se tornando subversivas.

Logo após a prisão das mulheres, elas seriam interrogadas e até mesmo torturadas pelos agentes da repressão em busca de informações sobre a localização e os nomes de outros militantes, sobre planos e projetos das organizações clandestinas para a resistência. Esses interrogatórios eram marcadamente violentos, utilizando-se de torturas físicas e psicológicas, tendo como base técnicas e treinamentos norte-americanos.

Nesse contexto, havia uma tortura específica voltada para a condição feminina, promovendo sua descaracterização identitária, física e psíquica. Após serem presas, as mulheres ficavam à disposição do sistema repressivo, bem como de seus agentes – torturadores que as submetiam a diversas formas de torturas que incluíam xingamentos, abusos sexuais e choques elétricos com o corpo molhado.

As relações de poder entre os agentes da repressão – vulgo torturadores – e as mulheres militantes eram fundamentadas por diferentes tipos de violência, principalmente as de cunho sexual, visto que esses agentes em sua maioria eram do sexo masculino.

Os torturadores utilizavam a questão da sexualidade para inferiorizar, humilhar e aterrorizar as mulheres presas. Esses agentes mandavam que elas ficassem nuas, invadindo seu espaço íntimo, deixando-as fragilizadas. É como descreve Nilce, em testemunho registrado no livro de Rosa (2013, p. 61): “Você despida, mas não é só a roupa, eles vão tirando tua pele, vão falando coisas horríveis... é como se nada sobrasse”.

Além disso, as mulheres, ao serem presas, passavam por torturas voltadas para sua condição feminina; os agentes atacavam seu sistema reprodutivo. Seria por punição, já que elas desviaram às normas vigentes? Nilce descreve o horror vivido, o que está registrado no livro de Rosa (2013, p. 61):

Conheci o terror da dor física, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginaria que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muitos choques. A dor, raiva, ódio, misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda.

A sensação da devastação física e mental ocasionada pela tortura é demonstrada por Nilce em sua frase final “E eu seguia muda”.

Havia diversas modalidades de torturas. Uma delas é a tortura psicológica, em que usavam a culpa da vítima e seus vínculos familiares, fazendo-a acreditar que iriam

torturar seus familiares, se não obtivessem as informações desejadas. Gilse Cosenza vivenciou esse terror psicológico voltado para sua condição materna e narrou isso em testemunho na tese de Joffily (2005, p. 136): “Passou um período em que, às vezes, me pegavam e levavam para interrogatório e não encostavam a mão em mim. Não me torturavam. Apenas passavam horas me descrevendo em detalhes o que iam fazer com a minha filha (de quatro meses) na hora que a pegassem [...]”.

Nem mesmo as mulheres grávidas eram poupadas da tortura. Os agentes da repressão usavam a condição de gestante para torturá-las severamente, ameaçando induzir o aborto. Criméia de Almeida faz um relato intenso nesse sentido, o que está registrado na tese de Joffily (2005, p. 137):

Eu fui presa duas vezes. Quando ainda não era mãe, e grávida. E nos dois casos, eles usaram muito o fato da gente ser mulher. Para nós, é muito mais chocante ouvir certos palavrões, ver certas cenas. E eles usam muito isso. Depois, eu fui presa quando estava grávida. Meu companheiro estava foragido. E, realmente, a gravidez é só da mulher mesmo. Quem estava com o filho no útero era eu. E isso foi usado. Ameaçavam matar meu filho, provocar aborto etc. Então, eles diziam que eu era uma mãe desnaturada, que foi fazer política e podia ter dado melhores condições para meu filho.

O aparato burocrático repressivo, usufruindo de sua dominação frente ao gênero feminino, atacava ferozmente as mulheres, intimidando-as e desqualificando-as da pior maneira possível, com ofensas de que eram “putas”. Para Joffily (2005, p. 131):

Encontra-se, entre os clichês veiculados pelos torturadores, todo um arsenal disponível no imaginário social para estigmatizar o gênero feminino, ou seja, a puta, que se vende por dinheiro, a mulher fria e insensível, a mãe desnaturada. Pelo uso destes 'clichês' pejorativos, num jogo de opostos, percebe-se que o papel que atribuem à mulher 'não-desviante', ou seja, o de doçura, de procriação, de sensibilidade, de beleza, de fragilidade.

A clandestinidade tornava-se um meio de sobrevivência às ações arbitrárias que o Estado repressivo promovia aos opositores do regime, que, apesar disso, continuavam combatendo o Regime Militar. É como destacam Merlino e Ojeda (2010, p. 29):

Os militantes que ficaram no Brasil durante a vigência da ditadura civil-militar tornaram-se, quase todos, clandestinos políticos, única possibilidade de prosseguir a luta de resistência. Abandonaram a casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade, e fizeram-se anônimos, sem sobrenome, sem explicar para os filhos, crianças ainda, o

que realmente faziam. Eram homens reservados e mulheres discretas. As relações entre os familiares e os amigos ficaram entrecortadas, esparsas, feitas de silêncios. Muitos souberam, tempos depois, do falecimento de seus próprios pais; outros receberam, meses depois, notícias sombrias de amigos e conhecidos. Esse anonimato desconcertante, e um jeito evasivo de ser, foi passando para os filhos, e certamente ficou inscrito como uma sensação indizível e, por isso, tornada inesquecível. A clandestinidade escolhida como forma de sobrevivência dentro do país foi, no princípio, uma defesa para o militante, mas, como um bumerangue, tornou-se um ponto vulnerável: a repressão aproveitou o anonimato dos militantes capturados, com seus nomes frios e identidades fabricadas, para negar, às famílias e aos advogados, o verdadeiro nome do preso. Dessa forma, eliminou-os, enterrou-os, fê-los desaparecer com nomes frios, como indigentes, nenhum nome [...].

A condição de clandestino era sinônimo de uma vida dura, em que as questões identitárias eram desafiadoras; os militantes clandestinos trocavam constantemente de nome, endereço, profissão e até mesmo o modo de se vestir, além de se distanciarem do convívio da família, dos amigos e conhecidos. De acordo com Joffily (2005, p. 116):

Viviam um exílio interno, durante muitos anos. Longe de tudo e de todos, dentro de seu próprio país. Abriram mão de tudo, em benefício do objetivo de combater os militares e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Nota-se que a clandestinidade era sinônimo de solidão, uma vez que os militantes tinham que abandonar o contato com os conhecidos e até mesmo com a família, tendo que enfrentar sozinhos os grandes desafios do período, em prol de uma sociedade democrática.

## 2.4 AS TEIAS DE RESISTIBILIDADES

A resistência das mulheres à repressão estava presente, inclusive, em uma espécie de rede de acolhimento, solidariedade e resiliência. Havia uma mobilização de afetividade e solidariedade dentro dos grupos femininos, tornando-se uma importante tática de resistir e sobreviver às arbitrariedades da Ditadura Civil-Militar.

A solidariedade dos amigos, da família ou dos vizinhos fez com que os militantes suportassem todas as condições desumanas que os agentes da Ditadura as condicionaram. No entanto, é necessário pontuar que nem todas as relações eram pautadas nessa rede solidária; existiam também embates e discordâncias entre as mulheres, já que havia uma diversidade de opiniões e costumes, além de ideologias diferentes. É como mostra Eleonora Menicucci, em relato na tese de doutorado de Joffily (2005, p. 19):

[...] a minha convivência com as mulheres nos presídios foi maravilhosa, mas teve de tudo: ódio, briga. Bobagem dizer que foi um mar de rosas, tinha divergências, conflitos. Tinha uma coisa no presídio das mulheres e dos homens que era de inominável, de violência: antes de adentrar a torre, que era o presídio onde nós ficávamos, tinha duas celas embaixo, nas quais todas que chegavam ficavam um mês (em estágio) probatório, para ver se você tinha ética, se abriu, não abriu, dava um período probatório para ver. Isso era de uma perversidade enorme. Mas isso era uma forma de se proteger, tem os dois lados. Depois tinham as greves de fome, teve as que fizeram, as que não fizeram, eu fiz uma, não fiz outra, porque a gente avaliou que politicamente era equivocada a greve. Mas existia também uma solidariedade muito grande entre nós, e também aquelas por quem você tinha mais ou menos afeto. Falo isso com os olhos de hoje. Essas coisas precisam ser ditas, mas foi um período muito rico, eu não seria hoje o que eu sou se não tivesse passado por isso.

Observamos, assim, que, mesmo havendo essas discordâncias, a solidariedade continuava sendo um importante meio de sobrevivência e continuidade para a resistência, além de ser um suporte emocional às cicatrizes da alma.

## 2.5 A TORRE DAS DONZELAS

O próprio nome já remete a um cenário de conto de fadas, em que donzelas indefesas estavam à espera de um príncipe encantado que viesse salvá-las, assim como a sociedade projetava a mulher, doce, delicada e, acima de tudo, que servisse ao ambiente privado, ou melhor, ao lar. Apesar da conotação do nome, Torre das Donzelas foi uma ala feminina do Presídio de Tiradentes, em São Paulo, que as “donzelas”, ou melhor, as mulheres que insurgiram contra o Regime Militar foram aprisionadas.

O Presídio de Tiradentes possui em seu histórico uma longa trajetória de autoritarismos e correção de transgressores dos padrões vigentes, ou seja, foi destino de pessoas que se opunham ao governo, como foi o caso do Estado Novo de Getúlio Vargas e também da Ditadura Civil-Militar. Foi demolido em 1973, com o pretexto de que suas dependências estavam comprometidas e insalubres. Mantiveram apenas o arco de sua entrada, que foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, de São Paulo.

Susanna Lira, inspirada nessa ala feminina, e buscando reconstruir a memória das mulheres que passaram pelo aprisionamento, pelas torturas e até mesmo acolhidas neste local durante o período da Ditadura Civil-Militar, dirige um documentário de nome “Torre das Donzelas”, lançado em 2018.

De maneira surpreendente, as cenas da produção de Susanna trazem uma riqueza de relatos que são narrados pelas próprias mulheres; apesar da ausência física e

estrutural de um local, esses relatos contribuem para que tudo seja reconstruído cenograficamente através de memórias e experiências. Tal reestruturação espacial promove uma rememoração que perpassa o espaço físico, sentimental e até mesmo corporal, fazendo surgir desde angústias a vínculos de solidariedade como forma de resistir, isto é, um turbilhão de emoções. Para Fischer e Vaz (2022, p. 10):

As mulheres se apropriam do cenário e tomam a tela. São elas que iniciam o filme, delineando uma espécie de planta arquitetônica da torre das donzelas, a escada operando como um elemento de destaque nas linhas que se desenham na lousa. Enquanto esboçam e comentam seus traçados, linhas e palavras se justapõem numa espécie de rememoração e subjetivação – vê-se, por exemplo, que cada desenho da escada ganha formas próprias. A escadaria infere significados sensíveis a partir da experiência peculiar que cada personagem constrói com os degraus, configuradores de elos entre a torre e o espaço exterior, pontes para entradas e saídas. Lira, obviamente, poderia consultar documentos antigos e simplesmente reconstituir a escada imageticamente; ao optar por trazer à tona as memórias sobre a escadaria, entretanto, confere visibilidade aos processos de apropriação sensível do lugar edificado – em tijolos de argila e de memória. Não mais mera estrutura de cimento inerte, mas estado presente de sensibilidade.

As mulheres vão representando por meio de desenhos em quadro de giz suas memórias da estrutura do local e relatando suas vivências no local. A produtora Lira articula as cenas com muita sensibilidade, dando a visibilidade que as “personagens” levaram tantos anos para adquirir.

Assim, o documentário mostra a principal forma de resistência feminina: a amizade, com a articulação de um ambiente mais propício e digno de ser habitável. Essas mulheres desenvolveram uma rotina e vínculos de sociabilidade, isto é, uma teia de resistibilidade, para que conseguissem resistir às arbitrariedades sofridas. Em depoimento no documentário *Torre das Donzelas* (2018, 45:15), Nair Benedicto e Telinha Pimenta demonstram esse desenvolvimento de um ambiente acolhedor:

Quando a gente foi pra torre a gente encontrou uma sala absolutamente fétida, imediatamente a primeira coisa que a gente fez foi pedir água, balde e lavar aquilo tudo e tal, porque realmente era insuportável.

No documentário, a ex-presidente Dilma Rousseff, que esteve aprisionada na torre, rememora a importância dos laços de sociabilidade em depoimento:

Eu percebi que eu ia ter saudades delas também. Que um lado era liberdade, mas, por outro lado, também eu tava

perdendo muita coisa, que era esse convívio [...] tem relações afetivas que você tem que você herda, que você escolheu. São relações eletivas, que você elegeu e que a vida te deu. É que nem sua família, elas fazem parte da minha família.

As teias de resistibilidade tiveram significâncias imensuráveis para que essas guerreiras pudessem sobreviver ao cárcere, que as impunham condições inimagináveis que ferem todos os direitos humanos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou resgatar e destacar a história das mulheres que atuaram ativamente contra a repressão, além de demonstrar o quão expressivas foram as diversas formas da resistência feminina na Ditadura Civil-Militar, compreendendo suas especificidades a partir de memórias coletivas de mulheres que vivenciaram o período.

A trajetória das mulheres foi evidenciada através de depoimentos que demonstram o rompimento das regras sociais que ditavam que elas pertenceriam ao ambiente privado, a participação em movimentos de militância em busca de democracia, o terror vivido em sessões de tortura, a condição de clandestinidade como modo de sobreviver às arbitrariedades ditatoriais, além das redes de solidariedade como forma de resistir e apoiar umas as outras.

É de fundamental importância que as histórias de atuação feminina da Ditadura Civil-Militar – assim chamada por causa de o golpe ter sido articulado pelas Forças Armadas, com o apoio de parte da sociedade civil – sejam rememoradas, lembradas e ressignificadas, para que, desse modo, não caiam no esquecimento, tendo suas protagonistas a oportunidade de relatar o que vivenciaram em meio a essa resistência pela democracia.

### REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, C. U.; RAMOS, J. **Memórias do exílio - 1964-19??**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COLLING, A. M. Gênero e História: um diálogo possível?. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí - RS, v. 19, n. 71-72, p. 29-43, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2004.71-72.29-43>. Acesso: 14 maio 2022.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COSTA, A. de O. *et al.* **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ESTEVÃO, A. M. R. **Torre das Guerreiras e outras memórias**. São Paulo: Editora 106, Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**: histórias de vida, histórias de sobrevivência. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FISCHER, S.; VAZ, A. Paisagens anestésicas, espaços estésicos, convívios afetivos: Torre das Donzelas. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2022.194703>.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. de F. de S. **Mulheres e militância**: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

JOFFILY, O. R. **Esperança Equilibrada**: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3337>.

LIRA, S. **Torre das donzelas**. 2018. Brasil. Documentário. Dur. 97min.

MERLINO, T.; OJEDA, I. (Orgs.). **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino Tatiana Merlino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

RAGO, L. M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. DGO-Digital original, SciELO - Editora da Unicamp, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788526814691>. Acesso em: 10 maio 2022.

ROSA, S. O. da. **Mulheres, ditadura e memórias**: não imagine que precisa ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, 2013.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806>.

TOMAZONI, L. A mulher na Ditadura Militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **Cadernos da Escola de Direito**, Curitiba, v. 3, n. 26, p. 56-65, jul. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/3011>.



# “Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça”: o padrão de beleza da mulher brasileira nos últimos 70 anos

*“Olha que coisa mais linda, mais cheia de graça”:  
the standard of beauty of the Brazilian woman in the last 70 years*

JAÍNE GERALDA OLIVEIRA

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: [jainego@unipam.edu.br](mailto:jainego@unipam.edu.br)

EUNICE APARECIDA CAIXETA

Professora orientadora (UNIPAM)

E-mail: [eunice@unipam.edu.br](mailto:eunice@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** Os seres humanos convivem em sociedades que estabelecem padrões a serem cultuados cotidianamente em diversos meios sociais. O corpo feminino, em muitos desses agrupamentos, é uma das principais pautas que são colocadas em evidência – a preocupação em se adequar ao padrão preestabelecido é uma realidade cotidiana na vida das mulheres. Ao se perceberem essas preocupações, nota-se uma constante influência no comportamento cotidiano das brasileiras, que sobre(vivem) em um país onde o próprio corpo, que é ou deveria ser uma propriedade única de cada ser humano, torna-se um objeto de destaque, submetido à aprovação ou à desaprovação. A cultura patriarcal vivenciada no Brasil, que se perpetua por meio de uma realidade machista, unida à pressão estética, estabelece ligação direta com a indústria cultural – que se desenvolve principalmente com a veiculação de imagens e de estereótipos, contribuindo para o desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista estabelecido nos dias atuais. Esse tipo de divulgação tem como objetivo persuadir os indivíduos e fazer com que aceitem, cultuem e sigam padrões que interessem o bom funcionamento do sistema, sendo-lhe lucrativos. Para desenvolver este trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, com o intuito de desenvolver uma coleta documental de dados, utilizando fontes históricas primárias. Teve como objetivo analisar as características de alguns aspectos influenciadores que, contribuem, entretanto, para que se estabeleçam alguns prejuízos, como problemas psicológicos desenvolvidos pela preocupação com a busca incessante pela beleza e com um corpo que atenda aos padrões exigidos; interpretar, por conseguinte, essas definições, cultuadas historicamente, bem como suas influências, permitindo que haja uma compreensão acerca da subjugação feminina pelo patriarcalismo e salientando a dominação masculina sobre as mulheres e, conseqüentemente, sobre seus corpos.

**Palavras-chave:** Cultura. Padrão de beleza. Mulher Patriarcal.

**Abstract:** Human beings live in societies that establish standards to be worshiped daily in several social environments. In many of these groups, the woman's body is one of the main issues in evidence - the concern to fit the pre-established standard is a daily reality in women's lives. By noticing these concerns, one can realize a constant influence in the everyday behavior of Brazilian

women, who survive in a country where the body itself, which is or should be a unique property of every human being, becomes a prominent object, subjected to approval or disapproval, even on the international scene. The patriarchal culture experienced in Brazil, which through a sexist reality associated with esthetic pressure is perpetuated, establishes a direct link with the cultural industry - which develops mainly through the dissemination of images and stereotypes, contributing to the full development of the capitalist mode of production set up nowadays. This type of disclosure aims to persuade individuals and make them accept, worship, and follow patterns that interest the well functioning of the system, being profitable to it. To develop this article, we conducted bibliographic research into a documentary of data using primary historical sources. It aimed to analyze the characteristics of some influencing aspects that contribute to the establishment of some damages, such as psychological problems developed by the concern with the constant search for beauty and with a body that meets the required standards; to interpret, therefore, these definitions, historically cultivated, as well as their influences, allowing an understanding about female subjugation by patriarchy and highlighting the male domination over women and, consequently, over their bodies.

**Keywords:** Culture. Beauty standards. Woman Patriarchal.

---

“Ninguém pode lhe fazer se sentir inferior sem o seu consentimento” (Eleanor Roosevelt).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conceito de beleza está presente nas mais diversas culturas desde os primórdios das civilizações; atender, logo, a algum padrão de beleza significa ser aceito dentro de um determinado espaço de convívio social. Atualmente, com o advento das redes sociais, essas questões estão ainda mais evidentes. Isso porque, em uma realidade na qual os números representam índices de admiração, estar sempre belo e bem apresentável é fundamental no ambiente em que o julgamento alheio é recorrente.

No Brasil, um país onde a beleza feminina é um fator muito cultuado, as cirurgias plásticas fazem parte dos recursos que são utilizados para a adaptação dos corpos aos moldes determinados pelos padrões estéticos. Eco (2004, p. 193), nessa perspectiva, ao analisar a beleza em sua obra *História da Beleza*, questiona: “Que cânones, gostos e costumes sociais permitem considerar ‘belo’ um corpo?”. Esse questionamento feito pelo autor conduz à reflexão a respeito da compreensão dos moldes utilizados para se considerar a beleza corporal dos indivíduos em quaisquer meios sociais.

Pensando nisso, ao se fazer uma análise no contexto da construção social do Brasil, o mesmo questionamento supracitado pode ser empregado para uma reflexão do conceito de beleza no território brasileiro, que é demarcado pela diversidade cultural e étnica, favorecida pela miscigenação. Os povos originários que povoavam o território antes da chegada dos portugueses em 1500, os africanos trazidos no período colonial, os imigrantes árabes, os japoneses, os alemães, os italianos e os outros povos de diversas nacionalidades e etnias que vieram para o Brasil foram responsáveis pela diversidade étnica presente na construção das características físicas dos brasileiros, fazendo com que o Brasil seja um dos países com a população mais miscigenada do mundo.

Nesse ínterim, dentro da realidade patriarcal em que se insere a sociedade brasileira, as relações de desigualdade de gênero colocam as mulheres em uma posição de submissão perante toda a sociedade – uma vez que, em consonância com as perspectivas estéticas e por meio da pressão social, elas são ainda mais cobradas em relação aos cuidados com o corpo. Portanto, conforme salienta Nascimento *et al.* (2012, p. 12), “[...] há uma demarcação de como a cultura concebe a subjetividade feminina”.

Para atender às expectativas estabelecidas por intermédio do padrão de beleza, as mulheres, cada vez mais, aprimoram os cuidados com o corpo, excedendo-se e chegando à beira da obsessão. Desse modo, a preocupação exacerbada com a beleza corporal pode tornar-se prejudicial, gerando, por exemplo, problemas de autoestima, de transtornos alimentares e de dismorfia corporal, que é um prejuízo psicológico voltado à preocupação extrema com a imagem corporal e com a estética, fazendo com que o indivíduo conceba detalhes de sua aparência física como imperfeições. Essas questões estão diretamente ligadas à forma como são transmitidas as narrativas envolvendo o condicionamento físico e a beleza corporal.

Dentro dessa perspectiva, a presente pesquisa analisará quais são as causas da obsessão das brasileiras em atingir uma beleza padronizada; identificará quais são os recursos utilizados pelas pessoas para atingir esse objetivo, bem como quais são as influências que essas pessoas recebem para que esse padrão seja contemplado e as maneiras por que a sociedade se afeta a partir dessas narrativas – evocadas nos últimos 70 anos, no Brasil.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, com o intuito de desenvolver uma coleta de dados, por meio de jornais de época, de revistas, de programas e de propagandas de televisão, de rádio e de outros meios de comunicação utilizados nos períodos que serão analisados. Além disso, foram feitas algumas entrevistas, de forma qualitativa (dados), com pessoas que viveram nas respectivas décadas a serem analisadas, com a finalidade de compreender, de forma direta e sistemática, de que maneira a padronização da beleza dos corpos femininos era abordada no contexto social da época.

## 2 PENSAMENTOS SOBRE OS PADRÕES

No que tange ao contexto em que se inserem as discussões acerca dos padrões de beleza nos dos últimos setenta anos no Brasil, é importante compreender as influências externas que dão base para que esses padrões existam, sejam aceitos e tenham adeptos entre os indivíduos de toda a sociedade. O corpo, fazendo parte de toda a conjuntura, sendo o protagonista dos estudos a serem analisados e que estão em desenvolvimento, é o elemento de representação da maioria das interações sociais – de forma que, em qualquer cultura, espaço ou tempo, os indivíduos relacionam-se com o mundo por intermédio dele. Como pontuado por Le Breton (2006, p. 7):

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação comum é constituída: atividades perspectivas, mas também expressões dos sentimentos, cerimoniais dos

ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, construção da aparência, jogos de sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com sofrimento, e etc. Antes de qualquer coisa a existência é corporal.

Em face do exposto, a pesquisa baseou-se na premissa de que o corpo é uma representação simbólica de cada indivíduo, uma variedade conjuntural que é influenciada por fatores culturais e é passível de mudanças por meio de influências desses mesmos fatores, tornando-se um reflexo da própria cultura.

No ocidente, quando pensamos no corpo, inferimos que ele surge como bem mais precioso do ser humano. Conforme discorre Baudrillard (2010, p. 168), após um longo período de puritanismo, atualmente o corpo vem sendo redescoberto sob a ótica da libertação sexual e física, mesmo que assuma uma função ideológica e moral. Para esse autor, dentro do capitalismo, o corpo é compreendido na mesma lógica central desse modo de produção, ou seja, como propriedade privada, logo, é tratado enquanto capital ou objeto de investimento pessoal. Assim, compreendemos a asserção de que o corpo tornou-se “o mais belo objeto de consumo” do ser humano e concordamos com ela.

Nesse sentido, analisamos, neste estudo, o corpo físico ensejado pela ótica capitalista, elencada por Baudrillard (2010), que a nomeia como “Sociedade de Consumo”. Baudrillard (2010) apresenta a noção do homem moderno que, enquanto detentor de necessidades, não hesita em buscar a felicidade de várias maneiras; para isso, por conseguinte, o ser humano utiliza diversas formas e objetos que lhe forneçam o máximo de satisfação.

Dentro dessa perspectiva, o indivíduo, ao buscar a felicidade, torna-se consumista – o que faz com que o consumismo afete a vida das pessoas. O autor ainda explicita uma análise que estabelece novas relações entre o objeto e o sujeito, em que, via uma perene produção, é distribuído aos indivíduos, em forma de bens disponíveis, o consumo privado. Cumpre ressaltar que esses bens – como agentes de satisfação e de felicidade – são divulgados, por exemplo, por meio da publicidade. Considera-se, dessa forma, que o objeto em si não teria essa capacidade; mas, quando trazido a uma perspectiva social e conjunta, assume essa posição (BAUDRILLARD, 2010).

Isto posto, configura-se o estabelecimento de uma noção de beleza e, posteriormente, uma padronização da beleza desses corpos. Martins (2017, p. 6) adverte:

[A]s mídias e suas publicidades, por sua vez, provocam profundo efeito sobre a percepção dos indivíduos no que diz respeito ao corpo. São elas, que nos levam a imaginar, fantasiar determinadas existências corporais, formas de andar, vestir e se expressar, assim como delineamentos físicos e padrões estéticos. Portanto, a mídia potencializa a difusão e capitalização do culto à beleza padronizada, constituindo, assim, o que podemos denominar de “indústria da beleza”.

Nota-se, portanto, a enfatizada relação entre a beleza padronizada dentro da sociedade capitalista e as conjunturas dela. Nessa perspectiva, existe ainda outra conjuntura a ser considerada na pesquisa, que é a posição das mulheres inseridas no meio social.

A 'beleza' é um sistema monetário semelhante ao padrão ouro. Como qualquer sistema, ele é determinado pela política e, na era moderna no mundo ocidental, consiste no último e melhor conjunto de crenças a manter intacto o domínio masculino. Ao atribuir valor às mulheres numa hierarquia vertical, de acordo com um padrão físico imposto culturalmente, ele expressa relações de poder segundo as quais as mulheres precisam competir de forma antinatural por recursos dos quais os homens se apropriaram (WOLF, 1992, p. 15).

Além das questões anteriormente citadas a que o corpo está sujeito, a mulher encontra-se em uma posição ainda mais subjugada dentro da sociedade capitalista patriarcal. À vista disso, evidenciando a posição da beleza feminina no que tange a essa realidade, Wolf (1992, p. 17) explicita que "o mito da beleza não tem absolutamente nada a ver com as mulheres. Ele diz respeito às instituições masculinas e ao poder institucional dos homens", salientando a dominação masculina sobre as mulheres e seus corpos.

## 2.1 A EVOLUÇÃO DOS PADRÕES DE BELEZA

Ao longo da história da humanidade, foram desenvolvidas diversas representações relacionadas ao corpo feminino, de modo que, em cada período, fossem definidos distintos critérios para, de fato, estabelecer o que é considerado belo – podem essas considerações ser determinadas conforme as condições religiosas, econômicas, políticas, culturais e até imaginárias de cada sociedade em determinado período. Nesse ínterim, podemos considerar, na atualidade, que

[A] partir de uma análise da evolução das técnicas de representação compreende-se que a composição de espaços de representação para a representação dos corpos foi um projeto estratégico do período moderno. O "caldo de cultura" foi diluído para a reprodução de estereótipos culturais e de imagens idealizadas do corpo que contribuíram para a composição imagética de determinados lugares (SANTOS, 2014, p. 14).

Pensando nisso, para reafirmar essas representações, são utilizadas – desde as comunidades primitivas – imagens artísticas que mostrem o ideal de um corpo feminino, devaneado a partir do imaginário religioso predominante em determinado período. Os seres humanos dessas comunidades dedicavam-se a preocupações inerentes à sobrevivência, sendo o próprio corpo uma arma auxiliadora desse processo. Logo, um

artefato que marca esse período, a partir da representação de um corpo feminino com proporções muito diferentes das cultuadas atualmente, confeccionada no período paleolítico, é a estátua da Mulher de Willendorf, que também é conhecida como Vênus de Willendorf, conforme ilustra a imagem a seguir.

**Figura 1:** Vênus de Willendorf



Fonte: *Wikipédia*, 2018. Vênus de Willendorf.

De acordo com a representação da imagem, a figura da Vênus de Willendorf ou Mulher de Willendorf é representada por grandes proporções. Observam-se que os seios e o quadril dela são grandes, ao passo que seus braços são delicados e quase não se apresentam, deixando em evidência os outros elementos supracitados.

Em conformidade com o exposto, alguns pesquisadores apontam que essa representação era utilizada de forma sagrada e que a estatueta era carregada como um amuleto que representava a fecundidade feminina. Já outros dissertam que a representação significava um status social superior numa sociedade em que a caça e a pesca eram base para a sobrevivência e em que o corpo, com as suas proporções volumosas, referia-se a uma qualidade de vida diferente da dos outros seres humanos que viviam nesse período.

Enquanto na Grécia Antiga, uma das primeiras representações de padronização dos corpos é percebida: uma associação a esse fator é a origem da palavra estética, que vem do Grego *aisthetiké* e significa beleza e harmonia das formas. Esse reflexo é notado nas esculturas gregas que tinham as proporções muito bem medidas; por isso o conceito de belo era combinar harmonia e equilíbrio. Portanto, o corpo belo, na Grécia Clássica, seria aquele que demonstrasse equilíbrio e proporção. Apesar das representações em esculturas serem, em sua maioria, de deuses, as proporções eram consideradas para atender ao ideal de beleza da época.

**Figura 2:** Afrodite de Cnido



Fonte: *Wikipédia*, 2020. Afrodite de Cnido.

A imagem acima apresentada é uma obra do escultor grego Praxíteles, considerada a primeira representação do período que retrata uma deusa nua. As proporções corporais identificadas nessa obra expõem a simetria, as formas bem detalhadas com pouco volume, demonstrando a adequação do corpo feminino e o ideal de beleza da época.

Considerando isso, outra sociedade antiga que valorizava muito as questões estéticas era a cultura egípcia, com elementos que adornavam os corpos, maquiagens e modelos de cabelos que serviriam como representação de poder e status na época. Além disso, nesse período, já haviam sido desenvolvidos alguns métodos para a modificação corporal e/ou rituais de beleza que utilizavam até mesmo elementos químicos que hoje em dia, após diversos estudos, são comprovadamente prejudiciais à saúde. Dessa maneira, conforme atesta Machado *et al.* (s.d., *online*):

O uso de chumbo em cosmético se iniciou no Egito Antigo, onde se utilizava uma pasta com o metal para a pintura nos olhos. É considerado um metal tóxico, em contato com o homem, o chumbo acumula-se nos tecidos mineralizados e traz enormes prejuízos para o organismo.

Avançando um pouco mais na História, ao analisar o conceito de belo no período da Idade Média, notam-se as influências religiosas das culturas judaica e cristã, fazendo com que uma nova noção de valores e de costumes fosse reputada na sociedade. O nu, antes representado nas esculturas gregas, agora seria substituído pelo recatado, e todo conceito de beleza estava diretamente ligado às questões religiosas. O corpo feminino, desse modo, nesse período, era classificado como tentador, e a exposição dos corpos, além de pecado, poderia ser julgada como um crime contra a fé e contra a Igreja. Com essas influências, surge um padrão de beleza feminino que estava muito ligado à figura da Virgem Maria, que era bondosa, delicada e recatada, cujo corpo estava totalmente associado ao sagrado e era criado à imagem e semelhança de Deus.

Na Idade Média, o corpo foi afastado do ideal clássico de beleza por práticas iconoclastas e sacralizado como representação de Deus que o criou à sua imagem e

semelhança. O corpo tornara-se irreproduzível, sua ocultação não era apenas pelas vestes, mas também pela limitação da vida cultural e a contenção do espaço coletivo (NUNES, 2014, p. 15).

Já no Renascimento, Idade Moderna, com a redescoberta da cultura greco-romana, o conceito de belo foi novamente revisado, retomando padrões que eram cultuados na antiguidade clássica. O nu nas obras artísticas, por conseguinte, volta a ser visto, e a valorização do corpo feminino, para além das considerações religiosas, é retomada – já que o discurso renascentista desvinculava a ação humana da obra divina, o que permitia uma certa autonomia dos indivíduos, fazendo com que houvesse uma nova relação da percepção do corpo humano provocada pelas descobertas no campo da anatomia e da fisiologia humana.

Pensando nisso, de acordo com Nunes (2014, p. 15), “o corpo, como centro do universo, como fundamento que vinculava o humano ao ambiente, um novo imaginário técnico iria trazer novas representações, o surgimento do homem público e de novas formas de disciplinamento dos corpos”. Assim, fica evidente a relação de disciplina em que se inserem os corpos nos dias atuais.

## 2.2 OS MOLDES DA PADRONIZAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, desde o encontro de culturas, as mulheres originárias do novo mundo recém-conquistado pelos europeus tinham seus corpos colocados em pauta nas cartas que eram enviadas à Portugal, como mostra o fragmento da Carta de Pero Vaz de Caminha a seguir:

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que as muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como dela (CAMINHA, [1500] 1999, p. 100).

Percebe-se, logo, uma preocupação com a beleza do corpo feminino, que, por intermédio do patriarcado – nesse momento, tendo como representantes Pero Vaz de Caminha junto aos “descobridores” –, já delimitava como seria um modelo de corpo belo e evocava acerca dos sentimentos de vergonha que as mulheres com corpos diferentes deveriam sentir. Ao realizar esse tipo de comparação, unida ao estímulo do sentimento de vergonha, fica incumbido no inconsciente feminino a necessidade de atender a um modelo específico de corpo que seria considerado belo, para que fosse aceito. Sendo assim, o contexto brasileiro de beleza começava, nesse momento, a ser definido e a desenvolver-se com o passar dos períodos históricos.

Nesse viés, após a oficialização da conquista do novo mundo, passaram-se aproximadamente 30 anos até que, de fato, o Brasil fosse povoado. O desenvolvimento econômico que se estabelecia na colônia trouxe a necessidade do aumento da mão de



obra, fazendo com que os portugueses iniciassem o processo de escravização e dando início ao tráfico de pessoas africanas para serem cativas nesse período da História.

Nessa perspectiva, inserem-se as mulheres africanas escravizadas, que, desde esse tempo, viviam em uma situação de hiperssexualização, sendo, muitas vezes, vendidas como produto sexual. Oliveira (2016, p. 5) disserta a respeito da relação da mulher e do escravizador quando aponta o seguinte:

[E]ssas marcas foram carregadas ao longo de todo o processo histórico brasileiro, criando relações de poder e discursos que tem potencial para transformar o corpo negro em um espaço violável, explorável e dominável. As potências dominadoras e exploradoras que o corpo da mulher negra colonizada carrega são capazes de criar estratégias para se adaptar ao desejo do colonizador.

Dessa forma, a situação da mulher negra escravizada na colônia é um acontecimento que se reflete até os dias atuais devido à objetificação que estas enfrentaram e enfrentam com relação a seus corpos. Isso comprova, mais uma vez, a relação de subordinação feminina a olhares masculinos – nesse caso, a mulher era tachada como um produto que poderia ser, inclusive, comercializado.

Avançando um grande período, já analisando a história da imigração brasileira, são encontrados outros momentos em que, novamente, o povoamento do país aumentou de forma significativa, por exemplo, no século XIX, quando um grande número de europeus e de asiáticos chegaram ao Brasil. Além das questões particulares que influenciavam na decisão em migrar, esse acontecimento foi promovido por políticas estatais que apoiavam essas migrações devido à necessidade de trabalho nas lavouras de café em alguns estados da região Sudeste. Logo, outra vez, as relações humanas ocorridas a partir desse fenômeno influenciaram no desenvolvimento da miscigenação do povo brasileiro. A partir dessa análise, observa-se a relação das mulheres imigrantes nesses momentos, já que chegavam a um novo ambiente com novas condições de trabalho e novas relações sociais.

Quando, nesse ínterim, analisamos representações artísticas do período, notamos uma forte simbolização familiar em pinturas e até esculturas que mostram famílias italianas recém-chegadas. Voltando-nos à análise para as figuras femininas dessas obras, fica evidente que existe uma sobreposição dos homens sobre as mulheres.

Nessas perspectivas, Simões (2017, p. 291) atesta que “sobretudo nas pinturas, à mulher cabe a esfera do sofrimento e a posição de mãe, enquanto que, ao homem, cabe a luta e o guiar pelos novos caminhos”, o que denota um caráter mais “dócil” da mulher inserida na situação da imigração.

A presença de povos de diferentes lugares em um só país que vieram por diversos motivos, que povoavam diversas regiões e que agora estavam unidos, fazendo parte de um só povo, deu os combustíveis necessários para que se desencadeasse no que, hoje, é chamado de miscigenação étnica, sendo um dos fatores principais para as conclusões acerca de um padrão de beleza brasileiro e analisando acontecimentos de diversos períodos da história do Brasil.

### 3 OS PADRÕES E OS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS

#### 3.1 ANOS 1950

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o racionamento de tecidos também foi findado; a mulher dos anos 1950 tornou-se mais feminina; e o glamour era o estilo da época. Eram utilizados vários metros de tecido para confeccionar um vestido que fosse bem amplo e na altura dos tornozelos. A cintura era bem marcada e os sapatos eram de saltos altos, além das luvas e outros acessórios luxuosos, como peles e joias. Essa silhueta extremamente feminina e jovial atravessou toda a década de 1950 e manteve-se como base para a maioria das criações desse período.

Dessa forma, os anos de 1950 no Brasil ficaram conhecidos como os Anos Dourados, marcando-se por um período de desenvolvimento industrial e de inovações tecnológicas. Nessa época, destaca-se o papel desempenhado pela mulher dentro de uma sociedade tradicionalista, buscava-se a preservação de costumes e de tradições: entre as práticas, salta às vistas a priorização do casamento como objetivo maior na vida de uma moça. Fazia-se necessário, logo, um comportamento impecável, regras de etiqueta, que eram muito valorizadas, e a resistência às possíveis tentações e a quaisquer situações que pudessem colocar em risco sua honra ou mesmo envergonhar o nome da família perante a sociedade.

Nessa perspectiva, acreditava-se que um bom comportamento era essencial para a formação de uma boa esposa. Isso era representado nas revistas femininas, que eram a principal distração, à época, para as mulheres de classe média. Essas revistas vinham com sugestões de comportamento, abordando as relações amorosas entre casais e as obrigações das mulheres para adquirir e manter um bom casamento.

Em publicações da revista *Jornal das Moças*, eram apresentadas às mulheres, na seção “Decálogo da esposa perfeita”, sugestões de comportamentos, de roupagens e do tratamento que deveriam adotar para com o esposo delas. Esse tipo de revista afirmava, em vários trechos, que a mulher precisava manter-se atraente para seus maridos, caracterizando-se como um molde subserviente, e prescrevia que ela não poderia nem mesmo perguntar a seu noivo acerca das datas dos casamentos – já que era uma decisão única e exclusiva do homem. Nesse sentido, infere-se que não competia às mulheres opinar em hipótese alguma.

Esses elementos trazem consigo o papel familiar da mulher, que necessitava desempenhar o papel de esposa, mãe e ser sempre dócil. Todas essas considerações ligam-se diretamente com o condicionamento físico das mulheres no período, em que um dos modelos mais considerados belos era ninguém menos do que a atriz Marilyn Monroe, representada na imagem abaixo:

**Figura 3:** Marilyn Monroe



Fonte: Sam Shaw Inc. 1954.

Na imagem icônica anterior, a atriz aparece com um vestido de alta costura, que, até os dias atuais, é referenciado quando o assunto é Monroe. Enquanto símbolo da beleza feminina, Marilyn Monroe representava uma combinação entre ingenuidade e sensualidade, que era ainda mais aguçada nos filmes de que a atriz chegou a participar.

No Brasil, o símbolo de beleza do período foi a modelo Maria Martha Hacker Rocha, que participou de concursos de beleza e foi eleita Miss Brasil, seguindo sua carreira de modelo. Em 1954, era uma das principais apostas para vencedora do concurso de Miss Universo. No entanto, Martha Rocha ficou em 2º lugar no concurso, perdendo para a americana Miriam Stevenson. Ao voltar para o Brasil, Martha recebeu críticas devido a sua colocação no concurso: a revista “O Cruzeiro”, que era uma das principais – em circulação – do período, explicitou que a modelo ficou em segunda colocação em razão das polegadas de seu quadril, que era maior que o da primeira colocada. A miss estampou muitos holofotes nessa época, recebendo até marchinhas em sua homenagem. Um exemplo dessas marchinhas é a cujo título é “Por duas Polegadas a Mais”, composta pelos compositores Pedro Caetano, Alcyr Pires Vermelho e Carlos Renato em São Paulo, lançada em agosto/setembro de 1955 no 78 rpm 17134-B. Nos versos da música, referenciavam o corpo da modelo e entoavam:

Por duas polegadas a mais / Passaram a baiana pra trás /  
Por duas polegadas / E logo nos quadris / Tem dó, tem dó,  
sem juiz!  
Martha, Martha / Não ligue mais pra isso, não / Martha,  
Martha / Ninguém tem o seu violão.

A modelo quase Miss Universo aparece na imagem, a seguir, com um maiô que marca sua silhueta, evidenciando suas curvas e os traços finos, com pernas finas, o cabelo curto com ondas e as medidas corporais muito bem recortadas e essa era a delimitação da beleza feminina dos anos 1950.

“OLHA QUE COISA MAIS LINDA, MAIS CHEIA DE GRAÇA”:  
O PADRÃO DE BELEZA DA MULHER BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 70 ANOS

**Figura 4:** Martha Rocha no concurso Miss Universo, 1954



Fonte: *Wikipédia*, 2020.

A partir do que foi dissertado, infere-se que o padrão de beleza feminina durante a década dos anos 1950, no Brasil, era o da mulher dócil, inocente e servil que tinha como incumbência moldar-se para que conseguisse um bom marido, e das que já haviam feito tal conquista, esperava-se que se portassem de maneira que preservassem esse feito, tornando-se, a partir de então, responsáveis por manter a ordem no lar. Além desses traços, evidenciava-se muito a pele clara, a delicadeza feminina que era ainda mais representada por intermédio de produtos de beleza, como os batons, o cabelo com um recorte curto e armado.

Define-se, portanto, diante das considerações arroladas, que a beleza, nesse período, era ligada à mulher delicada, recatada, sempre elegante e que se preocupava com a própria beleza, estando sempre disposta a servir o marido. Enfim, conclui-se que a beleza vinha associada ao lindo papel de ser mãe e às obrigações do lar atreladas ao belo corpo metaforizado como violão por causa das curvas.

### 3.2 ANOS 1960

Nos anos 60 do século XX, ocorreram poucas mudanças em relação ao padrão da mulher delicada e dedicada ao lar, que, sempre se preocupava com a própria beleza. Um bom exemplo para ilustrar esse molde da boa mulher brasileira é o anúncio veiculado na revista “O Cruzeiro”, do Leite Ninho. Veja a imagem a seguir.

Figura 5: Anúncio publicitário Nestlé



Fonte: Propagandas Históricas, 2021.

No anúncio, aparece uma simpática esposa ao lado do marido e dos filhos, todos aparentam estar extremamente felizes no conforto de seu lar.

Assim como nos anos 1960, a silhueta continua bem marcada com traços finos e delicados; o cabelo bem curto e armado, trazendo a impressão de uma mulher jovial, bela e preocupada com as questões do cuidado com a própria beleza e cuidados com o lar e com a família. Mais uma vez, esses traços denotam uma subordinação aos seus maridos, e a indústria, por sua vez, utiliza desses artifícios para lucrar, oferecendo produtos que estejam de acordo com as necessidades das donas de casa. Outro traço muito marcante é a pele clara; nesse período, são raríssimas as representações em propagandas de mulheres com a pele em outros tons, que não o tom claro; o cabelo, como já analisado nos outros parágrafos, aparece muito bem escovado.

Nessa década, as transformações não foram muito radicais na vida das mulheres, o padrão de beleza se seguiu sendo o da mulher magra, branca, elegante e recatada; perfeita para ser provedora do lar, zelosa com o marido, com os filhos e ainda encontrava tempo o suficiente para manter-se bela.

### 3.3 ANOS 1970

O final dos anos 1960 e início dos anos 1970 é denominado, na história do Brasil, como Anos de Chumbo. À época, o país estava vivendo o chamado “milagre econômico” e o ufanismo modernizante, um período marcado pela repressão, já que era governado por militares que montavam o cenário mais cruel do sistema repressor. Foi um momento grandioso para o esporte brasileiro, de grandes manifestações populares tanto no cenário nacional quanto internacional, com movimentos *Punks* surgindo contra o pacifismo *hippie*.

Nesse sentido, mesmo sendo um período de grandes conturbações no cenário político do país, alguns estudiosos do tema apontam a década de 1970 como um período dos “corpos rebeldes”. No início dessa década, o movimento *hippie* ganhou força no Brasil, portanto as vestimentas mudam, os vestidos e saias encurtam, e surge até o uso da minissaia. Assim, as jovens começam a mostrar seus corpos, que antes eram muito

bem escondidos com os longos vestidos e saias. Ficam também em evidência os seios, com o uso dos decotes.

Em 1970, as mídias começam trazer às mulheres uma nova colocação no meio social, libertando-as do lar e fazendo com que conquistassem seus espaços na sociedade. Novos pensamentos acerca da sexualidade feminina, desse modo, são desenvolvidos, e a sensualidade fica proeminente. Cumpre informar que se soma a esse cenário também o movimento feminista. Nesse momento, algumas mulheres começam a impor suas ideias, iniciando a ocupação de espaços onde antes não eram tão frequentes a presença feminina e a busca pela liberdade, e a independência aparece como forte característica do período.

Nesse viés, os anos 70 do século XX apresentam-se uma década marcada pela luta feminina em busca de direitos civis iguais aos homens. Surge, sendo assim, o incentivo para as mulheres começarem a trabalhar e não dependerem totalmente de seus maridos. A calça inaugura espaços, fazendo parte do guarda-roupa feminino, assim como as roupas unissex – o que proporciona maior liberdade ao corpo da mulher, que agora se inseria em novos espaços sociais. A beleza atrelou-se à juventude, ganhando grande importância, muito influenciada pelo movimento *hippie*, em que os jovens buscam contestar alguns valores tradicionais e protestam pelo amor livre e pela não violência, sugerindo um padrão de beleza feminino livre, independente e preocupado com outras questões além do lar.

Os corpos femininos, nesse ínterim, aparecem à mostra, trazendo a noção de liberdade; entretanto alguns dos padrões encontrados em outros períodos não se diferenciam, por exemplo, a pele clara, os cabelos escovados e a vaidade feminina perpassada pelas impressões que as pessoas teriam sobre essas mulheres.

### 3.4 ANOS 1980

Os anos 1980 foram caracterizados pelos “corpos marcados”, as marcas começam a ter um importante papel na sociedade e ocorre o advento dos *shopping centers*. Um modelo corporal icônico da época é caracterizado pela modelo Jane Fonda; desenvolve-se, assim, a preocupação em tornear o corpo e o advento das academias com exercícios aeróbicos, conforme aponta Villaça (2007, p. 204):

Era o início da febre das academias, e a busca por um corpo saudável não era mais conseguida por uma vida em contato com a natureza, e sim por meio dos exercícios físicos. Um belo bronzeado e um corpo bem malhado agora são imprescindíveis para a beleza feminina. Alvura da pele e as formas arredondadas estão definitivamente *out of fashion*. Um corpo perfeito e bronzeado é sinônimo de saúde (VILLAÇA, 2007, p. 204).

Em conformidade com o exposto, os veículos de comunicação começam a propor corpos perfeitos, desenhados a partir de um modelo industrial para se adequar aos novos modelos de tecidos que estavam em alta no período: a *lycra* e o *cotton*. Nesse

momento, as mulheres voltam às suas preocupações com o seu condicionamento físico, havendo, portanto, a necessidade de dietas restritivas – além do que a pele bronzeada começa a fazer parte da realidade cotidiana.

Se antes o modelo dos cabelos era curto e bem escovado, agora já aparecem mais longos e com penteados diversificados. Nessa década, as discussões de gênero ampliam-se ainda mais, questões de liberdade feminina e de juventude passam a ser o modelo ideal de beleza. As pessoas são magras e, apesar do bronzeamento, as peles claras ainda dominam boa parte das publicidades da época.

É nesse período, por conseguinte, que a saúde se torna associável ao condicionamento físico e os cuidados com o corpo. Ter saúde é ser belo e essa busca se concretiza com a realização de exercícios físicos; inicia-se, dessa maneira, a obsessão por corpos milimetricamente perfeitos.

### 3.5 ANOS 1990

Os anos 90 do século passado foram a década da popularização da internet e a da globalização. Com o acesso às redes mundiais, surgem programas de edição de imagem que alteravam os corpos das pessoas nas fotografias. Esse fator é um marco importantíssimo na transformação do padrão de beleza feminina brasileiro que conhecemos atualmente. As modelos, nesse sentido, tinham pernas e braços finos, o que retomava características adolescentes, endeusando, mais uma vez, a jovialidade. A calça de cintura baixa fica em alta no guarda-roupa feminino, e o corpo, cada vez mais, desnudo, com roupas decotadas, fendas, tecidos transparentes e minissaias.

As mulheres, isto posto, aparecem cada vez mais magras, o que, na produção acadêmica de Sibilía (2007), é definido como “barbierização” dos padrões, com a busca pelo corpo mais parecido possível com o da boneca Barbie.

Essa boneca esguia e eternamente jovem continua sendo o ícone de um padrão de beleza dos mais resistentes. Tendo habitado a infância das meninas do mundo inteiro há quase meio século, a Barbie tornou-se um verdadeiro clássico da imposição das leis do “corpo bom” em nossa sociedade. [...] as medidas da Barbie são humanamente impossíveis se os 29 cm de plástico oco que a conformam fossem transformadas em carne feminina, para conservar as proporções e sua silhueta curvilínea demandariam uma altura de 2m e 13 e as seguintes medidas de busto cintura e quadris: 96-45-83 cm. [...] uma mulher com essa contextura pesaria menos de 50 kg, portanto não possuiria a quantidade de gordura corporal suficiente para ter ciclos menstruais regulares e não conseguiria sequer andar (SIBILIA, 2007, p. 01).

Esses modelos corporais passaram, nesse período, a ser cada vez mais desejados pelas mulheres brasileiras; a indústria, por sua vez, passou a produzir cada vez mais produtos e desenvolveu procedimentos para que as mulheres atinjam esse padrão ou

cheguem minimamente perto dessa conquista, que é impulsionada com a exibição dos corpos.

O padrão definido nesse recorte histórico caracteriza-se por mulheres extremamente magras – das cinturas bem finas, dos seios grandes, da pele bronzeada sem manchas e dos cabelos longos e ondulados, mas sem muito volume. Observa-se que os olhos claros fazem constantemente parte dos anúncios publicitários. A beleza, logo, foi deixando de ser doméstica e romântica, passando a ser física e sexual, a mulher torna-se independente, e o homem não aparece mais como peça essencial na vida delas.

A influência das modificações digitais modela a imagem midiática de que todas as mulheres têm o mesmo tipo de pele e de corpo, com os cabelos brilhantes, traços finos, olhos claros, seios fartos, cinturas finas, o que atrai olhares desejosos. Em decorrência dessa beleza artificial e comercial, as mulheres reais passam a procurar soluções para ficarem iguais a essas imagens, seguindo o estereótipo de que o corpo ideal é o magro e que este deve ser conquistado a qualquer custo.

### 3.6 ANOS 2000

Foi nesse período em que a modelo brasileira Gisele Bündchen foi considerada a modelo mais bonita e mais sexy do mundo – devido ao seu corpo magro com muitas curvas e aos seios grandes. A busca, portanto, por um corpo magro com curvas ganha ainda mais força, o que não representa uma boa condição de saúde, mas estampa o estereótipo de corpo perfeito com os seios grandes. Isso ampliou a busca por cirurgias estéticas que aumentem os seios.

Dentro dessa perspectiva, a imagem corporal ideal atualmente é a de um corpo rígido, moldado pelos exercícios físicos praticados nas academias e a da pele lisa de cor uniforme, exibindo a imortal juventude. O padrão de magreza e o da pele sem qualquer mancha ainda continuam em alta, assim o do rosto impecável, o dos seios fartos e rígidos e o do quadril bem desenhado.

A erotização feminina é presente como nunca antes havia sido representada. Assim, quando comparamos a beleza da mulher da década de 1950 com a da mulher atual, percebemos que os cabelos estão mais longos, que a pele está mais bronzeada, que as curvas estão mais acentuadas pelas vestimentas, que os seios são maiores e que as cinturas estão mais finas ainda. A maquiagem não é mais a principal reparadora de imperfeições. Isso agora é a função do computador. Hoje, a beleza é definida, a cada dia, com o uso dos cosméticos, da alimentação saudável, dos inibidores de apetite atrelados a dietas altamente restritivas, das frequentes idas às academias, das cirurgias plásticas e das modificações corporais mais simples. É como se a beleza fosse a responsável por uma vida feliz e pela realização de todos os desejos.

## 4 ENTENDENDO AS INFLUÊNCIAS POR MEIO DE VIVÊNCIAS

Além das questões relacionadas à subjugação feminina em relação aos homens, existem outros fatores influenciadores na construção da beleza feminina no Brasil, que é um país capitalista e, como tal, tem como principal objetivo lucrar com a venda de produtos, representada, nesta pesquisa, pela especificidade dos produtos voltados à



estética. Todo esse aparato relacionando à venda e aos proventos é muito dependente da indústria cultural<sup>1</sup>, a qual objetiva produzir e distribuir material que visa à obtenção de lucro dentro da sociedade capitalista. Essa indústria cultural, por meio da indústria estética e da moda, desenvolve-se com a venda de produtos que prometem proporcionar às pessoas a tão sonhada perfeição, colocando-as dentro de um padrão de vida preestabelecido. No entanto, esse mercado que pode parecer atrativo, já que gera muitos empregos e é rentável aos que fazem parte dele, discursa sobre as narrativas de um padrão de vida saudável que aspira à qualidade de vida, muito voltado ao condicionamento físico e à alimentação restritiva, com a busca por melhora no desempenho corporal de cada indivíduo. As referidas narrativas, da forma como são veiculadas, podem causar transtornos atrelados aos distúrbios alimentares, problemas psicológicos, entre outros.

Em face do exposto, a pressão estética, que vem acompanhada de todo esse aparato, está sobretudo imposta ao corpo feminino, que deve apresentar-se sempre belo, com boa aparência e bem zelado, ou seja, atendendo a expectativas de um padrão estabelecido pela indústria, que é vendido e tem sua narrativa propagada via canais de comunicação. No Brasil, país que preserva muito as questões estéticas com o culto ao corpo, esses transtornos fazem-se muito presentes no cotidiano das brasileiras. Além disso, quando as mulheres não correspondem a esse padrão estético, exibindo corpos com medidas acima do número 38, cinturas que não são finas, rostos não tão delicados e quadris muito largos, estas estarão sujeitas ao julgamento de toda uma sociedade ávida para apontar quaisquer desfoques apresentados no corpo alheio.

#### 4.1 OS PADRÕES E AS VIVÊNCIAS NA HISTÓRIA

Nesse viés, esses traços podem ser identificados no dia a dia das brasileiras em diversas décadas da história, conforme apontaram, neste estudo, as mulheres com as quais realizamos as entrevistas. É importante observar que, após as entrevistas, as gravações foram transcritas. Além disso, elas estão disponíveis na íntegra por meio do link: <[https://drive.google.com/drive/folders/1Iiv\\_RM8Ggq4RrdpZfZQ5ydMKMcSpUz2Z?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1Iiv_RM8Ggq4RrdpZfZQ5ydMKMcSpUz2Z?usp=sharing)>.

Posteriormente, a súmula das respostas de cada uma das 5 entrevistadas foi organizada consoante mostra o Quadro 1. Observação: manteve-se apenas o primeiro nome para garantir o sigilo das entrevistadas.

---

<sup>1</sup> Indústria cultural: termo desenvolvido pelos sociólogos Adorno e Horkheimer, referindo-se à grande produção de itens produzidos nas indústrias e fábricas, sendo adaptadas às narrativas da produção artística – por meio da produção, da distribuição e da comercialização de itens de consumo que visavam ao lucro.

“OLHA QUE COISA MAIS LINDA, MAIS CHEIA DE GRAÇA”:  
O PADRÃO DE BELEZA DA MULHER BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 70 ANOS

**Quadro 1:** Súmula das principais ideias das entrevistadas sobre as questões

Questões	Terezinha	Neida	Janete	Rita
<b>Dados das entrevistadas</b>	75 anos, viveu sua juventude no interior de Minas Gerais, na década de 1960.	68 anos, viveu sua juventude na cidade de Brasília, na década de 1970.	48 anos, viveu sua juventude no interior de Minas Gerais, na década de 1980.	37 anos, viveu sua juventude no interior de Minas Gerais, na década de 1990.
1. Você utiliza algum meio de comunicação atualmente? Assiste à televisão, usa redes sociais, ouve rádio, lê jornais, revistas, livros ou algo do tipo?	Gosto de ler livros, revistas... jornal eu não gosto muito. Vejo internet, escuto rádio e vejo notícias na internet.	Sim, televisão, rádio, internet... gosto muito de ler livros.	Rede social, televisão e rádio. Não leio livros.	Utilizo as redes sociais, televisão, telejornais, revistas on-line.
2. Na sua adolescência/ juventude, você utilizava algum meio de comunicação? Televisão, rádio, lia jornais, revistas, livros ou algo do tipo?	Não, não ouvia porque, naquele tempo, não tinha rádio, não usava telefone, nem televisão, a gente era pobre e não usava essas coisas. Quando eu tinha 18 anos, é que fui ter um rádio, mas a televisão demorou.	Tinha rádio, né?! Na minha época, era o rádio.	Televisão e rádio e, às vezes, lia algum jornal	Na adolescência, era mais televisão e rádio.
3. Se sente influenciada a adquirir ou já adquiriu algum produto ou procedimento voltado à beleza que viu em algum desses meios de comunicação?	Já. Vendia alguns cremes, gostava de usar o creme “Nívea”, um esmalte... essas coisas assim só. O creme era pra hidratar e conservar a pele. Hoje em dia, eu vejo muitos cremes na televisão, na internet, para o cabelo. Meu cabelo é muito grosso, e o creme ajuda ficar mais macio.	Não, eu não sou muito de ver e querer assim não.	Já sim. Batom, perfume.	Muito! Principalmente roupas, produtos para cabelo, maquiagem, pele.

<p>4. Quando você era adolescente/jovem, você se preocupava muito com as questões estéticas e em estar sempre bela?</p>	<p>Eu tinha vontade de ficar bonita, mas, como era pobre, a gente não usava quase nada, era só um batonzinho, “rougezinho”, um pó e só, não tinha mais nada.</p>	<p>Muito, lógico! Usava maquiagem, procurava cuidar bem do cabelo.</p>	<p>Com certeza, sempre.</p>	<p>Não muito, acredito que menos que hoje.</p>
<p>5. Sentia que as pessoas próximas, familiares e amigos te influenciavam a ter essas preocupações?</p>	<p>Tinha! Algumas gostavam do mesmo jeito que eu... batom, creme, <i>rouge</i> e preocupavam, e falavam pra eu usar esses produtos.</p>	<p>Não, não influenciavam.</p>	<p>Acho que sim, quando usava algum produto diferente, falavam que ficou bom e incentivava a gente a usar mais.</p>	<p>Não influenciavam.</p>
<p>6. Você se lembra de qual ou de quais as principais vestimentas estavam na moda em algum ou alguns dos períodos de sua juventude? Chegou a usar alguma delas?</p>	<p>Eu gostava demais de um vestido que chamava de princesinha, ele era de nesguinha na frente, assim do lado, meio “taiadinho” nas mangas, apertadinho na cintura, rodadinho, e um bolerinho por cima. Usava saia também e blusa cobrindo o joelho, normalmente marrom com quadrinhos. As moças eram bem magrinhas, eu usava muito pra ir na igreja, o vestido era pregueado de corpo separado, de golinha e branco. Era bem bonitinho. Naquele tempo, não usava calça.</p>	<p>Era o vestido tubinho, era um vestido reto que era a moda, e a gente usava muito. Anos 65, 70, usava bastante com a estampa mais lisa.</p>	<p>Quando eu era jovem, aquelas calças pantalone de crepe de linho, uma calça de um tecido molinho, ficava muito chique e eu usava muito. No momento, era aquela roupa social.</p>	<p>Lembro de usar calça pantalone, blusa laforetti, as calças eram estampadas e as blusas lisas, e calças cintura-baixa. Usei muitas calças cintura-baixa quando lançou.</p>

“OLHA QUE COISA MAIS LINDA, MAIS CHEIA DE GRAÇA”:  
O PADRÃO DE BELEZA DA MULHER BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 70 ANOS

<p>7. Na sua adolescência/juventude, tinha algum ícone de beleza em que você se inspirava?</p>	<p>Eu mesmo considerava que eu era muito bonita, tinha um corpinho bonito, magrinha, meu cabelo era curto, aí eu considerava que eu era muito bonita, porque os outros falavam que eu era bonita, aí eu pensava que eu era bonita mesmo. Eu pesava 43 kg antes dos 16 anos.</p>	<p>Não, porque naquela época a gente não tinha muito acesso à televisão.</p>	<p>Sim, a Vera Fischer. Era atriz, muito bonita, fazia novela e a gente se inspirava nela, observava as roupas e usava igual. Me considerava parecida, ela era loira igual eu, do olho claro.</p>	<p>Me lembro muito da Ana Paula Arósio, era atriz e modelo, fazia novelas muito assistidas na época. Ela era jovem, tinha olhos claros que destacavam muito e o cabelo escuro. Tinha um padrão de beleza muito bonito. Não me considerava parecida. Eu imagino que essas questões de cirurgias e plásticas são coisas mais recentes.</p>
<p>8. Em algum momento, você já se sentiu “diferente”, considerando o corpo, as vestimentas das outras pessoas que eram consideradas belas e se sentiu inferior por esse motivo?</p>	<p>Agora não, eu acho que eu estou muito feia com as costas todas tortas, cabelo branco e antes era branco e liso.</p>	<p>Não, não tinha essa divisão.</p>	<p>Muitas vezes, porque eu era gorda, né?! Como sou até hoje e sempre eu me senti inferior porque o modelo era magro.</p>	<p>Já, com certeza. Às vezes, o cabelo muito volumoso e muito, não tão liso que geralmente era muito usual, a roupa que não tinha tantas trocas e com certeza me sentia inferior sim.</p>
<p>9. Tem alguma coisa, atualmente, que é possível, no mundo estético, que você gostaria de fazer, já fez ou, se fosse possível, teria feito em sua juventude?</p>	<p>Não, se eu fosse jovem, talvez.</p>	<p>Não me chama muito a atenção, nem antes, nem hoje eu prefiro mais natural.</p>	<p>Uma plástica na barriga.</p>	<p>Plásticas não, mas uma coisa que me dá muita preocupação é o meu cabelo.</p>
<p>10. O que você acha que é considerado belo hoje em dia? Consegue fazer uma comparação com o que era considerado belo em sua adolescência/juventude?</p>	<p>Eu acho bonito uma jovem que anda com uma calça jeans e uma blusa mais comprida, vestido. Mudou demais, porque antes não usava</p>	<p>A estética mesmo deles, estão sempre fazendo esses procedimentos. Acho que existe uma pressão maior, no tempo que eu era adolescente,</p>	<p>Hoje em dia, não é mais como na minha época que o padrão tinha que ser um corpo de violão, magrinha, já são consideradas as pessoas mais cheinhas muito bonitas</p>	<p>Acho que a tendência muito legal é usar o cabelo natural, o cacheado está sendo muito usado, o cacheado. Saindo do padrão de tudo liso com progressiva, acho muito legal</p>

	<p>bermuda de jeito nenhum, não usava roupas curtas.</p>	<p>jovem, não era assim, hoje é muito mais cobrado.</p>	<p>também... e eu acho que tem menos preconceito que na minha época, que a pressão era maior. Na minha época, era bonito moça de cabelo comprido, muito conservadora, hoje em dia, já nem tanto, as moças preferem o cabelo mais curto; na minha época, era muito feminina... hoje em dia, nem tanto.</p>	<p>essa tendência natural das pessoas assumirem o que são. Eu acho que, hoje em dia, a questão de moda é muito exagerada, muito cobrada, mais que na minha época; a pressão, hoje em dia, é bem maior. Principalmente pelas redes sociais, que é divulgado um padrão específico e as pessoas que não usam estão fora da moda.</p>
--	--	---	---	---

Fonte: informações coletadas em entrevistas, 2022.

Após a análise desses dados, compreendemos que nem sempre as mulheres eram influenciadas diretamente, bem como que a preocupação com questões específicas permanece, como, por exemplo, cuidados com o cabelo. Algumas entrevistadas apontaram inspirar-se em ícones de beleza com os quais tinham contato por meio de veículos de comunicação, enquanto outras, que não apontaram nenhum ícone de inspiração, não tinham acesso a meios de comunicação para que pudessem desenvolver esse senso de inspiração. Isso, portanto, comprova o poder de dominação da indústria cultural. Além dessas considerações, compreendemos que a preocupação com questões corporais, com a estatura, com o peso e com as condições físicas no geral não são pautas recentes na vida das mulheres, tanto nos grandes centros quanto no interior.

Em conformidade com o que apontaram na primeira e segunda perguntas, as entrevistadas Terezinha e Neida, mulheres que tiveram suas juventudes vivenciadas, respectivamente, nas décadas dos anos 60 e 70 do século XX, salientaram que, atualmente, gostam dos meios de comunicação e que tem contato com eles; mas que, durante a adolescência e a juventude delas, acesso a esses veículos era muito restrito devido a questões sociais e financeiras. Já as entrevistadas Janete e Rita, que viveram, respectivamente, nas décadas de 80 e 90 do século XX, salientaram que já tinham acesso a meios de comunicação como televisão e como rádio e que atualmente ambas utilizam esses aparatos. Aqui, cabe ressaltar que, entre todos os veículos de comunicação por elas citados, sobressalta-se o uso, de modo hodierno, da internet.

Nesse sentido, a partir da coleta de dados referenciados, infere-se que a indústria cultural não teve tanta influência na vida das jovens que viveram nos anos 1960 e 1970 em decorrência da falta de acesso a alguns canais de comunicação. Entretanto, esse fenômeno já começa ocorrer na vida das jovens a partir dos anos 1980, que foi, inclusive, quando a internet começou a ser utilizada no meio acadêmico brasileiro. Isso influenciou para que novos horizontes fossem vislumbrados em um futuro não muito distante, favorecendo o acesso a outros tipos de veículos de comunicação, ficando expostas as propagandas que tinham como intuito vender produtos voltados à beleza.

Nas colocações dos tópicos 4 e 5 das entrevistas, nota-se uma preocupação com cuidados da pele e principalmente do cabelo entre as mulheres, que confessaram ter sido influenciadas por pessoas próximas a terem esses cuidados. Fica evidenciado, por conseguinte, por meio da análise desses tópicos, a utilização de produtos que destacam a beleza e feminilidade, como, por exemplo, os citados batons e esmaltes – que são itens utilizados para fins estéticos desde a antiguidade.

Quando questionadas sobre a moda nos períodos da juventude delas, as mulheres que viveram nas décadas de 1960 e 70 apontaram vestidos como sendo uma peça predominante entre os modelos da época, explicitando até que não era comum ver mulheres fazendo o uso de calças. Como atestou Terezinha, 75 anos, esses traços transmitiam a noção de feminilidade sobre um modelo de vestido que destacava a cintura das mulheres. Neida, 68 anos, apresenta que o vestido tubinho era comum e que era usado na década de 1970. Esse tipo de item exibia os traços femininos sutis, com a marcação da cintura e expunha ainda mais os traços corporais femininos, evidenciando ainda mais os corpos. O que se verifica, entretanto, é que esses traços foram sendo substituídos por outros modelos de vestimenta, como elencaram as entrevistadas Janete

e Rita, atestando como peça fundamental dos guarda-roupas femininos a calça pantalon.

Nota-se uma percepção interessante que é transmitida no item 7, quando a maioria das entrevistadas, mesmo tendo ou não um ícone de beleza, expuseram corpos magros como modelo de beleza, unidos à pele clara e cabelos tratados. As mulheres que não apontaram nenhum ícone de inspiração no mundo estético, não tinham acesso aos meios de comunicação com a mesma frequência do que as que viveram nos anos 1980 e 1990 tiveram. Logo, esses fatos podem influenciar diretamente na construção dessa percepção. Com as respostas, salientou-se a preocupação em atingir algum padrão quando essas mulheres procuravam utilizar vestimentas que esses ícones utilizavam, provando que a comparação com outras mulheres é uma realidade atemporal no dia a dia do mundo feminino.

No item 8, as entrevistadas descreveram os corpos e a moda como sendo tópicos fundamentais na inferiorização que sentiam sobre si mesmas. Em todos os casos apresentados, elas evidenciam insatisfações com os próprios corpos e com os cabelos, apontando sempre para o modelo de corpos magros e para os cabelos lisos como parâmetro para uma beleza ideal. Na entrevista, apenas uma das mulheres entrevistadas relatou que, durante sua juventude, não existia uma noção de inferioridade partindo da análise dos corpos e das roupagens.

Em relação aos procedimentos estéticos de modificação, uma única mulher argumentou que não faria nenhuma alteração corporal; enquanto, outras disseram que fariam algumas alterações, como o caso da entrevistada Janete, que disse que faria uma cirurgia estética para modificar sua estrutura corpórea. Já Rita explica que faz modificações no cabelo em decorrência da inadequação de seus fios ao modelo liso e sem volume, modelo apreciado por ela desde sua adolescência.

No que concerne às impressões que essas mulheres têm sobre o conceito de beleza hodierno, há um relato de que ocorreram muitas mudanças e de que a pressão estética é ainda mais presente nos dias de hoje do que durante os períodos em que elas eram adolescentes e/ou jovens. Outro fato curioso apresentado nesse tópico é que as mulheres que foram entrevistadas têm consciência de que a pressão estética atual é transmitida principalmente pelos canais de comunicação mais comuns, como a internet, por exemplo. Além disso, apontam que, mesmo com a existência de uma cobrança estética – mais predominante no presente, existe uma maior autoaceitação do que durante as décadas em que viveram a adolescência e juventude delas.

Observamos, pensando nisso, com a entrevista, que a noção de feminilidade teve transformações durante vários períodos e que, apesar dessas alterações, alguns traços estão presentes em diversos recortes históricos, como as formas do cabelo, bem como os cuidados com este e a preocupação com as vestimentas que estavam em alta durante os momentos. Ainda notamos a importância da influência midiática na vida das mulheres, o poder que a indústria cultural tem sobre os corpos femininos e sobre seus condicionamentos e que, mesmo com a consciência de que existe um padrão que é influenciado por essas mídias, ainda há um desejo de mudanças nos próprios corpos para se inserir em um modelo preestabelecido.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos e das análises apresentadas, conclui-se que o padrão de beleza feminina no Brasil, durante todo o período analisado, está ligado aos desejos masculinos. Dessa forma, a mulher subjugada ao homem pela relação de gênero transforma-se para atender, além dos padrões de beleza, aos desejos de seus maridos em diversos períodos da história.

Nesse viés, a pele clara esteve sempre em evidência durante os períodos analisados, o que é intrigante, quando pensamos na miscigenação étnica brasileira, que, mesmo tendo todos os traços característicos de um determinado povo, incluídos na construção social de sua pátria, ainda é um país racista e que não traz visibilidade aos corpos de mulheres negras sem que os sexualize.

Todas essas considerações, portanto, ainda fazem ligação com o endeusamento da jovialidade feminina, o que faz com que as mulheres mais velhas não sejam nem citadas em anúncios publicitários, percebendo-se o preconceito do etarismo. A velhice, dessa maneira, é citada como algo indesejado e que deve ser evitado a qualquer custo, principalmente quando a opção é vender produtos e procedimentos estéticos que reduzam as rugas e as marcas de expressão.

Atualmente, temos acesso a meios de comunicação que permitem análises que trazem a percepção de que existe um padrão de beleza e que este pode ser prejudicial à saúde das mulheres, inclusive, entretanto, esse fato não as assusta, já que, mesmo com processos de operações invasivas que causam comprovadamente um risco a elas, as mulheres ainda preferem aderir às modificações corporais para atender ao padrão preestabelecido.

Já em relação à pressão estética, nota-se uma influência muito maior nos dias atuais. Com os usos das redes sociais, essas relações, logo, perpassam sobretudo o cotidiano dos jovens, que são o principal público-alvo desses veículos de comunicação. Outro fator que permite que isso ocorra é o advento dos procedimentos estéticos. Atualmente, eles são tão comuns que as mulheres passaram a usar esses artifícios cada vez mais jovens, buscando o corpo perfeito, com traços perfeitos.

Em contraponto, é importante que coloquemos em evidência também a presença de diversos grupos que influenciam esses jovens a se aceitarem, independentemente de suas condições físicas, o que nos permite inferir que talvez, em um futuro não tão distante, as preocupações estéticas exageradas não sejam mais uma pauta a ser considerada e que a beleza vá além de apenas corpos bonitos, passando a ser considerada de outras formas, que não a beleza física.

### REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2010. Coleção Arte e Comunicação, v. 54.

BOHM, C. C. **Um peso, uma medida**: o padrão de beleza feminina apresentado por três revistas brasileiras. São Paulo: Uniban, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/>



napead/projetos/fases-da-publicidade/textos/associativa\_04.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAETANO, V. R. **Duas polegadas**. São Paulo: 78 rpm 17134-B, 1955. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mr2MD4uxRL8>. Acesso em: 30 maio 2022.

CAMINHA, P. V. de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

DOM, E. G. de F; RAVEL, E. G. de F. **Eu te amo meu Brasil**. São Paulo: RCA, 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KKnoxFKqKkI>. Acesso em: 25 maio 2022.

ECO, U. (Org.). **História da beleza**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCALT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

HENRIETE, V. O padrão de beleza imposto pela mídia. **Observatório da Imprensa**, 2014. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ed794\\_o\\_padrao\\_de\\_beleza\\_imposto\\_pela\\_midia/#:~:text=Os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%B5es%20tem,modelos%20mag%C3%A9rrimas%2C%20a%20pura%20perfei%C3%A7%C3%A3o](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ed794_o_padrao_de_beleza_imposto_pela_midia/#:~:text=Os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%B5es%20tem,modelos%20mag%C3%A9rrimas%2C%20a%20pura%20perfei%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 15 abr. 2022.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. P. 169 a 214. In: LIMA, L. C. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364 p.

JORNAL DAS MOÇAS. Rio de Janeiro: Jornal das moças LTDA., 1914, 1965. (Circulação às quartas feiras).

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2006.

MACHADO, C. *et al.* Utilização de chumbo em cosméticos. **Revista Estética do curso de Estética e Cosmética da Faculdade UniOpet**, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-estetica/pdf/2015/UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20CHUMBO%20EM%20COSM%C3%89TICOS.pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

MARTINS, V. L. **A beleza como instrumento de autoafirmação na sociedade de consumo latino-americana**. UNIESP, 2017. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170531142130.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531142130.pdf). Acesso em: 02 jun. 2022.

MENESES, J. R. de; SOARES JR., A. dos S; ARAÚJO, E. M. N. História da beleza e práticas educativas de adestramento dos corpos femininos no Brasil. **Sæculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 37, n. 37, p. 79-96, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2017v37n37.37195>. Acesso em: 01 maio 2022.

NASCIMENTO, C. M.; PROCHNO, C. C. S. C.; SILVA, L. C. A. O corpo da mulher contemporânea em revista. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 385-404, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000200012>. Acesso em: 28 maio 2022.

NUNES, C. X. **Geografias do corpo**: por uma geografia da diferença. Instituto de Geociências Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94741/000916424.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 maio 2022.

OLIVEIRA, G. A. **Mulheres negras**: corpos em luta. 2016. 25 f. Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/9482>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PRIORE, M. D. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. 2. ed. São Paulo: SENAC, 01 jan. 2001. 108 p. 65.

SANTOS, R. A. V. **Diálogos entre corpo e modelagem plana**: propostas de uma moda voltada para transtornos dismórficos femininos. Universidade Federal de Juiz de Fora Instituto de Artes e Design Especialização em Moda, Cultura de Moda e Arte, Juiz de Fora: UFJF. 2014. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/posmoda//files/2014/11/Monografia-Rose.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.

SIBILIA, P. **Lipoaspirador de defeitos terrestres**. Novembro/2007. Disponível em: <https://www.paulasibilia.com/artigos>. Acesso em: 08 set. 2022.

SIMÕES, G. Antonio Rocco e as representações da imigração. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 12., 2017, Campinas. **Anais [...]** Campinas: EHA UNICAMP, 2017, p. 288-295. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Gabrieli%20Simoes.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

VILLAÇA, N. **A edição do corpo**: tecnociência, artes e moda. Barueri: Estação das Letras, 2007.

WOLF, N. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

# Entre a subversão e o prazer: uma análise da repressão às sexualidades desviantes durante a Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985)

*Between subversion and pleasure: an analysis of the repression of deviant sexualities during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985)*

JOÃO VITOR SOARES PEREIRA DE FARIA

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: joaovspf@unipam.edu.br

EUNICE APARECIDA CAIXETA

Professora orientadora (UNIPAM)

E-mail: eunice@unipam.edu.br

---

**Resumo:** O período ditatorial brasileiro, 1964-1985, inaugurou um tempo de perseguição, horror e de exceção na frágil República Brasileira. Diversos movimentos e grupos sociais, lideranças políticas, estudantes, jornalistas e professores foram perseguidos e torturados. Centenas de vidas e sonhos são ceifados nos porões da ditadura civil-militar, e aqueles que sobreviveram tiveram seus direitos cerceados pelo Estado autoritário. Este trabalho busca resgatar os mecanismos e os discursos proferidos pela Ditadura Militar contra as sexualidades que se desviavam do padrão heteronormativo da época, bem como, delimitar e divulgar as formas de resistência desses grupos supracitados. Nesse sentido, levando em consideração os métodos qualitativos de pesquisa, baseados na revisão bibliográfica crítica que trata dos assuntos, foi possível perceber e inferir a recusa em aceitar a legitimidade e a orientação sexual dessas pessoas. Outrossim, a opressão, muitas vezes tácita, outras, escancarada, que o Estado desferiu contra esses grupos minoritários compostos por: lésbicas, travestis, transsexuais, homossexuais foi deveras polimorfa, se reinventando em todas as décadas desse passado sombrio.

**Palavras-chave:** Brasil. Ditadura civil-militar. Sexualidades. Movimentos Sociais. Resistência.

**Abstract:** The Brazilian dictatorship period, from 1964 to 1985, inaugurated a time of persecution, horror, and exception in the fragile Brazilian Republic. Several social movements and groups, political leaders, students, journalists, and teachers were persecuted and tortured. Hundreds of lives and dreams were cut short in the basements of the civil-military dictatorship, and those who survived had their rights curtailed by the authoritarian state. This work aims to rescue the mechanisms and speeches made by the Military Dictatorship against sexualities that deviated from the heteronormative standard of the time, as well as to delimit and publicize the forms of resistance of these aforementioned groups. In this sense, based on qualitative research methods, based on critical bibliographic review that deals with these subjects, it was possible to perceive and infer the refusal to accept the legitimacy and sexual orientation of these individuals. Moreover, the oppression, often tacit, sometimes blatant, that the state unleashed against these minority groups composed of lesbians, transvestites, transsexuals, and homosexuals was very polymorphic, reinventing itself in every decade of this dark past.

**Keywords:** Brazil. Civil-Military Dictatorship. Sexualities. Social movements. Resistance.

---

“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem” (Carlos Marighella).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 31 de março de 1964, militares golpistas, com respaldo da classe média e de alguns setores da Igreja Católica, depuseram o presidente João Goulart e implantaram em terras tupiniquins a censura, a repressão e o desrespeito aos direitos humanos. Assim, iniciou-se um período conhecido na história brasileira como Ditadura Civil-militar, que perdurou por mais de vinte anos.

O período histórico aqui analisado, denominado Ditadura Civil-militar, é assim chamado por historiadores contemporâneos para compreender de uma forma mais ampla os agentes sociais e as classes que apoiaram esse regime. Dessa forma, o termo Ditadura Militar não enquadra todas as camadas que apoiaram o golpe, causando a impressão errônea de que apenas as forças militares reacionárias do Exército estavam por trás do governo autoritário. Entretanto, nos dias atuais a nomenclatura Ditadura Civil-militar é melhor empregada porque os alicerces, as bases e a legitimidade do novo governo tinham apoio de uma parcela significativa da sociedade civil. Dessa forma, grupos heterogêneos como grandes empresários, latifundiários, setores da classe média e até mesmo parte do clero da Igreja Católica marcharam juntos com os ideais e as arbitrariedades do governo golpista.

Segundo Foucault (2020, p. 10), “[...] o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei [...]. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe como não deve existir”. Assim, a análise foucaultiana se aplica aos atos repressivos do conservadorismo instituídos pela ditadura civil-militar, visto que, além das agressões constantes às homossexualidades e dos fechamentos de espaços destinados ao público gay, houve, durante a outorga do AI-5 (Ato Institucional nº 5), exonerações em cargos públicos promovidas pelo Estado, tendo como justificativa a condição sexual de alguns indivíduos.

É importante ressaltar que, durante esse período, o movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, dentre outros) ainda não existia, nem as pessoas se consideravam como tal, portanto, seria anacrônico utilizar essa nomenclatura para englobar essas pessoas. Sendo assim, neste trabalho utilizaremos os termos *homossexualidades* e *sexualidades desviantes*<sup>1</sup>, partindo do pressuposto de que existiam não só uma, mas um amplo espectro de sexualidades que desviavam dos padrões heteronormativos e heteroafetivos da época.

---

<sup>1</sup> Dessa forma, os termos homossexualidades e sexualidades desviantes serão utilizados para dar conta das múltiplas formas de socialização e orientações sexuais que não orbitavam no conceito heteronormativo (Homem/Mulher). Destarte, tudo aquilo que não é marcado pelo relacionamento heteroafetivo pode ser entendido como parte de uma transgressão aos padrões vigentes, aqui denominado(s) como *sexualidade(s) desviante(s)*.

Dito isso, impulsionado pelo legado da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fundada em 2011, com o intuito de expor os crimes de violação dos direitos humanos, ocorridos principalmente na época ditatorial; este projeto de pesquisa faz-se necessário para que através da análise de tal recorte histórico, a comunidade, hoje intitulada como LGBTQIA+, seja enunciada, visto que, na História Oficial, suas vivências do período de 1964-1985 foram omitidas.

Por muitos séculos a História privilegiou e alçou a vida de diversos indivíduos, sobretudo, do sexo masculino. Os grandes heróis estampavam as capas dos jornais, eram endeusados e os mais diversos livros eram escritos sobre os seus feitos. Os manuais escolares com o apoio da Escola Metódica Positivista, inflavam ainda mais suas ações e os estudantes eram forçados a decorar datas, nomes de reis e dinastias. O documento oficial, ou seja, aquele produzido por órgãos como a imprensa e/ou o Estado, era o que valia. “A história metódica continua a dominar o ensino e a investigação em história nas universidades até os anos 1940; e inscreve uma evolução mítica da coletividade sob a forma de uma galeria de heróis e combates exemplares” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 97).

O surgimento de novas escolas e abordagens historiográficas levou a superação de teorias organicistas e possibilitou um alargamento do sujeito e um resgate àqueles que foram paulatinamente silenciados e ocultados pela história oficial. Sobre a importância de uma história vista *de baixo*, Burke (1992, p. 59) diz que “ela proporciona um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”.

Nesse processo secular de lutas e disputas de narrativas, diversos grupos sociais foram deixados à margem da escrita histórica, duplamente silenciados: pela história oficial e pelo ambiente sócio-político hostil. Os escritos e os estudos sobre esses grupos são pouquíssimos e carecem de mais aprofundamento teórico, como é o caso das sexualidades desviantes no Brasil. Esse tema foi sempre negligenciado, da Colônia à República, e sobretudo, durante o período de 1964 a 1985, em que a democracia brasileira estava sequestrada, parece haver um completo silêncio sobre a temática. Nesse sentido, o presente trabalho propõe responder o seguinte questionamento “Qual era a real situação e quais os tipos de violência que aqueles que não se adequavam ao padrão heteronormativo enfrentaram durante o período ditatorial brasileiro?”.

Hodiernamente, o Brasil carrega o título de país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, e o que mais assassina LGBT's nas Américas de acordo com um levantamento realizado pelo ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) em 2021<sup>2</sup>. É urgente pensar as origens do preconceito enraizado de gênero e de orientação sexual e aprofundar o debate para além da academia para que essa problemática seja superada. Nesse sentido, a reflexão acerca da repressão às sexualidades consideradas não heteronormativas durante a Ditadura Civil-militar brasileira faz-se extremamente necessária e inadiável, uma vez que o tema encontra pouca ressonância acadêmica. A presente pesquisa pretende responder e preencher

---

<sup>2</sup> *Dossiê Assassinatos e violências contra pessoas trans*, realizado pelo ANTRA em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

essas lacunas. A sua relevância social está intimamente ligada à possibilidade de colocar essas pessoas que foram paulatinamente silenciadas pela Ditadura Civil-militar brasileira em evidência e mostrar a face cruel do regime àqueles que pedem a volta desse período tenebroso.

É sabido que todo escrito histórico é ideológico e que a vida pessoal interfere sim nos interesses acadêmicos. Certeau (2000, p. 67) entende que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema pertence a uma filosofia implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando à sua revelia, remete à subjetividade do autor”. Consoante a esse pensamento, este trabalho não é diferente, o interesse pela temática é o resultado da subjetividade do autor como historiador acrescido da consciência como sujeito histórico pertencente a comunidade LGBTQIA+. Desse modo, serão levadas em consideração análises críticas de obras bibliográficas e webgráficas que tratam desses assuntos.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a violência desferida pelo Estado ditatorial brasileiro e pela sociedade civil contra a população considerada “desviante”, que não se adequa ao padrão heteroafetivo. Além de tentar compreender o contexto sociopolítico e os mecanismos de repressão do Estado para com essa população.

Destarte, urge resgatar e traçar as formas de resistências e a aglutinação dos “transgressores” em coletivos de interesses em comum, bem como, recuperar e enaltecer a memória de personagens célebres e pioneiros pela liberação sexual e pela superação do regime.

## 2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DOS ANOS 1960

Antes de adentrarmos a temática proposta neste trabalho é necessário fazer um apanhado geral dos anos 1960 e dos acontecimentos políticos e sociais da década, traçando os antecedentes do golpe civil militar de 1964 e suas demais implicações.

Os anos sessenta, de uma forma geopolítica, estava dividido basicamente em duas áreas de influência e com dois sistemas políticos antagônicos: o socialismo, centrado na figura da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), e o capitalismo com o maior expoente: os EUA (Estados Unidos da América). Os dois países disputavam centímetro por centímetro a cena global e o mundo acabou se tornando “bipolar”. Nesse sentido, os demais países eram apenas peões no jogo de xadrez mundial.

É sabido que a democracia brasileira não é de fato plena nos tempos modernos, e nos anos sessenta esse termo era restrito. Analfabetos eram proibidos de votar, mesmo sendo uma parcela significativa da população daquela época. Outrossim, as eleições de 1960 aconteceram no dia 03 de outubro e o voto para presidente e vice-presidente eram dissociados. Ou seja, poderiam ser votados candidatos de chapas diferentes para os respectivos cargos. Faziam parte da disputa ao cargo de presidente: Jânio Quadros do PTN, Henrique Teixeira Lott do PSD e Adhemar de Barros do PSP.

Jânio Quadros, com seu discurso fácil e populista, acabou vencendo as eleições com 48,26% dos votos. Para o cargo de vice-presidente foi eleito João Goulart, gaúcho e vice durante a presidência de Juscelino Kubitschek. Jânio ficou apenas sete meses no cargo, sua figura cômica, atrapalhada e um tanto quanto atípica resultou em renúncia, no dia 25 de agosto de 1961, após flertar com figuras políticas de esquerda das Américas

e condecorar o guerrilheiro argentino Ernesto “Che” Guevara, atitude que foi mal vista pelas elites políticas. Em sua carta de renúncia, escreveu que “forças terríveis” se levantaram contra seu breve governo. Sua renúncia logo foi aceita pelo Congresso Nacional, a partir daí quem assume é o seu vice, João Goulart, que estava em uma visita diplomática à República Popular da China. O caos político estava instaurado, e o golpe que vinha em marcha imparável ganhou mais fôlego.

João Goulart assume a presidência com problemas gravíssimos para enfrentar: alta inflação, dívida externa galopante, e para intensificar o quadro o Congresso aceitaram e impuseram o Parlamentarismo como forma de governo para deixar o novo presidente engessado, uma vez que Jango era visto e associado às pautas de esquerda e conseguia dialogar com todos os espectros políticos da época. Para conseguir governar, Jango fez um referendo nacional no qual perguntava às pessoas se aceitavam o Parlamentarismo como regime de governo. O resultado foi a vitória esmagadora do Presidencialismo. Esse referendo serviu como legitimação para as chamadas Reformas de Base, propostas que foram levadas adiante pelo presidente após um breve aceno e diálogo com os mais diversos partidos e sindicatos populares da época.

As Reformas de Base nada mais eram que uma resposta a problemas estruturais brasileiros que vinham perdurando desde o Império. Eram basicamente cinco: a reforma agrária, urbana, bancária, educacional e eleitoral (que estendia o voto aos analfabetos). “O improvável aconteceu: no final de 1961, as esquerdas formaram uma coalizão sem precedentes, voltada para a aprovação e execução imediata do projeto das reformas de base – e quiseram começar pela reforma agrária” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 439).

A proposta do governo acabou não agradando nenhum pouco as elites políticas e alguns setores da sociedade civil, principalmente o exército, a Igreja e a classe média. João Goulart encurralado, decide dar vazão a suas reformas e resolve fazer um comício inflamado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ao lado de partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. A premissa era de que o tempo da conciliação havia acabado e o país poderia avançar. Cerca de 200 mil pessoas assistiram ao comício: operários, militantes de esquerda, trabalhadores do campo e profissionais liberais.

Diante dessa situação, setores da direita reacionária, do exército, da sociedade civil, das elites, de países estrangeiros imperialistas, principalmente os “defensores” da democracia, EUA, e tudo que há de mais conservador, viram o famoso fantasma do comunismo pairando sobre o Brasil. Junto a isso, e agravado o problema da inflação em março de 1964, ocorre na Praça da Sé o prelúdio do golpe. As elites e o exército precisavam de uma legitimação das camadas populares e lá estava ela.

No dia 19 de março, uma multidão saiu da praça da República e marchou compacta até a praça da Sé, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários - para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo, gritavam em coro. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade [...] reuniu em torno de 500 mil pessoas, e tinha dois propósitos: servir como resposta ao comício da Central do Brasil e lançar um eloquente apelo da

sociedade à intervenção das Forças Armadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444).

Em 31 de março de 1964, o golpe toma forma e as instituições são raptadas pelas forças do Exército. Em uma ação rápida, militares de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro marcharam até Brasília e depuseram o Presidente João Goulart, que conseguiu fugir a tempo, exilando-se. Se instaura a partir daí, o terror, a tortura e o cerceamento do Estado democrático de direito. “Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o congresso é uma instância decisória importante. Mandam agora a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de estado” (FAUSTO, 1997, p. 513).

O Estado brasileiro, agora comandado pelos militares na figura do general Castelo Branco, outorga o primeiro ato institucional, mecanismo autoritário que vai ser utilizado durante todos os governos militares. O AI-1 como ficou conhecido, tinha como premissa:

[...] reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso [...] suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o Comando Supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível-municipal, estadual e federal - e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos (FAUSTO, 1997, p. 466).

Nesse contexto, diversos políticos de carreira foram cassados, figuras como Darcy Ribeiro, Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola. Ademais, professores ligados às esquerdas foram forçados a se retirar da vida pública com aposentadorias compulsórias, como o caso do sociólogo Florestan Fernandes. Engana-se quem acredita que o golpe foi puramente obra de conspiradores ligados aos setores militares. O historiador Napolitano (2014, p. 44) diz que

[...] o golpe foi muito mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores.

É evidente a ação de atores sociais e velhos fantasmas que pairavam sobre a jovem República brasileira já há algum tempo. A homogeneidade de diversos setores serviu para legitimar e manter o cabresto ditatorial. Já sobre a configuração do Estado e as manobras jurídicas do período as historiadoras Schwarcz e Starling (2015 p. 449) pontuam que:

A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a



implementação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso.

Diante do exposto, fica claro a encruzilhada em que o país se imbricava. Os anos que se seguiram foram cada vez mais ásperos aos considerados “subversivos”, nomenclatura dada aos políticos, estudantes, grevistas, democratas e todos aqueles que se opunham ao regime. E mais uma vez, na triste História do Brasil, as classes dominantes usurparam o poder para levar adiante seu projeto político de morte, exploração e extermínio ao diferente. As classes subalternas, sempre invisíveis no jogo político, foram deixadas à margem, e os dois brasis convergiam em desastre: o campo se incendiava e a cidade agonizava.

### **3 UMA BREVE HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA E DA PERSEGUIÇÃO AS SEXUALIDADES DESVIANTES NO BRASIL**

A perseguição ao diferente e àqueles que destoam da maioria existe há séculos, isso é algo recorrente na história da humanidade e do capitalismo. Algumas vidas são mais “dignas” que outras. As chamadas “vidas precárias” foram objetos de estudo de Butler (2019, p. 53), que entende esse conceito como

[...] a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”. Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objetos de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”.

Infere-se que o conceito de vida precária e não passível de luto se enquadra à população LGBTQIA+ ainda hoje, uma vez que a marginalização é regra na vida dessas pessoas ao longo da história. Nesse sentido, “a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 2020, p. 08).

É de conhecimento público que – durante séculos – comportamentos homossexuais foram progressivamente reprimidos e suas formas de repressão

evoluíram de acordo com o contexto social e político e suas respectivas instituições: Igreja, Estado, Ciência e Polícia. Dessa maneira, a respeito do período abordado e das relações entre essas últimas instituições, Trevisan (2018, p. 186) diz que: “[...] no Brasil juntaram-se contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrico e a ação da polícia”. Depreende-se desse pensamento que comportamentos ditos subversivos e contra a moral e os bons costumes do período foram tratados paulatinamente como caso de polícia e quase sempre como uma doença de caráter psicológico ou defasagem hormonal, com base em teorias pseudocientíficas endossadas por médicos higienistas, que caracterizam as sexualidades desviantes como distúrbio mental ou de caráter. Sobre o discurso de verdade ecoado por essas instituições, sobretudo pela ciência da época, seu método

[...] prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastadas. Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes e os fundamentava como “verdade” (FOUCAULT, 2020, p. 60).

Voltando ao início da colonização brasileira para entender os atos opressores contra as homossexualidades, é necessário contextualizar o surgimento da opressão. Dito isso, a violência e o preconceito têm suas raízes no conservadorismo. Dessa forma, observa-se a perseguição às sexualidades desviantes ou a qualquer minoria considerada subversiva desde a nomeada “Idade Média”, tratando-se do mundo ocidental. Com a ascensão da Igreja Católica e a sua constante implantação do terror nos feudos, os cidadãos acreditavam em punições divinas caso não seguissem com rigor as regras impostas pela sua Instituição Clerical. Assim, o modelo de comportamento era o do indivíduo cristão, hétero, sóbrio e obediente aos seus superiores, sendo eles membros da Igreja ou da nobreza. É fato que, antes de desconstruído, tal comportamento permeou todas as sociedades que adotaram a religião cristã-católica, inclusive Portugal, o país que ocupou o Brasil.

Após a chegada e o choque de culturas dos ocupantes nas terras tupiniquins, a Coroa instituiu diversas de suas leis na colônia e, vinculado a isso, o pensamento religioso citado anteriormente. Dessa forma, as práticas homossexuais eram fortemente punidas, entre as sanções aplicadas destacavam-se: o degredo, jejuns obrigatórios, multas em dinheiro, trabalho forçado e até mesmo a morte por fogueira, como era proferido pela Igreja Católica na Europa, em diversos casos de insubmissão. Sobre o papel da Inquisição na repressão aos crimes de sodomia no Brasil do século XVI, podemos citar como o exemplo o caso de Domingos Pires, “solteiro de 24 anos, por sodomia, mereceu penitências em orações e jejuns, foi enclausurado para ser doutrinado durante um mês num mosteiro e precisou, claro, pagar as altas custas do seu processo” (TREVISAN, 2018, p. 150). Esse é apenas um caso dos diversos processos inquisitoriais que tratam a temática da sodomia (nome dado a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo) no Brasil quinhentista.

Entre avanços e retrocessos, o curso da História foi cruel com as pessoas que não se encaixavam com a ética da heteronormatividade e sua performance nas sociedades. No Brasil, as elites se organizavam e elaboravam novos mecanismos de repressão e opressão com base nos discursos de verdades elaborados pelas grandes instituições, conforme descreve Trevisan (2018, p. 155):

Foram também essas elites que reorganizaram continuamente a moldura da repressão sexual, de maneira sutil ou não, na vida brasileira. Às vezes criando uma densa muralha de justificações teóricas (vide os cultores da psiquiatria), às vezes disseminando em doses homeopáticas preceitos de naturalidade e normalidade, os grupos oligárquicos estiveram envolvidos em atividades que coibiram incansavelmente as práticas homossexuais entre os brasileiros em vários momentos – como a Inquisição, os códigos penais, as portarias policiais e a censura estatal.

Com a evolução das sociedades, ocorreu a redução dessas punições e perseguições, mas não do preconceito. A opressão ao desviante se encontra no cerne de cada corpo social e, dito isso, não foi diferente na chegada do regime civil-militar no Brasil. A deposição de João Goulart trouxe o general Humberto Castelo Branco ao poder, dessa forma, estava instaurada a tirania.

Falar sobre a temática e escancarar os crimes cometidos pela Ditadura civil-militar contra essa população é de extrema importância. A memória coletiva brasileira parece sofrer um grande esquecimento social nos últimos tempos, e vincular tais fatos no ambiente acadêmico e para a sociedade civil como um todo é urgente. Dessa forma,

se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa por menos que seja, a liberdade futura (FOUCAULT, 2020, p. 11).

De acordo com o autor, o simples falar sobre a temática faz com que se altere a ordem social, levando a uma transgressão de leis. Destarte, a liberdade que se almeja na sociedade hodierna é indissociável do trato de temas como o que se apresenta neste trabalho.

#### **4 VIOLÊNCIAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS**

Falar de violências e suas múltiplas facetas durante esse momento implica diversas nuances e abordagens. Em primeiro lugar, é necessário destacar as lacunas das fontes sobre a temática. A maioria dos relatos não tiveram espaço na grande mídia da

época, os fatores são os mais variados: falta de interesse dos veículos de imprensa, censura, e a própria homofobia escancarada dos editoriais. Já a respeito dos documentos oficiais, sabemos que muito se perdeu ou foi perdido de propósito, após a abertura política. A maioria dos relatos encontrados são feitos pela imprensa alternativa e por testemunhas que viveram e sentiram na pele esse processo. Nesse sentido, há um vácuo de relatos durante os primeiros anos de ditadura, muito devido às arbitrariedades e à censura promovida pelos Atos Institucionais. A maior parte da documentação relatada pelos autores citados neste estudo encontra-se no período de transição no final dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Primeiramente, é necessário destacar os trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, ao tentar expor e apurar as irregularidades e as violações dos direitos humanos pelo Estado Brasileiro de 1964 a 1985. Instituída pela lei nº 12.528 de 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, a comissão foi uma peça importante para entender e denunciar os crimes ocorridos nesse período. O relatório final entregue em 2014 conta com mais de 4.328 páginas e foi dividido em três tomos. O texto é abrangente e com muita luta e insistência de movimentos sociais foram inseridos recortes das violências perpetradas contra minorias como gays, índios e negros. Mas até mesmo em 2011, durante as discussões a homofobia é encontrada entre os relatores. Quinalha (2021, p. 16) que participou da comissão, relata que

a relevância da discussão não era algo pacífico. As questões comportamentais e morais, como a sexualidade e o gênero não eram identificadas como prioritárias ou mesmo tão importantes [...] ficando relegadas a segundo plano. [...] durante uma discussão acalorada na CNV um dos comissionados revelou sua homofobia ao questionar “por que esse tema de *viados* [sic] deveria constar no relatório”.

Com o relato acima fica evidente a persistência da homofobia institucionalizada, até mesmo em setores ditos progressistas do país, quase trinta anos depois do fim do regime que tinha como objetivo apurar suas irregularidades.

É necessário destacar inicialmente que a perseguição a esses grupos não se inicia com a ditadura “[...] fato é que houve uma intensificação dessas políticas com a concentração dos poderes nas mãos do Executivo” (QUINALHA, 2021, p. 27). Faz-se necessário elucidar a respeito do *modus operandi* que era totalmente diferente da perseguição, tortura e extermínio dos grupos que aderiram a luta armada e eram abertamente contrários ao regime

[...] o cerne das políticas sexuais empreendidas pela ditadura não era exterminar fisicamente esses grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política e a luta armada. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, dessexualizar o espaço público expulsando esses segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo.

[...] Sem sombra de dúvida, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra LGBTs seguissem sendo cometidos até hoje por agentes públicos, dada a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tais atitudes (QUINALHA, 2021, p. 33).

Desse modo, o discurso se baseava em uma estigmatização higienista que impedia as homossexualidades de serem vividas em sua plenitude em ambientes públicos, empurrando tais comportamentos para guetos, ou para ambientes privados. Os estragos dessa política são sentidos até hoje, por falta justamente de um enfrentamento corajoso e a punição de agentes que fizeram parte desse assombroso regime. Diferente do extermínio empreendido aos “inimigos políticos” do regime, não há evidências de assassinatos do Estado brasileiro contra indivíduos que performavam uma sexualidade não heteronormativa. Porém, não se deve relativizar violências, as batidas, as prisões arbitrárias e as patologizações eram uma constante na vida dessas pessoas. Como ver-se-á posteriormente.

Instituída a ditadura no país, surgem diversos órgãos de controle de informações, repressão e inteligência. Um deles é o SNI (Sistema Nacional de Informações), que foi responsável por elaborar “investigações” de opositores do regime. Uma dessas investigações chama atenção. Em 1969 diversos servidores do Itamaraty em outros países foram demitidos sob a suspeita de “subversão”. A denúncia baseou-se em

[...] boatos de embriaguez, homossexualidade, prostituição, “insanidade”, inconformidade de gênero ou de alguma combinação dessas infrações. [...] O informe recomendou a demissão de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade, três por embriaguez pública, três por “insanidade mental” e um “em virtude de vida irregular e escandalosa, instabilidade emocional comprovada” (GREEN; QUINALHA, 2019, p. 32-33).

Fica claro o discurso intolerante a esse comportamento considerado desviante dentro dos órgãos do regime. Porém, não se sabe se de fato essas pessoas foram demitidas justamente devido a suas condutas privadas, ou se esses estigmas lhe foram imputados apenas por serem inimigos do regime. Fato é que, independente de qual seja a artimanha utilizada, os discursos que rodeavam os órgãos ditatoriais viam a homossexualidade como um comportamento atentatório a moral e aos bons costumes. Já o discurso em outra instituição do regime, a Escola Superior de Guerra (ESG) ganhava outra forma. Por lá, seus teóricos “analisaram a homossexualidade como uma ameaça patológica à segurança nacional” (GREEN; QUINALHA, 2019, p.35). Há nessa visão da ESG uma grande influência positivista, analisando a sociedade como um grande órgão funcionalista, sendo os discursos médico-legais pilares desse “pensamento”.

Além das demissões e discursos de funcionários estatais, a violência contra as sexualidades desviantes tem um destaque especial nas ruas das grandes cidades. A ampla documentação a respeito dessas batidas é encontrada nas mídias alternativas voltadas a esse público como o jornal “O Lampião da Esquina”. O principal mecanismo

utilizado para mascarar essas prisões era baseado na contravenção penal de vadiagem. Promulgada em 1941, o artigo estabelece o seguinte:

Art. 59<sup>3</sup>. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Caso não portasse a carteira de trabalho que atestasse algum vínculo empregatício qualquer cidadão poderia ser enquadrado nessa contravenção penal, que era extremamente subjetiva e as penas variavam levando em consideração classe, orientação sexual e cor.

A vulnerabilidade de grande parte da população perante a essa contravenção penal permitia que na prática policial se definisse os alvos para sua aplicação, já que bastava somente o depoimento do investigador de polícia e a falta de comprovação de renda para formular o inquérito. [...] Desde 1924, a Delegacia de Costumes utilizava a Lei de Vadiagem para prender quem realizasse práticas sexuais que não agradassem a prática policial (GREEN; QUINALHA, 2019, p. 156).

É sintomático a utilização desse mecanismo nas rondas policiais em bares, locais de socialização homossexual, hotéis e até mesmo em espaços públicos com o objetivo de cercear e confinar esses grupos em espaços que não fossem o centro de grandes capitais. Inúmeras prisões arbitrárias contra travestis, homossexuais, lésbicas, prostitutas e michês foram realizadas por agentes públicos, principalmente em São Paulo sob o comando de delegados como Sérgio Paranhos Fleury e José Wilson Richetti. Quinalha (2021, p. 42-43) corrobora essa afirmação:

Nas ruas, de forma geral, homossexuais eram assediados por batidas policiais ostensivas, que mobilizavam um número expressivo de agentes. Tais investidas ocorriam nas regiões de maior concentração dessa população, especialmente nos guetos e em espaços consagrados de sociabilidade e expressão da sexualidade, que acabavam propiciando algum acolhimento e proteção aos homossexuais. Geralmente, eram detidos sem nenhuma acusação consistente e submetidos a constrangimento públicos pela exposição de seus corpos ou de suas práticas sexuais, muitas vezes enrustidas e escondidas devido ao

---

<sup>3</sup> Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses). Acesso em: 18 set. 2022.

preconceito vivido nos universos escolar, familiar e profissional.

Essas batidas e prisões se intensificavam quando eram travestis que viviam da prostituição. Presas, eram constrangidas, violentadas fisicamente e sexualmente por policiais. Além de serem extorquidas por eles para realizarem seu trabalho em paz.

“A prática corrente da prisão de quem não tivesse devidamente identificado adquiria contornos diferenciados quando essa pessoa era uma travesti, caso em que pouco importava a posse ou não de documentação. A regra era prisão sumária pela simples existência” (QUINALHA, 2021, p. 59).

Infere-se que essa opressão tinha seus contornos e alvos “preferidos” e que alguns indivíduos eram mais preteridos que outros. Para se ter ideia dessas batidas e desse contexto nas ruas de São Paulo em meados do dia 24 de maio de 1980, a Operação Rondão levou

mais de setecentas pessoas [...] presas, entre as quais encontravam-se “homossexuais, travestis, prostitutas e um elemento com posse ilegal de arma” [...] as rondas levavam “de trezentas a quinhentas pessoas por dia para a cadeia”, mas só uma pequena porcentagem, de 0,8 dos detidos, tinham passagem pela polícia (QUINALHA, 2021, p. 73).

Analisando o excerto, percebe-se o alto número de pessoas presas em uma só noite. Essas operações tinham um grande respaldo de comerciantes e da classe média que viviam nesses bairros. Além disso, os números não mentem, apenas 0,8% dos detidos tinham alguma passagem, ou seja, a prática empregada tinha muito mais a ver com a higienização e criminalização das sexualidades desviantes do que com a inibição de crimes como era vinculado na grande mídia da época.

As sexualidades consideradas desviantes e categorizadas como atentatórias à moral e os bons costumes, além de terem sido marginalizadas, oprimidas e sofrerem das mais variadas formas punitivas do Estado autoritário brasileiro, tiveram que lidar também com o preconceito, com a exclusão e com as agressões vindas da própria esquerda ortodoxa da época, que segundo Feitosa (2020, p. 01)

[...] a esquerda da transição democrática acusava o então nascente Movimento Homossexual não apenas de ser uma manifestação da decadência da burguesia como também uma causa divisionista, secundária e polêmica para os valores morais da sociedade brasileira.

Tal preconceito e segregação encontrados nos nichos de esquerda da época não ficavam atrelados somente a risos, zombarias e comentários que visavam deslegitimar a

luta dessas pessoas, chegando até a máxima de agressões físicas, partindo de acadêmicos da própria USP (Universidade de São Paulo), considerada na época como vanguarda oficial do progressismo brasileiro.

João Silvério Trevisan, escritor, jornalista, dramaturgo e defensor dos direitos das pessoas homossexuais, relata em sua obra intitulada “Devassos no Paraíso” alguns encontros do então incipiente movimento homossexual com as “elites” intelectuais esquerdistas em debates realizados pela Faculdade de Ciências Sociais da USP em 1979. Segundo Trevisan, tais debates eram calorosos e repletos de observações que demonstravam bem o pensamento da própria burocracia intelectual da época, explicitado quando um esquerdista ortodoxo reduziu a luta dos homossexuais por direitos a mera, em suas palavras, “[...] escamoteação da luta de classes” (TREVISAN, 2018, p. 321).

A violência proferida por esse setor que se intitulava progressista não se findou em tais atos, chegando, infelizmente, às vias de fato, como atestado por Trevisan (2018, p. 322):

Meses depois, fomos informados de que, na mesma faculdade onde ocorrera o debate, um ativista guei<sup>4</sup> (que gostava de se apresentar, provocadoramente, com o nome feminino de Taís e desfilava travestido à noite pelas ruas de São Paulo) tinha sido atraído para um bosque nas vizinhanças e aí recebeu uma surra, que lhe custou um dente. Enquanto espancavam, os quatro militantes esquerdistas (seus conhecidos), acusavam-no de estar tentando dividir a luta do proletariado e o exortavam a parar com “essa frescura de movimento homossexual”.

Os relatos evidenciam a existência de dois lados totalmente opostos e dissonantes em mecanismos de opressão e discurso, mas concordantes, paradoxalmente, em um ponto: a legitimação do preconceito e visão sub-humana de indivíduos que destituídos e pressionados por ambos os espectros políticos encontravam-se cada vez mais em um limbo de desamparo, preconceito e marginalização que, infelizmente, perdura e permeia até hoje nessa camada social.

## 5 FORMAS DE RESISTÊNCIA

Diante do cenário hostil em que essas pessoas de sexualidades dissonantes enfrentavam, surgem mecanismos e formas de enfrentamento ao sistema. Iremos analisar no decorrer deste tópico algumas delas.

---

<sup>4</sup> O autor em sua obra alega que a nomenclatura “guei” seria mais apropriada e mais brasileira em contrapartida ao termo em inglês “gay”.



Fica patente que os alvos preferidos das rondas policiais eram as travestis que trabalhavam com o *trottoir*<sup>5</sup>. As prisões eram recorrentes, muitas foram presas mais de quinze vezes durante o mês, e se não bastasse, policiais as extorquiam para que não fossem presas. Há relatos de estupros, violências físicas e psicológicas que as presas enfrentavam nas delegacias. Nesse sentido, uma das formas encontradas por elas para escapar dessa agressão estatal era a automutilação antes e depois de serem presas. Elas utilizam objetos cortantes como giletes, que causavam cortes profundos e resultava na transferência dessas pessoas para casas de saúde, onde eram melhor tratadas e não havia violência.

Pegas “em flagrante” [...] travestis [...] andavam municiadas com giletes, que enfiavam nos seus próprios braços como um esforço antes de serem arrastadas para os camburões policiais que as levariam para a detenção. Desse modo, elas se viam obrigadas a mutilar seus corpos, mesmo que isso deixasse marcas, para tentar escapar da violência do Estado (QUINALHA, 2021, p. 51).

Nota-se que a violência emanada pelo Estado ditatorial era tão profunda e degradante que levava as vítimas a atentarem contra a própria vida. Essas atitudes também evidenciam que elas não foram passivamente cooptadas pela situação imposta, resistiam, ao seu modo, contra a opressão e o autoritarismo.

É interessante analisar e destacar também, a forma e a capacidade resiliente dos grupos, hoje chamados de LGBTQIA+, que cada vez mais tentam se reinventar e se reconstruir de forma inclusiva para agregar sob sua égide as mais variadas formas das sexualidades humanas. Esse ato é visível no âmbito linguístico em que cada vez mais termos são deixados de lado para, paulatinamente, incluir e não segregar as sexualidades polimorfas. Nesse sentido, utilizar termos como GLS nos dias atuais é totalmente ultrapassado e segregativo dentro do próprio movimento, que deixava de incluir bissexuais, transexuais, assexuais, intersexuais e não binários.

Após o *boom* provocado pela revolta de Stonewall, nome de um famoso bar gay de Nova York, frequentado majoritariamente por pessoas de origem periférica e sexualmente desviantes do padrão, foi arbitrariamente fechado com extrema violência pelas autoridades policiais, os frequentadores do local resolveram revidar. Cansados das batidas rotineiras da polícia no estabelecimento, por motivos claramente homofóbicos, a freguesia do estabelecimento respondeu contra a ação truculenta e arbitrária desferida contra eles. Sendo assim, a Rebelião de Stonewall foi crucial, visto que ele se tornou um emblema do poder gay e lésbico. O evento em questão é considerado um marco na história contemporânea, e suas implicações ainda ressoam pelos quatro cantos do mundo.

Nesse cenário, emerge no Brasil, no auge da Ditadura Civil-militar, com o agravante desse movimento ser visto como luta de segunda importância no campo da

---

<sup>5</sup> Termo derivado do francês que significa, em uma tradução livre, andar nas calçadas. Mas ficou mundialmente conhecido por estar associado ao andar das prostitutas e travestis à procura de clientes nas ruas.

esquerda organizada, certas formas “paramilitares” de resistência, de estudo e de luta pelos direitos de sua classe, como o grupo homossexual *Somos*, e o jornal *O Lampião da Esquina*, movimentos que nos atentaremos brevemente nesse tópico.

Golpeados pela direita e solapados pela esquerda, o então incipiente movimento gay, deixado à sorte pelo contexto político, sob a influência de nomes como Aguinaldo Silva, Peter Fry, João Silvério Trevisan, surgiu em meados de 1978, o famigerado *Lampião da Esquina*, “um título sugestivo da vida gay de rua, mas que aludia também à figura do rei do cangaço” (GREEN, 2019, p. 440). O tabloide vanguardista englobava os mais variados assuntos da vida gay cotidiana e apresentava também, de forma menos recorrente, temas progressistas para a época, como discussões sobre feminismo, lesbianismo e consciência negra. Logo, a presença de um jornal voltado para essa parte da sociedade chamou negativamente a atenção das elites. Após quatro meses da primeira tiragem do *Lampião*, a instituição jornalística foi vítima de uma extensa investigação policial, que acusava o jornal de ofender a moralidade pública. Sobre esse episódio, Trevisan (2018, p. 323) diz que:

[...] a carta da polícia federal solicitando o inquérito referia-se a nós, editores, como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, de modo que constituíamos casos situados - segundo os promotores - na fronteira da medicina patológica. [...] antes mesmo de instaurado qualquer processo judicial, [...] a polícia já nos julgava antecipadamente culpados.

O relato de Trevisan evidencia a arbitrariedade com nuances de preconceito jurídico-médico das instituições policiais e políticas do período, que sem base científica enquadraram as homossexualidades como doenças de caráter psicológico.

Além do jornal que, pela primeira vez, em terras brasileiras, dava voz a instâncias sociais que foram paulatinamente silenciadas ou ignoradas por séculos, surge concomitantemente, baseado em experiências efêmeras anteriores de grupos que tentaram angariar debates e lutar pelos seus direitos, o *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*. Esse grupo não foi o primeiro a ser organizado, tendo antes dele, diversas tentativas falhas de aglutinar o movimento; tentativas estas que, contavam com um número ínfimo de apoiadores. A eloquência e a importância do *Somos* estão ligadas ao caráter ativista do grupo que ocupou palcos até então nunca conquistados por pessoas homossexuais em debates políticos ou ideológicos e também por sua independência perante os grupos da esquerda ortodoxa da época, que viam a busca de emancipação gay como luta secundária em comparação com a luta de classes, que era o único assunto de enfoque. A influência do grupo é notadamente observada em obras posteriores de autores das mais variadas áreas da ciência como psiquiatras, sexólogos e acadêmicos, que na visão de Green (2019, p. 443) “em vez de se apoiar nos escritos médico-legais das décadas de 1930 e 1940, esses autores em geral apresentavam a ideia de que a homossexualidade era apenas um entre muitos diferentes comportamentos sexuais possíveis, e não uma patologia”. Desprende-se desta passagem o efeito de um dos objetivos do grupo que era justamente desmistificar e verbalizar os anseios dessa classe.

Dentro do *Somos* ocorreram “[...] uma série de tentativas interessantes, [...] uma das ideias-chaves, [...] foi a de que a homossexualidade devia ser uma instância de determinação dos próprios homossexuais” (TREVISAN, 2018, p. 325). Infere-se nesse discurso a reivindicação dos homossexuais como donos da sua própria identidade e afirmação enquanto seres políticos, atitude que lhes foi negada durante séculos, sendo essa determinação secular pautada nos aparelhos de repressão estatais, religiosos ou sociais a definição daquilo que era ou não caracterizado como desviante.

Sobre o impacto e a importância desses e de outros movimentos sociais na reconstrução da nossa democracia é interessante destacar que

Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 474).

Dessa forma, consoante ao excerto, a mídia alternativa e a aglutinação dessas minorias em grupos de apoio e de luta política foram um instrumento bastante eficaz e importante para efetivar a resistência ao Estado autoritário brasileiro e posteriormente para a superação desse regime nefasto.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente ante esta exposição que durante o período antidemocrático brasileiro, as pessoas consideradas desviantes da heteronormatividade foram perseguidas, presas, agredidas, demitidas, silenciadas e vítimas de um sistema preconceituoso, orientado por ideologias claramente reacionárias, higienistas, nacionalistas e teocráticas. Utilizando das mais variadas formas de ação: batidas policiais, discursos estigmatizantes, violência física e psicológica, o Estado brasileiro silenciou-se e recusou-se a reconhecer a dignidade e a legitimidade sexual de diversos indivíduos que não se enquadravam nas performances de gênero e de orientação sexual que se esperava. Além disso, é patente que a questão foi tratada de forma diferente de acordo com o contexto, a classe social e a expressão de gênero das vítimas.

Evidencia-se, como discutido no estudo, a presença desses mecanismos opressores e segregadores até mesmo nos grupos orientados por pautas ditas progressistas na época ditatorial. Essa parte da população, deixada de lado por ambos os espectros políticos, ficou às margens da sociedade, sem amparo, sofrendo das chagas sociais seculares presentes nas mentalidades humanas desde o advento da sociedade ocidental e que tem ressonância até a hodiernidade.

Outrossim, a História Oficial e a Historiografia têm renegado e ocultado essas temáticas tão caras e necessárias a construção de uma sociedade plural e livre de injustiças sociais. Essa luta é de todos os oprimidos e simpatizantes da causa que não

aceitam e não aceitarão retroceder a períodos tão nefastos da nossa história. Urge a destruição e a superação de valores arcaicos e de instituições que emanam preconceitos em seus discursos disfarçados de opinião. Sem esquecer, é claro, que todas essas mazelas como o machismo, as homofobias, e a dominação do homem pelo homem têm denominadores em comum que precisam ser superados: o conservadorismo, o fascismo e suas bifurcações.

## REFERÊNCIAS

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. **Dossiê: Assassinatos e violências contra pessoas Trans**. Brasília: Antra, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.
- BURKE, P. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- FEITOSA, C. Movimento LGBTI+ e Democracia. **Reforma Política**, 2019. Disponível em: <https://reformapolitica.org.br/2020/03/04/movimento-lgbti-e-democracia/>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber (vol. 1)**. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020. 176 p. (Coleção: História da sexualidade). Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.
- GREEN, J. N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2019.
- GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: Edufscar, 2019.
- NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, Lei das Contravenções Penais**. Rio de Janeiro, 3 out. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro.-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#:~:text=ou%20para%20terceiro.-,Art.,quinze%20dias%20a%20três%20meses). Acesso em: 18 set. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil da Colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

# *Shingeki no Kyojin*: possibilidades historiográficas e paradidáticas no ensino de História

*Shingeki no Kyojin: historiographical and educational materials possibilities in history teaching*

JUCIARA TELES CRUZ

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: [juciaratc@unipam.edu.br](mailto:juciaratc@unipam.edu.br)

ELIZENE SEBASTIANA NUNES DE OLIVEIRA

Professor orientadora (UNIPAM)

E-mail: [elizene@unipam.edu.br](mailto:elizene@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** Os animês estão cada vez mais populares no Brasil. A partir disso, este trabalho verifica a possibilidade do uso de novas fontes históricas dentro do processo de ensino-aprendizagem, tendo como base os pressupostos da Escola dos Annales, que revolucionaram o campo da historiografia e permitiram que produtos audiovisuais fossem destrinchados nesse sentido. Surge, assim, a oportunidade do uso dos animês como material paradidático dentro do ensino de história. O trabalho analisa a obra de Hajime Isayama, *Shingeki no Kyojin*, que diante de sua profundidade filosófica e da abordagem de temas como o totalitarismo e seus reflexos dentro de uma sociedade, se mostra como um objeto de estudo categórico a ser utilizado como recurso em sala de aula.

**Palavras-chave:** Animê. *Shingeki no Kyojin*. Ensino de História. Historiografia.

**Abstract:** Anime is increasingly popular in Brazil. From this, this work verifies the possibility of using new historical sources within the teaching-learning process, based on the assumptions of the Annales School, which revolutionized the field of historiography and allowed audiovisual products to be unraveled in this sense. Thus, the opportunity to use anime as educational material within the teaching of history arises. The study analyzes Hajime Isayama's work, *Shingeki no Kyojin*, which, due to its philosophical depth and the way it approaches themes such as totalitarianism and its reflections within a society, shows itself to be a categorical study object to be used as a resource in the classroom.

**Keywords:** Anime. *Shingeki no Kyojin*. History teaching. Historiography.

---

“Neste mundo não existe uma verdade. Essa é a realidade. Qualquer um pode se tornar um Deus ou um Diabo. Só precisa que alguém diga que essa é a verdade” (*Shingeki no Kyojin*).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na sociedade contemporânea, a imagem ocupa o olhar mais que o próprio texto escrito. São muitas as manifestações visuais, seja por meio de filmes, seja por meio da televisão, de fotografias e outras categorias de imagens. A iconografia como fonte de pesquisa em História tem sido utilizada constantemente, e não mais limitada aos historiadores da arte. Com a História dos Annales (1929), na França, surgiram tendências historiográficas que passaram a contemplar outros objetos de pesquisa, e essas mudanças refletiram na ampliação da concepção e enfoque que se deu ao uso do documento no ensino de História. Os objetos de investigação para esta pesquisa foram os recursos audiovisuais, sobretudo os animês e sua (possível) relação com o ensino de História.

Os animês são muito assistidos, mas ainda pouco utilizados na pesquisa e no ensino. Isso se deve a irrelevância desse tipo de fonte? Existe valoração na utilização desse tipo de fonte para a historiografia e o ensino?

Este trabalho pretende responder a tais problemáticas. Para isso, primeiramente faz-se necessária uma observação sobre o movimento historiográfico dos Annales e a incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa, introduzindo a Roger Chartier e a História Cultural, a partir do conceito de representação advindo da sociologia e apropriado pelo próprio historiador francês.

Num segundo momento, o que ficará exposto será um panorama geral sobre animês, mais precisamente sobre *Shingeki no Kyojin*, obra de Hajime Isayama e a utilização da mesma na pesquisa historiográfica e no ensino de História. Neste ponto, a presente pesquisa parte do seguinte questionamento: A obra de Isayama e animês no geral possuem relevância e têm algo a contribuir no tocante ao estudo histórico e ao processo de ensino-aprendizagem?

Levando em conta a especificidade de cada fonte histórica, todas elas, inclusive os animês, devem possuir valor para a análise historiográfica, possibilidade de utilização no ensino de História e na própria compreensão da sociedade que a produz e também nas que a consomem ou utilizam.

O trabalho se justifica no inegável *boom* dos mangás e animês no Brasil e no mundo e na sua pouca ou inexistente utilização como objeto dentro de estudos historiográficos e da docência. Urge a necessidade de olhar para os animês como uma fonte nova, muito presente na cultura jovem. Dentro da historiografia, se apresenta como uma fonte pouco explorada, e dentro da docência se mostra uma ferramenta dinamizadora e atrativa que é igualmente pouco observada.

Levando em consideração o mundo globalizado em que se vive, onde os espaços quase não existem em função da rapidez da internet e das interações que ela proporciona, o mundo inteiro entra em contato com diversas culturas, inclusive a japonesa, de onde vêm os animês, principal objeto de análise deste trabalho.

Nesse sentido, o trabalho justifica-se na busca por analisar a obra de Hajime Isayama e as possibilidades de fazer conexões e paralelos com a História, interrogando o significado que os símbolos retratados nessas obras escancaram sobre a sociedade, contribuindo para o estudo e difusão da temática, bem como para a compreensão de diversos momentos históricos. Sendo assim, a realização do presente trabalho se justifica

pela reflexão acerca da utilização de novas fontes históricas no estudo histórico e na prática docente.

Os objetivos da pesquisa são discutir a utilização de fontes históricas dentro da historiografia e da prática docente no ensino de História, em específico os animês, e analisar os paralelos entre a realidade e a representação da realidade em *Shingeki no Kyojin*. Sobre os objetivos específicos, propõe-se examinar a contribuição da Escola dos Annales para a historiografia e a discussão sobre o trabalho do historiador; evidenciar a necessidade de uso de novas fontes históricas no ensino de História; analisar as possibilidades e contribuições da utilização de animês no ensino de História e correlacionar as semelhanças entre *Shingeki no Kyojin* e momentos históricos como o totalitarismo, o nazismo e todos os aspectos que os permeiam.

O presente trabalho será realizado por meio de uma pesquisa de caráter descritivo (bibliográfico e audiovisual), em fontes primárias e secundárias. Será feita uma revisão da literatura de Reis, Barros, Cavalcante etc.; baseada na leitura de artigos encontrados por meio de pesquisa na internet nos repositórios de diversas universidades nacionais e estrangeiras sobre o tema em questão, sobre iconografia no ensino de História, sobre o animê *Shingeki no Kyojin*, sobre a relação do animê e questões histórico-sociológicas. Assim, o referencial teórico-metodológico fundamenta-se na relação entre a obra de Hajime Isayama e a História Cultural, a partir do conceito de representação advindo da sociologia e apropriado por Roger Chartier. Tal conceito possibilita pensar a imagem a partir do campo simbólico, do contexto de produção e suas intencionalidades.

Considerando a bibliografia estudada, será evidenciada a necessidade da utilização da iconografia (o objeto principal de pesquisa – *Shingeki no Kyojin*) como fundamento e método de ensino, principalmente por propiciar o diálogo com temporalidades históricas distintas e estabelecer relações com outras linguagens. Buscará evidenciar a relação entre o animê e questões históricas e sociológicas, bem como estudiosos que pesquisaram e contribuíram para essa questão do uso de recursos audiovisuais no ensino de História, na sala de aula, buscando aguçar o interesse do aluno.

Como categoria documental, a iconografia reivindica tratamento metodológico específico, para que não se limite a ser usada como mera ilustração do texto narrativo.

A opção é, conforme dito, por uma metodologia descritiva e os resultados serão expostos através de uma abordagem qualitativa. A escolha de *Shingeki no Kyojin* como objeto principal de pesquisa se dá por gosto pessoal da autora e pela possibilidade de utilizar o recurso como meio didático e principalmente como fonte histórica, já que ficam evidenciadas no enredo da obra diversas situações que são facilmente comparadas a questões históricas e sociais.

## **2 ESCOLA DOS ANNALES: UM NOVO OLHAR PARA A HISTORIOGRAFIA E PARA O TRABALHO DO HISTORIADOR**

Tendo em mente esse processo de transformações encerrado no seio da História e a elevação de outras fontes históricas para a pesquisa e ensino de tal ciência, abrem-se ao historiador e ao professor de História novas formas de produção e transmissão dos conhecimentos.



É nesse caminho que podemos situar os animês e a possibilidade de sua utilização nas salas de aula. Considerando-os como fontes históricas legítimas, eles podem ser aproveitados pelos docentes como verdadeiras formas de dinamizar as aulas e atrair os alunos para os assuntos trabalhados, já que se trata de um elemento atual e que é capaz de fazer conexões entre o passado e o presente. Conexões essas que em meio a rotina de trabalho, por muitas vezes se desgastam, tornando o processo de ensino raso e menos efetivo.

*Shingeki no Kyojin* é uma obra que esclarece toda essa digressão anterior. Em primeiro lugar, é um produto audiovisual, mais especificamente um animê; que se destaca pela sua popularidade, se encontrando entre os animês mais assistidos da atualidade. Em um segundo momento, oferece um arcabouço muito rico para se trabalhar diversos conteúdos da disciplina História nas salas de aula. Dessa forma, une a utilidade de elementos didáticos capazes de aproximar o aluno da disciplina, sem se afastar do objetivo principal da educação, que é o desenvolvimento e a aprendizagem do educando.

A Escola dos Annales revolucionou o fazer da História abrangendo o olhar do historiador no que diz respeito ao seu objeto de estudo, permitindo a utilização de novos métodos, metodologias e fontes históricas para se trabalhar.

Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* se opôs diretamente à produção historiográfica predominante no século XIX, tornando-se um movimento de vanguarda na renovação do método de investigação histórica. Ela divulgava a concepção de uma história total que fosse desenvolvida a partir de uma problemática - história problema - e que utilizasse interdisciplinaridade como estratégia importante para se chegar ao conhecimento histórico.

Outra contribuição da escola é a reflexão sobre o caráter das fontes históricas: o conceito de documento histórico passa a ser relativizado no que se refere à ideia de verdade e neutralidade, enriquecido a partir da incorporação de novas formas de fontes históricas, além da escrita.

Dividida em três gerações, a primeira geração dos Annales significou o ponto de partida para as novas abordagens da história. A grande contribuição historiográfica dessa geração foi a possibilidade de um diálogo entre a história e as ciências sociais, rompendo a barreira invisível, mas ao mesmo tempo sólida, legitimada por uma história tradicional, factual e excessivamente preocupada com os acontecimentos advindos do século XIX (REIS, 2000).

Para Febvre, que objetivava uma pesquisa interdisciplinar com uma história voltada para a problematização, era preciso levar em consideração os diversos aspectos e diferenças humanas, uma vez que, de fato, essas diferenças existem na forma de pensar dos indivíduos, e não levá-las em consideração significa negligenciar outros campos relevantes.

Diante disso, os pensamentos de Febvre e Bloch se entrelaçam na criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, surgindo como uma nova proposta no meio científico e contrariando a história política tradicional, abrindo espaços para a história social e econômica, em contraposição a uma história tradicional, enraizada no modelo positivista.

Bloch e Febvre delinearão a primeira geração dos *Annales*, o principal representante da geração sucessora é Fernand Braudel, que considerava a “história dos eventos” superficial e acreditava que o historiador deveria percorrer caminhos de tempo mais longos a fim de entrar em contato com a estrutura social e econômica da sociedade em questão.

Em Braudel, o homem é descentralizado e sofre, de alguma forma, a temporalidade muito mais do que a produz. O homem perdeu o controle total de sua historicidade – ela já o teve algum dia? – e sabe que age sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes, que ele não pode vencer, pois não dependem da sua vontade. Esta é uma novidade do pensamento histórico, presente já em Bloch e Febvre, e que Braudel elabora e radicaliza: o descentramento do homem, tornando-o elemento seriável e não evento singular (REIS, 2000 p. 105).

Os *Annales* cresceram em quantidade e qualidade sob a direção Braudel e, segundo Reis (2000), houve uma

expansão física, institucional, quantitativa; aumentou sua área de influência mundial pela qualidade superior de seus próprios trabalhos e dos trabalhos dos mestres de seu grupo. [...] Braudel reafirmou os princípios dos fundadores: aproximação da história das ciências sociais, defendendo a posição “federadora” da história entre elas, pois “ciência do tempo, da duração dos fenômenos humanos” e, por isto, fundadora de qualquer outro saber sobre o homem; recusou ainda enfaticamente a história política e “acontecimental” e reafirmou, com a mesma ênfase, a história-problema e a história-global (p. 107).

Após 1968, a direção da Revista não ficou a cargo apenas de Braudel, mas também de um comitê de jovens historiadores, entre eles Jacques Le Goff. O uso de fontes seriadas foi incorporado a uma nova proposta de História, ao passo que houve o retorno e a renovação da História Política. O diálogo com novas disciplinas, principalmente a antropologia, auxiliou na construção do conceito de cultura política.

Nesta terceira fase, há o resgate do valor da narrativa e do estudo biográfico. Há também o exercício de grande influência sobre a historiografia e sobre o público leitor em abordagens chamadas Nova História ou História Cultural. Roger Chartier, membro da terceira geração dos *Annales*, foi um dos idealizadores dessa História Cultural e do conceito de Representação.

De acordo com Barros (2005), a partir da historiografia moderna, a nova História Cultural tornou-se possível a partir de uma importante expansão de objetos historiográficos. Quando um objeto histórico, uma fonte histórica é “criada”, ela está

aberta a infinitas interpretações. A partir do momento que o receptor entra em contato com esse objeto, ele já não é mais o mesmo, uma vez que o leitor vai adicionar àquele objeto suas concepções de mundo e a sua carga intelectual.

Ao escrever um livro, o seu autor está incorporando o papel de um produtor cultural. Isto todos reconhecem. O que foi acrescentado pelas mais recentes teorias da comunicação é que, ao ler este livro, um leitor comum também está produzindo cultura. A leitura, enfim, é prática criadora – tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira – isto de acordo com os seus âmbitos de “competência textual” e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura). Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção. Este exemplo, aqui o evocamos com o fito de destacar a complexidade que envolve qualquer prática cultural (e elas são de número indefinido) (BARROS, 2005, p. 127-128).

Perante o exposto, o presente trabalho, tendo como um de seus objetivos principais a análise da possibilidade do uso de animês, em destaque a obra de Hajime Isayama, intitulada originalmente *Shingeki no Kyojin*, como fonte histórica e como recurso didático muito rico e atrativo dentro da sala de aula, partindo do princípio de Chartier, em que cada indivíduo com suas especificidades e carga intelectual, cultural e social é um “receptor cultural” e, conseqüentemente, um “criador da cultura”.

Voltando a Febvre (*apud* REIS, 2000, p. 16), que defende o uso de outras fontes além da escrita, considerar a história antes da escrita como pré-história é

uma noção ridícula [...]. Só porque não havia documentos escritos? Mas o pesquisador que estuda a difusão de tal cerâmica neolítica faz história exatamente como aquele que trabalha com uma fonte estatística moderna. Ambos procuram conhecer as manifestações do gênero inventivo da humanidade, que, se são diferentes na forma, não são diferentes em ‘engenhosidade’.

### 3 ANIMÊS

A filosofia antropológica e suas discussões a respeito de toda a natureza do ser humano remontam aos primórdios tempos do surgimento da própria filosofia grega. Sem pretender alçar um profundo debate acerca do tema, uma coisa é certa, nos

distanciamos imensamente de todos os outros animais devido a nossa capacidade de produzir e reproduzir um complexo sistema simbólico, que podemos definir como cultura. Sociedades distintas vão necessariamente originar culturas diferentes, ou seja, diferentes formas de ver o mundo e orientar a atividade social. A cultura também se desenvolve diferentemente no tempo e no espaço. Fato é que ela influencia toda a sociedade, seja na sua linguagem e forma de utilizá-la, seja no modo como um grupo de pessoas é capaz de absorver e compreender a própria realidade.

Refletindo a respeito da cultura e de sua influência na sociedade como um todo, podemos perceber que, na contemporaneidade, as mídias digitais e audiovisuais adquirem cada vez mais importância na circulação e produção cultural. Filmes - seja no cinema, seja na televisão e agora, mais popularmente nas telinhas dos celulares -, programas televisivos, dentre inúmeros outros, alcançam mais e mais espectadores, detendo uma indústria crescente e um peso sabidamente considerável na formação do imaginário coletivo, na construção de ídolos e nas aspirações da sociedade.

Na última década, os mangás (histórias em quadrinhos japonesas) e os animês (desenhos animados japoneses), alcançaram uma popularidade imensa no Brasil e no mundo; apresentando histórias com grande variedade de temas e a diversificação do público-alvo, sendo os adolescentes os maiores consumidores do gênero que faz parte do cotidiano de muitos. O animê é um produto que alcança progressivamente um lugar mais elevado na indústria audiovisual, deixando de ser um produto nichado.

O termo *anime* vem do inglês, *animation*, usado pela cultura japonesa para designar toda forma de animação. Os japoneses também denominam de *anime* um desenho animado da Disney, por exemplo, mas no exterior “anime” passou a significar toda animação feita no Japão com estilo e estética desenvolvida lá, derivada, principalmente, dos mangás.

Os animês podem ser encontrados em curtas, longas e séries animadas. Tendo surgido entre a primeira e a segunda década do século XX e sendo por muito tempo um objeto intrinsecamente nipônico, produzido e consumido quase que inteiramente dentro do próprio Japão, os animês atualmente furam as barreiras imaginárias dos estados-nação, para encontrar público ao redor de todo o globo.

No Brasil, em específico, essa história se apresenta similarmente, tendo os animês uma influência cultural relevante, especialmente dentre a população mais jovem - crianças, adolescentes e jovens adultos. Podemos considerar a expansão dos animês no Brasil em pelo menos três momentos expressivos.

O primeiro, na década de 1990, na agora extinta Rede Manchete, onde obras como Cavaleiros do Zodíaco, *Astro Boy*, *Sailor Moon*, dentre outros, alcançaram legítimo sucesso e abarcaram uma legião de fãs, produzindo personagens significativos da cultura pop.

O segundo momento, já então nos anos 2000, se refere aos animês transmitidos principalmente nas redes Globo, SBT e Bandeirantes. Trabalhos como *Naruto*, *Dragon Ball Z*, *Pokémon*, *Digimon* e *One Piece* são apenas alguns dos exemplos que consolidaram e expandiram esse conteúdo em território nacional.

Agora, mais recentemente, na década de 10 do presente século, acompanhamos uma nova onda, que se distancia das duas décadas anteriores a partir do seu modo de distribuição. Apesar das redes de televisão não transmitirem com a mesma autoridade;

os recentes serviços de streaming conseguiram suprir essa lacuna, e não apenas isso, mas também tornar ainda mais prolíferas as animações japonesas. *Kimetsu no Yaiba*, *Jujutsu Kaisen*, *Boruto - Naruto Next Generations* e *Shingeki no Kyojin* são exemplos dessa nova safra. Levando em conta o alcance da pirataria no Brasil, é de se imaginar que os animês estejam ainda mais presentes em nossa sociedade brasileira.

Considerando esse aumento significativo, somado ao que já foi dito a respeito da influência da cultura nas sociedades, torna-se interessante a análise sobre a influência dos animês no Brasil e a possibilidade de sua utilização para os mais diversos fins. Neste trabalho em específico, sobre as oportunidades e benesses que a aplicação desse conteúdo pode ter durante a prática de ensino-aprendizagem, considerando a penetração deste em meio ao público infanto-juvenil.

Para tentar entender as razões da popularidade dos animês, é preciso conhecer as características do gênero. Segundo Meireles (2003, p. 207-208),

os personagens dos mangás são muito mais próximos das pessoas comuns e normalmente não apresentam os traços maniqueístas que geralmente determinam os pares de “mocinho” e “bandido” nas histórias ocidentais. Mesmo os personagens “maus” são apresentados com as razões que os levaram a ser o que são e a possibilidade de redenção (muito frequentemente através da morte) está sempre presente [...] Embora geralmente desprezados como material para pesquisas acadêmicas e estudos culturais, [...] os mangás e animês são indubitavelmente uma rica fonte de contato com a sociedade e a herança cultural japonesa, colocada cada vez mais ao alcance do mundo ocidental. Pela narrativa bem estruturada e técnicas visuais envolventes, o estilo mangá tem alcançado enorme sucesso e grande identificação nas mais diversas faixas etárias e sociais em todo o mundo. [...] Mais que programas oficiais de incentivo ou leis regulamentando a tolerância e o respeito à diversidade cultural, a atividade artística, aliada à força dos meios de comunicação, parece lembrar aos seres humanos que todos compartilham as mesmas aspirações básicas.

Um animê que ilustra o exposto por Meireles (2003) é *Shingeki no Kyojin*. Também conhecido pelo título em inglês *Attack on Titan*, é originalmente um mangá escrito e ilustrado por Hajime Isayama (2009) e que em 2013 foi adaptado para o gênero animê, sendo desde o início abraçado pelo público e posteriormente premiado na TV japonesa.

O desdobramento do enredo e a representação da realidade em *Shingeki no Kyojin* pode facilmente ser analisado e comparado a questões sociológicas e a momentos históricos reais. Corrupção, xenofobia, imperialismo e principalmente a eugenia são algumas das situações abordadas pelo animê, além de ser possível fazer paralelos a situações reais como, por exemplo, a globalização, o autoritarismo de governos fascistas, a segregação étnica da época do nazismo, a exploração de novos territórios e o medo do

desconhecido, muito comum na época das Grandes Navegações do início no século XV, entre outros.

Uma vez que apresenta um enredo instigante e engenhoso diante das reviravoltas e do desenvolvimento impecável de personagens complexos, o universo de *Shingeki no Kyojin* é a escolha ideal para objeto de análise do presente trabalho.

#### 4 A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE FONTES HISTÓRICAS

Por muito tempo a História ficou relegada à análise única e pura de documentos oficiais, deixando fora do seu campo metodológico uma vasta gama de fontes históricas importantes para a compreensão das ações humanas de forma mais holística.

É apenas a partir do contexto do início do século XX e da busca pelos estudos sobre o lugar que as ciências humanas e sociais deveriam ocupar que esse cenário passa a se modificar. A Escola dos Annales trouxe uma ruptura com o fazer historiográfico anterior e construiu uma nova metodologia, criando alicerces profundos e influenciando a pesquisa em História até os dias atuais.

Durante as décadas de 1980 e 1990, surgiu a necessidade de encontrar novas formas de ensino-aprendizagem. Havia o desejo de relacionar o saber histórico acadêmico e o produzido dentro do âmbito escolar. Segundo Cavalcante *et al.* (2016, p. 4-5),

ao vivermos um tempo marcado pela diversidade e complexidade socioculturais, vivenciamos mudanças variadas nos mais diversos setores da sociedade de modo que as marcas das diferenças de classe, etnia, nacionalidade, dentre outras, intensificam-se. Refletirmos sobre o ensino de História em um processo de formação docente nos conduz a pensar a construção de maneiras de ser e de estar na profissão; de respeitar a diversidade sociocultural que caracteriza as sociedades contemporâneas [...] Nesse sentido, aliar pesquisa e reflexão sobre a prática docente (em processo de formação docente) na escola representa uma alternativa para tornar mais expressivo o papel do professor nos processos de construção de saberes e de fazeres.

A utilização de recursos paradidáticos, ou seja, materiais que não foram produzidos com o fim de serem especificamente usados para se ensinar, é um meio que deve ser explorado e utilizado dentro da sala de aula, uma vez que se mostram como uma possibilidade bastante atrativa e dinamizadora para o ensino de História.

Diante da relação entre educação e visualidade, percebeu-se a possibilidade do uso educativo do animê, visto que se vive em uma sociedade em que a cultura visual tem fundamental relevância, sobretudo a partir do advento da globalização; o mundo em que as crianças e jovens já nasceram inseridos influencia diretamente no seu processo

de ensino e aprendizagem. Utilizar recursos que já fazem parte do dia a dia desses indivíduos e de sua realidade pode mostrar-se como um facilitador nesse processo.

Tendo em vista que a educação é um fenômeno dinâmico, social e humano, que evolui com a sociedade em que está inserida, e é uma relação de mão dupla – ensinar e aprender –, faz-se necessário utilizar essas evoluções sociais de gerações a favor dela e da aprendizagem do aluno.

Levando em consideração a valorização do aluno e de suas experiências, buscando fortalecer a autonomia e o engajamento na construção do conhecimento, nos métodos ativos, os alunos “passam a ser compreendidos como sujeitos históricos e, portanto, a assumir um papel ativo na aprendizagem, posto que têm suas experiências, saberes e opiniões valorizadas como ponto de partida para construção do conhecimento” (DIESEL, BALDEZ e MARTINS, 2017, p. 271).

Diante do exposto e da ideia de que vivemos inseridos em uma sociedade que possui uma cultura profundamente visual, em que as imagens nos afetam a todo instante, a imagem, nesse caso, o audiovisual, ganha um valor pedagógico, o que leva ao campo da chamada pedagogia crítica da visualidade, que visa analisar o artefato cultural imagético, bem como estudar e pesquisar sobre ele e a particularidade dos vínculos entre a educação e a visualidade. Para Carlos (2017, p. 564), a

cultura visual, cognição e conhecimento passam a compor uma série epistêmica tricotômica que exige um tratamento pedagógico singular, no âmbito da prática educativa escolar, assim como a relação entre cultura escrita, cognição e conhecimento exige e marca, ainda hoje, a configuração da educação escolar e de seu currículo.

A visualidade e as construções visuais, que caminham ao lado da história da humanidade, são uma linguagem caracterizada por ser uma das mais antigas formas de criação, tendo se iniciado com desenhos, pinturas, gravações e esculturas. O campo visual atingiu um papel fundamental na compreensão da humanidade, assimilando um maior entendimento do ser, do mundo, das esferas do conhecimento e do desconhecido (OLIVEIRA, 2005, p. 108).

Sobre a visualidade nos dias atuais, com o advento da globalização, que tornou as interações e o compartilhamento de informações extraordinariamente dinâmico e veloz, Esquiçati (2014, p. 12) diz que

filmes, séries, desenhos, quadrinhos, fazem parte do cotidiano de uma grande parcela da população que está inserida na globalização e, portanto, pode usufruir de suas invenções. Interagir com tais mídias não significa que o telespectador possui criticidade sobre o que absorve. O leitor pode ser estimulado culturalmente pelos saberes propostos, pelos recursos áudio visuais, sejam eles positivos ou negativos.

Percebe-se, assim, a importância da visualidade ao longo da construção da identidade de diversas civilizações e, mais que isso, da humanidade como um todo. Diante da incontestável relevância da visualidade para o desenvolvimento da humanidade e da necessidade de utilizá-la como método de ensino, o que já ocorre, surge a possibilidade de usufruir de novos recursos que são tão presentes atualmente na cultura popular, nesse caso, os animês.

## 5 ANÁLISE DA OBRA: SHINGEKI NO KYOJIN

A análise será feita de uma maneira geral, não sendo dividida por episódios ou temporadas. Serão expostos alguns conceitos importantes para o melhor entendimento da trama, além de reflexões acerca de aspectos e passagens específicos que são apresentados ao longo do enredo e que foram julgados mais relevantes para os objetivos deste trabalho.

Primeiro, é importante fazer um panorama sobre aspectos e conceitos relevantes dentro dessa trama. A história se passa em um mundo onde a humanidade vive dentro de três cidades concêntricas, cada uma protegida por muralhas contra os ataques de titãs, seres humanoides gigantes (podem medir de 2 a aproximadamente 70 metros) que devoram humanos sem motivo aparente. Essa sociedade vive atemorizada por essas criaturas, que não possuem genitálias e apresentam expressões marcantes e medonhas, além de aparentemente serem desprovidos de consciência e agirem por instinto, sendo esse devorar humanos.

Diante disso, o ser humano, diferentemente do que está acostumado, passa a ser a caça e sai da sua posição de líder da cadeia alimentar, sendo agora apenas um integrante desse ciclo, tendo que lutar pela sua sobrevivência e temendo o predador, vivendo em constante vigília. Mesmo a inteligência e a capacidade humana de construir armas e muralhas para a sua proteção, são praticamente inúteis diante da grandiosidade desses antagonistas. Durante todo o animê isso é muito bem explicitado: há diversos momentos de tomada de consciência e de incapacidade pelos protagonistas e por personagens tidas como as mais fortes da trama.

É imprescindível discorrer sobre algumas estruturas apresentadas em *Shingeki no Kyojin*: territorial, política, social e militar. Mais de 100 anos antes do início da história, os titãs apareceram e quase acabaram com a humanidade. Como proteção, a humanidade tem três enormes muralhas concêntricas de 50 metros de altura, sendo distantes umas das outras por cerca de cem quilômetros. Sendo esta estrutura territorial inicial: a muralha mais externa é a Muralha Maria, a intermediária é a Muralha Rose e a central é a Muralha Sina.

A Muralha Sina, localizada no meio do território, é a menor e a mais bem protegida. Dentro dela habitam somente os nobres e a corte real. Caso os titãs chegassem até ela, a humanidade já não teria esperança alguma. O principal distrito dentro da Muralha Sina é o Distrito de Stohess. Já a Muralha Rose, intermediária entre a periférica (Maria) e a central (Sina), tem seu território muito afetado quando a Muralha Maria é atacada e tem seu declínio, fazendo assim com que os titãs tenham mais facilidade para entrar. Trost é um de seus principais distritos. A Muralha Maria é a primeira e a maior das muralhas, além de ser a mais afetada pelos titãs por estar diretamente em contato



com eles. Um dos distritos dentro da Muralha Maria e que também representa a principal isca para os titãs é Shiganshina, a região onde a história começa e em que os protagonistas vivem.

Sobre a estrutura social, a divisão da população dentro das muralhas é feita basicamente levando em conta a estratificação social: quanto menor a importância da população para o governo, mais perto dos titãs ela se encontra. Os “camponeses”, a classe trabalhadora, vivem nas muralhas mais próximas dos titãs, enquanto o rei, os nobres e o alto clero vivem nos distritos de Sina, protegidos por três muralhas e por milhares de iscas, sendo elas o resto da população.

Adentrando no campo da política, o modelo que regula o território humano – ao longo das três Muralhas – é um antigo absolutismo, estando o território total à mercê do Rei (Governo Central), além das demais organizações militares que protegem esse sistema. Essas organizações, chamadas tropas ou divisões, são divididas em Divisão de Guarnição, Divisão de Reconhecimento e Exército Real.

A Divisão de Guarnição, ou Tropa Estacionária, é a maior das divisões militares e tem o dever de proteger e manter a ordem dentro das Muralhas. Essa divisão cuida de todas as defesas dos muros, sejam patrulhas, reparos ou melhorias e, como tal, passam a maior parte do tempo preparando planos de defesa contra-ataques à Muralha. Eles fazem uso de canhões posicionados sobre os muros que são usados frequentemente para a defesa de longo alcance e também devem lidar com a evacuação civil, tendo planos de emergência para enfrentar cenários em que os muros são violados, para garantir que os cidadãos sejam evacuados com segurança.

A Divisão de Reconhecimento, também conhecida como Tropa de Exploração, é a divisão militar especializada no combate direto aos titãs. Os soldados dessa divisão focam na pesquisa sobre os titãs e na exploração do território além das Muralhas através de recursos. A insígnia que identifica a divisão são as asas da liberdade, uma vez que a tropa simboliza a esperança de que a humanidade um dia se liberte do domínio dos titãs. Soldados da Divisão de Reconhecimento são famosos por serem, em média, mais habilidosos que os de outras divisões, além de serem leais e dispostos a darem a vida por um bem maior e pela sua nação.

A Polícia Militar é a divisão que protege a família real, cobra impostos a população, e os seus soldados vivem uma vida relativamente relaxada e confortável. Por se tratar de uma posição privilegiada, apenas os 10 melhores formandos do esquadrão de cadetes são autorizados a se juntar a eles. Apesar disso, estão envolvidos em escândalos de corrupção e são muitas vezes incompetentes devido à natureza do seu trabalho dentro das muralhas, privilegiadamente longe dos Titãs.

A história gira em torno, majoritariamente, de três personagens: Eren Yeager, Mikasa Ackerman e Armin Arlert. Eren é filho de um médico, Mikasa é sua irmã adotiva e Armin é o melhor amigo deles. Eren, Mikasa, e seus pais, Dr. Grisha e Carla Yeager, vivem pacatamente no Distrito de Shiganshina, contudo, essa paz é abalada por um evento catastrófico que muda todo o curso de vida dentro das muralhas.

O enredo começa quando os seres humanos se depararam com a repentina aparição dos Titãs no distrito de Shiganshina após mais de um século de paz. O ataque à muralha Maria, feito pelo maior titã conhecido, o titã Colossal, abre um buraco na muralha permitindo que titãs menores invadam o território do distrito onde vivem os

três protagonistas. Em meio ao caos, Eren e Mikasa foram obrigados a abandonar sua mãe e presenciaram sua morte por um titã, marcando negativamente o jovem Eren que jura se vingar matando todos os titãs.

Sobre os protagonistas, é importante ressaltar algumas características na personalidade de cada um. Eren, personagem principal, aparece como um dos únicos que almejam ir além das muralhas mesmo antes do ataque, mostrando-se bastante revoltado com a situação em que a humanidade se encontra, de submissão e medo dos titãs. O menino carrega características de esperança, idealização e determinação, o que aparentemente faltam ao resto da sociedade, que vive alienada.

No desenrolar do enredo, Eren desenvolve outras características tipicamente humanas como a impulsividade, a violência, o medo e a raiva. Tanto essas características que a personagem apresenta, quanto a incapacidade da raça humana diante a ameaça dos titãs, ficam evidentes na cena em que ele vê sua própria mãe sendo devorada viva.

Em relação a Mikasa, a irmã adotiva de Eren, é importante salientar que ela está sempre ao seu lado, seja o repreendendo por seu comportamento impulsivo, seja protegendo-o das adversidades, é uma das personagens mais fortes de todo o animê.

Armin, por mais que seja curioso e inteligente, é tido como covarde. O garoto mostra um profundo fascínio pelo mundo além das Muralhas, quando encontrou e estudou um “livro ilegal” – tal qual os livros proibidos em regimes fascistas como o nazismo na Alemanha, ou até mesmo os livros censurados durante a ditadura no Brasil – sobre o mundo exterior, é chamado de herege por outras crianças por seu interesse incomum no mundo desconhecido e, portanto, era frequentemente atacado por pensar diferente.

O livro de Armin ilustra o mar, a neve ornamentando as montanhas, a fauna e flora totalmente fantásticas, uma vez que se trata de algo que eles nunca tiveram contato. Isso tudo é visto pelos garotos de uma forma edênica, assim como pode-se perceber sobre o imaginário dos europeus sobre o Novo Mundo: o êxtase perante suas paisagens e riquezas, e o medo das criaturas que poderiam ser encontradas no desconhecido. O livro de Armin foi a única herança deixada por seu avô, que morreu durante uma operação de retomada da muralha Maria após um ataque de titãs.

De certo modo, as três personagens principais se completam em suas forças e fraquezas. Citando as virtudes, temos Eren com persistência e senso de justiça; Mikasa com responsabilidade e força física; Armin com a sensibilidade e genialidade intelectual; o que falta em um é encontrado no outro.

Após o ataque do Titã Colossal, Mikasa, os sobreviventes, incluindo Eren, Mikasa e Armin, são levados para o distrito mais próximo da muralha Maria. Diante disso, é possível perceber uma situação interessante: ao chegarem no novo distrito, como verdadeiros “refugiados”, é possível perceber a indignação dos moradores do distrito, que se revoltam, afirmando que aquelas pessoas estariam roubando sua comida e comprometendo a paz dos moradores. Estão todos no mesmo barco, mas isso não se faz perceber para os habitantes do distrito. Essa situação permite que seja feito paralelo com o típico discurso de “roubo”, de “tomada” de bens, recursos e até empregos quando falamos em imigrantes latinos nos Estados Unidos, imigrantes do Oriente Médio na Europa e refugiados de guerra.

Dois anos decorrem após a invasão de Shiganshina e Eren, Mikasa e Armin, agora adolescentes, tornam-se recrutas do exército no qual, ao se formarem, estariam aptos a ingressarem em uma das três divisões militares. Após três anos de treinamento intenso regado de muitas dificuldades, eles e mais alguns recrutas se formam soldados. O trio principal fica entre os primeiros 10 colocados e recebe o privilégio de ingressar na Polícia Militar, contudo, Eren recusa o posto e informa aos companheiros que entraria para a Tropa de Exploração. Mikasa e Armin decidem seguir Eren em sua decisão.

Logo após a formatura dos cadetes, novamente o Titã Colossal surge, destruindo o portão da muralha e permitindo a entrada de outros titãs, agora, no distrito de Trost. Os recrutas se veem obrigados a lutarem por suas vidas e pela vida dos moradores, além de impedir que mais uma parte do território humano seja tomado pelos titãs.

No decorrer da batalha, Eren presenciou mais um massacre, agora o de seus companheiros. No meio dessa nova batalha, ele acaba sendo devorado por um titã ao salvar seu amigo Armin de ser engolido. Mikasa, ao descobrir o que aconteceu com Eren, abandona-se à própria sorte e entra em confronto direto com os titãs. Devido ao seu descuido, acaba por inutilizar seu equipamento e se vê encurralada por um deles. Porém, inesperadamente é salva por um titã com estranhas habilidades de luta, que não se interessa por humanos.

Somado a esse fato, o titã ataca e mata seus iguais, o que leva o pequeno grupo de recém-formados a se questionarem e, posteriormente, usarem o titã para conter os demais que haviam cercado a base de apoio dos soldados. Mediante o sucesso do plano, os soldados descobrem que aquele titã que os havia salvado era seu amigo e companheiro: Eren Jaeger.

A partir desse ponto, a história toma um novo rumo. As diversas intrigas, questões pessoais e políticas do enredo de *Shingeki no Kyojin* acabam se tornando mais importantes e significativas que os ataques dos titãs. Afinal, é por meio dessas questões que se aproximam cada vez mais não apenas do porquê dos ataques, mas também do que são e de como surgiram tais criaturas. Isso, na verdade, é exposto, num primeiro momento, na figura de Eren, uma vez que se pode observá-lo tanto como humano quanto como titã.

Em outro momento posterior, na segunda temporada, fica claro que os titãs estavam e sempre estiveram muito próximos, pois os responsáveis pelos ataques, desde o início, eram titãs infiltrados no território das muralhas, pessoas que se tornaram amigos de Eren, colegas de treinamento que se formaram como cadetes da Tropa de Exploração.

Outra informação importante revelada é que as muralhas abrigam em sua estrutura titãs vivos, que por sua vez, têm a função de fortalecer a construção, não somente com o corpo, mas também com substâncias produzidas pela pele deles, as quais, ao endurecer, transformam-se em uma espécie de cristal resistente.

Desde o primeiro episódio, é possível notar a grande presença da religiosidade dentro das muralhas. Em uma das primeiras cenas, há uma espécie de fanático religioso pregando no meio da rua, trajado de roupas clericais. O homem despeja à população palavras como “as muralhas foram criadas com a sabedoria de Deus, são um trabalho divino! Nenhuma alma deve profanar as muralhas!” (SHINGEKI..., 2013).

Dentro dessa forte estrutura de poder, tal qual no mundo real, vemos grupos distintos, especialmente quanto à maneira de lidar com os temidos titãs. A Ordem das Muralhas – uma espécie de entidade religiosa – se mostra um importante fator da trama e sua influência na forma como as relações humanas e humano-titãs se desenvolvem é notável.

A terceira temporada foca na resolução da parte política e histórica do universo desse animê. Há uma sequência intensa de revelações sobre a origem dos titãs e a história da humanidade. Potencialmente, todos os titãs são ou foram humanos e, de algum modo, tudo está ligado à família real.

Essa terceira parte foca nas relações e conflitos entre os próprios humanos, abordando questões diplomáticas sobre o governo dentro da muralha. Neste arco, a história da família real é apresentada e sua importância é, em parte, revelada. A partir desse ponto, as questões que permeiam a obra e são passíveis das comparações que idealizaram este trabalho são sintetizadas: o conflito entre o antropocentrismo e o teocentrismo, o fascínio pelo desconhecido e o jogo de interesses políticos entre os setores que controlam a sociedade (clero, nobreza e militares), além da presença do nacionalismo e do conceito de estado de exceção, presente em governos ditatoriais.

Neste ponto, é interessante notar como o terror da corrupção humana é o verdadeiro foco da obra. Com a saída dos titãs de cena, criaturas facilmente vistas como antagonistas pela humanidade, vilões naturais que qualquer pessoa não sentiria remorso em assassinar, o autor coloca a moralidade em cheque ao jogar humanos contra humanos.

A sociedade, que sempre viveu às sombras da verdade e totalmente oprimida quando buscava qualquer explicação para a situação em que se encontrava, lutava pela sobrevivência, não por arrependimento ético. À medida que os jovens atingem o limite de seus princípios, notamos como muitos começam a perder sua própria identidade.

As noções de certo ou errado não estão mais à mesa, apenas visões contrárias, resultando em assassinatos, sequestros e torturas. Dentro desse sacrifício de caráter, Erwin Smith, o décimo terceiro comandante da Divisão de Reconhecimento, ganha destaque. Ele é um autêntico líder, a personificação do príncipe de Maquiavel: destemido, corajoso e determinado, disposto a cometer os mais diversos sacrifícios e a ser atacado e criticado por suas decisões, que sempre são pensadas visando um bem maior. A teoria de Maquiavel pode ser visualizada nas ações de Erwin, uma vez que

A Virtù trata-se da capacidade do príncipe em controlar as ocasiões e acontecimentos do seu governo, das questões do principado. O governante com grande Virtù constrói uma estratégia eficaz de governo capaz de sobrestar as dificuldades impostas pela imprevisibilidade da história. Assim, o político com grande Virtù observa na Fortuna a probabilidade da edificação de uma estratégia para controlá-la e alcançar determinada finalidade, agindo frente a uma determinada circunstância, percebendo seus limites e explorando as possibilidades perante a mesma (MADRIGAL, 2016).

Partindo para a quarta e última temporada, os desdobramentos da recente descoberta da existência de um mundo além-muralha são apresentados e mais segredos são revelados, por meio dos registros de Grisha Yeager, pai do protagonista, que era um habitante de Marley, um dos territórios além-muralha. Lá, a segregação, entre marleyanos e eldianos, descendentes de titãs e tidos como demônios, é ainda mais evidente.

Eldia é o nome dado a uma nação, antes muito próspera, mas que depois de diversos conflitos ficou limitada a apenas um território: a Ilha Paradis, local onde vivem as pessoas segregadas por muralhas e onde a maior parte da história se passa. Em Marley, eldianos são obrigados a transitarem pelo território portando braçadeiras como modo de identificá-los, assim como eram os judeus na Alemanha nazista (cf. Anexo A, figuras 1, 2, 3 e 4).

Os eldianos habitantes de Marley acreditam fielmente que têm uma dívida com Marley e que o sofrimento que vivem é pautado na justiça, sendo eles merecedores de todo esse martírio. Os eldianos que desobedecerem as regras do governo de Marley estarão fadados a se tornarem titãs e serem enviados a Paradis, o que ocorreu com Grisha Yeager, que era um conspiracionista contra esse sistema.

Voltando ao conceito de estado de exceção, em Carl Schmitt, o Estado é representado por um soberano. A soberania do estado é legitimada não só pela legalidade, mas pela estrutura política de um sujeito, de um estadista e de um soberano. O princípio majoritário se encontra na possibilidade de aclamação de um líder - não se manifestam ideias específicas como no pluripartidarismo, e sim uma lógica entre os sujeitos que se identificam (PONTES, 2021).

Dentro dessa linha de pensamento, um povo é representado não pelos seus ideais e nuances psicológicas comuns, mas por um *zeitgeist* específico daquela que determina aquele estado nação. Os sujeitos da sociedade devem escolher majoritariamente aquele soberano que representa as ideias gerais de um povo, e essa aclamação leva a possibilidade da determinação desse soberano, sendo este legítimo a decidir sobre o estado de exceção.

Nessa conjuntura, para Schmitt, o soberano permanece fora do estado, vindo somente interferir num caso de exceção. Dentro de um estado comum, sem crise e em normalidade, o soberano não intervém, vindo intervir com a sua decisão de exceção apenas na possibilidade da crise, ou seja, ele se mantém adormecido até que possa vir a suspender a normalidade e o direito, criando o estado de exceção específico para que, por políticas ativas e fora da estrutura jurídica, ele possa vir a revelar o bem por uma estrutura jurídica.

Esse cenário é claramente explicitado em *Shingeki no Kyojin*, na figura do rei dentro das muralhas e de todo o sistema que se formou e que rege aquela sociedade. São os interesses de uma classe específica e diversos acontecimentos que moldam o pensamento da massa, que acredita fielmente no funcionamento desse sistema, mesmo que ele, muitas vezes, não lhe seja benéfico.

Em Schmitt, há a diferenciação entre amigo e inimigo, em que questões sociológicas ou pessoais não determinam o inimigo, mas sim a ausência de um conceito ideológico de uma pessoa específica que caminha para a exceção e age como inimigo do princípio majoritário de estado. Essa excepcionalidade traz o conceito de ditadura.

Assim, não há visão pejorativa na ditadura, uma vez que, para Schmitt, a representação da democracia majoritária, do princípio unificador entre as pessoas, se dá pelo princípio dessa ditadura, além da possibilidade de intervenção do soberano sobre a sua decisão de exceção e o estabelecimento da ordem e do estado de normalidade. Esse soberano pode voltar a se colocar fora da estrutura política e jurídica novamente enquanto a normalidade é regida pela própria norma, até o surgimento de um novo modelo de excepcionalidade, ou seja, do estado de crise, como percebe-se na figura do rei dentro das muralhas.

Ademais, é possível notar muitas semelhanças na ambientação do animê com a antiga sociedade Alemã do século XX. A arquitetura das construções, o estilo de roupa dos militares e dos cidadãos, os gritos de guerra e até mesmo os próprios nomes dos personagens trazem características do povo germano (cf. Anexo A, figuras 5, 6, 7 e 8).

Feita a análise da obra, a ideia é usar da carga que os alunos trazem de fora da sala de aula e despertar o interesse deles na disciplina de história. Diante da popularidade dos animês no Brasil, principalmente dentro da faixa etária escolar, entende-se que a maioria dos alunos possuem ou já possuíram contato com o gênero. Isso ocorrendo ou não, trechos específicos podem ser apresentados e paralelos com o currículo de história e suas competências podem ser feitos.

Para utilizar a obra dentro da sala de aula, é necessário, primeiro, que o professor se familiarize com ela e incentive os alunos a fazerem o mesmo. Pesquisas a respeito do animê em paralelo com investigações acerca do conteúdo visto em sala de aula podem ser sugeridas.

Além disso, há a possibilidade de utilizar o que já é feito no ambiente escolar, como a conceituação de termos como totalitarismo, e logo após apresentar aos alunos trechos do animê em que esse sistema fica evidente. Uma vez que os alunos já estejam familiarizados com tais termos e conceitos, isso facilitará a compreensão, a captação de informações e a relação entre o recurso utilizado e a matéria que está sendo apresentada.

Para isso, é preciso que o professor faça o planejamento levando em conta as estruturas das escolas e o tempo das aulas. É importante destacar que a utilização desse recurso audiovisual não é algo que irá suprimir o tempo de aula. O uso do animê é um recurso paradidático de auxílio à docência e facilitação no processo de ensino-aprendizagem. Isso também pode abrir portas para que os alunos não familiarizados com a obra sejam instigados a assistirem à série em sua totalidade e com um olhar mais crítico, se aprofundar no conteúdo.

Sendo assim, os conteúdos citados na análise do animê podem ser utilizados na sala de aula, fazendo sintonia com os temas presentes no currículo de História, principalmente totalitarismo, autoritarismo e governos fascistas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca e a análise de novos recursos didáticos são imprescindíveis para o exercício da docência no âmbito do ensino de História. A abrangência no campo das fontes se tornou possível a partir da herança deixada pelos Annales e a persistência de seus ideais de inovação nesse campo. Diante disso, tornou-se concebível pensar nos mais

diversos gêneros audiovisuais, o que foi feito neste trabalho, como objetos de análise e seu possível uso paradidático.

A obra de Hajime Isayama é profunda e inteligente; e é necessário educar o olhar do aluno para que objetos chamativos e populares como *Shingeki no Kyojin* sejam instigantes e signifiquem para ele algo além do entretenimento.

Percebe-se no animê o desenvolvimento de relações sociais e políticas que resultam em uma estrutura extremamente complexa que pode ser colocada em paralelo ao mundo concreto. A grande presença da filosofia e de questões sociopolíticas inseridas na obra abrem um leque de possibilidades dentro de sala de aula.

Reflexões e debates sobre o totalitarismo e o autoritarismo são extremamente relevantes e necessários, sobretudo nos dias atuais, em que se percebe o flerte de considerável parcela da população em relação a golpes antidemocráticos de estado, intervenções militares e a volta da ditadura, além do surgimento de grupos neonazistas e supremacistas, até mesmo em países latino-americanos como o próprio Brasil, onde a miscigenação racial é marcante.

Um dos objetivos do estudo e do ensino de História é justamente formar indivíduos críticos e pensantes a respeito dos aspectos mais intrínsecos da sociedade, compreendendo seus processos e sujeitos históricos, além do desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. A. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040973&forceview=1>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CARLOS, E. J. Sobre o uso pedagógico da imagem fílmica na escola. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 550-569, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v19i2.8645247>. Acesso em: 21 jun. 2022.

CAVALCANTE, M. da P *et al.* A prática docente no ensino de história: um processo formativo. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/20027>. Acesso em: 21 jun. 2022.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, Pelotas, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>.

ESQUIÇATI, Y. A. B. **Mídias na educação**: uma proposta pedagógica pautada no uso de animações japonesas para o ensino de geografia. 2014. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20838>.

MADRIGAL, A. G. **Virtù e Fortuna em Maquiavel a partir da obra ‘O Príncipe’**. 2016. Jusbrasil (online). Disponível em: <https://alexismadrigal.jusbrasil.com.br/artigos/445449992/virtu-e-fortuna-em-maquiavel-a-partir-da-obra-o-principe>. Acesso em: 16 out. 2022.

MEIRELES, S. M. O Ocidente redescobre o Japão: o boom de mangás e animês. **Revista de Estudos Orientais**, São Paulo, n. 4, p. 203-211, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reo/article/view/193806>. Acesso em: 27 jun. 2022.

OLIVEIRA, A. C. M. A. de. Visualidade, entre significação sensível e inteligível. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 107-122, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/12418>.

PONTES, J. F. A serpente no ovo: Carl Schmitt e as democracias do século XXI. **Estado da Arte: Estadão**, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/carl-schmitt-jfp/>. Acesso em: 30 set. 2022.

REIS, J. C. As diversas fases da “Escola dos Annales”: continuidade ou descontinuidade?. *In*: REIS, J. C. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SHINGEKI no kyojin. Direção de Tetsurō Araki. Produção de George Wada, Hiroyuki Sawano, Kensuke Tateishi, Shin Furukawa, Tetsuya Kinoshita, Toshihiro Maeda. Crunchyroll. 2013. 36h25min. Disponível em <https://www.crunchyroll.com/pt-br/attack-on-titan>. Acesso em: 23 jun. 2022.



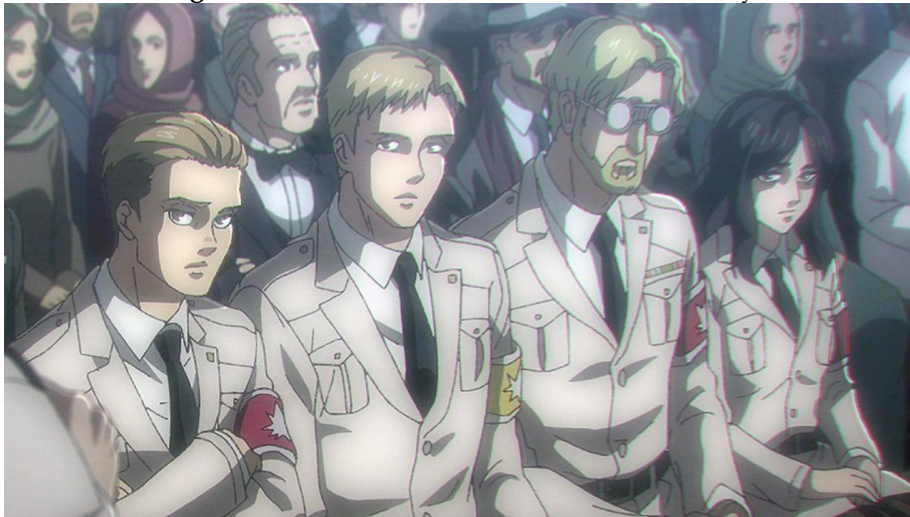
ANEXO A

**Figura 1:** Crianças eldianas usando bracelete de identificação



Disponível em: <https://www.latercera.com/mouse/attack-on-titan-cancelan-venta-de-recreacion-de-los-brazaletes-de-marley/>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 2:** Soldados eldianos do exército de Marley



Disponível em: <https://latam.ign.com/attack-on-titan-2/74518/news/shingeki-no-kyojin-temporada-4-quien-es-y-de-donde-viene-yelena>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 3:** Menino judeu com bracadeira



Disponível em: <https://www.educolorir.com/foto-menino-judeu-com-uma-bracadeira-em-random-polonia-i13040.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 4:** Judeus no gueto de Varsóvia



Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/gueto-de-varsovia-22584181>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 5:** Old Stohess District



Disponível em: <https://wall.alphacoders.com/big.php?i=899444&lang=Portuguese>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 6:** Padrão tradicional da arquitetura alemã



Disponível em: <https://suadecoracao.com/arquitetura-alema/>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 7:** Soldados marleyanos



Disponível em: <https://mag.elcomercio.pe/fama/shingeki-no-kyojin-4x13-gabi-al-descubierto-plan-de-eren-y-zeke-toma-forma-attack-on-titan-temporada-4-capitulo-13-ataque-a-los-titanes-series-animês-rnda-nnlt-noticia/>. Acesso em: 27 set. 2022.

**Figura 8:** Soldados alemães



Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/SS-Totenkopfverb%C3%A4nde#/media/Ficheiro:Bundesarchiv\\_Bild\\_192-206,\\_KZ\\_Mauthausen,\\_SS-M%C3%A4nner\\_vor\\_Gefangenen.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/SS-Totenkopfverb%C3%A4nde#/media/Ficheiro:Bundesarchiv_Bild_192-206,_KZ_Mauthausen,_SS-M%C3%A4nner_vor_Gefangenen.jpg). Acesso em: 27 set. 2022.

# A Primeira Revolução Industrial e a miserabilidade da condição humana na Inglaterra: uma análise a partir da obra “Tempos difíceis”, de Charles Dickens

*The First Industrial Revolution and the misery of the human condition in England: an analysis based on the work ‘Hard Times’ by Charles Dickens*

LORENNA MARIANO RIBEIRO

Discente do curso de História (UNIPAM)

E-mail: [lorennaribeiro@unipam.edu.br](mailto:lorennaribeiro@unipam.edu.br)

CARLOS ROBERTO DA SILVA

Professor orientador (UNIPAM)

E-mail: [carlosroberto@unipam.edu.br](mailto:carlosroberto@unipam.edu.br)

---

**Resumo:** Sabe-se que a Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no final do século XVIII, decerto, ocasionou inúmeras mudanças em todo o mundo. A sociedade inglesa, em especial, obteve muitos benefícios, sobretudo na área industrial, porém a miséria avultou por toda a nação. Destarte, a pesquisa tem como objetivo primordial compreender o lado pouco difundido da Primeira Revolução Industrial, ou seja, evidenciar as mazelas sociais ocasionadas por esse momento histórico. Ademais, o presente estudo pretende demonstrar a literatura como fonte histórica e como ela auxilia o historiador a construir o saber histórico e a abordar temas complexos de forma mais diversificada. A pesquisa ancorou-se na abordagem qualitativa, a fim de interpretar determinados aspectos da sociedade inglesa pós-industrial. No tocante à natureza da pesquisa, fundamenta-se na pesquisa básica, já que busca contribuir com a comunidade científica sem utilizar, de fato, a pesquisa de forma prática na sociedade. A pesquisa tem caráter explicativo tendo em vista a intenção de discorrer acerca do tema mencionado e interpretar suas consequências. Por fim, os procedimentos utilizados foram, essencialmente, a pesquisa bibliográfica e documental. Ao fim do estudo, ficou evidente o quanto a Primeira Revolução Industrial originou uma sociedade miserável, em que muitos indivíduos passam a vender sua força de trabalho em troca de migalhas. Outrossim, ficou visível o quanto a literatura pode contribuir como uma fonte histórica de grande valor.

**Palavras-chave:** Primeira Revolução Industrial. Inglaterra. Industrialismo. Miséria. Literatura.

**Abstract:** It is recognized that the First Industrial Revolution, which took place in England at the end of the 18th century, brought about significant changes throughout the world. Although English society reaped many benefits, particularly in the industrial sector, misery permeated the nation. Therefore, the main objective of this research is to shed light on the little-known side of the First Industrial Revolution, that is, to highlight the social ills caused by this historical moment. Furthermore, this study aims to demonstrate the value of literature as a historical source, which can help historians build their knowledge and approach complex themes in a more diversified way. The research was based on the qualitative approach to interpreting certain aspects of post-

industrial English society. Regarding the nature of the study, it is based on basic research since it seeks to contribute to the scientific community without practically using research in society. The research is explanatory as it intends to discuss the mentioned topic and interpret its consequences. Finally, the procedures used were primarily bibliographical and documentary research. At the end of the study, it became evident how much the First Industrial Revolution created a miserable society, where many individuals were forced to sell their labor for a pittance. Additionally, it was clear how literature can be a valuable historical source.

**Keywords:** First Industrial Revolution. England. Industrialism. Misery. Literature.

---

“A fábrica absorvera o dia, as máquinas tinham sugado aos músculos dos homens todas as forças de que precisavam. O dia fora riscado do conjunto da vida, sem deixar vestígios; o homem tinha dado mais um passo para o túmulo, sem nada notar; mas podia entregar-se ao gozo do descanso, aos prazeres da imunda taverna, e estava satisfeito” (Máximo Górkí).

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A maioria da população europeia antes da eclosão da Primeira Revolução Industrial vivia nos campos, basicamente, da economia de subsistência, ou seja, os indivíduos produziam para o consumo próprio e não para o mercado. Entretanto, países como Inglaterra e França se destacavam devido a suas manufaturas. A Inglaterra, em especial, sobressaiu-se nessas atividades manufatureiras e, pouco a pouco, devido a fatores como a acumulação de capital, os cercamentos (*Enclosure Acts*), e as inovações técnicas, foi precursora da Primeira Revolução Industrial. Entretanto, apesar dos inúmeros benefícios ocasionados pela Revolução Industrial, é válido ressaltar que tal acontecimento foi, de certa forma, precursor da degradação da condição humana na Inglaterra, na medida em que a miséria se espalhava pela sociedade.

Destarte, através de diversas pesquisas bibliográficas, a presente pesquisa busca responder às seguintes indagações: “Qual a relação da Literatura com a História e como a primeira contribui para a pesquisa e o saber histórico?”; “Quais foram as razões que contribuíram para que a Revolução Industrial ocorresse especificamente na Inglaterra?” e “De que forma a Primeira Revolução Industrial contribuiu para a degradação da condição humana na sociedade inglesa?”. A partir dessas questões norteadoras, o estudo teve por finalidade analisar a face pouco discutida acerca desse momento histórico de imensurável importância, tendo como suporte de investigação a obra “Tempos difíceis”, de Charles Dickens.

Levando em consideração as inúmeras pesquisas elaboradas acerca das melhorias ocasionadas pela Primeira Revolução Industrial, a pesquisa teve por justificativa primordial demonstrar o lado pouco pesquisado sobre esse momento histórico. As benesses adquiridas após a Primeira Revolução Industrial foram inúmeras, porém, em contrapartida, a desordem social, a decadência moral e a miséria que se instauraram na sociedade inglesa foram alarmantes. Por essa razão, torna-se imprescindível discutir essas questões.

Assim, pretendeu-se demonstrar a amplitude no que tange às fontes históricas, já que foi utilizada como aparato investigativo a obra “Tempos difíceis”, de Charles Dickens. No tocante à escolha da referida obra, pode-se destacar como justificativa a narrativa que critica a sociedade inglesa do século XIX. Outrossim, é válido evidenciar a contribuição de Dickens ao analisar as problemáticas impulsionadas pela Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, já que ele “[...] eternizaria em sua ficção as condições degradantes a que estavam sujeitos os trabalhadores nas cidades industriais emergentes [...]” (SILVA; PEREIRA, 2011, p. 129).

A Literatura pode e deve ser uma rica fonte de pesquisa para o historiador, já que é carregada de influências sociais, políticas e culturais de seu tempo, possibilitando uma excelente e diversificada fonte de pesquisa. A escritora Adriana Facina, em seu livro “Literatura e Sociedade”, aborda, justamente, essa importante relação da Literatura com a História, ao escrever que

Toda criação literária é um produto histórico, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por meio de múltiplos pertencimentos. É preciso, assim, dessacralizar a criação literária, destacando a sua dimensão histórico-sociológica e rejeitando a perspectiva idealista que vê a literatura, ou mesmo a arte como um todo, como uma esfera da atividade humana completamente autônoma em relação às condições materiais de sua produção. Não se trata de negar a existência do talento individual, ou do gênio criador, mais sim de considerá-la parte da dinâmica social e, portanto, passível de ser analisada racionalmente (FACINA, 2004, p. 10).

Em consonância com Facina, é de grande importância analisar a dimensão histórica e sociológica de uma determinada obra literária e não somente compreendê-la como uma manifestação artística. Assim, a presente pesquisa analisou a obra “Tempos difíceis”, destacando as influências da sociedade industrial em que Charles Dickens estava inserido.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o cenário de miserabilidade instaurado na Inglaterra após a Primeira Revolução Industrial. Por conseguinte, tornou-se imprescindível discutir algumas questões, como o uso da Literatura na pesquisa histórica, já que o trabalho foi balizado por uma obra literária, e, por fim, foi relevante entender o pioneirismo da Inglaterra no que concerne à Revolução Industrial.

Após discorrer acerca dessas questões, a terceira parte do estudo se dedicou a pesquisar os problemas sociais que resultaram em um cenário de miséria na Inglaterra pós-industrial, utilizando como referencial a obra literária “Tempos difíceis”.

## 2.1 A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA

Ensinar História significa enfrentar muitos desafios. Um deles é a dificuldade de relacionar a realidade do aluno com o conteúdo abordado. É nesse contexto que a Literatura pode atuar como uma ferramenta para possibilitar um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz.

Ao discutir a Literatura como fonte histórica, é imprescindível mencionar a própria revolução documental que ocorreu durante o século XX, especificamente com o movimento denominado de Escola dos Annales. Acerca dessa revolução historiográfica, Pereira (2008, p. 115) aponta que

[...] a revolução documental acabou com o império do documento escrito, permitindo que o olhar do historiador se desviasse dos documentos oficiais e das tramas políticas, típicas da história positivista, para uma quantidade indefinível e enorme de vestígios do passado: imagens, filmes, crônicas, relatos de viagem, registros paroquiais, obras de arte, vestígios arquitetônicos, memória oral...

Essa mudança em relação ao tratamento com as fontes históricas foi essencial para que obras literárias pudessem ser analisadas e utilizadas em pesquisas históricas. Além da revolução historiográfica fomentada pela Escola dos Annales, é de considerável necessidade mencionar a contribuição da História Cultural, sendo definida por Pesavento (2003, p. 32) como “uma outra maneira de entender a cultura através da história, por meio das manifestações culturais consagradas, dos grandes nomes e correntes”.

Entretanto, o historiador, ao utilizar a Literatura como um aparato de pesquisa, necessita observar algumas questões e tomar alguns cuidados. Cabe ao historiador considerar diversos pontos ao se defrontar com uma obra literária. Deve-se observar, por exemplo, o contexto em que a obra foi escrita, a história do autor, bem como seu ambiente cultural e social, já que são pontos a serem analisados de extrema importância para atingir um maior rigor científico na pesquisa (BARROS, 2004 *apud* BORGES, 2010, p. 96).

O pesquisador Leandro Fernandes, em seu artigo denominado “O historiador e a literatura como fonte histórica”, menciona os cuidados ao analisar uma obra literária como um documento de pesquisa histórica, apontando que

[...] é preciso ter a perspicácia de compreender os meandros dessa escrita, ou seja, não realizar uma análise como uma fonte que tem como única utilidade amparar as demais fontes clássicas, mas sim entender que a literatura transcende muitos valores socioculturais que são passíveis de inúmeras interpretações, e que cabe ao historiador conseguir assimilar a conjunção da pesquisa histórica com



o estudo específico da literatura [...] (FERNANDES, 2015, p. 5).

Para Santos (2007 *apud* FERNANDES, 2015), um dos aspectos que mais difere o historiador do literato é, justamente, a preocupação com a veracidade dos fatos. Enquanto o historiador procura encontrar respostas o mais próximo possível da realidade, o literato não possui essa imposição.

Aristóteles, ilustre filósofo da Grécia antiga, contribuiu imensamente para o estabelecimento da diferença basilar entre o historiador e o poeta. Em seu livro “Poética”, é elucidado que a Poesia é uma forma de imitação (*mimese*), caracterizada por representar a natureza e a ação humana, portanto é algo natural e prazeroso para o homem. Diferentemente, a História não representa, mas sim relata os fatos. Desse modo, em referência à História e à Literatura, Aristóteles esclarece que

[...] um narra acontecimentos e o outro, fatos quais podiam acontecer. Por isso, a Poesia encerra mais filosofia e elevação do que a História; aquela enuncia verdades gerais; esta relata fatos particulares. Enunciar verdades gerais é dizer que espécie de coisas um indivíduo de natureza tal vem a dizer ou fazer verossímil ou necessariamente; a isso visa a Poesia, ainda quando nomeia personagens. Relatar fatos particulares é contar o que Alcibiades fez ou o que fizeram a ele” (ARISTÓTELES, 2014, p. 28).

Nesse viés, apesar da Literatura e da História possuírem métodos distintos, ambas acabam por se encontrar na medida em que apresentam representações do mundo social (PESAVENTO, 1995). Ainda em conformidade com a historiadora Sandra Pesavento, devemos compreender as narrativas histórica e literária

como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto (PESAVENTO, 2003, p. 32).

As narrativas histórica e literária, apesar de seus distanciamentos, têm seus discursos voltados a responder às indagações dos indivíduos ao decorrer dos séculos. Destarte, a presente pesquisa teve por objetivo captar quais eram os temores, as perguntas e as expectativas do escritor Charles Dickens ao observar a sociedade inglesa pós-industrial e registrar tais observações em seu livro “Tempos difíceis”.

## 2.2 O PIONEIRISMO INGLÊS NA PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Como afirma Letícia Bicalho Canêdo (1994) acerca da Revolução Industrial, desde a descoberta do fogo, nada trouxe tão profundas e extensas transformações na

aparência física na Terra e no modo de viver e trabalhar dos homens. Ainda no que diz respeito às consequências da revolução, Lima e Oliveira Neto (2017) apontam que, de fato, esse período marcou profundamente a história, modificando toda a estrutura das sociedades, que, até então, eram, predominantemente, agrárias e passam a ser conduzidas por atividades industriais baseadas por princípios capitalistas. Um dos teóricos do socialismo científico, Friedrich Engels, salienta em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” que

Antes da introdução das máquinas, a fiação e a tecelagem das matérias-primas tinham lugar na casa do trabalhador. A mulher e os filhos fiavam e, com o fio, o homem tecia – quando o chefe da família não o fazia, o fio era vendido. Essas famílias tecelãs viviam em geral nos campos vizinhos às cidades e o que ganhavam assegurava perfeitamente sua existência [...] (ENGELS, 2008, p. 45).

Nesse viés, Engels vem mostrar o quanto a Revolução Industrial modificou a vida, os valores e os costumes dos camponeses, já que esses viviam e trabalhavam para sua subsistência e não em prol das fábricas, como ocorreu com o desenrolar da revolução. A obra supracitada de Engels é fulcral para entendermos a Primeira Revolução Industrial e seus efeitos sociais e econômicos na sociedade inglesa e, principalmente, a questão da classe trabalhadora.

No entanto, é necessário se perguntar o porquê de esse acontecimento tão marcante ter ocorrido notadamente na Inglaterra. Ainda em concordância com (ENGELS, 2008, p. 45)

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações.

Descrever os motivos do pioneirismo inglês é uma tarefa complexa, já que são vários os acontecimentos que influenciaram de uma forma ou de outra a ocorrência desse fato. Dentre as razões preponderantes desse pioneirismo, destacam-se a acumulação de capital, os cercamentos (*Enclosure Acts*) e as inovações técnicas, como a máquina de vapor e outras. Todas essas razões estão intimamente interligadas com o desenvolvimento do capitalismo, já que esse modo de produção favoreceu o progresso técnico e não o contrário (COGGIOLA, 1991). Todavia, é válido afirmar que, mesmo sendo a Inglaterra a pioneira da revolução, essas condições

[...] não são determinantes, mas apenas colaboraram para a Revolução Industrial, pois diversas outras regiões do mundo, mesmo naquela época, já apresentavam alguns

desses fatores e não foram pioneiros na industrialização (CASTANHO, 2008, p. 3).

O processo de acumulação de capital na Inglaterra iniciou-se, em um primeiro momento, após a denominada Revolução Inglesa (1642-1653), que rompeu de vez com o sistema feudal. Posterior a isso, o colonialismo foi fulcral para tal acumulação, visto que colônias da Inglaterra como a Índia, América do Norte e algumas ilhas oceânicas forneciam imensas riquezas, bem como o trabalho escravo (CASTANHO, 2008).

Seguindo a premissa da acumulação de capital, os cercamentos contribuíram enormemente para propiciar o cenário da revolução, já que os burgueses expulsaram os camponeses de suas terras para criar pastagens de ovelhas com a finalidade de expandir a manufatura de lã e, conseqüentemente, a ampliação da indústria têxtil que impulsionou a criação de novas tecnologias, a fim de aumentar cada vez mais a produção (ANDRADE, 2018). Ademais, os camponeses, ao serem despejados de suas terras, não tiveram outra opção a não ser seguirem rumo às cidades, o que formou, em um futuro momento, o contingente de proletariados para trabalharem nas fábricas (CASTANHO, 2008).

Por conseguinte, as inovações técnicas foram o marco central do início da revolução. Segundo a historiadora Canêdo (1994), esse cenário só foi possível devido à junção entre a ciência e a técnica e que, conseqüentemente, visava ao lucro e à praticidade. Ainda em consonância com a autora, essas “[...] transformações se tornaram visíveis por volta de 1780. Nesta data, todos os índices estatísticos relevantes ligados aos cuidados com o vapor, a tecelagem, a cerâmica, a mineração e a metalurgia deram uma guinada[...]” (CANÊDO, 1994, p. 11).

## 2.3 TEMPOS DIFÍCEIS NA INGLATERRA PÓS-INDUSTRIAL: A MISÉRIA DA CONDIÇÃO HUMANA REPRESENTADA POR MEIO DA OBRA LITERÁRIA

Como foi abordado anteriormente, a Literatura pode ser uma fonte histórica de grande valor, contribuindo para o saber histórico. Ademais, foi discorrido acerca das causas basilares do pioneirismo da Inglaterra no que tange à Primeira Revolução Industrial. Nesse viés, tendo demonstrado essas questões pertinentes, são retratadas nesse tópico as transformações sociais oriundas desse período que impulsionaram o cenário de miséria da condição humana na Inglaterra do século XIX.

### 2.3.1 Charles Dickens e sua obra “Tempos difíceis”: o retrato do declínio da sociedade vitoriana

Charles John Huffam Dickens, autor da obra analisada, nasceu no sul da Inglaterra em Portsmouth, em 07 de fevereiro de 1812 e faleceu em 09 de junho de 1870 em Londres. Dickens foi um célebre romancista da Era Vitoriana, reconhecido por sua posição crítica e sua genialidade literária.

A Era Vitoriana foi o período do reinado da Rainha Vitória, de 1837 até 1901 na Inglaterra. De fato, foi uma época de muito progresso, principalmente no campo da indústria, gerando inúmeras riquezas para o país, além de representar um modelo social

para todo o ocidente. Entretanto, foi um período de grandes contrastes, em que havia inúmeras doenças, mortes e violência (SANTANA; SENKO, 2016). Assim sendo, especificamente a obra “Tempos difíceis”, de Dickens, evidencia “esse paradoxo entre luz e sombra” (SANTANA; SENKO, 2016, p. 191).

“Tempos difíceis” foi publicado inicialmente através dos folhetins no próprio jornal de Dickens, o *Household Words*. Acerca desse romance, Socha (2018, p. 14) esclarece:

Os folhetins de *Tempos difíceis*, publicados totalmente no primeiro semestre do ano de 1854, demonstram o cotidiano da cidade fictícia de Coketown, no Norte da Inglaterra, remetendo à situação observada pelo escritor em Manchester, em anos anteriores, e Londres, sua cidade natal. Dentro da história, os personagens desenvolvem-se a partir de um mundo em industrialização, onde sonhos e sentimentos perdem a essência, visando o trabalho e a alienação do povo, apresentados pelas figuras do rico industrialista, o Sr. Bounderby, e do dono da escola com bases utilitaristas, o Sr. Gradgrind, além dos operários e trabalhadores da cidade que também são partes desse sistema, como Stephen Blackpool e Rachael.

Nesse sentido, fica evidente o compromisso literário de Dickens ao escrever tal obra baseada nas suas observações da sociedade londrina do século XIX. No entanto, o que torna o trabalho literário de Dickens tão relevante para compreender a sociedade após a Revolução Industrial é, justamente, a atenção dada aos pobres. Dickens tinha uma verdadeira simpatia pela classe trabalhadora, tanto é que era reconhecido como o “pai dos pobres” (CÁRDENAS, 2005).

Para compreender essa simpatia que Dickens possuía com a classe pobre, é preciso abordar como o autor era influenciado pela Lei dos Pobres de 1834. Um dos aspectos dessa lei era, precisamente, a divisão entre os pobres “com mérito” e os pobres “sem mérito”. Assim, Dickens defendia os pobres “com mérito”, que consistiam na classe trabalhadora que, dia após dia, lutavam pela sobrevivência (CÁRDENAS, 2005).

O personagem Stephen Blackpool, de “Tempos difíceis”, é a exemplificação dessa simpatia pelos “pobres com mérito”. Stephen é um típico trabalhador das fábricas industriais, que, mesmo com as incontáveis dificuldades em seu caminho, continua batalhando por uma vida melhor. Stephen foi descrito por Dickens como um indivíduo que

[...] tinha uma aparência envelhecida, consequência da dureza que a vida lhe reservara. Costuma-se dizer que toda vida tem suas rosas e seus espinhos; parecia, no entanto, que no caso de Stephen as rosas couberam a outra pessoa qualquer, tendo restado a ele as duas parcelas de espinhos. Ele conheceu, de acordo com suas palavras, um sem-número de problemas (DICKENS, 2017, p. 86).

Porém, apesar de Stephen simbolizar uma classe resiliente, a imagem representada na obra revela a vida miserável que os operários viviam em decorrência da Revolução Industrial. Maria Stella Bresciani, em seu livro “Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza”, discorre acerca dessa questão, mencionando que

[...] a repetição continuada das mesmas tarefas impostas pela máquina leva o trabalhador superexplorado por uma jornada de trabalho muito longa a viver sob o imperativo de determinações exteriores a ele. Afastado de qualquer atividade do pensamento, esses homens perdem exatamente aquilo que os diferencia dos seres irracionais. No fim do percurso, encontramos homens reduzidos a meros seres instintivos [...] (BRESCIANI, 1994, p. 61).

Percebe-se que o operário inglês, além de viver em um ambiente extremamente desorganizado e sem uma infraestrutura básica, perdeu suas características básicas, como a autonomia e a capacidade de pensar em decorrência das atividades repetitivas da fábrica. Essa condição foi denominada por Karl Marx como um processo de alienação, em que

O trabalhador, no processo de trabalho, condensa sua vida no objeto de trabalho, que a suga como se fosse sua. No final do processo de intercâmbio com a natureza, o produto não o pertence, mas, sim, a outro, exercendo um poder autônomo ao produtor (IORA, 2020, p. 192).

Ainda em conformidade com Bresciani (1994, p. 7), “Nenhuma questão se apresenta mais carregada de compromissos para os literatos do século XIX do que a multidão”. Portanto, as obras literárias daquele período, particularmente a obra “Tempos difíceis”, foram marcadas por esse interesse em observar os indivíduos, a sociedade e suas transformações.

Ademais, ao compreender a Literatura como uma representação da sociedade, como foi abordado anteriormente, torna-se visível o quanto a obra dickensiana foi e é relevante para entendermos a questão da pobreza na Inglaterra industrial e todos os seus desdobramentos sociais. Não é à toa que, como cita Gibson Filho (2020), Karl Marx tinha como um dos seus escritores preferidos Charles Dickens, já que esse autor descrevia com maestria em seus romances questões como o processo de alienação.

Dickens, com seu olhar crítico e perspicaz, criou personagens considerados torpes para a sociedade da época, como o órfão Oliver Twist, a prostituta Nancy, o judeu Fagin, a criança varredora de rua, Jô, entre outros diversos personagens geniais. Ademais, Dickens não trabalhou apenas com a criação de personagens marginalizados, mas auxiliou, de fato, esses indivíduos a terem melhores oportunidades, como aponta Veiga (2018, p. 56):

Dickens, escritor e jornalista do período vitoriano, muito se dedicou às causas sociais, juntamente com a baronesa

Angela Georgina Burdett-Coutts. Juntos, desenvolveram trabalhos filantrópicos, chegando a fundar um abrigo, conhecido como Urania Cottage, objetivando abrigar as prostitutas, além de lá poderem aprender uma profissão.

Ler as obras de Dickens, nas quais se encontram esses personagens marginalizados pelo processo de industrialização na Inglaterra, é entender o lado obscuro da Revolução Industrial. É compreender que a consolidação do capitalismo se deu através de uma intensa e massiva superexploração dos operários.

### 2.3.2 Condições de trabalho na Inglaterra após a Primeira Revolução Industrial

O trabalho na Inglaterra antes da Primeira Revolução Industrial era baseado principalmente nas atividades da agricultura, fiação e tecelagem. Especificamente a fiação e a tecelagem eram realizadas nas próprias casas dos trabalhadores, que eram localizadas no campo. Esses trabalhadores produziam apenas para a subsistência de sua família e inexistia a concorrência de mercado. A alimentação era fornecida por meio da agricultura familiar realizada em pastos comuns, e, o mais importante, aqueles trabalhadores tinham acesso direto aos meios de produção (MARTINS, 2008).

Friedrich Engels descreveu uma síntese detalhada da rotina dos camponeses antes da Primeira Revolução, sendo de muita importância para entendermos a profunda e brusca modificação daqueles indivíduos. Em um momento anterior à Primeira Revolução Industrial.

[...] os trabalhadores sobreviviam suportavelmente e levavam uma vida honesta e tranquila, piedosa e honrada; sua situação material era bem superior à de seus sucessores: não precisavam matar-se de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para cobrir suas necessidades e dispunham de tempo para um trabalho sadio em seu jardim ou em seu campo, trabalho que para eles era uma forma de descanso; e podiam, ainda, participar com seus vizinhos de passatempos e distrações – jogos que contribuía para a manutenção de sua saúde e para o revigoramento de seu corpo. Em sua maioria, eram pessoas de compleição robusta, fisicamente em pouco ou nada diversas de seus vizinhos campônios. Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente, jamais numa jornada de trabalho de oito ou doze horas (ENGELS, 2008, p. 46).

Não obstante, com o advento da Primeira Revolução Industrial, profundas transformações na sociedade inglesa se consolidaram, e, sem dúvidas, uma das maiores consequências desse momento foi o surgimento de uma nova classe social: o proletariado. O historiador Osvaldo Coggiola, assim descreveu o nascimento do proletário:

A classe operária moderna é produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sistema econômico que não deve ser confundido com qualquer atividade que vise ao lucro (atividade que existe desde a mais remota antiguidade), nem com as mudanças técnicas que determinaram o nascimento de novos instrumentos de produção. Não foi a revolução técnico-científica que possibilitou o surgimento do capitalismo, mas o contrário: foi o desenvolvimento das condições econômicas do capitalismo que possibilitou aquelas mudanças (COGGIOLA, 1991, p. 7).

Portanto, Coggiola menciona que as condições econômicas do capitalismo é que favoreceram o progresso técnico e, conseqüentemente, a consolidação desse modo de produção. Assim sendo, como foi abordado anteriormente, a Inglaterra foi a pioneira a propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, que, inclusive, foi consolidado com a Primeira Revolução Industrial.

Ao discutir acerca da formação da classe operária inglesa, torna-se imprescindível mencionar a contribuição de E. P. Thompson<sup>1</sup>. Sobre esse aspecto, Popinigis (2015) elucida, em seu artigo “Thompson e a experiência da classe trabalhadora”, a tese central dos estudos do autor. Thompson, através de suas pesquisas, tentou recuperar o ponto fulcral do processo de luta de classes na história, buscando abordagens diversas sobre a realidade social e a vida dos trabalhadores. Ademais, Thompson fez críticas ao estruturalismo marxista, já que para ele a classe é um processo histórico, sendo os homens agentes conscientes desse processo em que a experiência é um conceito fundamental para compreendê-lo.

A maior parte desses conceitos sobre a classe operária encontram -se no livro “A formação da classe operária inglesa”, editado em 1963 e dividido em três partes. O livro causou uma verdadeira polêmica, já que Thompson criticou ferozmente as análises estruturalistas dos autores da tradição marxista (POPINIGIS, 2015). Exemplificando esse conceito de classe para Thompson, no prefácio do livro “A formação da classe operária inglesa”, o autor salienta:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo

---

<sup>1</sup> Thompson foi provavelmente o historiador marxista de maior repercussão no séc. XX. Seu livro “A formação da classe operária inglesa” é reconhecido como um clássico da historiografia marxista. Foi um dedicado ativista da paz, tendo atuado no British Peace Committee e lutado contra as guerras da Coréia, Quênia, Malásia, Chipre e Argélia. Ingressou no Partido Comunista durante a Segunda Guerra Mundial. Após a revolta na Hungria deixou o Partido Comunista e fundou a revista socialista humanista “New Reasoner”, que, após fundir-se com outra publicação, deu origem ao “New Left Review”.

como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 2021, p. 9-10).

Retornando para a obra central da pesquisa, “Tempos difíceis”, Dickens deixa muito evidente a questão da luta de classes entre seus personagens. Em um diálogo entre uma das protagonistas, Louisa, e a trabalhadora fabril Rachel, percebe-se essa distância entre os burgueses e os proletários. Rachel se dirige à burguesa Louisa dizendo que “A gente da sua classe não nos conhece, não se importa conosco, é diferente de nós” (DICKENS, 2017, p. 293).

Discorrido sobre a questão da formação da classe operária inglesa, cabe analisar a rotina desses trabalhadores nas fábricas, minas e ferrovias, já que foram “[...] os agentes geradores da nova cidade [...]” (MUMFORD, 1998, p. 483). Além disso, é necessário entender que a inserção desses trabalhadores, que, como aponta Coggiola (1991) anteriormente, eram antigos camponeses expropriados ou expulsos de suas terras e artesões que perderam o acesso às suas ferramentas de trabalho, não ocorreu de forma organizada e pacífica.

A Revolução Industrial ocorreu de forma extremamente rápida e desorganizada, provocando profundas alterações nas vidas dos camponeses. Sobre esse aspecto, Martins (2008, p. 22) demonstra:

Embora a Aristocracia e a classe média se mostrassem satisfeitas com os resultados da Revolução Industrial, a classe trabalhadora viu-se forçada a enfrentar condições de vida extremamente difíceis, pois o trabalho nas novas unidades fabris impunha regras rígidas, assim como tarefas rotineiras e monótonas. Na sociedade pré-industrial, o ciclo das estações e o tempo atmosférico afetavam o ritmo do trabalho, ou seja, a rotina imposta pelo relógio não estava ainda instituída. Assim, os trabalhadores sentiram grandes dificuldades na adaptação ao ritmo imposto pelas indústrias, as quais tinham como principal objetivo aumentar a produção, de forma a gerar o maior lucro possível.

Dickens ilustra, em “Tempos difíceis”, essa rotina monótona e rígida nas fábricas: “O alarido dos tamancos sobre o pavimento; o soar apressado dos sinos; e todas as máquinas melancolicamente desvairadas, polidas e lubrificadas para a monotonia do dia, estavam outra vez a pleno vapor” (DICKENS, 2017, p. 92).

Os trabalhadores possuíam dificuldades em se adaptar ao novo sistema fabril e a toda sua disciplina. O próprio conceito de tempo foi alterado, já que, antes das fábricas, ele era medido através do ritmo da natureza. O tempo após a Primeira Revolução Industrial era medido pelos relógios e cada segundo valia dinheiro, sendo, também, um instrumento para controlar os trabalhadores. Conforme aponta De Decca e Meneguello (1999, p. 38) havia uma grande diferença entre o trabalho no campo e o trabalho fabril, sendo este último muito



[...] distinto das atividades realizadas no campo ou em casa, pois era disciplinado, cansativo, repetitivo. As condições na fábrica eram prejudiciais à saúde, o ar, quase irrespirável (principalmente nas tecelagens, onde fiapos de lã flutuavam pelo ar), e o vapor e o calor das máquinas faziam com que muitos trabalhassem descalços, com os pés constantemente dentro da água para esfriar os mecanismos.

Além das fábricas, havia inúmeras minas de carvão que se expandiram na Inglaterra pós-industrial, devido à grande demanda para o abastecimento da indústria. O personagem Stephen, já no final do romance, acaba sofrendo um acidente em uma mina, o que lhe custa a vida. Entretanto, o ponto fulcral a ser discutido é, propriamente, a questão de que a “arte imita a vida”, ou seja, Dickens, ao criar esse enredo, baseou-se nas experiências observadas por ele – retomando novamente o conceito do mundo como texto elaborado por Pesavento. Naquele período, acidentes em minas eram corriqueiros e quase sempre fatais, devido às condições insalubres daqueles ambientes, descritos pelo personagem Stephen como lugares com “gases inflamáveis mais desgraçados que uma guerra” (DICKENS, 2017, p. 317).

O trabalho nas ferrovias esteve diretamente ligado ao trabalho nas minas. A necessidade de transportar o carvão aumentava consideravelmente. Sobre essa necessidade Canêdo (1994, p. 49) expõe:

Inicialmente, pensou-se na colocação de trilhos para o transporte do carvão em carros de mão que iam das minas até um canal ou rio. Mais tarde colocaram, sobre esses trilhos, vagões puxados por cavalos. Mais interessante foi quando se descobriu, por volta de 1812, a possibilidade de acionar os carros por meio de máquinas a vapor móveis (locomotivas). Com isso pode-se ligar uma mina de carvão, distante dos rios, até um porto marítimo por meio de uma longa ferrovia. E exportar o produto.

Essa evolução no sistema de transporte, especificamente do carvão, foi fulcral para a expansão das exportações britânicas e, conseqüentemente, para a abertura de novos mercados.

Todavia, apesar do trabalho nas fábricas, minas e ferrovias serem realizados por pessoas, em geral, pobres, havia uma distinção entre os sexos. Essa é uma questão importante ao discutir o trabalho na Primeira Revolução Industrial, já que o trabalho feminino foi de extrema importância naquele cenário. Sendo assim, é de grande necessidade compreender que o trabalho feminino sempre existiu, quando as mulheres contribuíram grandemente em vários aspectos. Porém, o que se percebe é uma marginalização da mulher como integrante da sociedade, já que suas conquistas e feitos são apagados, inclusive pela própria historiografia. É diante dessa problemática que se

torna ainda mais urgente discutir essa temática, evidenciando a contribuição do trabalho feminino no momento histórico estudado na pesquisa.

Nessa perspectiva, em concordância com a obra “Tempos difíceis”, de Dickens, a questão do trabalho feminino na Primeira Revolução Industrial foi simbolizada pela figura de Rachael, descrita como uma mulher de

[...] um rosto tranquilo e delicado, de formato oval e pele escura, iluminado por um par de olhos muito meigos, realçados pela perfeita arrumação de seus cabelos negros e brilhantes. Não era uma face recém-desabrochada; a mulher já chegara aos trinta e cinco anos de idade (DICKENS, 2017, p. 88).

Rachael, apesar de conter características físicas consideradas clichês, personifica a condição de trabalhadoras na Inglaterra industrial. Ao falar de trabalho feminino na Primeira Revolução Industrial, é imprescindível abordar que as mulheres daquele período viviam em uma sociedade patriarcal. Vivendo em uma sociedade dominada pela figura masculina, aquelas mulheres encontravam diversos empecilhos para serem reconhecidas por seus valores. Acerca desse ponto, Martins (2008, p. 61) elucida:

Sendo o trabalho feminino suplementar em relação ao masculino, ganhavam ordenados baixos; também não recebiam treino para uma possível especialização, por serem consideradas capazes de desempenhar várias funções, mesmo sem treino específico. Como consequência, foram continuamente afastadas do trabalho qualificado e mais bem pago. Por serem encaradas como trabalhadoras de segunda categoria, foram excluídas das funções mais respeitadas, faziam as tarefas auxiliares ou as preparatórias que antecedia as importantes.

Torna-se perceptível a influência do patriarcalismo na Primeira Revolução Industrial. Todo esse cenário de desqualificação da mulher como membro da sociedade, somado ao caos social instaurado pela industrialização desorganizada, resultou em várias problemáticas na Inglaterra, como a prostituição, como veremos no subtópico adiante.

### **2.3.3 A crítica à sociedade industrial e utilitarista por meio dos personagens Sr. Bounderby e Thomas Gradgrind**

É necessário compreender que o desenvolvimento e o crescimento das cidades industriais foram respaldados pelos princípios utilitaristas que defendiam, em suma, o *laissezfaire*. A sociedade vitoriana, fortemente influenciada pelos estudos de Darwin, acreditava que o acaso era uma dádiva e, portanto, não era necessária a intervenção humana na evolução natural (MUMFORD, 1998). Dessa maneira,

Foi seguindo o que presumiam ser o modo da natureza que o industrial e o funcionário municipal produziram a nova espécie de cidade, um amontoado humano fundido e desnaturado, adaptado não às necessidades da vida, mas à mítica 'luta pela existência'; um ambiente cuja própria deterioração testemunhava o quanto era impiedosa e intensa aquela luta (MUMDORD, 1998, p. 490).

Percebe-se que as cidades industriais nasceram sem nenhum planejamento, e, com o advento dos princípios do utilitarismo, o ambiente foi se degradando ainda mais. Os chamados industriais se enriqueciam cada vez mais, enquanto os trabalhadores pobres tinham que vender sua força de trabalho e viver em péssimas condições de vida.

O personagem do Sr. Bounderby foi criado por Dickens para simbolizar toda a sátira da camada burguesa industrial da Inglaterra do século XIX. Esse personagem, tão importante para compreendermos o papel dos industriais ingleses, foi descrito como

[...] um homem rico-banqueiro, comerciante, industrial, e muito mais. Um homem grande e espalhafatoso, de olhar decidido e risada estridente. Um homem feito de matéria grosseira que parecia ter sido distendida para dar conta do recado. Um homem de cabeça e testa grandes e dilatadas, veias intumescidas nas têmporas e a pele do rosto de tal modo esticada que dava a impressão de lhe manter os olhos permanentemente abertos e as sobrancelhas sempre levantadas. [...] Um homem que se alimentava da necessidade de alardear a todo instante que seu sucesso fora conquistado por esforço próprio. Um homem que vivia a proclamar, com voz de trombone, sua antiga condição de ignorância e pobreza. Enfim, um fanfarrão da humildade (DICKENS, 2017, p. 33).

O Sr. Bounderby, como um ilustre industrial, pregava sempre em seus discursos a questão do mérito pessoal. Esse é um ponto central para compreendermos a crítica de Dickens. Em um diálogo do Sr. Bounderby com a Senhora Grandgrind, ele menciona como conseguiu sair da condição de uma pobre criança para um rico industrial:

– Como consegui me livrar de tudo isso, não faço ideia. [...] Foi determinação, imagino. Tornei-me mais tarde um indivíduo determinado e suponho que já o fosse naquela época. De qualquer modo, cá estou eu, senhora Gradgrind; e devo esse triunfo exclusivamente a mim mesmo, ninguém mais (DICKENS, 2017, p. 34).

Esse trecho revela a crítica de Dickens à ideia errônea de que, se havia pessoas pobres e vivendo na miséria, era simplesmente pelo fato de que lhes faltavam determinação. É imprescindível entendermos que a sociedade inglesa pós-industrial

estava impregnada pela pobreza, que era mantida pelos industriais, a fim de não perderem seus privilégios.

No tocante ao personagem do professor Gradgrind, este nos é apresentado assim:

Um homem cuja vida é pautada pelo princípio da verdade. Um homem de fatos e ponderações. Um homem para quem dois e dois são quatro, nada mais, e não é possível persuadi-lo do contrário. [...] Com uma régua, um par de escalas e uma tabuada sempre em seu bolso, invariavelmente pronto para pesar e avaliar qualquer fragmento da natureza humana e lhe dizer seu exato significado (DICKENS, 2017, p. 20).

Logo no início do livro é perceptível a árdua crítica à sociedade dos fatos, crítica que permeará toda a história. É válido explicitar que essa sociedade dos fatos se refere aos sistemas morais, políticos, sociais e culturais vigentes principalmente no século XIX, em que a ciência e a razão eram seus pilares. Assim, logo no primeiro capítulo, Gradgrind, o professor, começa sua palestra afirmando:

O que quero agora são Fatos. Ensine a essa turma de meninos e meninas nada mais do que Fatos. Tão somente de Fatos a vida necessita. Plante apenas isso, e colha todas as outras coisas. A formação da mente de seres pensantes deve ser pautada apenas por Fatos: nada mais terá para eles qualquer serventia (DICKENS, 2017, p. 19).

Desse modo, um dos principais pontos a serem analisados em concordância com a obra de Dickens é, propriamente, a crítica ao utilitarismo, teoria que estava em voga na Inglaterra do século XIX. O utilitarismo foi um princípio político formulado em um primeiro momento por Jeremy Bentham (1748-1832), porém foi Stuart Mill quem impulsionou esse conceito. Em suma, a ideia balizadora desse conceito está “nas ações do Estado para buscar a felicidade para o maior número possível de pessoas como objeto último de toda legislação” (MAGALHÃES, 2021, p. 10). Portanto, o Estado utilizava o “cálculo utilitário” para atender o desejo de felicidade da maioria em detrimento da minoria. No tocante ao referido cálculo, Magalhães (2021, p. 11) ilustra com

[...] o caso do afastamento dos mendigos nas ruas de Londres. Bentham considerava que a sociedade estava infeliz vendo os mendigos nas ruas, então eles seriam obrigatoriamente retirados das ruas e levados para abrigos. O resultado do cálculo utilitário é o impacto que pode ser qualificado em uma decisão a ser tomada em razão da prioridade da maior quantidade de pessoas felizes na sociedade, mesmo que uma minoria rejeitada sofresse uma punição: ser presa nos abrigos. Isto feito, observa-se a maioria da sociedade satisfeita e se sentindo

mais confortável com relação ao repúdio aos mendigos. Portanto, puramente racional, o cálculo utilitário determina uma punição para privilegiar o maior número de pessoas e atender a satisfação da sociedade.

Em “Tempos difíceis”, é perceptível a influência do utilitarismo nas personagens. Logo no início, o Sr. Gradgrind, profundamente revoltado com a presença do circo Sleary, decide expulsar uma de suas alunas, Sissy, puramente por ser filha de um dos artistas. Sissy representa para o Sr. Gradgrind o oposto do racionalismo, ou seja, uma ameaça ao sistema de fatos, portanto, era necessária uma punição para a menina em favor da maioria de seus alunos.

É imprescindível compreendermos que a questão da condição humana na Inglaterra após a Primeira Revolução Industrial foi totalmente sujeitada às filosofias que mais se adequavam ao sistema industrial vigente na época, como o utilitarismo. Os burgueses industriais acreditavam que deveriam se portar como verdadeiras máquinas, desconsiderando tudo aquilo que não visava ao lucro – como as necessidades básicas dos pobres (SANTURIO, 2020).

### 2.3.4 O espetáculo da miséria simbolizada por Coketown

O historiador Lewis Mumford contribuiu fortemente para os estudos sobre as questões urbanas. Suas pesquisas retratam as consequências da tecnologia na sociedade, principalmente sobre o aspecto da desumanização dos indivíduos nesse processo. Para Mumford, há três fases na História: a eotécnica (século X - XVII), a paleotécnica (XVII - XX) e a neotécnica (iniciada no século XX). Para elaborar a divisão dessas três fases distintas, mas que se interpenetram, Mumford baseou-se nos recursos e matérias-primas utilizadas, nos meios de produção, nos tipos de trabalhadores, na utilização de energia e nos estilos de vida.

Destarte, Mumford, no seu livro “A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas”, cita, justamente, a cidade fictícia de Coketown criada por Dickens. Mumford refere-se a Coketown como o “Paraíso paleotécnico”, atribuindo essa cidade fictícia a realidade da era industrial, marcada por suas “[...] sombrias colmeias, a fumar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas” (MUMFORD, 1998, p. 483).

Além da miséria moral na Inglaterra, a degradação e a pobreza do espaço físico são outro ponto ressaltado na obra de Dickens. A Primeira Revolução Industrial alterou drasticamente a geografia da Inglaterra. Tal transformação foi provocada em maior parte devido à instauração e à expansão das fábricas, que, conforme cita Thompson (1987, p. 11), “surge como o símbolo das energias sociais que estão destruindo o verdadeiro ‘curso da natureza’”. Assim sendo, a cidade fictícia do romance analisado, Coketown, foi descrita como uma

[...] cidade de tijolos vermelhos, ou melhor, de tijolos que seriam vermelhos caso a fumaça e as cinzas assim

tivessem permitido; mas, nas condições reinantes, ela se transformara em uma cidade artificialmente tingida de vermelho e preto, como o rosto de um selvagem; uma cidade de máquinas e chaminés altas, das quais brotavam intermináveis carretéis de fumaça, serpenteando indefinidamente sem jamais se desenrolar. Ela era atravessada por um canal preto e um rio cor de púrpura, malcheiroso” (DICKENS, 2017, p. 41).

Nesse viés, em conformidade com Mumford (1998, p. 484), “Em grau maior ou menor, todas as cidades do mundo ocidental foram marcadas com as características arquetípicas de Coketown”. Dickens, através de sua escrita fictícia, conseguiu representar todas as regiões industriais do ocidente, denunciando a degradação do ambiente e, conseqüentemente, a miséria da condição humana.

É possível captar através da descrição de Coketown, um problema substancial da Inglaterra pós-industrial: a poluição do ar, das cidades e dos rios em decorrência das inúmeras fábricas. Ademais, naquele período, a aglomeração nas cidades foi outro problema extremamente grave “[...] pois implica numerosos problemas ambientais, como o acúmulo de lixo, o enorme volume de esgotos, os congestionamentos de tráfego, etc.” (LEAL; DE FARIAS, 2008, p. 4).

Com o advento da Primeira Revolução Industrial, as cidades começaram a alojar milhares de indivíduos em busca de melhores condições de vida. Todavia, esses espaços urbanos não ofereciam o mínimo de infraestrutura para a população, resultando em bairros com condições insalubres. O cenário era tão catastrófico que Mumford (1998, p. 484) afirma que “[...] a destruição e desordem, dentro das grandes cidades, é semelhante àquela de um campo de batalha [...]”. No que se refere às habitações das famílias inglesa, Martins (2008, p. 37) esclarece que

[...] os espaços providenciados tornavam-se pouco saudáveis e as suas residências acanhadas, na medida em que se amontoavam várias famílias na mesma habitação, de modo a reduzir os encargos com a renda, mesmo que o espaço disponível fosse reduzido. Nesta altura, um grande número de famílias, apesar de possuir apenas um quarto, recebia pessoas durante a noite, de forma a obter algum dinheiro. Curiosamente, estes hóspedes chegavam a dormir na mesma cama do casal. Numa mesma divisão, amontoavam-se colchões e um número surpreendente de pessoas. Como consequência, cada uma destas habitações constituía um antro de promiscuidade, imoralidade, vício e crime.

Nesse sentido, fica nítido como a degradação do espaço físico decorrente da Revolução Industrial influenciou também a miséria da moralidade daqueles indivíduos. A prostituição e a criminalidade aumentaram de forma estrondosa.

A prostituição foi uma realidade na sociedade inglesa pós-industrial, visto que milhares de mulheres pobres tiveram que se sujeitar a essa prática. Entretanto, é

necessário salientar que a sociedade vitoriana do século XIX era extremamente moralizante, reprimindo fortemente o ato sexual que não tivesse como finalidade a reprodução. Sobre esse ponto, Veiga (2018, p. 147) expõe que

[...] o sexo tornou-se caso de polícia, sendo necessário regulá-lo por intermédio de discursos públicos, não por meio da proibição, sendo utilizado em diversos ramos como na psicologia, na medicina, na psiquiatria, na demografia, na crítica política, dentre outros.

Além dessas formas de reprimir o sexo, a Igreja possuía um forte papel nessa questão, sendo ela responsável por elaborar “[...] regras diretamente ligadas ao julgamento de justiça, condenando o adultério, o rapto, o casamento não consentido pelos pais, a homossexualidade e outros” (VEIGA, 2018, p. 147). Porém, apesar de todo o cenário de repressão sexual, em alguns casos a prostituição era aceita e até incentivada em Londres, isso porque acreditavam que os homens necessitavam extravasar seus desejos sexuais reprimidos em casa (VEIGA, 2018).

Dados apontam que, em Londres, havia cerca de 80.000 mulheres trabalhando como prostitutas; todavia, é preciso compreender que a prostituição não era homogênea, sendo as prostitutas divididas em diferentes níveis:

1º) A classe baixa, formada por jovens mulheres, forçadas a dormir com homens que a madame dos bordéis lhes indicava; 2º) A classe média, formada por mulheres independentes, com apartamentos próprios, escolhendo seus próprios clientes; 3º) A classe alta, formada por mulheres bonitas, educadas, cujos clientes eram os aristocratas, membros do parlamento, chegando a trabalhar de forma exclusiva para um só homem, casando-se, por vezes, com ele (VEIGA, 2018, p. 155).

Assim, cabe analisar nesta pesquisa, justamente as mulheres da classe baixa, que, normalmente, não tinham outras opções, além de que muitas trabalhavam como prostitutas para complementar o salário recebido nas fábricas.

Dickens, como já citado, em sua obra “*Oliver Twist*”, aborda com excelência a realidade da prostituição na Inglaterra, criando a personagem Nancy. Destarte, essa personagem é a representação de todas as mulheres pobres que se prostituíam para garantir a sua sobrevivência e a de sua família.

A criminalidade foi outra problemática da rápida e desorganizada industrialização na Inglaterra. Após a Primeira Revolução Industrial, instaurou-se um clima instável decorrente do aumento desenfreado da população. O roubo tornou-se uma prática corriqueira, visto que as famílias mais pobres não possuíam bens basilares para sua sobrevivência. Novamente, o romance “*Oliver Twist*” exemplifica essa realidade através do personagem Fagin, que, inicialmente foi apresentado como “[...] um judeu muito velho e enrugado, cujo rosto repulsivo e de aparência malvada estava tapado por uma grande quantidade de cabelo vermelho desgrehado” (DICKENS, 2019,

p. 53). É notável que Dickens usou os estereótipos dos ladrões de sua época, todavia esse personagem não deixa de ter um relevante papel para compreendermos a criminalidade na sociedade inglesa.

Dickens não se intimida em abordar a temática da criminalidade na obra “*Oliver Twist*”, como exemplo, a passagem em que Fagin mostra os itens roubados pelos “seus garotos”: “Pelo menos meia dúzia de relógios foram tirados da mesma caixa e examinados como o mesmo prazer, além de anéis, broches, pulseiras e outros artigos de joalheria [...]” (DICKENS, 2019, p. 55). Além de retratar a criminalidade, tem-se um recorte especial: as crianças criminosas. Essa foi uma realidade presenciada na Inglaterra pós-industrial.

Esse é mais um exemplo de como a miséria do espaço físico, incluindo a falta de acesso aos bens primários pela classe mais pobre, contribuiu para que esses indivíduos corrompessem sua moral em troca de sua mera sobrevivência (MARTINS, 2008).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, ficou nítido que a Primeira Revolução Industrial foi um evento histórico de inigualável valor, transformando drasticamente vários aspectos da vida humana. Todavia, as consequências desse período também alteraram profundamente a condição do indivíduo, principalmente o indivíduo inglês. Por meio de diversas pesquisas bibliográficas referentes à temática, pôde-se responder às indagações colocadas no início do estudo.

Compreendeu-se que a História e a Literatura, apesar de serem narrativas diferentes e possuírem metodologias adversas, podem e devem ser relacionadas para entender um determinado período histórico.

No tocante aos motivos basilares para o pioneirismo inglês na Revolução Industrial, apesar de serem complexos, destacaram-se três principais: a acumulação primitiva de capital, os cercamentos e as inovações tecnológicas.

Ademais, ficou nítido como a Primeira Revolução Industrial impulsionou um cenário degradante na Inglaterra, tanto no espaço físico quanto no aspecto da moralidade dos indivíduos. Como foi demonstrado, o cenário de trabalho daqueles ingleses era deprimente, as cidades eram repletas de criminalidade e precariedade. Foi descrita também a prostituição na Inglaterra industrial, um dos grandes problemas da época.

Concluiu-se que, apesar de ser uma pesquisa acadêmica de cunho histórico, não deixou de ser uma homenagem ao escritor Charles Dickens e a sua obra atemporal “*Tempos difíceis*”. Também não deixou de ser uma homenagem a todos os trabalhadores que foram oprimidos e tiveram sua condição de seres humanos negada pelos detentores do poder.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. de C. M. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 408-



419, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.18n.3.8597>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ARISTÓTELES. **A poética clássica / Aristóteles, Horácio, Longino**. Introdução de Roberto de Oliveira Brandão. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2014.

BORGES, V. R. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94-109, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História; 52).

CANÊDO, L. B. **A Revolução Industrial**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História).

CÁRDENAS, V. **Dickens e a Era Vitoriana: ascensão da indústria, declínio do homem**. 2005. Disponível em: <http://edufn.ufrn.br/handle/123456789/429>. Acesso em: 07 set. 2022.

CASTANHO, A. M. Direitos humanos na primeira revolução industrial. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, Presidente Prudente, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1602>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COGGIOLA, O. **Movimento e pensamento: operários antes de Marx**. Coleção: Tudo é História; 139. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. (Coleção: Tudo é História; 139).

DE DECCA, E.; MENEGUELLO, C. **Fábricas e homens: a Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores**. Coordenação Marly Rodrigues, Maria Helena Simões Paes. São Paulo: Atual, 1999. (História Geral em Documentos).

LIMA, E. C. de; OLIVEIRA NETO, C. R. de. Revolução Industrial: considerações sobre o pioneirismo industrial inglês. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 17, n. 194, p. 102-113, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32912>. Acesso em: 09 abr. 2022.

DICKENS, C. **Oliver Twist**. Tradução de João Sette Câmara. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2019.

DICKENS, C. **Tempos difíceis**. Tradução Lúcia Helena de Seixas P. Brito. Barueri, SP: Amariyls, 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FACINA, A. **Literatura & Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FERNANDES, L. dos S. **O historiador e a literatura como fonte histórica**. 2015. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/2531>. Acesso em: 09 abr. 2022.

GIBSON FILHO, W. F. Doentes e Imundos: a representação da miséria a partir de doenças na Inglaterra da Revolução industrial em “Oliver Twist”, de Charles Dickens. **Revista Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/clio.v10i1.68599>. Acesso em: 25 set. 2022.

IORA, I. M. L. Alienação e exploração do trabalho em Karl Marx: atualidade e contribuições à sociologia contemporânea. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/109032>. Acesso em: 25 out. 2022.

LEAL, G. C. G.; FARIAS, M. S. S. de; ARAUJO, A. F. O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <http://arquivo.revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/128>. Acesso em: 06 maio 2022.

MAGALHÃES, G. B. Interpretações do utilitarismo. **Pensar - Revista Eletrônica da FAJE**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 9-19, 2021. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/4967>. Acesso em: 06 maio 2022.

MARTINS, O. G. **Condições de vida e de trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial**. 2008. 150 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Ingleses), Universidade Aberta, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/446>. Acesso em: 01 set. 2022.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução de Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREIRA, N. M. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-118, dez. 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31560>. Acesso em: 30 mar. 2022.

PESAVENTO, S. J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 31-45, 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>. Acesso em: 06 nov. 2022.

PESAVENTO, S. J. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação**

em História, Porto Alegre, n. 4, p. 115-127, dez. 1995. Acesso em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31488/000142282.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 jun. 2022.

POPINIGIS, F. E. P. **Thompson e a experiência da classe trabalhadora**. 2015. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67625017/POPINIGIS\\_Fabiane.\\_Thompson\\_e\\_a\\_experiencia\\_da\\_classe\\_trabalhadora-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1662589267&Signature=DXmSBrrIx0YjwAAmRf2bDAIXmsqJSofEZ0w~Jd3OR0dGEKEInF6HFmvInYfkJh~qw0fB8KtegCoJLtEUi8DAtAosdKutz9~lzy7DAQcOiGftVYgynz0a0N3gRVbUmTMAgEPY05BNy4YMZoHhKivIv6r-FwX9JkyudYyh25wL~-r0oBFL1zQZrW5JS3xwt0o7szWQq65Q6diLjBX-vFYS8q~T4koDQS5KXeAogyrdBHxURk5VcVeikcPiEoA~k64~tRQzmFgT1lr8VDRZxDYrPKb0Rec7oX7wpMclZT9I2Zm2xb2hlxFjXVY7S4-QnPhAuUCjCm2bapwRr19vUEcA\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/67625017/POPINIGIS_Fabiane._Thompson_e_a_experiencia_da_classe_trabalhadora-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1662589267&Signature=DXmSBrrIx0YjwAAmRf2bDAIXmsqJSofEZ0w~Jd3OR0dGEKEInF6HFmvInYfkJh~qw0fB8KtegCoJLtEUi8DAtAosdKutz9~lzy7DAQcOiGftVYgynz0a0N3gRVbUmTMAgEPY05BNy4YMZoHhKivIv6r-FwX9JkyudYyh25wL~-r0oBFL1zQZrW5JS3xwt0o7szWQq65Q6diLjBX-vFYS8q~T4koDQS5KXeAogyrdBHxURk5VcVeikcPiEoA~k64~tRQzmFgT1lr8VDRZxDYrPKb0Rec7oX7wpMclZT9I2Zm2xb2hlxFjXVY7S4-QnPhAuUCjCm2bapwRr19vUEcA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 07 set. 2022.

SANTANA, L. W. A.; SENKO, E. C. Perspectivas da Era Vitoriana: sociedade, vestuário, literatura e arte entre os séculos XIX e XX. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 10, p. 189-215, 2016. Disponível em: <http://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/209>. Acesso em: 07 set. 2022.

SANTURIO, R. F. *et al.* **Charles Dickens, educação infantil e democracia: uma visão de formação de indivíduos em “Oliver Twist” e “Hard Times”**. 2020. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22796>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SILVA, M.; PEREIRA, M. M. Crítica social e história em William Blake e Charles Dickens. **Revista e-escrita: Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 2, n. 5, p. 123-135, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268395525.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

SOCHA, M. F. **Romances industriais do século XIX: proximidades e distanciamentos entre “Tempos difíceis”, de Charles Dickens, e “Norte e Sul”, de Elizabeth Gaskell**. 2018. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2667>. Acesso em: 01 maio 2022.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Tradução Renato Bussato Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. 12. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2021. v. 1.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A MISERABILIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA NA INGLATERRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA “TEMPOS DIFÍCEIS”, DE CHARLES DICKENS

VEIGA, E. O. B. *et al.* Somos nós vitorianos?. **Educação, Gênero e Sociedade**, p. 144. 2018. Disponível em: [https://brasilmulticultural.org/wpcontent/uploads/2020/04/ebook-Educao\\_genero-sociedade.pdf#page=142](https://brasilmulticultural.org/wpcontent/uploads/2020/04/ebook-Educao_genero-sociedade.pdf#page=142). Acesso em: 25 set. 2022.

# Um olhar sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos nas denominações das escolas estaduais de Patos de Minas (MG) e alhures

*A look at the tributes to the Maciel and Borges families and their political supporters in the names of state schools in Patos de Minas (MG) and elsewhere*

WALLISSON OLIVEIRA

Discente do curso de História (UNIPAM)  
E-mail: wallissonoliveira@unipam.edu.br

ALTAMIR FERNANDES DE SOUSA

Professor orientador (UNIPAM)  
E-mail: altamirinho@unipam.edu.br

---

**Resumo:** A intenção deste trabalho é trazer ao debate a importância do estudo das instituições escolares dentro de uma dada sociedade – como a sociedade reflete às instituições escolares e como essas instituições refletem a sociedade. Para isso, é feito um estudo das famílias Maciel e Borges e seus conflitos político-ideológicos e religiosos na disputa pela dominância política da cidade de Patos de Minas (MG). Dado o esclarecimento necessário sobre as famílias, são abordadas as denominações das escolas estaduais de Patos de Minas e alhures que homenageiam indivíduos dessas famílias tradicionais e seus correligionários políticos.

**Palavras-chave:** Escolas estaduais. Patos de Minas. Família Maciel. Família Borges.

**Abstract:** The intention of this work is to bring to the debate the importance of studying school institutions within a given society - how society reflects on school institutions and how these institutions reflect society. To this end, a study is made of the Maciel and Borges families and their political-ideological and religious conflicts in the struggle for political dominance of the city of Patos de Minas (MG). Given the necessary clarification about the families, the denominations of the state schools of Patos de Minas and elsewhere that honor individuals from these traditional families and their political allies are addressed.

**Keywords:** State Schools. Patos de Minas. Maciel family. Borges family.

---

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto traz um estudo sobre as homenagens às famílias Maciel e Borges e seus correligionários políticos na cidade de Patos de Minas (MG) e alhures, no que diz respeito às denominações de instituições escolares. Tais homenagens são carregadas de informações. As relações de compadrio, matrimoniais e político-partidários envolvendo essas famílias tradicionais de Patos de Minas muito têm a nos contar sobre a disputa pela

dominância política, sobre o desenvolvimento da cidade e sobre a relação com as várias instituições de ensino e suas denominações. À família Maciel cabem as instituições escolares: Escola Estadual Prof. Zama Maciel, Escola Estadual Adelaide Maciel, Escola Estadual Prof. Antônio Dias Maciel (Escola Normal), Escola Estadual Cel. Osório Maciel; e de seus agregados políticos: Escola Estadual Abner Afonso, Escola Estadual Marcolino de Barros, Escola Estadual Eustáquio José da Silva, Escola Estadual Paulina de Melo Porto.

Com relação aos Borges, temos: Escola Estadual Doutor Paulo Borges, Escola Estadual Deiró Eunápio Borges; e seus agregados políticos: Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz, Escola Estadual Agrotécnica Afonso Queiroz, Escola Estadual Arlindo Porto, Escola Estadual Ilídio Caixeta de Melo, Escola Estadual Prof. Modesto.

Vale ressaltar que nem todos os aspectos dessas denominações e as biografias de alguns homenageados são abordados neste trabalho; para isso, um estudo minucioso e individual se faz necessário, contudo foge ao escopo desta pesquisa. Seguramente estes podem ser temas de futuros trabalhos acadêmicos.

Este texto busca apresentar determinados pontos: a importância do estudo das instituições escolares, a compreensão de aspectos importantes relacionados às famílias Maciel e Borges e o conflito que se estabeleceu entre eles e, com isso, a apresentação de uma sucinta abordagem biográfica de alguns homenageados, salvo quando o historiador se detém em não a fazer, pois algumas biografias necessitam de horas de pesquisa em arquivos municipais e escolares, mas o tempo se mostrou inviável. Outro aspecto são as análises dos projetos de leis, decretos e leis assinados por deputados, prefeitos e governadores com relação às denominações das referidas instituições de ensino. Trazer informações antes desconhecidas — visto o ineditismo deste projeto — pela sociedade local é uma oportunidade não só para elucidar questões da sociedade onde residem os homenageados, mas também para explicar ligações entre eles, suas relações e importância para o município, o que pode nos revelar acordos familiares (compadrio e matrimoniais) e/ou político-partidários nas intenções dessas homenagens.

As origens dessas instituições escolares, juntamente com a origem dos homenageados (indivíduos das famílias Borges e Maciel) podem revelar a forma como a política se dava no período da criação e da formação escolar de determinada instituição. Dessa forma, buscar entender a história dessas instituições é, também, compreender e interpretar a própria educação praticada em uma dada sociedade (SANFELICE, 2006), assim como as práticas pedagógicas que ali se realizaram, o sentido de sua identidade e suas singularidades.

## 1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

A população em geral desconhece a história das instituições escolares de sua cidade ou região próxima, por isso desconhece boa parte da história de seu Município e de sua própria história como indivíduo inserido em tal comunidade. É necessário, então, jogar luz sobre temas pouco veiculados e inseri-los nos debates públicos. Buscar respostas é resgatar no passado informações que possam contribuir para o entendimento do momento político não somente da região, mas também do Estado e da política

praticada no país. A instituição também é objeto de diversos interesses, tais como de ordem econômica, religiosa e cultural (SANFELICE, 2006). Tendo isso em mente

[...] a história das instituições escolares (HIE) pode ser considerada uma abordagem que fomenta, no campo da história da educação, uma renovação metodológica e teórica ao instigar trabalhos que discutem as relações dialéticas entre o universal e o particular. Pela análise dos “casos” singulares, provoca abordagens que focalizem os micromovimentos e propostas dos estabelecimentos de ensino em diálogo com as políticas educacionais e macroprojetos de renovação pedagógica (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 148).

A HIE envolve a dimensão temporal. “Trabalhar com HIE não é permanecer na presencialidade, no hoje da instituição, mas descrever, compor narrativas de seus diferentes momentos de existência” (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 151). Dessa forma, orienta-se para um desvelamento do passado das instituições escolares.

A partir disso, o presente trabalho pode auxiliar futuros estudos sobre o tema, e, também, de forma direta, auxiliar a sociedade a compreender melhor as instituições em que os filhos estudam ou em que futuramente possam vir a estudar. Dessa forma, o trabalho não é puramente um estudo do passado, sem importância e abrangência para o presente, visto que, a partir de fontes confiáveis, o escopo desta pesquisa se revela pertinente.

Os relatos que constituem a HIE são, portanto, uma forma de expressar operações sobre os lugares, tais como os bairros, as comunidades, a cidade onde está inserido (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007). Por fim, “o estudo das instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação e, além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica” (SANFELICE, 2009, p. 198).

Ao estudar a história de uma instituição escolar, é necessário investigar o processo de criação e de instalação, assim como a caracterização e o espaço físico, o espaço de poder (secretaria, diretoria, sala de professores), a origem social dos alunos daquela escola, a legislação e as normas e as relações que a instituição manteve com a comunidade a sua volta em relação a questões sociais, políticas e religiosas (BERTONHA, MACHADO, 2008).

O estudo da história e da filosofia dessas instituições ao longo do tempo contribui para o conhecimento da sociedade onde o indivíduo esteja inserido, pois essas instituições detêm os valores de cada época. “Estudar instituições escolares, em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, memórias orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um todo” (BERTONHA, MACHADO, 2008, p. 1).

O grande desafio de fazer História das Instituições Escolares é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido como um cruzamento, como movimento,

contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Assim, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente em decorrência dos atores e acontecimentos em decorrência dos projetos e das temporalidades [...]. Cabe aos relatos operarem esta transformação de lugares em múltiplos espaços pela articulação entre diferentes bases documentais, imagéticas e que explicitam apropriações diferenciadas (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 157).

Desvela-se, também, a relação com a comunidade, com os moradores envolvidos aos prédios escolares ou mesmo com os que estão mais distantes, pois interfere na vida desses moradores, mesmo que não tenham estudado nessas instituições, nem mesmo seus filhos ou netos. Podemos então compreender que “à cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro” (BRITTO, COLAU, WERLE, 2007, p. 160). Com isso

[...] as instituições são lugares de ação social e, como tal, marcadas pelo tempo, espaços e pessoas, são formas sociais dotadas de organização jurídica e material, cujo estudo envolve a análise de suas origens, gênese, estabilidade, rupturas e processos de formação. Elas são o espaço real, tanto objetivo como subjetivo, no qual vivenciamos relações, valores, normas, poder, experiências de lideranças, rivalidades, conflitos e competição (WERLE, 2004, p. 111).

Conclui-se que, ao discutir a HIE, é discutida a identidade não só da cidade onde se encontra, mas também de seus moradores. As instituições estão impregnadas em suas sociedades, ainda mais quando se busca em suas raízes o porquê de suas construções, qual o público irá atender, as relações políticas envolvidas, o tempo de sua criação, aqueles que são homenageados e aqueles que homenageiam. Buscar os motivos de tais atos políticos podem revelar parcerias estabelecidas em detrimento daquele ou de outro a ser homenageado, relações familiares apenas ou dever político com aquela personalidade. Aqueles que levam o nome as instituições escolares detêm uma história a ser conhecida e suas relações com a comunidade. Segundo Sanfelice (2006) o passado das instituições educativas não pertence apenas à instituição, a seus líderes e à mantenedora, mas à sociedade em que se encontra.



## 2 UMA RELAÇÃO — NEM SEMPRE — CONFLITUOSA: OS “MACIÉIS” E OS BORGES

### 2.1 OS “MACIÉIS”

A história da cidade de Patos de Minas, ou da Vila de Santo Antônio dos Patos, se mistura às diversas famílias de migrantes que aqui se instalaram, contudo duas se destacaram na trajetória política: Maciel e Borges. “Em torno dessas duas famílias, as demais se aliaram e se embaralharam, quer através de laços familiares, quer de laços políticos” (FERNANDES, 2012, p. 170). Com relação à família Dias Maciel

[...] sua organização familiar, dentro da qual é possível observar, inclusive, certa “divisão de tarefas” políticas, correspondia às feições clônicas, típicas das famílias extensas que povoaram as Minas Gerais: pais fundadores, relações de parentesco, orgulho da linhagem, solidariedade baseada nos interesses familiares sobrepostos aos interesses comuns. Ao mesmo tempo, tratava-se de um grupo amplamente cultivado, para quem a educação à francesa era tão marca discricionária quanto títulos nobiliárquicos<sup>1</sup> e patentes da Guarda Nacional. Por fim, um acento diferencial concorria para compor o perfil do que viria a ser o grupo situacionista de Patos até a década de 1950: a simpatia pelo protestantismo (SILVA, 2015, p. 95).

Cabe ainda mencionar que, conforme Silva (2015), entre os Maciéis havia a tendência de manter o patrimônio da família dentro da própria família, visto assim a partir de casamentos endogâmicos, além de comprar e vender suas propriedades entre si. Mas essas práticas não são únicas da família dos Maciéis; Janotti (1992) relata que os coronéis — aqui nos dirigimos ao Coronel Antônio Dias Maciel, chefe do clã “macielista”, do qual falaremos mais adiante — eram líderes de uma numerosa parentela unidos entre ascendência ou descendência (legal ou bastarda), quanto por compadrio ou casamentos. Com isso, os membros dessa numerosa parentela, socorrem-se mutuamente em suas necessidades econômicas, por vezes se beneficiando mesmo que indiretamente com o enriquecimento das camadas superiores, por exemplo “a solidariedade política sedimentava-se na solidariedade familiar; o Coronel preferia repartir equitativamente os cargos públicos e os votos entre os candidatos pertencentes à sua parentela” (JANOTTI, 1992, p. 64).

Antes de nos aprofundarmos nas relações familiares de compadrio, matrimoniais, políticas e religiosas que se desenrolaram na chegada dos Maciéis à cena política de Santo Antônio dos Patos e sua disputa posterior com a família Borges, falaremos dos que aqui primeiro chegaram. De acordo com Fernandes (2012), o Coronel Antônio Dias Maciel foi o pioneiro da família a chegar no Arraial de Santo Antônio dos

---

<sup>1</sup> Títulos de nobreza.

Patos, por volta de 1852, vindo da região de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão, hoje cidade de Bom Despacho, localizada no Centro-Oeste de Minas Gerais, na região do Alto São Francisco.

Coronel Antônio Dias Maciel, acampado de uma tropa no largo da Matriz, onde hoje é local em frente ao Colégio Nossa Senhora das Graças, ficou por mais ou menos uma semana, notou a boa qualidade da terra e adquiriu alguns terrenos quando de saída. Voltou a Bom Despacho, contudo, no fim do ano de 1857, entrou em divergência política com dois de seus irmãos, segundo Silva (2015, p. 96), Miguel e Alexandre, que encabeçavam o diretório do Partido Conservador de Bom Despacho, tendo retornado a Santo Antônio dos Patos em definitivo em dezembro de 1857. Seu irmão Jerônimo Dias Maciel veio em seguida, estabelecendo-se na cidade em 1859.

Tal contenda entre irmãos se deu por desavenças políticas, principalmente com o irmão Miguel Dias Maciel. De um lado da família, fazia-se presente a ala conservadora, partidária do Imperador e da Monarquia e, do outro, os irmãos Antônio Dias Maciel e Jerônimo Dias Maciel militavam em favor do Partido Liberal, sendo que o primeiro deles foi presidente do diretório do Partido Liberal de Bom Despacho. E, “ao se estabelecerem no Arraial que viria a ser o município de Patos de Minas, Antônio e Jerônimo tornaram-se os líderes não apenas do Partido Liberal local, mas, também, da célula municipal do Partido Republicano” (SILVA, 2015, p. 97).

Jerônimo Dias Maciel, mais conhecido como Major Jerônimo, pertenceu à Guarda Nacional<sup>2</sup>, possuindo a Carta Patente de Major Ajudante de Ordens e Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional. Carta Patente assinada pelo Imperador D. Pedro II, dada no Palácio do Rio de Janeiro em 09 de junho de 1881 (DANNEMANN, 2017b). Ocupou cargos como, por exemplo, boticário, vereador, delegado de polícia, juiz, presidente da Câmara nos regimes monárquico e republicano, presidente da intendência, coletor das rendas gerais e províncias e agente executivo (FERNANDES, 2012, p. 174).

Antônio Dias Maciel se tornou um dos fazendeiros e coronéis mais importantes da região. Dada sua influência e importância política, em 10 de agosto de 1889, a Princesa Isabel lhe agraciou com o título de Barão de Araguari, embora o tenha aceitado, não compareceu à cerimônia de entrega do título. Tal distribuição de títulos nobiliárquicos foi uma tentativa do Imperador de cooptar para as fileiras da monarquia as lideranças liberais mais extremadas.

Silva (2015) nos conta que Antônio, embora tenha ocupado a Presidência do Diretório Republicano no ano de 1898, apenas entre 1873 e 1878 esteve à frente do Executivo de Patos. Depois de um período como comerciante, em sociedade com o irmão na firma “Maciel, Irmãos & Cia”, retirou-se do Arraial para viver na Fazenda da Cascata, neste Município, onde permaneceria até a sua morte em 1910.

---

<sup>2</sup> De estrutura militar, subordinada ao Ministério da Justiça, mais efetivamente submetida à sociedade civil, era a Guarda Nacional empregada para coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército, e submeter tanto os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras. Os postos de oficiais da Guarda Nacional foram ocupados, quase que exclusivamente, por mandatários locais. Majores, tenentes e coronéis eram títulos muito cobiçados (JANOTTI, 1992, p. 20-21).

Seguindo os passos do pai, o quinto filho do Cel. Antônio Maciel, o Coronel Farnese Dias Maciel<sup>3</sup>, pertencente à segunda geração de Maciéis, ocupou a cena política de Patos. Farnese exerceu, por excelência, as funções que cabiam a um Coronel dentro do pacto de compromissos da Política dos Governadores.

Campos Salles (1898-1902) sacramentou o pacto do poder pela aplicação da “Política dos Governadores”: “No lugar do presidente de província todo poderoso, viria instalar-se o todo-poderoso governador de Estado [...]. A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro, como outrora, a nomeação do presidente da província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações estaduais, ou compor-se com elas num sistema de compromissos que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais” (Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*) (JANOTTI, 1992, p. 35).

Seus objetivos podem ser assim resumidos:

[...] reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República<sup>4</sup> (FAUSTO, 2019, p. 222-223).

Na lacuna deixada pelo pai, coube a Farnese Dias Maciel o posto de mandatário político local, o Coronel que durante a República Velha possuía a incumbência de garantir a vitória nas eleições<sup>5</sup>. “Sua ascendência pública, sua intimidade com as esferas estaduais e, sobretudo, sua truculência durante os pleitos eleitorais, ficariam sujeitos registrados na documentação, mas, também, nas memórias dos sujeitos” (SILVA, 2015, p. 101). Tendo essa passagem de bastão de um para o outro em mente, Janotti (1992) nos

<sup>3</sup> Foi legitimado Coronel pela Guarda Nacional em 1898 em plena República, quando a importância da Guarda Nacional há muito havia-se declinado, contudo, sua valência simbólica permanecia (SILVA, 2015).

<sup>4</sup> A política dos Governadores tinha como objetivo, portanto, harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais e assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis (JANOTTI, 1992, p. 36).

<sup>5</sup> Do ponto de vista eleitoral, o "coronel" controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora (FAUSTO, 2019, p. 226).

diz que é comumente transferido o poder coronelístico carregado de prestígio político e social após a morte do mandatário original e patriarca do clã para outro indivíduo, que nem sempre é um membro da família, no entanto a sucessão mais frequente cabe ao filho do Coronel, que é o ocorrido no caso estudado, do Coronel Antônio Dias Maciel para seu filho Farnese Dias Maciel.

Entretanto, Silva (2015) nos relata que na rede hierárquica política dos Maciéis que se estabeleceu, ficou a cargo de seu irmão mais velho, o engenheiro Olegário Dias Maciel, a função de representar, junto às esferas estadual e federal, os interesses da família, ao mesmo tempo sinônimos ideológicos dos “interesses de Patos”. Os Maciéis constituíram um sólido clã político, interligado a outras famílias por uma extensa e intrincada rede de correligionários políticos, de relações de parentesco e compadrio, ao qual podemos citar: Cel. Arthur Thomaz de Magalhães, Marcolino de Barros, Cel. Augusto Ferreira da Silva e seus filhos, Noé e Itagyba (estes cinco citados sendo possuidores de grandes extensões de Terra) e Cap. José de Santana.

Destacamos, aqui, Marcolino de Barros, advogado baiano casado com Julieta, uma das filhas do Coronel Antônio Dias Maciel; é ponto de estudo deste trabalho ao ter o seu nome elevado à denominação de uma escola em Patos de Minas, a Escola Estadual Marcolino de Barros, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 367.

Silva (2015) observou que o clã situacionista, liderado pela família Maciel, era composto, majoritariamente, por fazendeiros. A propriedade fundiária foi para os Maciéis e seus correligionários políticos a porta de entrada para o comando político da cidade de Patos; com o advento da República suas fazendas confirmaram a sua posição, uma vez que saía delas o capital que definia a vitória nas eleições: na forma de voto de cabresto, que é

[...] aquele dado a candidatos indicados por um chefe político ou cabo eleitoral, sem que o eleitor saiba exatamente por qual motivo e em quem está votando. Usualmente, tais eleitores são levados para os chamados “currais eleitorais”, de onde só saem na hora da votação. A atividade era comum antes dos anos 1930, mas perdeu força com a urbanização da população e a adoção do voto secreto (GLOSSÁRIO..., 2021a).

Ou em bico de pena que também ocorria na antiga República, antes de 1930, em que

[...] o voto não era secreto, mas “aberto”. O sistema de poder vigente tomava três tipos de precaução para evitar surpresas nos resultados das eleições. Primeiramente, os chefes e caciques políticos, principalmente do interior, orientavam os eleitores a votar em determinados candidatos, e só neles. Para isso, entregavam ao votante uma “marmita” (pilha) de cédulas dos candidatos em que deveriam votar. Como segunda medida, as atas das juntas apuradoras – frequentemente, as próprias mesas

receptoras – eram feitas para mostrar determinados resultados, nem sempre de acordo com a contagem dos votos depositados naquela seção. Finalmente, onde isso não era possível – nas capitais e grandes cidades de então, em que eram eleitos candidatos “indesejáveis”, de oposição – a Câmara e o Senado faziam a “verificação dos poderes” dos que se apresentavam para tomar posse. Nessa fase, muitos dos “indesejáveis” sofriam a “degola”. Ou seja, seus mandatos eram invalidados pela Casa (GLOSSÁRIO..., 2021b).

Mas não só de fazendeiros se valia o clã macielista. Silva (2015) menciona que a presença dos professores foi um aspecto importante, ligados por parentesco ou afinidade política. Podemos citar: Antônio Augusto da Silva Tormim; Jacques Dias Maciel; Orieta Dias Maciel; Maria Madalena de Ulhoa Maciel (primeira esposa de Adélio Maciel); Walda Magalhães (segunda esposa de Adélio Maciel), Antônio Dias Maciel, o “Tonico”, Zama Maciel, Valeriano Rodrigues Souto e Modesto Mello Ribeiro. Destacam-se Zama Maciel e Modesto Mello Ribeiro, que, assim como Marcolino de Barros, tiveram os nomes elevados à denominação de escolas em Patos de Minas. A Escola Estadual Professor Zama Maciel e a Escola Estadual Professor Modesto, respectivamente localizadas nas R. Pref. Camundinho, nº 651, Centro, e R. Araguari, 128, Rosário.

Os Maciéis, fazendeiros, letrados, cosmopolitas, francófonos e republicanos, entendidos como os donos de conduzir politicamente os destinos de Patos, foram privilegiados não apenas por nascença, mas também por formação. Eram opostos a outra família que exerceu grande influência na cidade, por motivos políticos e/ou religiosos, os Borges.

## 2.2 OS BORGES

Os Borges se diferenciavam da família Dias Maciel, que se organizavam de forma clânica em volta de um líder, em que girava sob a tutela desse comandante a família, os correligionários e os demais agregados. Os Borges eram numerosos; no final do século XIX, contavam trezentas e trinta e quatro pessoas. Também não demonstravam o orgulho da linhagem ou uma solidariedade política balizada no parentesco. O que lhes traziam uma pertença à família antes mesmo do sobrenome era a sua fé. Os Borges eram católicos, fervorosamente católicos, atravessados por uma visceral relação com a Igreja Católica Romana (SILVA, 2015), diferentemente dos Maciéis, simpáticos ao protestantismo. Outro fato que os diferenciava era que, apesar de que muitos membros da família Borges, assim como os membros da família Maciel, fossem membros da Guarda Nacional, os Borges se ligavam mais ao campo intelectual, jurídico e do comércio local. Jamais um Borges se tornou Coronel, pois não há notícias de que na família houve um possuidor de grandes fazendas, esse fato era um enfraquecedor político para a família Borges, apesar de serem respeitados (FERNANDES, 2012).

Os primeiros integrantes da família Borges que vieram para Patos, a partir de 1866, saídos da cidade de Formiga, foram os irmãos Capitão José Antônio Borges,

ourives por profissão, designado Primeiro Tabelião, cessionário do Cartório de Primeiro Ofício da Vila; e Capitão João Antônio Borges, comerciante proprietário de uma venda e de uma pensão. Os irmãos Borges, abastados comerciantes, não demoraram a se entremear na arena política da cidade estabelecendo as necessárias relações de compadrio com aqueles que detinham poder e riqueza.

Contudo, nem sempre conflituosa foi a relação entre as famílias, fato que se desenha a partir de 1889, embora, segundo Silva (2015), a oposição oficial se dá apenas na década de 1920, com a criação do Partido Político Popular de Patos (PPPP), em 1924; até esse ponto, sabe-se que as famílias se debatiam por seus ideais, contudo entre as famílias, era como se houvesse um simulado acordo (BORGES JUNIOR, 1994). Em 1880 documentos revelam que José Antônio levava à pia batismal o seu oitavo filho, Deiró Eunápio, apadrinhado pelo Coronel Antônio Dias Maciel e sua esposa, D. Flaviana. E, em 1883, devidamente engalanados com as patentes da Guarda Nacional, os irmãos Borges encontravam-se entre os convidados do casamento de Farnese Dias Maciel com Adelaide Caixeta.

Antes de prosseguirmos, é importante salientar que, na data de criação do PPPP, em 05 de outubro de 1924, assinaram a “circular-convocatória” da fundação do partido cujo lema de Raul Soares “Para diante e para cima” os seguintes cidadãos: Abílio Caixeta de Queiroz, Virgílio Caixeta de Queiroz, Manoel Caixeta de Queiroz, Ilídio Caixeta de Queiroz, Afonso Queiroz, Almério Gonçalves de Amorim, João Gualberto de Amorim Júnior, José Gonçalves de Amorim, Ilídio Caixeta de Melo, Altino Fernandes Caixeta, Joaquim Borges de Oliveira. Antônio Cândido Borges, Augusto Borges, Virgílio Borges, Deiró Eunápio Borges, João Borges, Dolor Borges, José Olympio Borges (BORGES JUNIOR, 1994, p. 60).

Os Borges não foram proprietários de grande extensão de terras, assim como não foram possuidores de grandes riquezas. O patrimônio dos irmãos Borges, os primeiros que chegaram a Patos, não conseguira resistir à estagnação do mercado interno, “quando chega a década de 1890, o retraimento do mercado de Patos e, por consequência, a diluição do patrimônio dos Borges já era, praticamente, a ‘crônica de uma morte anunciada’” (SILVA, 2015, p. 145). Isso ocorreu em um momento em que a política era uma atividade restrita a poucos, os mais bem abastados. Quando chegou a segunda década do século XX, o patrimônio da nova geração de Borges estava longe de permitir a eles uma posição expressiva na arena política de Patos, com isso estiveram presentes enquanto o patrimônio se valeu fazer. “No Império, sua renda não lhes permitiu conquistar a patente de Coronel ou fazer deputados e senadores. Mas, foi suficiente para chegar às patentes de Capitão, Tenente e Major, e garantir representantes na câmara municipal entre 1870 e 1906” (SILVA, 2015, p. 148).

Ainda assim, ao longo do Império, apesar das divergências políticas, os Borges mantiveram uma relação com os Maciéis, tal proximidade se deu pelas relações de compadrio. Esse alinhamento continuou mesmo após o Major Olympio Borges (vereador da Vila de Santo Antônio dos Patos) se manifestar a favor da Monarquia, visto que os Maciéis e seus correligionários demonstraram ostensiva defesa à República; “sua tradição liberal e a formação positivista dos jovens que se diplomavam iriam influenciar em grande parte sua filiação ao Partido Republicano. [...] os Maciéis não se furtaram a dar vivas ao novo regime” (SILVA, 2015, p. 150).

Contudo, seguidos episódios de violência dariam fim a tal “simulado acordo” entre as famílias. Desafetos políticos de Deiró Eunápio Borges tentaram contra a sua integridade em três ocasiões distintas. Diz Deiró Eunápio Borges Júnior em seu livro de memórias sobre tal afastamento da vida política por parte dos Borges:

Referia meu pai que, ante iminente derrota eleitoral de Olegário Maciel, num pleito renhido, parece-me que em 1904, em Patos os mesários não compareceram às respectivas seções. Acorreram, então, os eleitores, à mais próxima, no arraial de Lagoa Formosa. Ali se encontrava o doutor Marcolino de Barros, na condição de fiscal dos Maciéis. Sob pretexto de defendê-lo, um bando de jagunços desfechou uma descarga de fuzilaria na casa de Randolfo Borges, local da seção.

Desgostoso com tais cenas de banditismo, Olympio Borges, que era líder natural dos Borges, como Olegário Maciel o era dos Maciéis, não mais se envolveu com política. E cresceu a influência dos Maciéis até 1927, pois os Borges, que não compareciam a eleições, consultados por seus amigos a respeito, não se punham a que estes o fizessem (BORGES JUNIOR, 1994, p. 62).

Outro fato separador entre as famílias que vale salientar foi o crescimento do protestantismo na cidade de Patos, com isso, galgando os próprios Maciéis, a situação dos católicos Borges foi ficando insustentável:

Se permanecessem alinhados com os compadres, voltariam as costas para a Igreja Católica e para a sua fé. Se, ao contrário, voltassem as costas para os compadres e saíssem em defesa da fé, a retração do comércio não lhe dava mais poder de fogo suficiente para o custoso enfrentamento político, nos moldes em que se davam os embates de famílias coronelistas, em outros rincões do Brasil (SILVA, 2015, p. 156).

Como vimos até aqui, as famílias Maciel e Borges têm suas similaridades e diferenças, contudo sempre em prol da disputa pela cidade de Patos. Um conflito ideológico e político-partidário, de um lado republicanos declarados como Antônio e Jerônimo Maciel, já os Borges contrários à República, principalmente na voz do monarquista vereador na época Major Olympio Borges. Do outro lado, um conflito religioso, seguramente realizado pelo catolicismo dos Borges e o protestantismo que denominou os Maciéis, pois nem sempre foram protestantes. Fernandes (2012) nos conta que seguramente a primeira geração dos Maciéis era de católicos, algo que posteriormente provocaria uma cisão na própria família.

Percebe-se que a disputa entre as famílias foi acalorada em diversos momentos e em outros exerceu-se a questão do compadrio. A história de ambas se mistura com a da própria cidade. Não é de se negar que os conflitos fizeram a cidade andar e seguir

seus caminhos; foram agentes políticos ativos, apesar de suas diferenças e de certo domínio de uma sobre a outra nos pleitos políticos.

### 3 DENOMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTO PÚBLICO DO ESTADO

Entendida a importância do estudo das instituições escolares e compreendido o histórico das tradicionais famílias Maciel e Borges no cenário político e social da cidade de Patos de Minas e região, dá-se seguimento ao texto para falarmos sobre as denominações propriamente ditas.

A ementa da Lei n. 13.408, de 21/12/1999, nos diz o seguinte: dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado e dá outras providências. O art. 2º da referida lei diz:

A escolha da denominação de que trata esta Lei recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade ou em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

[...]

§ 1º - Será observada a correlação entre a destinação do estabelecimento, da instituição ou do próprio público que se pretende denominar e a área em que se tenha destacado o homenageado, se pessoa de projeção em âmbito local (MINAS GERAIS, 1999, p. 1).

Tendo ciência do que diz a lei com relação às denominações de órgãos públicos do Estado, entramos de fato nas denominações, primeiramente da família Maciel e seus correligionários políticos com os homenageados: Zama Maciel, Antônio Dias Maciel, Adelaide Maciel, Abner Afonso, Marcolino de Barros, Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e, por fim, Cel. Osório Maciel.

Em sequência, com relação à família Borges e seus correligionários políticos, foram homenageados: Deiró Eunápio Borges, Dr. Paulo Borges, Abílio Caixeta de Queiroz, Afonso Queiroz, Arlindo Porto, Ilídio Caixeta de Melo, Prof. Modesto de Mello Ribeiro.

#### 3.1 FAMÍLIA MACIEL, CORRELIGIONÁRIOS POLÍTICOS E SUAS RESPECTIVAS DENOMINAÇÕES EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

##### 3.1.1 Zama Maciel

O Projeto de Lei n. 126.1971, do autor Deputado Sebastião Nascimento (ARENA), teve como a ementa “dá a denominação de Colégio Estadual Professor Zama Maciel ao Colégio Estadual de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1971b).

Sebastião Alves do Nascimento, o Binga, nasceu em 13 de dezembro de 1919 em Patrocínio. Transferiu-se para Patos de Minas em 1942 exercendo a profissão de



fazendeiro. Casou-se em 1944 com Coracy de Castro Alves, ligando-se, desse modo, a família Maciel; Abner Afonso de Castro — um dos chefes da UDN local — era seu sogro. Sob essa influência e dos demais do clã macielista, entrou na política, visto ser bastante popular. Foi o primeiro presidente do Sindicato Rural (1954 a 1957). O Parque de Exposições levou o seu nome: “Sebastião Alves do Nascimento - Binga”. Em sua homenagem, foi inaugurado um busto em bronze, no centro do Parque, em 24 de maio de 1978. Foi Prefeito de Patos de Minas em 1959 a 1962. Durante o seu governo, dentre os principais trabalhos, trouxe a CEMIG para a cidade, adquiriu o prédio da Fundação Pio XII e fundou o Colégio Municipal (hoje Escola Estadual Prof. Zama Maciel), entre outras obras de importância para o município. Em 1962, passou o cargo para o Vice-prefeito Vicente Pereira Guimarães, e candidatou-se a Deputado Estadual. Com isso, desde 1963 exerceu a função de Deputado à Assembleia Legislativa do Estado, sendo reeleito quatro vezes consecutivas. Como representante da região na Assembleia, conseguiu transformar o Colégio Municipal em Estadual. Sebastião Alves do Nascimento faleceu em 11 de dezembro de 1977 em pleno exercício do mandato e foi sepultado na cidade de Patos de Minas (DANNEMANN, 2014b).

A Lei n. 5.743, de 08/07/1971, dá a denominação de “Professor Zama Maciel” ao Colégio Estadual de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Rondon Pacheco (UDN, ARENA, PSDB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - O Colégio Estadual de Patos de Minas denominar-se-á “Professor Zama Maciel” (MINAS GERAIS, 1971a).

Zama Maciel nasceu em 30 de junho de 1904 em Patos de Minas. É filho do Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel, foi batizado em 18/08/1904 e teve como padrinhos Agenor Dias Maciel e Jorgeta Dias Maciel. Em 1931, durante o governo de seu tio, Presidente<sup>6</sup> Olegário Dias Maciel, foi nomeado Inspetor Federal de Ensino. Zama Maciel também foi Vereador e Delegado, quando da criação da delegacia de Ensino da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, sediada em Patos de Minas, além de dirigir o partido do qual fazia parte — UDN — na Câmara dos Vereadores. Também exerceu o magistério lecionando História, Geografia, Português e Matemática. Escreveu a letra do Hino Oficial de Patos de Minas em parceria com o Exmo. Senhor Bispo Diocesano, Dom José André Coimbra, responsável pela música. Fez parte da Academia Patense de Letras e era uma grande entusiasta do esporte, desse modo, fundou a URT — União Recreativa dos Trabalhadores —, ajudando até na construção do campo de futebol, o atual Estádio Zama Maciel; além do Estádio, incentivou a fundação do Colégio Municipal, cooperando-se nisso; hoje é a Escola Estadual Zama Maciel. Faleceu no dia 2 de agosto de 1968 (DANNEMANN, 2018).

### 3.1.2 Antônio Dias Maciel

O Projeto de Lei n. 392. 1967, do autor Deputado Leopoldo Porto (ARENA) teve como ementa: “dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1967).

---

<sup>6</sup> Cargo semelhante ao de Governador do Estado à época.

A Lei n. 4.761, de 14/05/1968, dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Israel Pinheiro da Silva (ARENA), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se “Professor Antônio Dias Maciel” o Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1968).

Segundo Dannemann (2020), Antônio Dias Maciel nasceu em Patos de Minas em 2 de janeiro de 1898, é filho de Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel, tornando-se advogado em 1922, estudou no Instituto Gammon tornando-se membro da Igreja Presbiteriana. Era também Maçom, foi poeta e literato, deixando vários escritos, como poemas, peças teatrais e páginas de folhetos de assuntos evangélicos. Faleceu no dia 18 de setembro de 1964 em Goiânia (GO); seu corpo foi velado nas dependências da Igreja Presbiteriana da cidade. Em 1931, Antônio Dias Maciel funda o Instituto Sul-Americano, de cunho estritamente evangélico. O corpo docente era composto por Norberto Costa para ser o Diretor Espiritual do estabelecimento e lecionar Matemática, acompanhado de sua esposa D. Helena Kemper Costa, para dirigir o internato feminino e lecionar Música e Francês; Dr. José de Santana Sobrinho (Francês), o próprio Dr. Antônio, que acumulava as funções de Diretor e professor de Português, seu irmão, Dr. Zama Maciel, que lecionava Geografia e História, e o Prof. Erasmo Maciel (Ciências).

Sobre o processo que se deu da primeira denominação à última que levaria o nome do Professor Antônio Dias Maciel em definitivo, um curioso caso de denominações diversas aconteceu:

O incansável Dr. Antônio, com o apoio de seu tio Osório Dias Maciel, inicia intenso trabalho visando a oficialização do estabelecimento, o que foi conseguido no ano seguinte. Em 2 de abril de 1932, pelo Decreto N.º 10.310, do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel (tio do Dr. Antônio), foi criada a ESCOLA NORMAL DE PATOS, com os seguintes cursos: Primário (com duas classes, sendo uma de 1.º e 2.º anos e outra de 3.º e 4.º, Adaptação, com duração de dois anos e Normal, com duração de três anos. No dia 5 de maio do mesmo ano, a Escola foi solenemente instalada na casa do Dr. Olegário Maciel na Avenida Getúlio Vargas, transferindo-se posteriormente para um antigo chalé, na Praça Antônio Dias (onde hoje é a casa de D. Santinha de Medeiros Queiroz) nas proximidades do atual Hospital São Lucas (DANNEMANN, 2020).

Em setembro de 1934, foi inaugurado o atual prédio da escola, situado na Avenida Getúlio Vargas, n. 45, Patos de Minas (MG). Em 1947, com Decreto-lei estadual n. 1873, de 28 de outubro de 1946, a Escola Normal foi ajustada às requisições da Lei Orgânica do Ensino Normal tendo passado a denominar-se Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Já em 10 de outubro de 1968, a partir da Portaria n. 350, a escola passou a denominar-se Colégio Estadual “Professor Antônio Dias Maciel”.

Em 9 de maio de 1974, de acordo com o Decreto n. 16.244/74, passa a denominar-se Escola de 1º e 2º Graus “Professor Antônio Dias Maciel”, e outra vez em 17 de outubro de 1978, através do Decreto n. 19.472, o nome da escola é alterado, dessa vez passando a denominar-se Escola Estadual “Professor Antônio Dias Maciel”; essa denominação perdura até os dias atuais, mas sem nunca perder da boca da população da cidade de Patos de Minas e do uniforme dos estudantes o nome “Escola Normal”.

### 3.1.3 Adelaide Maciel

O Decreto n. 7.619, de 21/05/1964, cria o Grupo Escolar com a denominação de Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto (UDN, ARENA, PP, PDS), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art.1º - Fica criado o Grupo Escolar Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1964a). O Grupo Escolar Adelaide Maciel (Escola Estadual Adelaide Maciel) foi fundado em 1964, ano do Golpe Militar e início da ditadura no Brasil.

A escola se localizava no quarteirão da Rua Dr. Marcolino, esquina com a Rua Ceará, construída em material pré-fabricado, folhas de zinco e janelas de vidro, uma construção rústica e em condições precárias. Contudo, com a Lei nº 1.502/76, ficou o Prefeito Municipal de Patos de Minas, Waldemar Rocha Filho, “autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel de propriedade do Município, com a área de 5.128,00m<sup>2</sup> (cinco mil, cento e vinte e oito metros quadrados), situado na Rua Rio Grande do Norte, desta Cidade” (PATOS DE MINAS, 1976). Portanto, a Escola Estadual Adelaide Maciel se encontra nos dias atuais em funcionamento na Rua Rio Grande do Norte, 554 no Bairro Cristo Redentor.

Waldemar Rocha Filho nasceu em Patos de Minas, em 1944. Em 15 de novembro de 1972, com 28 anos de idade, foi eleito prefeito de Patos de Minas. O lema de sua campanha foi “Patos de Minas acima de tudo”, lema esse que voltaria a ser usado na eleição de 1992, pela chapa Jarbas Cambraia/Eduardo Maia. Sebastião Alves do Nascimento, o Binga, e o ex-prefeito Pedro Pereira dos Santos, ambos da Arena, comandaram a vitória de Waldemar Rocha Filho, que colocou dois mil votos de frente sobre três candidatos do MDB (DANNEMANN, 2015c).

Adelaide Maciel nasceu na data de 05/12/1865 em Patos de Minas. Seus pais eram o Capitão Manuel Caixeta e Dona Maria Guilhermina de Melo. Casou-se com 17 anos, em 09/06/1883, com o Coronel Farnese Dias Maciel. Tiveram muitos filhos, 11 no total, entre eles Antônio Dias Maciel e Zama Dias Maciel (DANNEMANN, 2013b). Adelaide faleceu em 22/05/1959 e, na mesma data de seu falecimento, o então Vereador Dr. Zama Maciel, seu filho, através do Requerimento nº 8/59 da Câmara Municipal de Patos de Minas escreveu:

[...] em nome da bancada da “União Democrática Nacional”, ouvida a Casa, seja consignado em Ata um voto de sentido pesar [sic] pelo falecimento da veneranda senhora D<sup>a</sup> Adelaide Caixeta Maciel, viúva do saudoso Cel. Farnese Dias Maciel, ocorrido hoje, enlutando a nossa

Sociedade, e, ainda, que os trabalhos da Câmara sejam suspensos até a próxima segunda-feira, em sinal de respeito e homenagem a pranteada extinta, dando-se da resolução conhecimento a ilustre família enlutada (PATOS DE MINAS, 1959).

A justificativa se deu da seguinte maneira:

D<sup>a</sup> Adelaide Caixeta Maciel, cujo falecimento vem enlutar a sociedade patense, pertenceu a famílias de tradição de Patos de Minas.

Viúva de um dos patenses mais ilustres, como ilustre foi a figura do coronel Farnese Dias Maciel, D<sup>a</sup> Adelaide atravessou os seus 94 anos bem vividos, constituindo uma família nobre, de cidadãos que tem dado a nossa terra trabalho admirável, através lutas constantes. [...]

E nós temos um dever indeclinável de prestar-lhe o nosso profundo respeito, com a homenagem desta Casa de leis dos munícipes [sic], que é a continuação da obra que D<sup>a</sup> Adelaide, indiretamente, por que companheira dos ideais de seu esposo saudoso, também tomou parte (PATOS DE MINAS, 1959).

Dessa forma, é possível melhor entendimento com o processo de denominação do Grupo Escolar Adelaide Maciel e quem foi a homenageada. Nos textos analisados pelo historiador, não ficou clara a importância pública de Adelaide Maciel para o Município de Patos de Minas, a não ser o fato de ter se casado com uma figura importante e, outrora, mãe de outros dois de mesma importância. Não cabe aqui julgamento de valor com relação à pessoa de Adelaide Maciel, contudo, para se carregar uma homenagem de tamanha importância, embasada na Lei n. 13.408, de 21/12/1999, se aceitaria melhor um nome de grande relevância pública e que a memória deveria ser cara às próximas gerações. Aqui podemos perceber que ainda nos idos anos de 1959 e 1964, as relações de compadrio e parentela se fizeram valer, delineando homenagens por parte de familiares e correligionários políticos, valendo ressaltar que ambos, o então Vereador Zama Maciel e o então Governador do Estado de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, eram do mesmo partido político o UDN (União Democrática Nacional).

### 3.1.4 Abner Afonso

O Decreto n. 8.109, de 30/12/1964, criou o Grupo Escolar com a denominação de Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Fica criado o Grupo Escolar Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1964b).

Abner Afonso de Castro nasceu em Conceição do Araxá, em 25/12/1891. Foi diretor-presidente da Rádio Clube de Patos, Delegado Municipal, Vice-prefeito em 1950. No setor da pecuária, distinguiu-se como grande incentivador da melhoria genética dos rebanhos. Faleceu em Belo Horizonte, aos 70 anos, em 6 de agosto de 1962. Abner Afonso de Castro casou-se com Iracema Dias Maciel, casório realizado em 02/05/1923 – ele com 31 anos, filho de Theodora Jacinta de Castro; ela com 17 anos, filha do Cel. Farnese Dias Maciel e D. Adelaide Caixeta Maciel. Da mesma forma que Adelaide Maciel, seu então genro, Abner Afonso de Castro, recebe a honraria a partir de suas relações matrimoniais, casando-se com a filha de uma poderosa família, os “Maciéis”. De fato, a vida pública de Abner Afonso parece ter sido mais agitada do que a de Adelaide Maciel, contudo, ao peso de receber tal honraria?

### 3.1.5 Marcolino de Barros

O Grupo Escolar de Patos de Minas foi criado pelo Decreto n. 4.065, de 23 de dezembro de 1913, por Júlio Bueno Brandão (PRM), Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o regulamento expedido com o Dec. n. 3.191, de 9 de junho de 1911. Ao receber a homenagem em 1911, Dr. Marcolino estava vivo, pois veio a falecer em 1932.

Foi inaugurado em 4 de julho de 1917, na praça Dom Eduardo, onde hoje está instalado o Colégio Nossa Senhora das Graças. Em 2 de abril de 1918, por portaria, o Grupo Escolar de Patos recebe a denominação especial de Grupo Escolar Marcolino de Barros. No final de 1933, Olegário Dias Maciel deu-lhe novo e definitivo prédio (DANNEMANN, 2017a). Contudo, Olegário faleceu em 1933, antes mesmo de ver o antigo Grupo Escolar ser transferido para a nova sede em 1934, assim como o próprio Marcolino de Barros, falecido em 24 de maio de 1932; essa nova sede é na Av. Getúlio Vargas, n. 367 em Patos de Minas (MG).

Marcolino de Barros nasceu em 16 de agosto de 1870 e foi um homem forte na política local, assim como seu cunhado, Olegário Maciel. E na inauguração do Grupo Escolar em 1917 algumas presenças ilustres foram notadas: o inspetor de ensino Sr. Dr. Mauricio Pottier Monteiro, Cônego Getúlio Alves de Melo, que procedeu à benção do prédio, Dr. Antônio Carlos Soares de Albergaria, Dr. Adélio Dias Maciel, presidente da Câmara, Orlando Ferreira, inspetor regional, Cel. Farnese Dias Maciel, presidente do diretório político local, Dr. Marcolino de Barros, advogado e vice-presidente do mesmo diretório, Dr. Eufrásio José Rodrigues e Dr. Laudelino Gomes de Almeida, médicos, e o diretor do estabelecimento, Modesto de Mello Ribeiro (DANNEMANN, 2015a).

Ainda se tratando do prédio de 1917,

[...] o edifício foi erguido em terreno da municipalidade e, uma vez terminado, por imperativo legal, for doado ao governo do Estado por escritura pública de doação (livro 9 - páginas 21-3º ofício de notas - Belo Horizonte) lavrada a 27 de abril de 1916, assinando o Dr. Jacques Dias Maciel, pela Comissão Central Promotora da Construção, por procuração passada pelo delegado da Comissão, dr.

Marcolino Ferreira de Barros. Pelo público instrumento, o Estado recebeu o prédio construído, no valor de 55 contos de réis, situado no largo da Matriz. O prédio definitivo do grupo foi concluído apenas em 1933 (FONSECA, 1974, p. 144 *apud* FARIA, 2007, p. 147).

Ainda segundo Faria (2007), no andamento da instalação do grupo escolar em questão, não havia sido debatida a sua denominação, que então era denominado “Grupo Escolar de Patos”. Na solenidade de inauguração, o inspetor municipal, Mauricio Pottier Monteiro, encarregou-se da tarefa de sugerir o nome de “Marcolino de Barros”.

Utilizou-se por fim, da palavra o inspetor municipal que, por solicitação e traduzindo o pensamento de varios amigos, salientou o ardor com que se havia empenhado o Dr. Marcolino de Barros para a realização desse desejo, há muito alimentado pelo povo e que acabava de seconcretisar [sic], e lançou a idéia de ser dirigida ao governo do Estado, uma representação em que se solicite seja dada a denominação - Marcolino de Barros - a este grupo escolar, tendo como testemunho de reconhecimento e para que fique ligada a esta instituição a benemerencia de seu nome (TERMO DE INSTALAÇÃO. Grupo Escolar de Patos. 04 jun. 1917 *apud* FARIA, 2007, p. 148).

### **3.1.6 Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto, Cel. Osório Maciel e, em especial, Ricardo Rodrigues Marques**

Estes outros três indivíduos, Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e Cel. Osório Maciel, também se ligavam aos “Maciéis” por parentesco ou afinidades políticas, mas aos quais o historiador se limita apenas a estabelecer neste trabalho as leis e os projetos de leis de denominação de seus respectivos grupos escolares sem entrar no mérito de suas biografias; um trabalho futuro possa elucidar tais questões.

A Lei n. 19.086, de 21/07/2010, dá denominação à escola estadual de ensino médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas (MG). O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Antônio Augusto Junho Anastasia (PSDB, PSD), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Eustáquio José da Silva a escola estadual de ensino médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2010a). Tendo como o mesmo autor da Lei n. 19086, de 21/07/2010, o Projeto de Lei n. 4.487/2010 com a ementa: dá denominação à Escola Estadual a de Ensino Médio localizada no Povoado de Alagoas, no município de Patos de Minas. Previsto no “Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Eustáquio José da Silva, de Ensino Médio, a Escola Estadual de Ensino Médio localizada no Povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2010b).

A Lei n. 21.065, de 27/12/2013, dá denominação à escola estadual localizada no Município de Patos de Minas (MG). O Governador do Estado de Minas Gerais à época,

Antônio Augusto Junho Anastasia, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2013a). Contudo, o Projeto de Lei n. 3.756/2013 do autor Deputado Hely Tarquínio (PV) previa, no artigo primeiro do Projeto de Lei já citado, denominar, a então Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto, como Escola Estadual Professor Ricardo Rodrigues Marques, o que sabemos não ter sido levado adiante devido à redação final da Lei n. 3.756/2013.

O desejo do Deputado Hely Tarquínio era, assim, como se segue: “fica denominada Professor Ricardo Rodrigues Marques a escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 2013b). Com a devida justificação:

O Professor Ricardo Rodrigues Marques nasceu em Carmo do Paranaíba, em 19 de dezembro de 1941. Aos 11 anos mudou-se para Patos de Minas, onde fez o ensino fundamental e o curso de contabilidade. Foi um dos líderes do movimento que culminou com a criação do colégio municipal, hoje Escola Estadual Prof. Zama Maciel, onde, concursado, lecionou português desde 1965. Assumiu a direção do Colégio Normal Alto Paranaíba e, em 1972 passou a lecionar também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. Durante 18 anos foi professor de Teoria da Literatura nessa Faculdade.

Em 1975 foi eleito para a cadeira 34 da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

Desde a instalação do Centro Universitário de Patos de Minas – Unipam – até outubro de 2008 ocupou o cargo de Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em 1995 a Câmara Municipal de Patos de Minas lhe outorgou o título de Cidadão Honorário.

Foi casado com a professora Beatriz Gomes da Fonseca Marques, pai de três filhos e avô de cinco netos.

Faleceu em 30 de outubro de 2008 (MINAS GERAIS, 2013b).

O parecer da redação final do Projeto de Lei Nº 3756/2013 segue-se da seguinte forma:

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

O Projeto de Lei nº 3.756/2013, de autoria do deputado Hely Tarquínio, que dá denominação à escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3756/2013

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Gilberto Abramo, presidente - Tiago Ulisses, relator - Lafayette de Andrada (MINAS GERAIS, 2013b).

Com a devida proposição de Lei:

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Professora Paulina de Melo Porto a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada na Rua Almir da Silva Matos, nº 209, no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 18 de dezembro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário (MINAS GERAIS, 2013b).

O Decreto n. 8.110, de 30/12/1964, cria o Grupo Escolar com a denominação de Cel. Osório Maciel, na cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, José de Magalhães Pinto, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Fica criado o Grupo Escolar Cel. Osório Maciel, à rua Duque de Caxias, na cidade de Patos de Minas” (PATOS DE MINAS, 1964c).

O Decreto n. 15974, de 28/12/1973, extingue o Curso Complementar anexo ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, localizado em Patos de Minas, e dá outras



providências. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Rondon Pacheco, usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º – Fica extinto o Curso Complementar anexo ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, localizado no Município de Patos de Minas, sede.

Art. 2º – O instrumental aproveitável será utilizado no Grupo Escolar “Marcolino de Barros”, localizado no mesmo Município (MINAS GERAIS, 1973).

O historiador também não entrará nos méritos e motivos de tal extinção do Curso Complementar ao Grupo Escolar “Cel. Osório Maciel”, a passo que se despende um sem-número de pesquisa para tal, em que um trabalho à parte se faz necessário.

### **3.1.7 Considerações acerca das denominações da família Maciel e correligionários políticos**

Podemos ver nestas páginas que se seguiram certas semelhanças no andamento das denominações dos Grupos Escolares: a primeira e óbvia delas é o fato de os envolvidos estarem ligados a uma teia de parentesco e de compromissos sem fim. Outro fato que salta aos olhos é o da maioria dos políticos envolvidos nos Projetos de Leis fazerem parte dos Partidos Políticos UDN (fundação: 07/04/1945, dissolução: 27/10/1965) e ARENA (fundação: 1965, registro: 04/04/1966, dissolução: 20/12/1979); um fato curioso que se segue com relação a ambos os partidos é a grande adesão de políticos que fizeram parte do UDN ao ARENA.

Podemos comentar, também, o fato de alguns desses homenageados terem recebido honrarias pelo simples fato de seus cônjuges serem da família Maciel, casos de Adelaide Maciel e Abner Afonso. Ao se ligarem ao portentoso clã macielista, tornaram-se figuras públicas de prestígio e de importância para o município aos olhos de muitos, mas suas contribuições ao seu desenvolvimento parecem ser limitadas. Assim como também Eustáquio José da Silva, Paulina de Melo Porto e Cel. Osório Maciel, sendo este de fato um macielista de nascença, filho do Cel. Antônio Dias Maciel e, portanto, irmão do ex-Presidente do Estado, Olegário Maciel, de quem foi ajudante de ordens. Citamos, em especial, o Professor Ricardo Rodrigues Marques — é digno de nota sua importância e feitos para o Município de Patos de Minas — que teve seu nome preterido pelo da Professora Paulina de Melo Porto na denominação da escola estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas.

Outros, de modo diferente, se fizeram nomes públicos importantes e com diversas contribuições ao município. Podemos citar Zama Dias Maciel, Antônio Dias Maciel e Marcolino de Barros, figuras de impacto a partir de suas atribuições na vida política e social, moldando através dos tempos a cidade tal qual a conhecemos, em um sem-número de esforços para construir e trazer o desenvolvimento para a cidade, cada um a seu modo, mas sem nunca perder os laços que os uniam: o clã macielista.

## 3.2 FAMÍLIA BORGES, CORRELIGIONÁRIOS POLÍTICOS E SUAS RESPECTIVAS DENOMINAÇÕES EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

### 3.2.1 Deiró Eunápio Borges

O Projeto de Lei n. 1161/1985, do autor Deputado José Maria Vaz Borges (PMDB), teve como ementa: “dá a denominação de Escola Estadual Deiró Eunápio Borges à escola Estadual anexa à Casa das Meninas, do Município de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1985d). José Maria Borges foi deputado estadual de Minas Gerais durante a 10ª legislatura (1983 - 1987), pelo PMDB.

A Lei n. 8.880, de 09/07/1985, dá a denominação de Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, da cidade de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (UDN, ARENA, PP, PMDB, PRS, PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: Art. 1º - Passa a denominar-se Deiró Eunápio Borges a Escola Estadual Anexa à Casa das Meninas, da Cidade de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1985b).

Segundo Borges Junior (1994), Deiró Eunápio Borges era filho de José Antônio Borges e de Serafina Corrêa Borges. Nasceu na cidade de Patos de Minas, em 20 de abril de 1880, onde faleceu em 24 de dezembro de 1942. É de nota percebermos que Deiró Eunápio Borges era filho de um dos primeiros Borges chegados em Patos, vindo de Formiga, que foi o Cap. José Antônio Borges. Coursou o primário na escola do professor Modesto de Mello Ribeiro e, em seguida, foi cursar humanidades em Diamantina, Mariana e Uberaba. Não abraçou nenhum curso superior e, em Patos de Minas, exerceu a profissão de comerciante. Era bastante religioso, católico praticante e vicentino, sendo um dos iniciadores do movimento para a construção da nova matriz. Deiró Eunápio Borges foi Vereador da Câmara Municipal em 1936. Na voz de seu filho Deiró Eunápio Borges, lemos que

[...] pela sua ponderação, equilíbrio e clarividência e, precipuamente, pelo seu apreço à lei e à justiça, tornou-se verdadeiro *condottiere*, alçado pelas forças mais representativas do município como orientador do Partido Político Popular de Patos que, em oposição à situação local, sempre nos moldes da maior elevação, atuou nos prélios eleitorais de nossa terra. Sereno, compreensivo, de uma energia branda mais perseverante, desfraldou a bandeira oposicionista que empunhou drapejando nos quadrantes do município, bandeira cujo dístico participaria do ideal romano “Legum servi sumus ut liberi esse possimus” (BORGES JUNIOR, 1994, p. 56-57).

O que se segue é o discurso de Deiró Eunápio Borges Junior, presente em seu livro de memórias, quando da inauguração do prédio próprio da Escola Deiró Eunápio Borges, anexa à Casa das Meninas:

Presente ao ato inaugural desta Escola Estadual Deiró Eunápio Borges, obra construída através de convênio entre a Prefeitura e o Estado, em virtude do amável convite extensivo à minha família, dos digníssimos senhores: Prefeito Municipal Dr. Antônio do Valle Ramos e Elhon Cruvinel, Presidente da Câmara, para participarmos das solenidades constantes do elenco de inaugurações programado para este 19 de outubro de 1991, natural e compreensível que, na condição de filho do patrono deste que ainda quase se pode dizer novel estabelecimento de ensino a Escola Deiró Eunápio Borges, criada anexa à Casa das Meninas, pela Lei nº 8.880, sancionada pelo então e hoje Governador do Estado, Dr. Hélio de Carvalho Garcia e emanada da Assembléia Legislativa, em decorrência de proposta apresentada pelo caríssimo primo então deputado José Maria Vaz Borges, por inspiração assaz generosa da prezadíssima professora, senhora Maria Inez Rubinger de Queiroz Rodrigues - natural e compreensível que, na condição de filho do patrono e sponte mea outorgando-me procuração, que sei será ratificada por meus irmãos e demais descendentes do patrono, incoercível impulso me faça dizer algo com palavras breves e canhestras, mas nascidas dos mais íntimos dos nossos corações, a propósito deste solene ato inauguratório.

[...]

Não poderíamos calar e aqui o expressamos *extotocorde*, nossa profunda e imorredoura gratidão ao caríssimo primo, deputado Dr. Bernardo Rubinger de Queiroz, por ter solicitado ao Governo anterior a construção deste magnífico prédio Escola Estadual Deiró Eunápio Borges e, ao que ouvi, com a coadjuvação de hoje vice-Governador do Estado, Dr. Arlindo Porto Neto.

A este ponto, permito-me, abstraindo-me de que se possa argüir de suspeito o que proclamo e constitui ato de estrita Justiça, que, por sua conduta particular e pública ilibadas, o patrono desta Escola fez jus à homenagem póstuma que se lhe tributou e tributa, seja com o se lhe ter dado o nome à Escola, seja pela construção deste prédio-próprio (BORGES JUNIOR, 1994, p. 161-162).

### 3.2.2 Dr. Paulo Borges

O Decreto n. 24.247, de 04/02/1985, cria escola de 1º grau na rede Estadual de ensino, em Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia, usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º – Fica criada a Escola Estadual Dr. Paulo Borges, 1º Grau (1ª à 8ª série), no Bairro Novo Horizonte, Município de Patos de Minas.

Art. 2º- A Escola de que trata o artigo anterior será instalada pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Educação (MINAS GERAIS, 1985a).

A Lei Ordinária n. 2.022/1985 autoriza o executivo municipal a fazer doação de terreno ao Estado para edificação de prédio escolar. O prefeito à época, Arlindo Porto Neto, no PMDB, decretou:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a doar ao Estado de Minas Gerais a área de 5.318,55m<sup>2</sup>(cinco mil, trezentos e dezoito metros e cinquenta e cinco décimos quadrados) constituída de um terreno urbano, situado nesta cidade, no Bairro Nova Floresta 02, tendo 50,50 metros de frente para a 7ª.Alameda; 112,00 metros pelo lado direito, confrontando com sucessores da Imobiliária Tupi Ltda, 112,50metros pelo lado esquerdo, confrontando com Imobiliária Tupi Ltda, e 44,90 metros de fundos para a Rua Ermelindo Braz, inscrito no Cadastro Imobiliário Municipal sob o nº 29-15-0394-000-00, conforme escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº R-2-12.248, Livro 2-AU. Parágrafo único. A presente doação se destina exclusivamente, a construção do prédio da Escola Estadual “Dr. Paulo Borges” (PATOS DE MINAS, 1985, p. 1).

Posteriormente, o Decreto n. 34.799, de 24/06/1993, cria o Ensino Médio em unidades estaduais de ensino e dá outras providências. O Governador à época, Hélio Carvalho Garcia, decretou:

Art. 1º – Fica criado o Ensino Médio – Ensino Geral, nas seguintes Unidades Estaduais de Ensino:

[...]

18ª DRE – Patos de Minas

Escola Estadual Dr. Paulo Borges, situada à Rua João Carlos da Cunha, nº 58, Bairro Nova Floresta, em Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1993, p. 1).

Segundo Dannemann (2014a), Paulo Roberto Ferreira Borges, Dr. Paulo Borges, nasceu em Patos de Minas no dia 09 de janeiro de 1918, filho de Dr. João Borges e Maria Ferreira Borges. Viveu uma infância sem sobressaltos, iniciou os seus estudos no Grupo Escolar Marcolino de Barros, onde concluiu o Curso Primário. Iniciou o Curso Ginásial em São João D’El Rei e terminou no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte. Ao completar

o 2º Grau, prestou vestibular na UFMG, sendo aprovado e concluindo o Curso de Medicina em 1941. Já em 1948, eleva-se à condição de Pesquisador no Departamento de Microbiologia da Universidade de Yale, onde trabalhou no laboratório do Professor F. Duran-Reynolds, considerado um dos gênios do seu tempo.

De 1948 a 1949, tornou-se pesquisador adjunto do Laboratório Jackson Memorial. Em 1950, foi nomeado representante do Governo Brasileiro no V Congresso Internacional de Câncer, realizado em Paris, contudo não pôde atender o convite, visto não ter condições financeiras para custear a viagem. A mais ver, quatro anos depois foi designado representante americano no VI Congresso Internacional de Câncer, realizado na Capital de São Paulo. De 1954 a 1969, trabalhou como pesquisador associado da Universidade de Tufts e em 1960 realizou pesquisas oncológicas na mesma Escola de Medicina. Doutor Paulo Borges pertenceu às seguintes agremiações científicas: Sociedade de Biologia de Minas Gerais; Sociedade XI, nos Estados Unidos; Academia de Ciências de Nova York e Associação Americana de Combate ao Câncer. Seu nome foi incluído no “American Men of Sciences”, famoso livro de referências sobre cientistas. Por fim, acometido de câncer veio a falecer em 01 de fevereiro de 1980.

### 3.2.3 Abílio Caixeta de Queiroz

O Projeto de Lei n. 1162/1985, do autor Deputado José Maria Borges (PMDB) teve como ementa: “dá a denominação de Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do bairro Alvorada, no município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1985e).

A Lei n. 8.900, de 26/08/1985, dá a denominação de Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (UDN, ARENA, PP, PMDB, PRS, PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se Abílio Caixeta de Queiroz a Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1985c).

Abílio Caixeta de Queiroz nasceu em 22 de novembro de 1866 na cidade de Patos de Minas. Foi fazendeiro, um dos mais ricos da região, era bastante religioso e, a partir disso, se aliou a Monsenhor Fleury na construção da nova Matriz, hoje a Catedral de Santo Antônio, localizada no centro da cidade. Outras obras foram o Seminário Pio XII, a antiga Vila Vicentina e algumas casas na Vila Padre Alaor. Em 18 de janeiro de 1959 veio a falecer. Foi um homem preocupado com os desamparados, nunca se casou (DANNEMANN, 2013a).

### 3.2.4 Afonso Queiroz

O Decreto n. 35.873, de 18/08/1994, altera a denominação da Escola Estadual Afonso Queiroz - 2º Grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época, Hélio Carvalho Garcia (em 1994 fazia parte do PTB), usando da atribuição que lhe conferia, decretou: Art. 1º - A Escola Estadual Afonso Queiroz - 2º Grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas, com habilitação profissional

de Técnico em Agropecuária, passa a denominar se Escola Estadual Agrotécnica Afonso Queiroz (MINAS GERAIS, 1994).

Afonso Queiroz nasceu em Patrocínio em 16 de dezembro de 1898. Foi fazendeiro em Patos de Minas, Guarda Mor e Patrocínio. Fez parte do movimento dos Cascas Grossas, grupo recebido pelo presidente Getúlio Vargas, em 1943, no Rio de Janeiro, aonde foi solicitar às autoridades federais melhorias para nossa cidade. Foi o primeiro diretor-presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas, cidade em que faleceu aos 73 anos, no dia 1 de julho de 1972.

### 3.2.5 Arlindo Porto

O Decreto n. 42.309, de 30/01/2002, cria unidade estadual de ensino no Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época no PMDB, Itamar Franco (PTB, MDB, PMDB, PL, PRN, PPS), usando da atribuição que lhe conferia, decretou:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual Arlindo Porto, de Ensino Médio, situada na Av. Geraldino Porto, nº 102, Distrito de Chumbo, no Município de Patos de Minas.

Art. 2º - A unidade escolar criada por este Decreto será autorizada a funcionar por ato da Secretaria de Estado da Educação, após comprovação de condições básicas materiais, de pessoal, de regimento escolar e de plano curricular (MINAS GERAIS, 2002).

Arlindo Porto é filho de Augusto Barbosa Porto e de Rita de Cássia Novais. Nasceu no distrito de Areado, em 12 de dezembro de 1899. O antigo distrito foi criado pela Lei n. 654, de 17 de junho de 1854, e incorporado ao município de Patos de Minas pela Lei n. 2.656, de 04/11/1880. Pela Lei n. 843, de 7/09/1923, passou a se chamar Chumbo. O início de sua vida escolar foi no Chumbo; em seguida foi realizar, no Instituto Gammon na cidade de Lavras (MG), o curso ginásial.

Casou-se em 1919 com D. Orieta Alves Porto, ficando viúvo dez anos depois. Casou-se pela segunda vez em 1930, com D. Aida Alves Porto, a qual veio a falecer um ano depois. Em 1932, o terceiro matrimônio se realizou com D. Dulce Alves Porto com quem viveu até 1973. Todas as esposas eram filhas de José Alves da Silva e Dona Dulcinea Augusta da Silva.

Muitos foram os filhos deixados: Dulcinea Porto de Queiroz, José Alves Porto (Zizico, pai de Arlindo Porto Neto), Augusto Porto Neto, Geraldino Alves Porto (ex-vereador de Patos de Minas), Eufrásio Alves Porto, Maria da Glória Porto Nunes, Leopoldo da Silva Porto (ex-deputado estadual) e Carlos Augusto Porto, entre noras, genros, netos e bisnetos.

Ao lado do pai, o Major Augusto Barbosa Porto (eleito vereador de 1922 a 1926), entrou na vida política no distrito do Chumbo. Foi liderança política no distrito mesmo após a morte do pai. Entre 1927 a 1930, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Patos de Minas. No ano de 1932, foi nomeado membro do Conselho Consultivo Municipal,

onde sucedeu ao pai no mesmo órgão. Voltou como vereador novamente em 1936, através de eleições diretas. Exerceu a função de Escrivão de Paz naquele distrito, no período de 1922 a 1930. Participou juntamente com os companheiros na Revolução de 1930.

Na data de 1º de outubro de 1943, participou da missão patense denominada os “Casca-grossa”, que esperava desempenhar no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, junto aos governos federal e estadual soluções para os problemas da região referentes a combustível e retenção da produção da região patense. Também fez parte do grupo que lutou pela solução definitiva do problema de eletricidade em Patos de Minas, que ao lado do prefeito Sebastião Alves do Nascimento e outros, conseguiu trazer para a região a CEMIG e ERMIG, beneficiando toda a região.

Mudou-se para Patos de Minas em 1949, vindo a assumir a gerência da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu até o ano de 1970, quando se aposentou. Assumiu durante 15 anos a presidência do Partido Social Democrático (PSD), eleito por seus companheiros de partido. Arlindo Porto faleceu na data de 10 de fevereiro de 1973, vítima de enfarte do miocárdio, agravado com edema pulmonar.

### 3.2.6 Ilídio Caixeta de Melo

O Projeto de Lei n. 208/1987, do autor Deputado Bernardo Rubinger (PMDB), dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual de Vila Rosa, de Patos de Minas (MINAS GERAIS, 1987).

A Lei n. 10.089, de 28/12/1989, dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à escola da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas. O Governador do Estado de Minas Gerais à época no MDB, Newton Cardoso, usando da atribuição que lhe conferia, decretou: “Art. 1º - Passa a denominar-se Ilídio Caixeta de Melo a Escola Estadual da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas” (MINAS GERAIS, 1989).

Aqui o historiador, como dito anteriormente, furta-se da biografia do homenageado por se fazer necessário um sem-número de pesquisas em fontes primárias em arquivos municipais e escolares; seria mais tempo para o desenvolvimento da pesquisa. O que não se descarta é um futuro trabalho que abarque tais questões.

### 3.2.7 Prof. Modesto de Mello Ribeiro

Criada pelo Decreto Lei n. 4.064, de 18/09/1953 (DANNEMANN, 2013c), a Escola Estadual Professor Modesto iniciou suas atividades na Rua Atualpa Maciel, n. 265. Posteriormente, em 1958 passou a funcionar na Rua Araguari, n. 128, Bairro Rosário. Modesto de Mello Ribeiro nasceu em Patrocínio em 08 de agosto de 1871. Em 04 de agosto de 1891, foi nomeado pelo Governo do Estado professor da Escola Pública de Patos, para onde seguiu acompanhado dos pais e irmãos.

No livro de “Termos de juramentos e Posses”, da antiga Câmara, vemos que o professor Modesto foi o único mestre lançado no mesmo, assim:  
“Juramento e posse de um professor

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 1891, nesta Vila de Santo Antônio dos Patos, em casa de residência do Major Jerônimo Dias Maciel, Presidente da Intendência desta Vila, aí compareceu o Cidadão Modesto de Mello Ribeiro e apresentando o seu título de Professor definitivo da cadeira de instrução primária deste lugar, datada de 04 de agosto do corrente ano, pedia que se lhe desse do referido emprego. Pelo dito Senhor Presidente lhe fora deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles, em que declarou cumprir os deveres inerentes a seu cargo. Do que, para constar, lavrou-se este termo que vai assinado por todos. Eu, Francisco de Souza Maciel, Secretário, que o escrevi - Modesto de Mello Ribeiro” (DANNEMANN, 2013d).

Na data de 30 de abril de 1898, recebeu das mãos do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes, a patente de Capitão da 4ª Companhia do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Patos. Foi casado com Honorina Caixeta de Mello Ribeiro, essa, filha do Capitão João Gualberto de Amorim e Olympia Caixeta de Mello.

Segundo Dannemann (2013d), Modesto de Mello Ribeiro era um homem respeitado em Patos, respeito esse que gerou das mãos do inspetor Alceu de Souza Novais um relatório enviado ao Governo enaltecendo suas qualidades. Em grande parte, este relatório entre outros pode justificar a decisão do Governo em 1913 de transferir o professor Modesto para Patrocínio, transferência essa a pedido do Agente Executivo Cel. Honorato Borges. Essa transferência causou insatisfação na sociedade patense. Professor Modesto e sua família passaram dois anos em Patrocínio, pois o Agente executivo de Aptos da época, Marcolino de Barros, conseguiu com que Modesto voltasse a Patos em 08 de fevereiro de 1916, designado, portanto, a direção do Grupo Escolar que seria inaugurado em 04 de junho de 1917, onde permaneceu dez anos seguidos. Modesto de Mello Ribeiro, o professor Modesto, faleceu em 21 de setembro de 1929, aos 58 anos de idade.

Um caso curioso se estabelece aqui: Modesto de Mello Ribeiro não apenas se relacionava com a família Maciel e seus agregados políticos de forma ordeira e respeitosa, onde vimos, foi diretor da Grupo Escolar que viria a se denominar Escola Estadual Marcolino de Barros, trazido de volta a Patos pelo próprio Marcolino de Barros, mas como também era ligado à família Borges, visto que era casado com Honorina Caixeta de Mello Ribeiro, esta era irmã de João Gualberto de Amorim Junior, este próprio um dos assinantes da ata de criação do PPPP em 05 de outubro de 1924.

### **3.2.8 Considerações acerca das denominações de educandários da família Borges e correligionários políticos**

As denominações escolares que compõem o circuito dos Borges e seus correligionários não fogem, por completo, ao escopo analisado da família Maciel. Uma intrincada teia de relações familiares, matrimoniais e políticas se faz presente. Vimos



uma grande participação político-social dos envolvidos aqui citados, à luz da lei de denominações de órgãos públicos onde se sugestionam pessoas que tenham se destacado por suas notórias qualidades e por relevantes serviços prestados à coletividade.

Neste aspecto, é possível diferenciar, por consequência, o intuito nas denominações escolares do Estado. Em um dos lados a força familiar proveniente do sobrenome “Maciel” bastava para indicar indivíduos para receber honrarias, sem muitas vezes se fazerem nomes relevantes à cena pública e contundente em serviços prestados à coletividade. Os Borges necessitavam de “algo mais”, o sobrenome com toda certeza era de grande importância, mas, devido a todas as atribuições envolvidas, a política e as relações de compadrio eram de fato o poderio que lhes restava. Os casamentos da forma como vimos em relação aos “Maciéis” não se faziam valer como tal moeda de troca, tampouco os Borges fossem grandes proprietários de terras que se valessem para galgar elevados degraus na cena patense da época.

Ao constar dos partidos políticos como já visto com os Maciéis que se fizeram valer das alianças partidárias à luz do UDN e da ARENA, os Borges e seus aliados políticos se faziam presente em sua maioria no PMDB.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos a oportunidade de entrarmos em contato com a história de Patos de Minas, não apenas através de nomes conhecidos e importantes da cidade, mas também através das Instituições Escolares que levam seus nomes e a teia política envolta a elas. Mas, antes de tudo, compreendemos a importância da HIE: uma sociedade não está desassociada de forma alguma a essas instituições que se ligam por gerações de avôs e avós, filhos e filhas, netos e netas. Os casos singulares que se projetam a partir destes estudos revelam movimentos micro e macro dentro da sociedade local, estadual e, porque não, nacional.

Configuramos, no presente texto, as disputas das famílias Maciel e Borges pela dominância local através de disputas político-partidárias e ideológicas; antes disso, relatamos como se configuraram as relações familiares propriamente ditas: os Maciéis e os Borges se diferenciavam em diversos aspectos, mas no fim compartilham semelhanças. Os movimentos que fizeram foram fomentadores do desenvolvimento regional: Patos de Minas como a conhecemos hoje é fruto de tais contribuições, conflitos, relações de compadrio em outrora desafetos políticos, um sem-número de obras foram realizadas por estas famílias, homenagens foram feitas a torto e a direito, entre elas ruas e praças, mas sem se esquecer das denominações de Instituições Escolares que, talvez, fossem a menina dos olhos de tais honrarias. Algumas delas criticáveis, outras nem tanto.

Portanto, debater referidas denominações contribuiu para o desenvolvimento do aspecto crítico com relação a tais honrarias. É de extrema importância que a lei de denominação de órgãos públicos estaduais seja seguida com rigor e que aqueles que sejam indicados para ser homenageado façam parte ativa e útil da sociedade ao qual pertence e não apenas fruto de jogos políticos e gracejos distribuídos como forma de agradecimento em prol de uma família ou outra, em um jogo no qual, outrora, se disputou a glória nominal entre Maciel, Borges e de todos os seus correligionários políticos.

## REFERÊNCIAS

- BERTONHA, V. C. C.; MACHADO, M. C. G. **A instituição escolar como fonte da história da educação**: um estudo preliminar. Universidade Estadual de Maringá, p. 1-10, set. 2008. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2008/pdf/c007.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c007.pdf). Acesso em: 05 nov. 2022.
- BORGES JUNIOR, D. E. **De Deiró a Deiró**: memórias de um menino de recados. Belo Horizonte: Cuatiara, 1994.
- BRITTO, L. M. T. de S.; COLAU, C. M.; WERLE, F. O. C. Espaço escolar e histórias das instituições escolares. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2007000300010&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2007000300010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 nov. 2022.
- DANNEMANN, E. T. 25 anos do Grupo Escolar Marcolino de Barros. **EFECADPATOS**, 2015a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=10989>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Abílio Caixeta de Queiroz. **EFECADPATOS**, 2013a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=1556>. Acesso em: 26 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Cinquentenário da Escola Normal. **EFECADPATOS**, 2020. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=34674>. Acesso em: 23 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Como foi a eleição de Arlindo Porto Neto. **EFECADPATOS**, 2015b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=12365>. Acesso em: 27 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Como foi a eleição de Waldemar da Rocha Filho. **EFECADPATOS**, 2015c. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=12172>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Escola Estadual Adelaide Maciel. **EFECADPATOS**, 2013b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=2241>. Acesso em: 21 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Escola Estadual Professor Modesto. **EFECADPATOS**, 2013c. Disponível em <https://efecadpatos.com.br/?p=1807>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Grupo Escolar Marcolino de Barros em 1933. **EFECADPATOS**, 2017a. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=22196>. Acesso em: 22 out. 2022.
- DANNEMANN, E. T. Jerônimo Dias Maciel: nosso primeiro prefeito. **EFECADPATOS**, 2017b. Disponível em: <https://efecadpatos.com.br/?p=24922>. Acesso em: 16 set. 2022.

DANNEMANN, E. T. José Afonso Queiroz - 13º Presidente da Recreativa. **EFECADEPATOS**, 2022. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=38688>. Acesso em: 26 out. 2022.

DANNEMANN, E. T. Modesto de Mello Ribeiro. **EFECADEPATOS**, 2013d. Disponível em <https://efecadepatos.com.br/?p=1811>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DANNEMANN, E. T. Paulo Roberto Ferreira Borges: falecimento. **EFECADEPATOS**, 2014a. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=7492>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DANNEMANN, E. T. Sebastião Alves do Nascimento. **EFECADEPATOS**, 2014b. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=9920>. Acesso em: 23 out. 2022.

DANNEMANN, E. T. Zama Maciel. **EFECADEPATOS**, 2018. Disponível em: <https://efecadepatos.com.br/?p=25680>. Acesso em: 22 out. 2022.

FARIA, R. A. L. de. **Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928)**. 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação (FACED), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14078>.

FAUSTO, B. A Primeira República: 1889-1930. In: FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2019. cap. 6, p. 209-280.

FERNANDES, N. A. Origem e desenvolvimento de Patos de Minas (1826-1955). In: FERNANDES, N. A. **A história da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968)**. Patos de Minas: Edição do autor - Prefixo Editorial: 912739, 2012. cap. 2, p. 120-217.

GLOSSÁRIO Eleitoral desta semana explica o significado da expressão “voto de cabresto”: Serviço disponibilizado no Portal do TSE esclarece principais termos utilizados na Justiça Eleitoral. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Janeiro/glossario-eleitoral-desta-semana-explica-o-significado-da-expressao-voto-de-cabresto>. Acesso em: 19 set. 2022.

GLOSSÁRIO explica o que era a eleição a bico de pena: Voto era passível de fraude e havia manipulação dos resultados. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2021b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/glossario-explica-o-que-era-a-eleicao-a-bico-de-pena>. Acesso em: 19 set. 2022.

JANOTTI, M. de L. M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. ISBN 85-11-02013-6.

MINAS GERAIS. **Decreto 15.974, de 28/12/1973**. Extingue o curso complementar anexo ao Grupo Escolar cel. Osório Maciel, localizado em Patos de Minas, e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1973]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=15974&comp=&ano=1973>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 24.247, de 04/02/1985**. Cria escola de 1º grau na rede estadual de ensino, em Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=24247&comp=&ano=1985>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 34.799, de 24/06/1993**. Cria o ensino médio em unidades estaduais de ensino e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1993]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=34799&ano=1993&tipo=DEC>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 35.873, de 18/08/1994**. Altera a denominação da escola estadual Afonso Queiroz - 2º grau, da Fazenda Canavial, de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1994]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=35873&comp=&ano=1994>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 42.309, de 30/01/2002**. Cria unidade estadual de ensino no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2002]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42309&comp=&ano=2002>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 7.619, de 21/05/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Adelaide Maciel, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=7619&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 8.109, de 30/12/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Abner Afonso, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964b]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8109&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto 8110, de 30/12/1964**. Cria um grupo escolar com a denominação de Cel. Osório Maciel, à Rua Duque de Caxias, na cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1964c]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=8110&comp=&ano=1964>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 10.089, de 28/12/1989**. Dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual da Vila Santa Rosa, do Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1989]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=lei&num=10089&comp=&ano=1989>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 13.408, de 21/12/1999**. Dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1999]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=13408&comp=&ano=1999>. Acesso em: 26 out. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 19.086, de 21/07/2010**. Dá denominação a escola estadual de ensino médio localizada no povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2010a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2010&num=19086&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 21.065, de 27/12/2013**. Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2013a]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=21065&comp=&ano=2013>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 4.761, de 14/05/1968**. Dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1968]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1968&num=4761&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 5.743, de 08/07/1971**. Dá a denominação de “Professor Zama Maciel” ao Colégio Estadual de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1971a]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5743&comp=&ano=1971&aba=js\\_textoOriginal#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5743&comp=&ano=1971&aba=js_textoOriginal#texto). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 8.880, de 09/07/1985**. Dá a denominação de Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, da cidade de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985b]. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1985&num=8880&tipo=LEI>. Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **Lei 8900, de 26/08/1985**. Dá a denominação de Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, do Município de Patos de Minas. Belo

Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985c]. Disponível em:  
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1985&num=8900&tipo=LEI>. Acesso em: 23 out. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 1.161/1985** - projeto de lei. Dá a denominação de Escola Estadual Deiró Eunápio Borges à Escola Estadual anexa à Casa das Meninas, do Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985d]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=1985&n=1161&t=PL&aba=js\\_tabVisao](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1985&n=1161&t=PL&aba=js_tabVisao). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 1.162/1985**. Dá a denominação de Escola Estadual Abílio Caixeta de Queiroz à Escola Estadual do Bairro Alvorada, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1985e]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=1985&n=1162&t=PL&aba=js\\_tabVisao](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1985&n=1162&t=PL&aba=js_tabVisao). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 126/1971**. Dá a denominação de Colégio Estadual Professor Zama Maciel ao Colégio Estadual de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1971b]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=1971&n=126&t=PL&aba=js\\_tabVisao](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1971&n=126&t=PL&aba=js_tabVisao). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 208/1987**. Dá a denominação de Ilídio Caixeta de Melo à Escola Estadual de Vila Rosa, de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1987]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=1987&n=208&t=PL](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1987&n=208&t=PL). Disponível em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 3.756/2013**. Dá denominação à Escola Estadual localizada no Bairro Jardim Itamarati, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2013b]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2013&n=3756&t=PL&aba=js\\_tabDocs](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2013&n=3756&t=PL&aba=js_tabDocs). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 392/1967**. Dá a denominação de “Professor Antônio Dias Maciel” ao Ginásio e Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [1967]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=1967&n=392&t=PL](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1967&n=392&t=PL). Acesso em: 12 set. 2022.

MINAS GERAIS. **PL 4.487/ 2010**. Dá denominação à Escola Estadual de ensino médio localizada no povoado de Alagoas, no Município de Patos de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, [2010b]. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2010&n=4487&t=PL&aba=js\\_tabVisao](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2010&n=4487&t=PL&aba=js_tabVisao). Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Lei Ordinária 1.502/1976**. Autoriza doação de imóvel ao estado de Minas Gerais, destinado à construção da Escola Estadual Adelaide Maciel. Patos de Minas: Leis Municipais, [1976]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/p/patos-de-minas/lei-ordinaria/1976/151/1502/lei-ordinaria-n-1502-1976-autoriza-doacao-de-imovel-ao-estado-de-minas-gerais-destinado-a-construcao-da-escola-estadual-adelaide-maciel?q=1502+1976>. Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Lei Ordinária 2.022/1985**. Autoriza o Executivo Municipal a fazer doação de terreno ao Estado para edificação de prédio escolar. Patos de Minas: Leis Municipais, [1985]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/p/patos-de-minas/lei-ordinaria/1985/203/2022/lei-ordinaria-n-2022-1985-autoriza-o-executivo-municipal-a-fazer%E2%80%A6>. Acesso em: 12 set. 2022.

PATOS DE MINAS. **Requerimento nº 8/59**. Comunicação pessoal do Presidente ao Vereador Dr. Zama Maciel. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, [1959].

SANFELICE, J. L. História e historiografia de instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i35.8639622>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SANFELICE, J. L. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 20-27, ago. 2006. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4\\_22e.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4912/art4_22e.pdf). Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, R. M. F. da. **A República dos Patos ou a construção da cidade republicana no sertão das Geraes: representação, memórias e conflitos**. Cidade de Patos, 1889-1933. 2015. 430 p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História (INHIS), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18190>.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 3, p. 109-120, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/369>. Acesso em: 05 nov. 2022.